

**IDEOLOGIA, PROPAGANDA E  
IMAGINÁRIO SOCIAL  
NA CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA**

**Georgete Medleg Rodrigues**

**Dissertação apresentada ao Departamento  
de História do Instituto de Ciências  
Humanas da Universidade de Brasília -  
UnB, para a obtenção do título de Mes-  
tre em História**

**Orientadora: Professora Doutora  
Tereza Cristina Kirshner**

**Brasília, DF, Novembro de 1990**

Ao Samuel, solidário companheiro

À Marina, minha filha.

## RESUMO

Para construir a nova capital do País o governo Kubitschek (1956-1960) tentou mobilizar a opinião pública através de vários métodos e mecanismos de propaganda política. Mostrar como o governo realizou esta propaganda e de que forma ela foi percebida pela sociedade são os objetivos centrais deste trabalho.

O primeiro capítulo apresenta o ressurgimento da idéia de transferir a capital para o interior e de que forma foram articulados novos e velhos significados para justificar a decisão de construir Brasília, através da convergência de vários discursos, entre os quais os de Juscelino Kubitschek e os do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

O segundo capítulo trata especificamente da propaganda oficial sobre a nova capital, mostrando como o governo, representado pelo presidente da República e pela NOVACAP, articulou um discurso de propaganda política através do qual eram veiculados os temas caros à ideologia nacional-desenvolvimentista. Mostra como o governo utilizou para isso os mais variados meios e métodos de propaganda, como palestras, matérias pagas na imprensa, patrocínios de visitantes aos locais da obra, cinejornais, o rádio, etc.

O terceiro capítulo procura mostrar de que forma a população percebeu a construção de Brasília, como foram introjetadas e reelaboradas as concepções oficiais, através da análise de cartas populares encontradas nos acervos da NOVACAP.

O quarto capítulo preocupa-se em refletir sobre Brasília na memória e sobre o projeto de modernidade do qual teria sido a sua expressão máxima.

O trabalho conclui que a propaganda de Brasília, o

discurso ideológico veiculado por ela, foi vitoriosa, entre outros motivos, porque soube articular imagens já presentes no imaginário social com os conceitos próprios da ideologia nacional-desenvolvimentista.

## SUMMARY

In order to build the new capital, the government Kubitschek (1956-1960) tried to attract public opinion through several methods and mechanisms of political propaganda. The main objective of this dissertation is to show how the government conducted that propaganda and how was it received by society.

The first chapter presents the resurgence of the idea of transferring the capital to the hinterland and how were combined new and old meanings to justify the decision to build Brasília, through the convergence of many speeches, among them those of Juscelino Kubitschek and those made at the Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB.

The second chapter deals specifically with the official propaganda on the new capital, showing how the government, represented by the President and by NOVACAP, prepared a speech of political propaganda, through which were issued the topics concerning the ideology of "nacional - desenvolvimentismo". It demonstrates how the government used, for this purpose, the most varied means and the methods of propaganda, such as speeches, articles in the press, sponsorship of visits to the building site, radio, etc.

The third chapter tries to show how the population received the building of Brasília, the way the official concepts were embodied and through the study of letters found in the files of NOVACAP.

The fourth chapter deals with the memories that around Brasília and with the project of modernity whose maximum expression is Brasília.

The dissertation presents the conclusion that the propaganda on Brasília, the ideological speech linked to it -

among other reasons - were successful because they managed to combine the images already existing in the social imaginary with the concepts related to the ideology of "national-desenvolvimentismo".

## AGRADECIMENTOS

Para agradecer a todos, da forma que merecem, necessitaria escrever uma outra história. Uma história de solidariedade, compreensão e tolerância, sentimentos tão raros nos dias de hoje. Quem sabe um dia, quando alguém escrever uma história da agonia dos mestrandos na hora de escrever a dissertação. De uma forma geral dirijo os mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram para o resultado final que ora apresento. A elas credito o que nele há de melhor.

Quero agradecer a minha orientadora, professora Tereza Cristina Kirshner, que aceitou partilhar dos meus devaneios temáticos e que estimulou a continuidade do trabalho nos momentos de desânimo.

Grande parte das reflexões presentes neste trabalho surgiram em função de alguns cursos oferecidos pelo Programa de Pós-graduação em História da UnB. Desses, quero destacar o oferecido pela professora Tânia Navarro Swain, um estimulante curso sobre Foucault. O curso sobre a formação do pensamento autoritário, oferecido por minha orientadora, foi fundamental para muitas das formulações presentes neste trabalho. Às aulas sobre a Escola de Frankfurt, também ministrado pela professora Tereza Cristina Kirshner, com a parceria instigante da professora Elizabeth Cancelli, credito o saudável exercício da dúvida, fundamental para a postura do pesquisador. Nesses cursos citados destaco, principalmente, o alto debate teórico-metodológico que recolocou a sala de aula no seu **status** de local privilegiado de discussões.

A professora Tereza Negrão de Mello, pela importante sugestão do livro de Eduardo Silva, cujas reflexões e metodologia

inspiraram o terceiro capítulo desta dissertação. A todos esses professores citados agradeço também a paciência com que leram o meu projeto original, com o qual colaboraram com críticas e sugestões. Nessa linha agradeço também aos professores Jaime de Almeida e Marcos Silva, o último do Departamento de Filosofia, Ciências e Letras da USP, que esteve como professor visitante do Departamento de História da UnB, quando ofereceu um curso no Mestrado.

Quero destacar o apoio da professora Elizabeth Cancelli que diligentemente leu as várias versões do meu projeto de pesquisa, fez críticas, deu sugestões, indicou leituras. Embora nem todas tenham sido incorporadas ao resultado final, as suas sugestões abriram caminho para muitas reflexões de ordem teórico-metodológica. Principalmente nos fizeram repensar certos conceitos, especialmente o que vê a história como totalidade.

À Eleonora, amiga no mais profundo sentido da palavra. Amiga que partilhou minhas dúvidas, minhas angústias. Sem a sua ajuda na conferência dos originais e sem o seu apoio integral nos últimos dias de trabalho na dissertação, tudo teria sido muito mais difícil. Agradeço, sobretudo, pelo riso.

Às companheiras do mestrado, Rosana, Débora, Nira e Patrícia que colaboraram de forma generosa para o resultado final do trabalho.

À Vitalina, que nesse tempo cuidou de minha filha e administrou a casa, minha gratidão. Sem ela teria sido quase impossível escrever esta dissertação no tempo previsto.

Finalmente, agradeço a equipe de profissionais do Arquivo Público do Distrito Federal, cujo trabalho de organização do acervo da NOVACAP possibilitou a realização da minha pesquisa. Raro exemplo de dedicação, capacidade, zelo profissional e



atenção aos pesquisadores, eles fizeram daquela instituição um modelo a ser seguido em todo o País. A partir dos acervos guardados no Arquivo Público do DF será possível escrever "mil" histórias de Brasília. Filmes, fotos, vídeos, papéis, está tudo lá, à espera dos "olhares" dos pesquisadores.

Ao empenho profissional de Maria da Graça Cavalcanti do Poço, que digitou o trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela bolsa de estudos.

## ABREVIATURAS, SIGLAS, E CÓDIGOS

PMCB-ArPDF = Projeto "Memória da Construção de Brasília" -  
Arquivo Público do Distrito Federal

FSP = Folha de São Paulo

OESP = O Estado de São Paulo

JT = Jornal da Tarde

JB = Jornal do Brasil

Fundo NOV.-D-04-01-Z - ArPDF = Fundo NOVACAP - Série Administra-  
tiva - Subsérie Divulgação - Grupo recortes de  
jornais - Subgrupo nacionais - Arquivo Público do  
Distrito Federal

Fundo NOV.-D-04-02 - ArPDF = Fundo NOVACAP - Série Administrativa  
- Subsérie Divulgação - Grupo Publicações - Arquivo  
Público do Distrito Federal

Fundo NOV.-D-04-07 - ArPDF = Fundo NOVACAP - Série Administrativa  
- Subsérie Correspondências - Arquivo Público do  
Distrito Federal

Fundo NOV.-B-03-ArPDF = Fundo NOVACAP - Série Presidência -  
Subsérie Correspondências - Arquivo Público do  
Distrito Federal

Fundo NOV.-C-01-02-ArPDF = Fundo NOVACAP - Série Finanças -  
Subsérie Processos de Pagamento - Grupo Serviços -  
Arquivo Público do Distrito Federal

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO		
Capítulo I -	O RENASCIMENTO DE UMA IDEIA .....	1
	Notas .....	29
Capítulo II -	A PROPAGANDA DE BRASÍLIA	
	1. Brasília, propaganda do Brasil .....	36
	2. Brasília no ar .....	41
	3. Brasília na imprensa .....	71
	4. Brasília na revista Brasília .....	81
	5. Uma vitrine para o mundo .....	83
	6. Brasília em cartaz .....	95
	7. Concursos e prêmios .....	110
	Notas .....	113
Capítulo III -	"CORREIO DO PASSADO"	
	1. Esclarecimentos necessários .....	121
	2. Brasília na boca do povo .....	131
	3. No território dos sonhos .....	178
	4. Imaginário, cidadania e poder .....	194
	Notas .....	208
Capítulo IV -	BRASÍLIA: MEMÓRIA, MODERNIDADE E SUBDESENVOL- VIMENTO .....	216
	Notas .....	226
Considerações Finais .....		227
Notas .....		231
Anexos .....		232
Bibliografia .....		249

## INTRODUÇÃO

Em 1965 a empresa norte-americana **Westinghouse** nomeou um grupo de quatorze pessoas para realizar uma seleção **sui generis**. O seletivo grupo, cujos nomes de seus integrantes não foram revelados, deveria escolher oitenta "referências culturais" de destaque, produzidas entre os anos de 1940 e 1965. Elas seriam preservadas durante cinquenta séculos numa cápsula. Os filmes, livros, textos de teatro, discos, programas de televisão, reprodução de quadros, esculturas e projetos arquitetônicos eleitos como representativos de uma civilização, foram enterrados em uma "cápsula do tempo", em 16 de outubro de 1965, durante a última Feira Mundial de Nova York. (1)

Nessa "cápsula do tempo", Brasília - sua arquitetura e plano urbanístico - é a única referência cultural que representa o Brasil. Apenas cinco anos após a inauguração da Capital brasileira a decisão dos notáveis da **Westinghouse**, parecia confirmar a previsão de Juscelino Kubitschek, que certa vez se referiu a Brasília como uma obra que "dará alto testemunho de nossa civilização". A escolha de Brasília, como testemunho de uma civilização, seria fruto do impacto da então recém-inaugurada capital, vista como fruto da vontade de todo o país, que queria igualar-se aos países desenvolvidos? É provável que sim. Mas, a "cápsula do tempo" certamente não registrou as diversas histórias, individuais e coletivas, que permitiram a construção da capital brasileira. Se o planeta Terra sobreviver pelo menos aos cinquenta séculos delimitados pela **Westinghouse**, provavelmente alguns de seus habitantes se interessarão em saber muitas coisas sobre Brasília. E vão encontrar várias histórias.

Histórias de operários, história da arquitetura e

do plano urbanístico da cidade; história sobre as motivações que levaram o Estado brasileiro a mudar a capital. História dos que a construíram, história dos que refletiram sobre ela. Entre tantas histórias, esta que vamos registrar nesta dissertação. Ela é um, entre tantos modos de se olhar um "acontecimento". (2)

# # #

O tema central do nosso trabalho baseia-se na tese de que a decisão de construir Brasília foi mais um gesto autoritário, entre tantos que povoam a cena política brasileira. Com uma particularidade essencial: ele insere-se num período considerado democrático. Nesse sentido, interessa perceber de que forma esse gesto autoritário foi apresentado à sociedade. Entender como uma idéia secular foi rearticulada e implementada no governo JK, como foi propagandeada e de que forma a sociedade brasileira interpretou essa propaganda, são os principais objetivos do nosso trabalho.

A nossa preocupação inicial era somente com a propaganda de Brasília. Ela surgiu a partir de algumas pistas que nos levaram a concluir que, de fato, houve uma grande propaganda sobre a transferência da capital.

A busca nos arquivos, tendo em mente esses objetivos, resultou na descoberta de novos atores que surgiam no cenário da construção da cidade. Eram os missivistas que, de todo o Brasil, e até de Brasília, se manifestavam sobre a nova capital. Fazendo pedidos pessoais ou simplesmente solidarizando-se com o projeto, essas cartas nos despertaram para algumas questões. Uma delas foi acerca da relação entre a propaganda oficial e as expectativas dos missivistas sobre Brasília. A outra, foi a percepção de que, ao lado disso, havia todo um imaginário político presente nessas

cartas, que passa pela centralidade da figura do presidente da República e pela questão da cidadania, das relações entre os indivíduos e o poder público.

A descoberta dessas cartas nos levou a refletir também sobre a não linearidade do tempo histórico . Ao mesmo tempo que os discursos oficiais, ou de seus simpatizantes, anunciavam a mudança de mentalidade do país, e o rompimento com um passado "atrasado", eis que essas cartas vinham lembrar a permanência do "antigo". Uma ideologia, a do desenvolvimento, anunciava a mudança radical de mentalidade, cujo símbolo máximo era Brasília, com sua arquitetura diferente, moderna. Enquanto isso, as forças sociais, estavam lá, se movimentando numa tradição que supostamente deveria ser negada. Foi aí que percebemos como esses "ingredientes" antigos também apareciam nos discursos oficiais , não como contradição do discurso ideológico, mas exatamente para dar-lhe sustentação.

As diversas manifestações populares durante a última campanha eleitoral e após a posse do eleito, quando o autoritarismo "moderno" de Collor de Mello encontrou uma enorme simpatia, reforçaram a nossa convicção da necessidade e importância de estudos que reflitam sobre o comportamento da sociedade frente ao poder público.

# # #

Alguns estudos sobre a construção de Brasília referem-se, de forma pontual, à propaganda do governo em torno da obra, especialmente para aliciar trabalhadores (3). O nosso trabalho, entretanto, estará voltado para a apresentação de alguns dos mecanismos utilizados pelo governo para propagandear Brasília para a sociedade como um todo, fazer da construção da

cidade um emblema do nacional-desenvolvimentismo. A divulgação da nova capital, nessa perspectiva, permitia ao governo popularizar temas caros à ideologia nacional-desenvolvimentista. Técnica, progresso, industrialização, modernidade, etc, os temas centrais daquelas formulações, desfilariam na propaganda da nova cidade. A tudo isso foram articuladas concepções que acenavam para uma "nova era", a partir de Brasília.

O primeiro capítulo, assim, estará centrado na contextualização do ressurgimento de uma idéia tão antiga. Ali, a nossa preocupação central é a de mostrar o terreno político em que a idéia ressurge e de como ela atende às preocupações (também antigas) da busca da nacionalidade e das tentativas de "livrar" o país do "atraso", do "subdesenvolvimento". Veremos como o governo, a partir do encaminhamento da mensagem criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital - NOVACAP, já tentava transformar a empresa e Brasília em símbolos nacionalistas. Os discursos de Juscelino são as principais fontes desse capítulo. Além disso, situaremos também o pensamento do ISEB e de outros intelectuais que compactuaram com esse projeto.

O segundo capítulo trata especificamente da propaganda oficial sobre Brasília. O seu objetivo é mostrar de que maneira o governo divulgou a construção da cidade, utilizando-se para tanto de inúmeros mecanismos e métodos. Rádio, matérias pagas em jornais e revistas, palestras, conferências, cinejornais, exposições, visitas de estrangeiros e brasileiros ao local das obras, foram alguns desses métodos e mecanismos identificados por nós. Veremos como, através deles, o governo pretendia influenciar a opinião pública sobre a importância da transferência da capital, e, principalmente, veicular, de forma abrangente, as concepções e visões de mundo que davam substrato à

ideologia nacional-desenvolvimentista. Tentaremos mostrar como os discursos oficiais buscavam ativar, no imaginário social, feitos heróicos e heróis, para justificar a ação de Juscelino e a construção de Brasília .

O terceiro capítulo procura mostrar como a sociedade à qual era dirigida essa propaganda, percebeu a construção de Brasília : quais os significados que criou, suas expectativas e sonhos. Trabalhamos basicamente com as cartas enviadas ao presidente da República, à sua mulher, dona Sarah; ao vice-presidente da República, ao presidente da NOVACAP e ao ministro da Guerra. Através da reprodução de trechos das cartas, tentamos situar essas expectativas no contexto da criação de Brasília , ao mesmo tempo em que buscamos não perder de vista o quadro mais geral das práticas e tradições políticas brasileiras, nas quais elas se inserem. Também nesse capítulo, procuramos mostrar a gritante contradição entre a propaganda oficial da cidade e o que de fato se passava no território da construção. Cartas enviadas de Brasília ao presidente da República são depoimentos contundentes das arbitrariedades e das condições de trabalho que então vigoravam no grande canteiro de obras.

No quarto capítulo, tentamos uma reflexão acerca da memória sobre a construção da cidade e do governo JK. Procuramos refletir também acerca dos ideais de modernidade explicitados no projeto de Brasília e, novamente através de cartas, o preço dessa modernidade. São as cartas que, também, sintetizam, nesse capítulo, a maneira como a população, de longe, registrou o significado de Brasília para o País.

Para a realização deste trabalho utilizamos fontes variadas que incluem filmes, fotografias, revistas, jornais, cartas, faturas e depoimentos orais.



Cada um com sua particularidade foi nos ajudando a compor o trabalho que ora apresentamos.

## NOTAS

- (1) Cf. AUGUSTO, Sérgio. "Tesouros do Cinema não se salvam do tempo". **Folha de São Paulo**, São Paulo, Ilustrada, 1 de outubro de 1989
- (2) Estamos utilizando a palavra **acontecimento** na acepção que lhe dá Pierre Nora, isto é, como um momento especular, um momento que se abre para diversas falas. Cf. NORA, Pierre. "O retorno do fato" in LE GOFF, J. e NORA, Pierre. **História: novos problemas**. 2. ed. Trad. Theo Santiago, Rio de Janeiro, F. Alves, 1979
- (3) Não são trabalhos sobre a propaganda de Brasília. O tema da propaganda é apenas referenciado sem intenção de aprofundar os mecanismos de propaganda. Ou, então, são trabalhos que se detêm apenas nos discursos, sem intenção de situá-los num contexto de propaganda. Cf. RIBEIRO, Gustavo S. Lins. **O Capital da Esperança - Brasília: estudo sobre uma Grande Obra da Construção Civil**. Tese de Mestrado, Brasília, UnB, 1980; TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília: o outro lado da utopia**. Tese de Mestrado, Brasília, UnB 1982; COELHO, Marcelo. **Brasília e a Ideologia do Desenvolvimento**. Tese de Mestrado, USP, 1988.

## CAPÍTULO I

### O Renascimento de uma idéia

"Brasília e a marcha para Oeste  
são uma obra de fé"  
(Juscelino Kubitschek, discurso em  
7 de julho de 1958)

A primeira referência explícita de Juscelino Kubitschek no sentido de ocupar a região Centro-Oeste, pode ser localizada no seu último discurso enquanto candidato à presidência da República.

Quase às vésperas da eleição de 3 de Outubro de 1956, o então candidato da coligação PSD/PTB fez um discurso no Rio de Janeiro intitulado "Pelo advento de um Brasil novo". Tratava-se de um balanço de sua campanha, quando ele revela o seu diagnóstico da problemática brasileira e anuncia qual deveria ser a solução correta para o que chamou de "a grande crise":

"...convenci-me de que a nossa grande crise tem uma única e terrível origem, que é a de não termos ainda encontrado a interpretação certa e justa para o caso brasileiro. É que mal saímos do litoral, mal conhecemos os problemas de superfície e apenas arranhamos o nosso **hinterland**. Somos realmente um País a conquistar ainda. Basta olhar do alto de um avião, como o fiz tantas e tantas vezes (...) o Brasil ainda está por fazer e que possuímos apenas uma pequena fatia deste imenso império que recebemos de nossos fundadores maiores. Quero ser presidente da República para iniciar a marcha para o Centro do Brasil, para ir ao encontro de nosso País...". (1)

Com esse discurso, Juscelino estava circunscrevendo a imagem da crise, tantas vezes utilizada na história do Brasil, à ausência de uma interpretação correta da realidade brasileira.

Marilena Chauí, ao se referir à questão, lembra que a "dramaturgia da crise" foi recorrente, por exemplo, nos discursos

dos integralistas da década de 30. É interessante observarmos que no centro desses discursos estava a noção de "crise estrutural ou orgânica", que identificava uma dualidade no País. Era a tese dos **dois Brasis**. Antagônicos, estes consistiam em um Brasil "litorâneo, formal, liberal de fachada" e um Brasil "sertanejo, concreto ou essencial, germe da nacionalidade que o outro Brasil não deixa desabrochar". (3)

Esse discurso de crise, de um caos rondando a sociedade, é uma maneira de integrar ideologicamente os diferentes setores da sociedade em um objetivo comum, cuja finalidade última é salvar a nação. Segundo Marilena Chauí, a crise, enquanto uma construção ideológica, serve pra fazer crer na iminência de um perigo que "ameaça igualmente a todos", dando-lhes o "sentimento de uma comunidade de interesses e de destino e leva-os a aceitar a bandeira de salvação da sociedade supostamente homogênea". (4)

Juscelino, ao adotar a "dramaturgia da crise", configura-a como sendo uma crise estrutural, isto é, uma crise interpretativa que vem de muito tempo. Reatualiza essa temática sem, contudo, perder o que ela tinha de essencial nos discursos dos integralistas, ou seja, o reconhecimento da existência dos "dois Brasis". A atualização do tema consiste, agora, em eliminar a imagem romântica do homem do interior, do sertanejo. Como veremos mais adiante, no Brasil que se preparava para entrar na era da técnica, não havia mais lugar para idealizar romanticamente a vida e o homem do campo. A meta era integrar esse homem, esse território, à civilização do litoral. (5)

O espectro da crise apontada por Juscelino encontrou apoio, por exemplo, dos empresários reunidos na Federação das Indústrias de São Paulo. Maria José Trevisan mostra como esses

empresários recorreram largamente à imagem da crise para justificar o apoio da classe ao governo de Juscelino Kubitschek. (6)

Juscelino transforma-se em intérprete da realidade brasileira, conferindo à ação de interpretar o País como resultado de uma nova postura que deveria ser doravante adotada pelos governos. Com essa fala, Juscelino quer instaurar a primazia da ação, racional, pois baseada no conhecimento do fato, e que consiste em domesticar uma realidade adversa. O tempo em que se ficava apenas "discutindo" os problemas do País estava definitivamente encerrado. Agora seria a vez dos "homens de ação", aqueles que livrariam a sociedade do atraso e do subdesenvolvimento.

Prossegue Juscelino:

"...o Brasil que ninguém vê das avenidas e arranha-céus, e que muitos poucos conhecem, quer que se inicie sem demora uma ação fundada na melhor técnica, para o seu desenvolvimento, de onde resultará a sua libertação, a fim de que se liberte afinal o homem miserável nosso compatriota, hoje conhecido como não consumidor".

O então candidato estabelece uma diferença fundamental entre ele e seus interlocutores, aqueles que vivem apenas dos benefícios da civilização do litoral. Enquanto aqueles vivem enclausurados nos seus arranha-céus, sem conhecer de perto e de fato o resto do País, ele, Juscelino, pode falar de "cátedra", pode ser o porta-voz do "homem miserável" do interior, porque ele já conhecia de perto essa realidade e sabia o quanto ela era injusta. Juscelino retomava, dessa forma, os propósitos da "Marcha para Oeste" de Getúlio Vargas, quando, também, o governo pretendia integrar "paisanos humildes", brasileiros de "penúria física", que viviam numa "miséria econômica", ao resto do País(7). Mas Juscelino atualiza, também, esses objetivos.

Os discursos em que Juscelino compara a transferência da capital à retomada da marcha para Oeste são significativos de sua intenção em associar os dois atos. Isso, porque existe uma recorrência às mesmas imagens utilizadas pelos discursos de Vargas, quando este defendia a marcha para Oeste: a constatação do isolamento da região; a continuidade histórica entre a marcha para Oeste e a epopéia dos Bandeirantes; a necessidade de intervenção planejada do Estado na região Centro-Oeste e o reconhecimento dos "dois Brasis".

Importa ressaltar, contudo, as diferenças entre os dois momentos da intervenção estatal no Centro-Oeste.

Na investida de Vargas a região ainda era vista como uma reserva de "brasilidade", a fonte de inspiração para qualquer iniciativa, a partir da tradição Bandeirante, conforme ele próprio se referiu em um discurso na passagem do Ano Novo de 1938. Nessa ocasião, Vargas lembrava que era da região Centro-Oeste que sairia o "produto das culturas variadas" e que era nas "entranhas" das suas terras que estavam guardados os metais que iriam "forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial". (8)

Em meados da década de 50, com a vitória de Juscelino, essa visão foi substituída por um pragmatismo político e econômico. Tratava-se de conquistar o Centro-Oeste para ampliar o mercado consumidor interno, viabilizar o programa de construção de estradas e garantir a expansão do capital circunscrito às regiões litorâneas, basicamente o sul e o sudeste.

Para o seu programa de industrialização, o mercado interno teria um peso significativo. As populações do interior reduzem-se, nesse discurso, a "não consumidores", que necessitam urgentemente de ser absorvidos pelo mercado.

A ação fundada na "melhor técnica", na concepção Juscelinista compreende uma intervenção estatal, que seria decisiva para encaminhar o País para o seu verdadeiro destino de "grande nação". A intervenção estatal, contudo, não seria de forma aleatória, sem planejamento. Seria uma intervenção baseada na "melhor técnica". O ato de "marchar para Oeste", consiste em levar para o interior a "civilização" e a "cultura" restritas ao litoral, através da mediação do governo. A redenção do País se daria, nessa perspectiva, pela conquista do interior quando, através da aplicação da técnica, o desenvolvimento seria finalmente alcançado. (9)

Quando Juscelino anuncia que a técnica seria a ação fundadora de uma nova realidade para o Brasil, compreende isso como sinônimo de desenvolvimento econômico, baseado na industrialização. Não é por acaso que, ainda candidato, durante um almoço com jornalistas no Rio de Janeiro, Juscelino contou uma estória "edificante" sobre o assunto. Durante um comício em Juazeiro, interior da Bahia, contou ele que foi interpelado por um "cidadão descalço" que lhe pediu uma "fábrica para que as suas filhas" pudessem trabalhar. Poderia ser uma fábrica qualquer, desde que oferecesse trabalho. (10)

A dicotomia dos "dois Brasis" assume proporções dramáticas no discurso de Juscelino, onde só há um caminho possível para a libertação dos grilhões do atraso. Não podemos esquecer que as preocupações de Juscelino situam-se no contexto das teses da Comissão Econômica para a América Latina - CEPAL, então dominantes.

Os estudos conjuntos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDE/CEPAL, publicados em 1955 serviram de orientação para o Programa de Metas de Juscelino. O

que estava no centro das análises da CEPAL, desde 1949, e explicitado em um documento de 1951, era a preocupação de "ordenar o processo de substituição de importações, base da industrialização e do desenvolvimento dos maiores países da região a partir da crise do setor externo". Essa análise da CEPAL baseava-se na constatação de que a raiz dos problemas dos países subdesenvolvidos podia ser identificada na deterioração "a longo prazo dos termos do intercâmbio" entre os países situados nas duas partes desiguais da divisão internacional do trabalho. A partir daí, as análises baseadas nos estudos da CEPAL, colocam em relevo a necessidade de aprofundar o processo de industrialização, a partir de uma ação estatal programada. (11)

Cumprindo o papel de condutor de um projeto que vai, enfim, redirecionar o País para o seu rumo correto, Juscelino anuncia a fórmula mágica, que possibilitará essa retomada. O País, a sua situação de crise, era um fato que ninguém poderia ignorar. A realidade saltava aos olhos de quem quisesse abri-los. Era exatamente isso que ele estava fazendo. Agora, restava adotar uma postura "científica", ou seja, interpretar a realidade brasileira a partir dos dados empíricos fornecidos pela própria realidade.

E, qual seria a interpretação correta? A de que o Brasil ainda não existia enquanto País, pois não tomou posse de si mesmo, não continuou a tarefa de conquista dos seus "ilustres antepassados". A noção de País, como uma união homogênea de seu território, é colocada claramente, já anunciando uma ação intervencionista do Estado, no sentido de garantir essa união fictícia. E, finalmente, anuncia o que seria a tarefa primordial para combater essa crise, ou seja, se eleito, tomaria em suas mãos o grande destino do País, que estava idealizado na grande



marcha para o centro do território.

Mais adiante, prossegue Juscelino:

"A crise brasileira resulta do fato de não termos aprendido o que é e como deve ser trabalhado este País. Ela é principalmente uma crise interpretativa, como já disse. Gastamos o nosso tempo em vão; e enquanto a maioria de brasileiros não come o necessário e é vitimada por numerosas doenças, discutimos problemas sutis e fazemos distinções e discursos..."(12)

Juscelino transforma-se em intérprete privilegiado da realidade brasileira, conferindo aos novos governantes um modelo de ação baseado na aplicação das técnicas de planejamento estatal. A solução dos problemas nacionais, segundo essa leitura, passa, necessariamente, por uma nova postura das elites dirigentes do País. Ainda no discurso de candidato, diz Juscelino sobre isso:

"A crise brasileira será solucionada de acordo com a mentalidade das elites dirigentes deste País. Se os homens na direção da coisa pública se julgarem vencidos pelas dificuldades, soterrados e acachapados pela grandeza dos problemas, aí, sim não haverá solução. Mas se empregarem o raciocínio simples e direto, se em lugar de empirismo, das complicações, de falta de competência, alheamento de tudo que é concreto, atuar enfim a inteligência, a técnica e o sentido da realidade, nada mais deterá a nossa marcha". (13)

A solução "pelo alto" para os problemas do País é apontada claramente por Juscelino. Tudo depende da mentalidade das elites dirigentes, no melhor estilo dos autoritários da década de 30 (14). O "discurso da competência", do qual fala Marilena Chauí, apresenta-se com todas as letras, ou seja, para resolver os problemas, aqueles identificados por Juscelino, basta que uma elite dirigente tenha capacidade de raciocinar sobre eles - não um raciocínio qualquer, mas um "raciocínio simples" - tenha competência, inteligência e, sobretudo saiba usar a técnica

correta (15). Todas as contradições da sociedade, fruto de uma história ela própria contraditória, passam a ser concebidas como "problemas" de uma elite dirigente que, se quiser, poderá trazer as coisas ao seu curso normal.

Essas concepções de Juscelino já podiam ser vislumbradas quando da apresentação das "Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento", apresentado ainda em 1955, em Belo Horizonte. Na apresentação dizia ele que:

"O programa de governo que me proponho a realizar prevê, inicialmente, a adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa de nosso progresso...". (16)

As elites às quais se referia Juscelino já estavam devidamente nomeadas: a iniciativa privada nacional, o capital estrangeiro e o Estado. Uma dosagem adequada da participação de cada um desses elementos, formaria o tripé da política de sustentação do programa de desenvolvimento do governo JK.

De forma sintética, as seis grandes metas prioritárias do governo de Juscelino, segundo as suas "Diretrizes Gerais", estavam divididas em: 1) expansão dos serviços básicos de energia e transporte; 2) industrialização de base; 3) racionalização da agricultura; 4) valorização dos trabalhadores; 5) educação para o desenvolvimento; 6) planejamento regional e urbano. A construção de Brasília viria a ser o coroamento do item número um, assim como se constituiria no ponto de partida para o de número seis, ou seja, a partir de Brasília, seria possível o planejamento regional e urbano. Assim, muito mais do que simples decorrência de um pedido popular, a decisão de transferir a capital para o interior, teve realmente a intenção de atender,

entre outras demandas, à necessidade do governo de sintetizar suas metas em uma espécie de pólo mobilizador de todas as outras. Apesar de Juscelino se referir ao episódio do comício de Jataí (17) como o marco para a sua decisão de construir Brasília, de fato, ele percebeu como seria importante a construção de Brasília para capitalizar todos os outros esforços do seu Plano de Desenvolvimento. Diz ele em suas memórias sobre o assunto:

"Tive, então, a visão do que deveria ser feito. Rasgaria um cruzeiro de estradas, demandando dos quatro pontos cardeais, tendo por base Brasília (...). A construção prévia de Brasília seria imprescindível para o êxito daquele ambicioso plano. Qualquer estrada deve ter um ponto de chegada, que justifique sua implantação. Não poderia dirigi-la para o interior, fazê-la rasgar a selva, sem um objetivo econômico. Seria insensato despender somas fabulosas apenas para chegar a uma taba de índios".  
(18)

Essa racionalidade, que aparece tão limpidamente no discurso de Juscelino já como produto de uma avaliação de um fato do passado, não o era quando a decisão de construir Brasília foi apresentada à sociedade. É certo que, durante a sua campanha à presidência da República, Juscelino teve a oportunidade de percorrer o País de ponta a ponta, numa maratona que obrigou o candidato a vencer um total de 205 mil quilômetros, sendo 197 mil em avião, num total de 692 horas de voo. Essas viagens pelo interior do País, inclusive em regiões não freqüentadas normalmente por candidatos, devem ter alertado Juscelino para o significado da transferência da capital, isto é, dos dividendos políticos que isso lhe traria, como o coroamento do seu Plano de Metas. É importante lembrarmos que, quando ainda era governador de Minas Gerais, precisamente em 1954, Juscelino foi informado dos estudos feitos pela Comissão de Localização da Nova Capital Federal, chefiada pelo marechal José Pessoa Cavalcanti de

Albuquerque, no "retângulo Cruls", região demarcada pela primeira comissão, criada em 1892, chefiada pelo astrônomo Luís Cruls (19). Embora Juscelino não se refira a esse fato em suas memórias, o certo é que, realmente, ele já estava inteirado da questão, de uma forma bem menos superficial do que gostaria de transparecer. A tentativa de mostrar sua atitude como fruto da "casualidade" parece combinar melhor com o perfil de um político que se pretendia antiburocrático, além de um predestinado, a quem o destino reservara a missão de realizar um "desejo secular" do povo brasileiro. (20)

Disposto a realizar, em escala ampliada, o que já fizera no governo de Minas Gerais, Juscelino adotou o lema "50 anos em 5", baseado em um desenvolvimento acelerado do País, que deveria ao final do seu governo surgir como uma nova potência na América Latina. Apesar das teses nacionalistas que ainda vingavam na esteira de Getúlio Vargas, Juscelino, desde o começo, deixou claro que uma política de desenvolvimento estaria apoiada no capital estrangeiro. (21)

Foi esse discurso que, finalmente apurados os resultados das eleições, surgiu como vencedor.

Com uma população estimada em 58.456.000 habitantes, 15.243.246 eleitores inscritos, o pleito de 1955 levou às urnas 9.097.014 eleitores. Juscelino obteve uma votação inferior a do seu vice, João Goulart: 3.007.411, contra 3.591.409. Menor ainda do que a de seu antecessor, Getúlio Vargas, que, de um contingente de 8.254.989 eleitores, conseguira 3.849.040 votos. Presidente eleito pela minoria, isso não abalou os ânimos de Kubitschek. Afinal, viera de uma campanha em que houve até um "golpe preventivo" para garantir a sua posse (22). Na verdade, todas as manobras dos setores descontentes com a

candidatura e eleição de JK, basicamente de udenistas como Carlos Lacerda e de militares antivarguistas, parecem ter contribuído para que Juscelino recebesse apoio de setores da esquerda e do clero, fontes de apoio futuro para o seu governo. (23)

# # #

Poucos dias após a sua posse, Juscelino recebia no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro, o marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Planejamento e Construção da Nova Capital Federal. Presentes à reunião o deputado federal pelo PSD, Israel Pinheiro e o senador goiano Pedro Ludovico. À saída da reunião o marechal José Pessoa diria que:

"...encontrara grande interesse da parte do Presidente da República pela obra de planejamento e edificação da futura sede do Governo e o desejo de que a Comissão de Planejamento fosse transformada em autarquia, de modo a que, enfeixando atribuições específicas e recursos próprios, pudesse mais eficazmente levar adiante sua tarefa". (24)

Ato contínuo, o presidente, em sua mensagem de 15 de março de 1956, comunicava ao Congresso Nacional que:

"Está o governo Federal em condições de prosseguir na obra de construção da terceira metrópole do Brasil, tendo sido programados, para o ano em curso, os trabalhos relativos à demarcação das fronteiras do território do futuro Distrito Federal...". (25)

De fato, o governo de Juscelino Kubitschek já encontrava sedimentada uma série de iniciativas de seus antecessores, permitindo que, agora, o que era apenas estudos, projetos, fosse finalmente concretizado (26). Restava dar o passo definitivo para realizar a tarefa. O primeiro, seria a criação de uma empresa (não mais uma Comissão) do Estado que assumiria a responsabilidade da empreitada. Para tanto, o presidente buscou

cercar o acontecimento de significados junto à população, associando a criação da nova empresa e a transferência da capital a outros acontecimentos considerados nacionalistas e heróicos no passado. Assim, a intenção inicial de Juscelino era lançar a sua "mensagem de Goiânia", local onde, em 1940, Getúlio Vargas lançara a sua "Cruzada Rumo ao Oeste". Nessa ocasião, no mesmo palco de Vargas, Juscelino anunciaria o seu projeto de transferir a capital para o interior. Uma mudança imprevista na rota do seu vôo, devido ao mau tempo, obrigou-o a uma aterrissagem no aeroporto de Anápolis, cidade próxima a Goiânia. (27)

Frustrada a analogia entre os dois acontecimentos, é assinada no aeroporto de Anápolis a "Mensagem de Anápolis", no dia 18 de março de 1956. Enviada ao Congresso Nacional sob o número 156, a mensagem fazia um histórico da idéia de mudança da capital, expunha os motivos que levavam o governo a encarar o projeto de forma definitiva e apresentava o projeto de Lei criando a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP. O projeto tramitou no Congresso Nacional durante sete meses, sendo necessária a intervenção pessoal de Juscelino junto à bancada de deputados da UDN de Goiás, no sentido de agilizar a votação. O interlocutor do presidente junto às bancadas foi o deputado Emival Caiado, da UDN de Goiás. Caiado, figura chave no Congresso Nacional, parece ter negociado todas as condições para obter a aprovação do projeto do Executivo. As barganhas políticas em troca da aprovação ficam patentes quando confrontamos o projeto original com o que foi aprovado. No projeto que foi enviado por Kubitschek, não consta nada sobre a presença de membros da UDN na direção da NOVACAP. O projeto aprovado sete meses depois sofria dois acréscimos importantes. Na Seção III, ao título inicial, foi acrescentada a palavra "Fiscalização", e, ainda na

mesma Seção, foi incluído o parágrafo 6º, estabelecendo que "um terço dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal será escolhido em lista tríplice de nomes indicados pela Diretoria Nacional do maior partido político que integrar a corrente de oposição no Congresso Nacional". O "maior partido da oposição" era a UDN. A versão que Juscelino dá ao episódio revela a preocupação de construir (ou consolidar) uma imagem de político conciliador. O que deve ter sido uma exigência da UDN, passa para a história como uma concessão do presidente. Embora a UDN não tivesse a maioria no Congresso, ela poderia, como de fato o fez, atrasar a votação do projeto. Por outro lado, a exigência de marcar uma posição de "fiscal" da obra, era bem típica da imagem moralista, bandeira cara ao partido (28). O projeto foi aprovado, sendo a lei sancionada pelo presidente em 19 de setembro de 1956, sob o número 2.874.

No mesmo mês, foi lançado um concurso nacional de projetos para o Plano Piloto de Brasília, quando concorreram 26 projetos, sendo vencedor o do arquiteto e urbanista Lúcio Costa (29). O arquiteto Oscar Niemeyer ficou responsável pela arquitetura dos edifícios públicos da cidade. Na estrutura da empresa existia um Departamento de Urbanismo e Arquitetura - DUA, que coordenava as atividades de arquitetura e urbanismo durante a implantação da cidade. Para construir a nova Capital, Juscelino queria utilizar os mesmos métodos de quando foi prefeito de Belo Horizonte e convocou Niemeyer para realizar o conjunto da Pampulha. Niemeyer foi, desde o início, o escolhido por Juscelino para executar o projeto urbanístico e arquitetônico da cidade, ao contrário do que o ex-presidente afirma em suas memórias, quando sustenta a versão de que sempre foi favorável a um concurso internacional. Conforme o relato do próprio Niemeyer, o arquiteto

havia "recusado o convite feito por Juscelino Kubitschek para elaborar aquele projeto"(30). Também num depoimento para a revista **Módulo**, Niemeyer diz que recusou-se "a aceitar a elaboração do Plano Piloto" porque queria um concurso, pensamento predominante no IAB (31). O arquiteto Nauro Jorge Esteves, amigo e membro da equipe de Niemeyer, aponta nessa direção. Em uma entrevista, ele relata que Juscelino convocou Niemeyer para fazer o projeto da cidade, o plano de urbanismo, mas que Niemeyer recusou, achou que "não era correto", que ele não deveria, dada a "importância que seria a Capital do Brasil". Niemeyer teria sugerido a Juscelino que "fizesse um concurso público".(32)

Antes de enviar a mensagem com o projeto de lei criando a NOVACAP, e treze dias após a reunião com o marechal Pessoa, isto é, em 17 de fevereiro de 1956, o presidente Juscelino faz o seu primeiro pronunciamento através da "Voz do Brasil". Na ocasião, ele realizou um balanço dos primeiros quinze dias do seu governo. O principal problema do País é então apontado como sendo a inflação, uma "palavra terrível", "realidade devoradora". Para combater o "terrível mal" Juscelino anuncia uma política de rigorosa economia, poupança nos gastos e eliminação de despesas consideradas supérfluas ou adiáveis "com o corte de todos os investimentos oficiais para obras suntuárias".

**Suntuária**, na definição do filólogo e dicionarista Aurélio Buarque de Holanda Ferreira refere-se a: 1. "despesas ou a luxo; 2. "suntuoso". **Suntuoso**, na definição do mesmo autor, significa: 1. "com que se fez grande despesa"; 2. "em que há grande luxo; pomposo, magnificente, aparatoso, suntuário" (33). Certamente o presidente da República não incluía na categoria de **suntuário** a construção de Brasília, nem como despesa supérflua, apesar de a criação da NOVACAP compreender, de imediato, a



"entrada , em dinheiro, da importância de Cr\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de cruzeiros) necessárias às despesas da organização, instalação e início dos serviços da Companhia". (34)

Nesse primeiro discurso de Juscelino dirigido ao grande público, a decisão de transferir a capital ainda não é anunciada. Nesse momento, é apenas preparado o terreno, quando a opinião pública toma conhecimento das condições em que o País se encontra - claro que numa situação de "crise" - e quais são as possibilidades de "salvação". Para concluir, Juscelino adverte que:

"Esta exposição sobre o estado econômico e financeiro do País é um rasgar de véus para a visão, a fundo, com toda a nitidez, das nossas dificuldades (...). Vejo que o povo está cansado de enganos, ilusões, aparências e mentiras. E prefere agora olhar de frente, corajosamente, a realidade difícil e saber que sacrifícios são necessários de todos - governo e particulares - para que se realize uma recuperação material e moral na estrutura do País". (35)

A palavra "sacrifício" não é utilizada em vão nesse primeiro discurso de Juscelino à população. O "sacrifício" está associado, nessa fala, a uma "recuperação moral e material" do País. Ora, constatada a situação de crise - estrutural e conjuntural - a sua superação passa a ser apresentada como a única possibilidade de reerguimento do País e de suas forças sociais. O promotor desse reerguimento seria o Estado, encarnado no governo JK. Portanto, todos teriam que se "sacrificar", em função de um bem que viria trazer a felicidade geral, isto é, uma nova moralidade e benefícios materiais.

A simbologia que o uso dessa palavra evoca, sintetiza a mensagem que Juscelino queria transmitir. Tradicionalmente, para a maioria dos povos, sacrifício significa "renúncia aos

vínculos terrenos por amor ao espírito ou à divindade" (36). Na tradição católica brasileira, esse símbolo é reforçado. Suporta-se as dores terrestres, renuncia-se a uma série de bens terrenos para alcançar a vida eterna. Na vida política brasileira esse "espírito de renúncia" encontra bastante espaço nos discursos políticos e a compreensão de parcela da sociedade quando estes querem impor alguma medida antipopular. (37)

Nesse discurso, Juscelino já anunciava, metaforicamente, qual seria a contrapartida da sociedade às suas iniciativas no governo. Em troca de uma série de renúncias, a sociedade brasileira alcançaria um bem superior - uma nova moral - e um bem terreno - a recuperação material do País. Essa troca - o sacrifício por uma vida melhor no futuro - pretendia-se realizar em toda a sua plenitude, durante a construção de Brasília. Na edificação da cidade do "futuro" ou da "esperança", sacrifícios não foram poupados, muitas vidas, de fato, sacrificadas. Aliado à idéia de sofrimento, o sacrifício exigido dos "candangos" que construíram a cidade foi explicitado pelo discurso de Israel Pinheiro, no dia da inauguração da cidade. Na ocasião, o presidente da NOVACAP afirmou que em função dos sofrimentos é que surgiu uma "nova força propulsora, de imponderável significação - o espírito de Brasília" (38). Não é à toa que numa das paredes externas do Museu Histórico de Brasília está escrito que Brasília foi "construída com destemor, **sacrifício** (grifo nosso) e determinação, assinala o certo e desejado encontro do Brasil com a sua grandeza". Ou seja, o "sacrifício" valeu a pena, pois era "certo" e "desejado" o objetivo cumprido.

Por outro lado, ao mesmo tempo que se diferencia dos seus interlocutores - os particulares - Juscelino une-se a eles, através de uma imagem que unifica a todos, o governo. Reconhece a

diferença entre um e outro, mas propõe uma união de todos em torno de um objetivo comum: salvar o País. Não importa o lugar que cabe a cada um dos sujeitos sociais, o que importa agora é que todos devem estar unidos sob o objetivo único, que significa recuperar moral e materialmente o País. Juscelino apresenta-se então como o agente de uma nova ordem. Ele que, ainda candidato, avisara que a crise do País era, sobretudo, uma crise interpretativa, devido a uma avaliação incorreta dos problemas nacionais. Agora eleito, legitimado pelo voto popular, podia fazer-se mais do que intérprete da sociedade. O seu governo não só realizaria uma nova leitura dos problemas nacionais, como também promoveria uma orientação correta do seu desenvolvimento. Todos agora já tinham conhecimento das dificuldades e já sabiam qual seria o remédio.

Não mais "deitado em berço esplêndido". Através de JK, do seu governo, "o gigante adormecido" iria enfim levantar-se. **Rasgar de véus, engodos, ilusões, aparências, mentiras:** O profeta da modernidade anuncia o primado da realidade sobre a fantasia, como princípio fundante de uma nova era. O curioso é que, exatamente no período JK, conforme análise de Maria Sylvia Carvalho Franco, viveu-se um "tempo de ilusões": ilusão do progresso, da modernidade, da participação igualitária na riqueza, na cultura e na política. Um tempo em que a ideologia nacional-desenvolvimentista formulada no interior do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, e disseminada na sociedade, propiciou "uma ilusão essencial ao modo capitalista de produção, isto é, que as relações entre trabalhador e capitalista sejam de troca simples, em que ambos obtém um equivalente". (39)

No contexto da criação de Brasília, mais uma vez, assim nos parece, essa "ilusão" assumiu foros de realidade. Nesse

aspecto, a posição do ISEB era bem clara, ou seja, Brasília apontava para a possibilidade de unir, num mesmo ideal, as diferentes classes sociais, sob o olhar vigilante e imparcial do Estado. É o que se depreende de uma passagem do livro **Brasília e o desenvolvimento nacional** de autoria de Roland Corbisier, diretor-executivo do órgão:

"A cidade contemporânea não deve refletir em sua estrutura, quer dizer, em seu plano arquitetônico e urbanístico, os desequilíbrios, as injustiças e os privilégios das cidades construídas, como diz Oscar Niemeyer sobre o 'sofrimento e a opressão'. A cidade contemporânea, ao contrário, em vez de consagrar a iniquidade, deve ser o quadro que propicia a convivência humana fundada na justiça, abrindo a todos as mesmas possibilidades de desenvolvimento e realização. Salientemos que Brasília não está sendo construída por uma classe, como até então tem ocorrido com as cidades brasileiras. Não é a aristocracia rural, nem a burguesia mercadora, nem o capitalismo urbano, que estão edificando, mas o próprio Estado brasileiro". (40)

A construção de Brasília canalizou grande parte desse sentimento de participação na vida nacional e propiciou essa "ilusão" de que alguma coisa poderia ser diferente; de que uma nova cidade estava sendo construída pelas mãos de todos, independentemente de classes sociais e que, a partir dela, estava sendo instaurada uma nova forma de vida. A grande propaganda oficial em torno do projeto e o engajamento de parcela da **intelligentsia** brasileira na construção da cidade, forneceram grande parte da argumentação ideológica que sustentou o projeto.

Essa **intelligentsia** não era apenas a que estava vinculada ao ISEB, mas também os arquitetos da corrente modernista da arquitetura, discípulos de Le Corbusier; intelectuais como Mário Pedrosa e Antônio Callado, etc (41). Era uma época em que os arquitetos de esquerda passavam por um processo de avaliação do seu papel na transformação da sociedade.

Naquele momento, esses intelectuais viam a possibilidade de transformação através da iniciativa estatal, que conduziria o processo de emancipação das forças produtivas. O ato de construir uma nova cidade, exatamente a capital do Brasil, sugeria para esses intelectuais um aceno para mudanças estruturais na sociedade brasileira. O que os unia - arquitetos e outros intelectuais - era a expectativa de que o País poderia instaurar uma nova ordem a partir de sua nova capital. O crítico de arte Mário Pedrosa dizia que:

“Construir uma cidade é, hoje, portanto, uma utopia perfeitamente planejável, e um móvel de alcance de homens capazes e movidos por uma ação coletiva. Uma cidade, com seu programa, sua finalidade, sua planta é, portanto algo como autêntica obra de arte a realizar”. (42)

Brasília, nesse sentido, foi, realmente, o meio através do qual a ideologia do desenvolvimento pôde materializar-se. Os depoimentos de pessoas que participaram da construção da cidade são, em sua maioria, unânimes em classificar aquela época com uma “época de fraternidade”. Mesmo militantes de partidos da esquerda, como Geraldo Campos, na época pertencente aos quadros do PCB, confessou que até a inauguração de Brasília imaginava-se, como outros trabalhadores, um pouco como “dono” da obra:

“...eu lembro a alegria da gente quando via um novo trecho asfaltado, um prédio que era inaugurado, alguma coisa que tava concluída, a gente vivia como se fosse nós um pouco dono daquela obra; nós não nos sentíamos apenas como empregados que tava ... e imaginávamos que depois que nós conseguíssemos entregar a capital, e mesmo incompleta, no dia 21 de abril para sua inauguração, nós imaginávamos que a vida mudaria (...) um sonho, pode se mostrar como tava cheio de... ilusões nesse meio, mas era mais ou menos assim que nós nos sentíamos...”. (43)

Curiosamente, em 5 de janeiro de 1956, pouco antes da posse de Juscelino, os cinemas anunciavam a estréia do filme

"Sinfonia Carioca", dirigido por Walter Macedo, estrelando Anselmo Duarte e Eliana. Nos cartazes de propaganda da película, o convite:

"Este é o Brasil da Música,  
do sonho e do Romance". (44)

O Brasil que Juscelino prometia "desencantar"(45), entrava em uma outra era de encantamento: aquela em que se acreditava que, através da técnica e de um sentido único da história, o Brasil poderia vencer o atraso e igualar-se às nações do Primeiro Mundo. Não importava a que preço, e quais os "sacrifícios" que seriam exigidos. Se a construção de Brasília significaria maior endividamento do País, inflação, maior concentração de riquezas pelos empresários que se beneficiariam com as obras e se, por sua causa, muitos operários morreriam. Não importava. Como diria Juscelino anos depois, "o importante, numa batalha, não são os mortos e os feridos mas a praça conquistada"(46). Tratava-se de uma batalha, a do desenvolvimento, cujo front encontrava-se em Brasília.

# # #

Criada a NOVACAP, portanto estabelecida legalmente a idéia, tratava-se de mobilizar a sociedade em torno do projeto. A questão da transferência da capital para o interior nunca foi um anseio popular, nunca se constituiu uma campanha a nível nacional pela mudança (47), como por exemplo, a campanha "O Petróleo é nosso", durante o governo Vargas (48). A idéia, embora existisse já nos planos dos Inconfidentes Mineiros - como um dos itens do seu programa de governo - atravessou gerações sem que houvesse uma sensibilização maior da sociedade. Juscelino tinha consciência disso. Sabia que era necessário criar vínculos entre

a empresa que iria construir Brasília e a sociedade, de forma que resgatasse um sentimento nacionalista, algo que fosse caro ao imaginário popular. A criação da Petrobrás parece ter-se apresentado como um forte elo entre os dois projetos.

Na sua mensagem enviada ao Congresso Nacional, em 18 de março de 1956, quando propôs a criação da NOVACAP, Juscelino faz referências à criação da Petrobrás, comparando as duas ações:

“... o projeto que ora apresento (...) procurando através da Companhia Urbanizadora, que se organizará segundo o tipo de empresa industrial do Estado, atendendo a precedentes felizes como o da criação da Petrobrás”. (49)

Entende-se que o precedente feliz tem um sentido duplo: ser a NOVACAP bem sucedida enquanto empresa estatal e, mais do que isso, ser um novo emblema de uma ação nacionalista, patriótica: a realização de um desejo secular, portanto, legítimo. O nacionalismo da campanha pelo petróleo poderia ser reeditado, agora sob o lema da transferência da capital. Assim como a estatal do petróleo, a NOVACAP seria o novo símbolo do nacionalismo. Sob essa perspectiva, Juscelino conclui sua mensagem:

“Estou certo de que o Congresso Nacional dedicará ao assunto a atenção que lhe ditarem seus sentimentos de patriotismo e sua exata noção do interesse público”. (50)

Rico de significado, o símbolo da Petrobrás apresenta-se como um dos primeiros de uma série que será resgatada nos discursos oficiais sobre a construção de Brasília. A nova cidade, entendida como a expressão maior da ideologia nacional-desenvolvimentista, foi construída simbolicamente, recorrendo-se ao que Alcir Lenharo chama de “reconstruções seletivas do passado”(51). Um passado onde só há lugar para

heróis. Uma determinada periodização da história é recuperada para justificar uma decisão de legitimidade duvidosa. Simultaneamente, os discursos oficiais também veiculam - para justificar Brasília - visões deterministas acerca do desenvolvimento. Embalados pela concepção urbanística da cidade, esses discursos buscaram afirmar, junto à sociedade, um modelo de desenvolvimento, fruto de uma "razão" de Estado. Razão fruto da técnica, ou seja, a mítica do desenvolvimento. Nesse sentido, os discursos oficiais recuperaram todo um universo de representações políticas que já circulavam na sociedade. O que o governo JK fez, foi realizar, a nível de discurso, um encadeamento lógico entre os diversos acontecimentos da história do Brasil e a transferência da capital.

# # #

Brasília foi de fato, um símbolo. Parece que não seria exagero afirmar que tenha sido, talvez, o símbolo que melhor representou as propostas desenvolvimentistas do governo JK.

É nas formulações do ISEB sobre Brasília que vamos encontrar delineada a necessidade de o governo JK encontrar um símbolo revelador de sua ideologia. Nesse sentido, é exemplar o texto de Roland Corbisier, em que sintetizou o significado de Brasília no contexto nacional-desenvolvimentista. (52)

Reforçando os argumentos das teorias cepalinas, o diretor-executivo do ISEB faz um histórico da tradição cultural do Brasil, ou melhor, da ausência de tradição, sobretudo por ser ele um País agrícola. Condição que fazia do Brasil um País em que a natureza se impunha à cultura. Constatando que a tradição urbana é que caracteriza as verdadeiras civilizações, lembra que, no



Brasil, as cidades foram construídas à imagem e semelhança do conquistador português. Sua arquitetura, reflexo do gosto aristocrático da sociedade colonial. A posição dessas cidades, na orla marítima, atendia às exigências da economia colonial.

A evolução das cidades brasileiras, ainda segundo a leitura de Corbisier, é uma demonstração da falta de um planejamento estatal. Cidades crescem desordenadamente, sobrepondo estilos de diferentes épocas na sua arquitetura, tornando-se um "aglomerado inorgânico e caótico". Ele conclui que a "desordem arquitetônica e a ausência de urbanismo são os aspectos mais negativos" do crescimento das principais cidades brasileiras.

O novo Estado Brasileiro, prossegue Corbisier, com suas propostas desenvolvimentistas, consciente do seu novo papel, como agente das transformações - exigidas também pelas "novas" classes em ascensão, isto é, "burguesia industrial", o "proletariado" as "classes médias esclarecidas" e a "lavoura de base tecnológica" - não poderia manter a capital do País no local que simbolizava a herança colonial, tempo que era preciso esquecer.

Esse novo Estado deveria fundar um novo espaço, elaborar novos significados que representassem a nova era que se pretendia inaugurar. É assim que Corbisier justifica a transferência da capital:

**"Ao transitarmos, por força do desenvolvimento econômico, da política de clientela para a política ideológica, do Estado Cartorial para o Estado que chamamos de funcional, não poderíamos conservar a capital na cidade em que se encontra há duzentos anos, porque tal localização corresponde a uma fase de nossa evolução histórica que se tornou imperioso ultrapassar". (grifos nossos) (53)**

Não seria a primeira vez que a arquitetura serviria

de emblema de um novo poder, para anunciar e diferenciar um novo tempo. Sobre isso, seria interessante recorrermos ao que diz Bronislaw Baczko:

"... todas as cidades são, entre outras coisas, uma projeção dos imaginários sociais no espaço. A sua organização espacial atribui um lugar privilegiado ao poder, explorando a carga simbólica das formas (...). A arquitetura traduz eficazmente, na sua linguagem própria, o prestígio que rodeia um poder, utilizando para isso a escala monumental, os materiais 'nobres' etc".(54)

Brasília, seria uma espécie de "Altar da Pátria", local por excelência onde estariam reunidos todos os brasileiros, onde cada um daria a sua contribuição, de acordo com suas possibilidades e de acordo com o seu lugar na divisão social do trabalho: arquitetos, engenheiros, empresários, operários, o Estado, etc.

Referindo-se ao papel da arquitetura, enquanto um emblema da razão durante a Revolução Francesa, Jean Starobinski lembra que, em diversas ocasiões, o símbolo arquitetônico serviu para lembrar aos cidadãos que uma nova ordem estava sendo instaurada. Uma nova arquitetura era assim imprescindível para pontuar a diferença entre o **Ancien Régime** e a nova ordem. Naquela ocasião, interessava ressaltar a participação dos cidadãos em torno de um monumento que combinasse a intervenção do homem no espaço e o sentimento de que cada um era sujeito de um novo rito. No primeiro aniversário do 14 de julho, relata Starobinski, um famoso arquiteto francês ergueu "um triplo arco do triunfo", em torno do qual reuniram-se "os cidadãos de toda condição haviam participado dos trabalhos preparatórios de terraplenagem" (55). Essa expressão, "Altar da Pátria", representa muito bem o significado da missa celebrada em Brasília em maio de 1957. Gustavo Lins Ribeiro lembra que essa missa foi apresentada

oficialmente como sendo a primeira realizada em Brasília, embora já tivessem sido celebradas duas outras. O autor destaca a riqueza simbólica que o ato representou. Por um lado, estabelecia uma ligação com a primeira missa realizada no Brasil: o segundo e o primeiro descobrimentos. Os índios Carajás, presentes à cerimônia, era o "elemento humano" concreto que lembrava essa ligação. Por outro lado, a cerimônia apresentava-se também como um momento de "aglutinação" de todos os segmentos sociais, irmanados em um único objetivo (56). A revista **Brasília** dedicou um número especial ao evento e referiu-se ao "altar monumento". A presença dos índios Carajás foi considerada pela revista como a "nota pitoresca da cerimônia". O tom de sacrifício foi lembrado por Juscelino na ocasião, quando disse que:

"Plantamos com o sacrifício da Santa Missa, uma semente espiritual neste sítio, que é o coração da Pátria" (57)

Somente a simbologia da missa, celebrada com todas as pompas, em 3 de maio de 1957, e o seu significado no contexto da construção de Brasília, já daria uma outra tese. O "Altar da Pátria", ao qual se refere Starobinski, encontraria naquela cerimônia sua completa confirmação. Sacrifício, união entre as classes, identificação entre o poder divino e o poder temporal. A maneira como a revista **Brasília** estruturou a reportagem e as imagens fotográficas é reveladora da importância do ritual no contexto da construção da nova capital. O próprio Juscelino afirmara durante o encerramento do Encontro dos Bispos do Nordeste, que o Brasil, embora não tivesse religião oficial, dava um exemplo "ao mundo" [ao] "oferecer" [um] "espetáculo de respeito mútuo e perfeita colaboração entre o Poder Espiritual e o Poder Temporal" (58). Enfim, a missa celebrada em 3 de maio de 1957,

foi um elemento simbólico da maior importância, capaz de conter, em si mesmo, o "espírito de Brasília" que, então, se buscava instaurar. (59)

Como um símbolo que deveria sintetizar todas as metas do programa de desenvolvimento do governo JK, Brasília seria um trunfo nas mãos de um político audacioso, que tinha planos de retornar ao poder em 1965 (60). Juscelino pretendia, com Brasília, entre outras coisas, marcar o seu governo no cenário nacional e internacional, muito mais do que fizera em Minas Gerais. Lembrar da capital do País como obra de Juscelino seria muito mais fácil do que lembrar da Usina de Três Marias, por exemplo. Essa **performance** de JK, o realizador de grandes obras, grandes feitos, ajusta-se ao figurino do político aconselhado por Maquiavel.

Na sua famosa obra **O Príncipe**, escrita em 1513, o pensador italiano dedica um capítulo específico sobre "O que a um príncipe convém realizar para ser estimado". Ele inicia suas recomendações indicando que "Nada faz estimar tanto um príncipe como os grandes empreendimentos e o dar de si raros exemplos". E, mais adiante, lembra que, "sobretudo, deve um príncipe trabalhar no sentido de, em cada ação, conquistar fama de grande homem" (61). A construção de Brasília, cujas características de grande empreendimento ninguém nega, parece ter cristalizado, no imaginário popular, a figura de Juscelino como o grande e corajoso presidente, depois de Vargas, é claro. A faceta de "grande homem", enriquecida com a oposição que enfrentou para ser candidato à presidência, a perseguição política pós-64 e a morte trágica em 1976. (62)

# # #

Brasília, como um grande empreendimento representativo

do grau de organização do capital e do trabalho no período JK, apresentou-se com significados aparentemente contraditórios. Isso porque, de um lado, a sua importância e a sua necessidade para o País foram construídos numa volta constante ao passado, quando os discursos oficiais recuperaram uma galeria de fatos e de heróis e, de outro, apresentava-se como a negação total desse passado, a começar pela arquitetura e o plano urbanístico da cidade. A nova metrópole serviria como uma espécie de "ritual de passagem" de um País atrasado para um País desenvolvido (63). Mas, esses significados são contraditórios apenas na aparência. Na verdade, são complementares, um ao outro. Resgatando-se figuras heróicas do passado e acontecimentos tidos como importantes sob determinada ótica, instaura-se, reforça-se, na sociedade, o culto aos mitos, aos heróis, aos grandes feitos (64). Esse é o primeiro grande movimento a nível ideológico realizado pelo governo JK. Ao lado disso, vem instalar-se um novo herói, um novo mito, um novo grande acontecimento que diferencia-se dos outros porque foi muito bem planejado; já se pode usar, em grande escala, os recursos tecnológicos. Brasília, segundo essa concepção, ao mesmo tempo que continua e completa a saga dos descobridores, dos bandeirantes, da marcha para o Oeste, etc., diferencia-se de todos eles, porque, agora, é uma obra fruto da razão, do planejamento e da técnica.

É assim que, inaugurada a cidade, qual o monumento que vemos erguido em plena Praça dos Três Poderes, coração cívico de Brasília? Ao lado da cidade, ela própria monumento, temos a efígie de Juscelino, esculpida em pedra na parede externa do Museu Histórico. Era o único "herói" lembrado. Mantinha-se o culto ao herói, é verdade. Mas no novo altar só havia espaço para um herói: Juscelino. Até hoje o ex-presidente impera

absoluto na cidade, com o reforço da escultura do Memorial JK. O **criador** e a **criatura**, faces reveladas de um mesmo projeto: o de um Brasil "moderno" ao qual corresponderia um "herói" idem. "Herói tem de ter, de algum modo, a cara da nação", diz Murilo de Carvalho. A "cara" do Brasil, depois de Juscelino e de Brasília, deveria ser aquela simbolizada pela nova capital e seu "construtor". (65)

Para marcar o significado de Brasília para a totalidade do projeto desenvolvimentista, o discurso de Juscelino, durante a inauguração do Palácio da Alvorada, em 30 de junho de 1958, é contundente:

**"... a luta pelo desenvolvimento deve começar em nosso próprio País. E Brasília é um dos pontos básicos dessa luta de integrar o Brasil no seu território, de fortalecer a nação. Brasília não resulta apenas da obrigação de obedecer a um preceito constitucional: é um marco, é a bandeira de luta contra o subdesenvolvimento".** (grifos nossos) (66)

Articulando esses dois significados - Brasília como fatalidade histórica e símbolo de uma luta - Juscelino Kubitschek, pessoalmente, e a empresa estatal criada para construir Brasília, empreenderam uma verdadeira "cruzada" para propagandear e justificar a necessidade de transferir a capital para o interior. Essa "memorável jornada", como Juscelino classificou o acontecimento em um discurso pela "Voz do Brasil", não se limitou ao público interno. Também se providenciou uma propaganda para o exterior.

No próximo capítulo veremos alguns instrumentos e métodos utilizados pelo governo para a propaganda de Brasília, tanto para consumo externo como para o interno.

## NOTAS

- (1) KUBITSCHKEK, Juscelino. "Pelo Advento de um Brasil Novo" in **Uma Campanha Democrática**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, s.d.
- (2) Crise de Valores, Crise Inflacionária, Crise Política etc. Não foi Juscelino quem inaugurou o tema. Ao longo da história brasileira, a construção da **imagem de crise** tem orientado ações conservadoras do governo, inspirado golpes de Estado e até mesmo orientado o pensamento de parte da esquerda. A partir de 1964, o centro da **crise** parece girar em torno dos temas da **inflação** e da **corrupção**
- (3) CHAUI, Marilena. "Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira" in CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria S. Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular**, 2.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978
- (4) idem, p. 122
- (5) A um programa de desenvolvimento correspondia também novas concepções de cultura e, por conseguinte, do homem brasileiro. O modelo agora é o do homem cidadão. Na avaliação de Octávio Ianni, por exemplo, no governo JK "avançava a hegemonia da cidade, enquanto universo cultural singular, sobre a cultura de tipo agrária...". IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**, 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979
- (6) TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5...A Fiesp e o desenvolvimento nacional**. Petrópolis, Vozes, 1986
- (7) Cf. LENHARO, Alcir. **A Sacralização da Política**. Campinas, Papyrus, 1986. Especialmente o Capítulo "A Nação em Marcha", p. 72
- (8) COLEÇÃO BRASÍLIA - Brasília, história de uma idéia. Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960. p. 124
- (9) Octávio Ianni lembra que o **planejamento** e o **desenvolvimento** eram apresentados pelos seus defensores (no governo e fora dele) como produto de uma técnica "neutra". A técnica nessa concepção, não tinha ideologia. Como não tinha ideologia, ela daria autoridade moral aos que a utilizavam. IANNI, Octávio, Op. cit., p. 146/147
- (10) KUBITSCHKEK, Juscelino. "Aos homens da Imprensa Carioca" in **Uma campanha Democrática**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, s.d.
- (11) Cf. FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976
- (12) KUBITSCHKEK, Juscelino. Op. cit., p. 224
- (13) Idem, idem p. 224

- (14) Aliás não só dos autoritários de 30, mas também do próprio pensamento dos intelectuais reunidos no ISEB. Embora situado em outro contexto, esses intelectuais atribuíam à "intelligentsia" brasileira o papel de Guia dos novos tempos. Especificamente, quanto ao papel das elites, Roland Corbisier futuro diretor-executivo do ISEB, escreveu ainda em 1948, que, dada a crise das elites dirigentes, cabia aos intelectuais "agir sobre consciências, esclarecer espíritos" e apontar rumos. No conjunto de textos reunidos no volume **Responsabilidade das Elites** (Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1956), de Roland Corbisier, pode-se encontrar o germe do que seria o pensamento do ISEB. Basta compararmos a formulações de Corbisier com as atribuições do órgão definidas no seu Regulamento Geral.
- (15) Segundo a definição da autora, o "discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem". CHAUI, Marilena. "O discurso competente" in **Cultura e Democracia**. 4 ed. São Paulo, Cortez Editora, 1989
- (16) Citado por MALAN, Pedro Sampaio. "Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)" in **História Geral da Civilização Brasileira**, Tomo III, v.4, São Paulo, DIFEL, 1984, p. 78
- (17) Durante um Comício realizado na cidade goiana de Jataí, em abril de 1955, Juscelino foi interpelado por um popular que perguntou ao candidato se ele iria cumprir o preceito constitucional que mandava transferir a capital do País para o Planalto Central. Cf. KUBITSCHKE, Juscelino. **Por Que Construí Brasília**. Rio de Janeiro, Bloch Editora S.A., 1975, p. 8
- (18) Idem, p. 74
- (19) William Vesentini revela que através de um ofício datado de 17 de novembro de 1954, o marechal José Pessoa comunicava ao então governador de Minas Gerais, os estudos feitos pelo Exército na região demarcada pela Missão Cruls. VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. 2 ed., São Paulo, Ática
- (20) Em um discurso através da "Voz do Brasil" em 31 de dezembro de 1956, ele diz que: "Não sou o inventor de Brasília; mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador". KUBITSCHKE, Juscelino. **Discursos**. Serviço de Documentação da Presidência da República, 1960. p.403
- (21) Para Octávio Ianni a diferença fundamental entre Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschke estava na concepção que cada um tinha do desenvolvimento. Para Getúlio, a industrialização estava intimamente vinculada à emancipação econômica. Para Juscelino, ao contrário, industrialização e capital estrangeiro eram "noções conjugadas". IANNI, Octávio. op. cit., p. 183



- (22) Em 11 de novembro de 1956, unidades do Exército ocuparam os principais prédios públicos, estações de rádio e jornais, sob a chefia do general Teixeira Lott, numa ação rápida que depôs o presidente interino Carlos Luz, acusado de tramar um golpe para impedir a posse de JK e João Goulart.
- (23) Em agosto de 1956, o PCB lançou o "Manifesto Eleitoral do PCB", condenando atitudes golpistas e conclamando os eleitores a votar na chapa Juscelino-Jango. Cf. CARONE, Edgar. **PCB (1946-1964)**. V.II, São Paulo, DIFEL, 1982. Membros do alto clero manifestaram publicamente o seu apoio à candidatura de Juscelino, como foi o caso do Arcebispo de Olinda, D. Antonio Moraes Filho e do Arcebispo de Diamantina, D. José Newton de Almeida. Em algumas ocasiões foi apontado como o candidato que "qualquer católico pode votar de consciência tranquila". Cf. KUBITSCHEK, Juscelino. "Cronologia da Campanha" in **Uma Campanha Democrática**.
- (24) Transcrito de **Diário de Brasília (1956-1957)**, Coleção Brasília, V. IV, Presidência da República, Serviço de Documentação, 1960, p. 15
- (25) Idem, p. 17
- (26) A questão da transferência da capital, que vinha desde a Inconfidência Mineira, constava da primeira Constituição Republicana. Desde então, foram criadas quatro Comissões, todas com função exploradora e de estudos: Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil (Missão Cruls, 1892); Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital (1946); Comissão de Localização da Nova Capital Federal (1953) e a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal (1955). Os estudos principais sobre a região foram feitos por essas comissões. A Comissão criada por Vargas em 1953, contratou os serviços da empresa norte-americana "Donald J. Belcher and Incorporated", que realizou todo o levantamento aerofotogramétrico do local demarcado pela Missão Cruls.
- (27) Cf. **Diário de Brasília (1956-1957)**. Presidência da República, Serviço de Documentação, p. 19
- (28) A íntegra dos dois projetos encontra-se na publicação **Diário de Brasília (1956-1957)**, p. 159 a 175
- (29) O Júri era composto por Israel Pinheiro (presidente), Oscar Niemeyer, Paulo Antunes, representando o Instituto dos Arquitetos do Brasil e de três estrangeiros: André Sive, francês; Stamo Papadaki, norte-americano e William Holford, inglês. O julgamento gerou certa polêmica por parte do representante do IAB, que o achou muito precipitado
- (30) Cf. NIEMEYER, Oscar. **Minha experiência em Brasília**. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961, p. 12
- (31) -----, "Depoimento" in **Módulo**. Rio de Janeiro, n.º 9, fevereiro de 1958, p. 5

- (32) Depoimento concedido a Georgete Medleg Rodrigues e Luciana Araújo Reis em 04/02/1989, para o PMCB-ArPDF
- (33) FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 1. ed., Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira S.A., s.d.
- (34) Cf. Lei 2.874 que criou a NOVACAP, Seção II - do Capital Social, in **Diário de Brasília** 1956-57, p. 170
- (35) KUBITSCHKE, Juscelino. **Discursos**. p. 25
- (36) CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos**, 2 ed., Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1989
- (37) Principalmente quando o governo vai editar medidas econômicas. Desde o famoso "apertar os cintos" de Delfim Netto até, recentemente, o Plano Collor, que confiscou os depósitos bancários. No mesmo mês em que foram anunciadas as medidas, o jornal **O Estado de S. Paulo** estampava dois artigos cujos títulos são emblemáticos desse apelo ao sacrifício. O empresário Luiz Eulálio Bueno Vidigal escreveu um, denominado "O Sacrifício Necessário" (OESP, SP, 25/03/90); o editorialista José Néumane, um outro, chamado "O Sacrifício nas Urnas" (OESP, SP 28/03/90). Ambos, defendendo a necessidade do sacrifício momentâneo em prol de um bem-estar, uma felicidade futura. Um mês após o Plano, a empresa de publicidade Thompson, realizou uma pesquisa denominada, sintomaticamente, "Memória: descrença e esperança". O objetivo era avaliar o impacto do Plano Collor nas pessoas. O resultado mostrou que 80% dos entrevistados esperavam contribuir, com o seu "sacrifício" pessoal, para acabar com a crise econômica (JT SP, 28/04/90). Em um brilhante artigo intitulado "Resistir" o advogado e professor da USP, Fábio Konder Comparato, atribui essa manipulação **sacrificial**, por parte do governo, à tradição arraigada na sociedade brasileira, isto é, "o espírito de sacrifício, ou mesmo desejo de sofrer e de expiar faltas coletivas, tão vincado na alma do nosso povo. Grande parte da classe média aceitou o rapinoso sequestro de sua magra poupança, como uma forma de sofrimento para o bem do País..." (FSP, São Paulo, 11/05/90, p. A-3
- (38) Cf. PINHEIRO, Israel. "Discurso" in **Diário de Brasília**, 1960, p. 358
- (39) FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. "O tempo das ilusões" in CHAUI, M e FRANCO, M. Sylvia Carvalho - p. 191
- (40) CORBISIER, Roland. **Brasília e o Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, p. 61
- (41) Para alguns era também a possibilidade de conjugar sociedade e governo num projeto de "aventura", que fugisse à rotina modorrenta dos conquistadores portugueses. Era o caso, por exemplo de Antonio Callado, que por ocasião da morte de Bernardo Sayão escreveu um artigo para a revista **Visão** onde fazia uma ode ao Brasil da aventura representado por Brasília e por Sayão. Cf. CALLADO, Antonio. "Vida e Morte do Bandeirante" in **Diário de Brasília**, 1959, p. 153 a 161.

- (42) Cf. **Jornal do Brasil**, 21/05/1958
- (43) Entrevista a Georgete Medleg Rodrigues e Luís Carlos Lopes em 10/04/1989, para o PMCB - ArPDF
- (44) Cf. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05/01/1956
- (45) Foi exatamente essa a palavra que Juscelino utilizou em um discurso quando foi homenageado por parlamentares do PSD, no Palácio do Catete, em 09/04/1959. Ao se referir à construção de Brasília, afirmou que não hesitaria em "libertar o Brasil" e, mais ainda, "desencantar" o Brasil. Cf. **Discursos**, 1959
- (46) KUBITSCHKE, Juscelino. "À Mestra Júlia" in **Por que Construí Brasília**
- (47) A não ser na região do Planalto Central, local escolhido desde o século XIX para edificar a nova capital. Desde o lançamento da Pedra Fundamental em Planaltina, em 1922, que iniciou-se um movimento na região pela mudança. Mas, mesmo assim, a nível governamental. Em 1927, a Prefeitura Municipal de Planaltina criou a "Seção de Propaganda do Planalto Central de Goyaz", com o objetivo de "incentivar a mudança da Capital Federal" Cf. CODEPLAN - **Planaltina 1859-1973**, Brasília, Editora Gráfica Uberaba, 1973, p. 5
- (48) A Campanha pela estatização da extração do petróleo surgiu entre setores nacionalistas, principalmente militares, representados pelo General Horta Barbosa. Desde 1947, com a criação dos Centros de Estudo e Defesa do Petróleo, com comissões espalhadas pelo País. Através de debates, conferências, artigos, buscavam influenciar a opinião pública. Um grande público comparecia aos encontros e concentrações que, segundo a enciclopédia **Retrato do Brasil** eram as "maiores da história do Brasil". A mobilização resultou na aprovação da Lei 2.004 que criou a Petrobrás, em 3 de outubro de 1953. Cf. "O Povo nas Ruas" in **Retrato do Brasil**, v. 2, São Paulo, Política Editora, s.d., p. 341/2
- (49) KUBITSCHKE, Juscelino. "Mensagem de Anápolis" in **Diário de Brasília** (1956/57), p. 158
- (50) Idem, idem, p. 159
- (51) Alcir Lenharo refere-se à maneira como os discursos sobre a marcha para Oeste trabalhavam uma dimensão positiva para o País, contrapondo-a à outra imagem, negativa, que era a da Coluna Prestes. Op. cit. p. 73
- (52) Em março de 1960 o ISEB realizou um ciclo de palestras cujo tema era "Brasília e o desenvolvimento Nacional". O livro de Corbisier com o mesmo título, era uma síntese do debate. Realizado nos dias 10, 17, 22 e 29, o ciclo reuniu conferencistas da área militar; Ernesto Silva, um dos diretores da NOVACAP; o sociólogo Júlio Barbosa e o deputado Josué de Castro. Os originais dos textos dos debates encontram-se no Fundo NOV.-D-04-02 - ArPDF

- (53) CORBISIER, Roland. **Brasília e o Desenvolvimento Nacional**. Rio de Janeiro, ISEB, 1960, p. 54
- (54) BACZKO, Bronslaw. "Imaginação Social" in **Enciclopédia Einaudi**. v. 5, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d., p. 313
- (55) STAROBINSKI, Jean. **1789 - Os Emblemas da Razão**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 65
- (56) Cf. RIBEIRO, Gustavo S. Lins. **O Capital da Esperança - Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil**. Tese Mestrado, Brasília, UnB, 1980
- (57) Cf. **Brasília**, n.º 5, maio de 1957, Rio de Janeiro, NOVACAP, p. 11
- (58) KUBITSCHKE, Juscelino. **Discursos**, 1956, p. 116. Também nesse sentido, p. 141
- (59) Sobre a simbologia da missa ver YUNG, C. Gustav. **O Símbolo da Transformação na missa**. Petrópolis, Vozes, 1985
- (60) Já havia até o slogan "JK 65", que marcaria a volta triunfante de Juscelino. Jaime Zettel um dos arquitetos da equipe de Lúcio Costa na época, lembrou que fazia parte dos planos de Juscelino, quando retornasse ao poder: "...a gente ia descer, fazendo cidades pelo Brasil inteiro, descendo pro sul, saindo de Brasília, fazendo não sei quantas cidades.", Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Luis Carlos Lopes em 28/04/90, para o PMCB - ArPDF
- (61) MAQUIAVEL, Nicolau. **Maquiavel - Col. Os Pensadores**. Trad. Livio Xavier, São Paulo, Nova Cultural, 1987, p. 93/94
- (62) O Documentário **Os Anos JK**, de Sílvio Tendler, reforça essa imagem
- (63) Nesse sentido ampliamos as considerações de Gustavo S. Lins Ribeiro quando ele se refere apenas à inauguração de Brasília como um "rito de passagem". O autor explica que naquela ocasião realizaram-se várias cerimônias, compondo um quadro seqüencial, simbolizando a passagem de uma situação à outra. Cf. **O Capital da Esperança**, p. xxxix e xl. Mas não foi a construção de Brasília, toda ela, composta de uma série de cerimônias, que antecederam a inauguração? A construção e inauguração do Catetinho (a "mística do Catetinho" prenunciou a "mística de Brasília", diria Juscelino em suas memórias); a inauguração do Palácio da Alvorada, da Igreja Nossa Senhora de Fátima, do Brasília Palace etc. Cada obra que se inaugurava, era acompanhada de todo um rito que marcava, como um relógio, que o Brasil estava mudando.
- (64) O herói, agora, é moderno. Anda de avião, dirige trator. O "Dom Quixote montado num trator", na feliz expressão do cineasta Sílvio Tendler, em **Os Anos JK**. O espaço, onde impera, também é moderno.

- (65) Segundo Murilo de Carvalho, o herói "tem de responder a alguma necessidade ou apreciação coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado". Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 55
- (66) **Diário de Brasília**, 1958, p. 198

## CAPÍTULO II

### A Propaganda de Brasília

#### 1. Brasília, Propaganda do Brasil

Até o momento, os estudos sobre a propaganda política do Estado brasileiro estão centrados no governo Vargas, especialmente durante a ditadura do Estado Novo (1). A propaganda do governo Kubitschek é um campo ainda a explorar, e que poderia nos trazer importantes revelações sobre o período. De qualquer modo, avaliamos que quaisquer iniciativas nessa direção passam, necessariamente, pela propaganda da construção de Brasília.

Como o acontecimento central do governo Kubitschek, a transferência da capital confunde-se com a atuação de Juscelino e com a própria razão de ser da ideologia nacional-desenvolvimentista. É com essa perspectiva que julgamos ser importante estudar os mecanismos de propaganda de Brasília e como o governo fez coincidir o seu projeto mais global com a construção da nova capital.

A nível mais geral, não identificamos no governo Kubitschek a montagem de aparelhos de propaganda específicos como os que existiram na ditadura Vargas. Sem dúvida, não pode haver semelhanças entre os dois períodos no que concerne à natureza do regime político, o que implica em diferenças na condução ideológica do projeto de um e de outro. Contudo, podemos identificar no governo Kubitschek um "núcleo" de elaboração, sistematização e divulgação da ideologia, que se localizava no Ministério da Educação e Cultura, seguindo uma tradição que vinha desde o governo Vargas. Era a esse órgão que estava subordinado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, o ISEB, que tinha como proposta, entre outras atividades, elaborar "instrumentos

teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional" (2). Mas, é importante ressaltar, o ISEB não foi criado no governo Kubitschek. Ele o recebeu como herança do governo transitório de Café Filho. Herança bem aceita pelo novo governo, que identificava nos intelectuais do ISEB "catecúmenos do grande Brasil" que lutariam contra os "representantes da decadência". Na mesma ocasião em que o presidente da República pronunciou essas palavras, o ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, afirmava que o ISEB se "propunha secundar os esforços" de Kubitschek para "levar adiante este nosso grande e amado País".(3)

Foi o Ministério da Educação e Cultura também que publicou a peça de teatro encenada em Brasília durante a construção da cidade, que vamos analisar ainda neste capítulo.

Além disso, vamos lembrar que Juscelino, e a equipe que o assessorava durante sua campanha à presidência, sabia da importância da propaganda política. Edward Anthony Riedinger mostra que, durante a campanha presidencial de Juscelino, a maior despesa era com serviços de publicidade que incluíam reportagens e editoriais pagos. Ele lembra que a campanha de Kubitschek "pagou vários milhões de cruzeiros à cadeia de jornais" de Assis Chateaubriand (4). Juscelino também utilizava com desenvoltura estações de rádio, realizando palestras periódicas na Rádio **Mayrink Veiga** no Rio de Janeiro. Roland Corbisier, o futuro diretor executivo do ISEB, também fazia palestras nessa rádio. Ainda durante a sua campanha, Juscelino inaugurou no **Diário Carioca** uma coluna diária, onde discutia o seu programa de governo.

Ainda como governador de Minas, Juscelino contribuiu para que Samuel Wainer fundasse o jornal **Última Hora**,

intermediando um empréstimo bancário ao jornalista (5). Durante a sua campanha à presidência, o candidato, segundo relato de Wainer, não poupou esforços para que o seu jornal defendesse a sua candidatura, alegando que o jornalista se "tornara um símbolo do Getulismo", além de **Última Hora** ter uma penetração popular muito grande (6). Wainer não só foi favorável à candidatura de Juscelino, como também apoiou a construção de Brasília, instalando uma sucursal do jornal na cidade ainda em construção. O apoio custou à NOVACAP o pagamento de matérias pagas sobre Brasília, fato que também se repetiria com outros órgãos de imprensa como veremos mais à frente.

Foi com esse **know-how** que pôde ser montado um esquema de propaganda da nova capital, que compreendia, não só o uso dos meios de comunicação, como, também, outros métodos.

Para mobilizar a opinião pública em torno da construção da nova capital, percebemos que o governo Kubitschek realizou quatro grandes movimentos. Um, uma espécie de "corpo a corpo" com a sociedade, que consistia em patrocinar conferências, palestras, congressos, etc, em todo o País (e no exterior), com a presença de funcionários do governo, membros da diretoria da NOVACAP, ou outros funcionários graduados da empresa. Outro, que era a propaganda no próprio território, no palco onde se desenrolava o acontecimento, isto é, no canteiro de obras. Essa investida significava atrair para o local o maior número de visitantes possível, de preferência figuras ilustres, tanto do País como do estrangeiro. E um terceiro movimento, que consistia em utilizar os meios de comunicação: rádio, televisão, jornais, revistas e até o cinema, através dos cinejornais. E, finalmente, o quarto, que era a própria atuação do presidente da República, através dos seus pronunciamentos sobre Brasília.



A hierarquização dessas iniciativas, tal qual apresentamos, tem apenas um efeito didático. Não significa que eram ações isoladas, ou que uma tivesse mais importância que as outras. Pelo contrário, diríamos que ocorriam simultaneamente e cada uma cumpria um determinado papel que, no seu conjunto, objetivava popularizar a idéia.

"A propaganda é a alma do negócio". Tão popular é esse ditado que até já se perdeu a sua origem. Mas essa parece ter sido a máxima que orientou a divulgação de Brasília. Inclusive para vender títulos e lotes na Nova Capital (7). Mas, o que é mais importante, a propaganda da nova capital fazia coincidir os temas caros à ideologia nacional-desenvolvimentista. Ao propagandear a construção de Brasília, o governo dava um exemplo concreto do que seria capaz de realizar, com a colaboração da iniciativa privada, dos trabalhadores e do capital estrangeiro. O tipo de nacionalismo que o novo governo queria sedimentar na sociedade - "nacionalismo patriótico" e "internacionalista" - encontrava em Brasília um emblema perfeito.(8)

Os temas que percorriam as bases da ideologia nacional-desenvolvimentista, tais como o poder da técnica, da intervenção estatal na economia; da capacidade do País e de suas forças produtivas alcançarem o patamar dos países desenvolvidos e da possibilidade de união dos brasileiros em torno de um objetivo comum, poderiam ser sintetizados em Brasília. Daí que toda a propaganda da nova capital agregou essas concepções.

Através de Brasília, um projeto político ideológico adquiria contornos bem precisos. A nova capital como que daria materialidade, anunciaria, por si só, o advento de uma nova era, de um "Brasil novo", como diria Juscelino ainda candidato a

presidente. Brasília, sob essa ótica, capitalizaria sentimentos nacionalistas e sensibilizaria a opinião pública nacional e internacional. Enfim, convenceria a todos que as intenções do governo eram, de fato, concretizáveis .

Toda essa jornada de convencimento da sociedade prescindia do uso da força e de aparatos repressivos. Não seria precipitado afirmar que no governo Kubitschek a estratégia de persuasão da sociedade consistiu, fundamentalmente, na argumentação ideológica. Brasília, nesse sentido, foi o elemento que permitiu efetivar essa estratégia. Ser contra ou a favor da transferência da capital significava, então, ser contra ou a favor do projeto desenvolvimentista. Os opositores eram sempre desqualificados nos discursos oficiais.

Na argumentação desenvolvida pelos defensores de Brasília, toda e qualquer oposição ao projeto era considerada oriunda de setores "pessimistas", "antipatrióticos". Era, portanto, um discurso excludente. Quem não se engajasse no projeto de Brasília, estava, conseqüentemente, recusando o projeto de desenvolvimento, de progresso. E, como a busca do ideário desenvolvimentista era uma verdadeira "guerra santa", os seus opositores eram "infiéis", que precisavam ser convertidos ou neutralizados. (9)

Apesar do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, ter como proposta a formulação e difusão da ideologia nacional-desenvolvimentista, no caso específico da propaganda de Brasília, a vulgarização das idéias centrais dessa ideologia foi possível através de outros órgãos e de outros mecanismos. Neste capítulo, veremos de que forma o governo difundiu a idéia de Brasília, utilizando-se das estratégias já citadas anteriormente. Sem dúvida, a NOVACAP, empresa estatal responsável pela construção

da cidade terá uma atuação destacada na iniciativa de divulgar o evento. Nesse ponto, é necessário esclarecer que o que vamos mostrar aqui é a divulgação de determinadas concepções ideológicas que foram gestadas em outro lugar, isto é, no ISEB. A NOVACAP, nesse sentido, cumpria o papel de difusora dessas idéias, através de matérias pagas na imprensa, palestras, dos cinejornais e mesmo do periódico editado pela empresa, a revista **Brasília**.

## 2. Brasília no Ar

Assim, a nossa proposta neste capítulo estará voltada, prioritariamente, para mostrar as diversas estratégias de propaganda de Brasília, ações que serviram também para popularizar os temas caros ao nacional-desenvolvimentismo. Como o principal divulgador dos ideais desenvolvimentistas e a figura central na construção da nova capital, selecionamos as justificativas para a transferência da capital nos discursos do presidente da República através da **Voz do Brasil** e na **Rádio Nacional**. Entendemos que os discursos de Juscelino, através dos meios de comunicação, cumprem um papel determinado e fundamental na divulgação do ideário oficial. Particularmente no Brasil, onde o presidente da República ocupa no imaginário social um lugar de grande importância e destaque, como veremos no próximo capítulo.

Durante seu governo, JK utilizou quarenta e sete vezes a **Voz do Brasil**, não deixando passar despercebidas datas importantes no calendário religioso da população e nem datas históricas: dia de Ação de Graça, Natal, Ano Novo, 1º de maio, independência, etc. Especialmente nos momentos de mobilização dos trabalhadores, crise militar ou ataques da imprensa, Juscelino recorria ao rádio.

Somente em 1956, ano da posse de JK e onde se

registraram movimentos como rebelião de Jacareacanga, e atos arbitrários como intervenção governamental em Sindicatos, grandes greves em São Paulo e Rio, o caso da revista **Maquis**, etc (10), Juscelino utilizou dezessete vezes a **Voz do Brasil** para dirigir-se à população, o que dá uma média de mais de um discurso por mês. Miriam Limoeiro Cardoso lembra que, "nos momentos em que a mobilização popular pode pesar na balança das forças, a utilização dos meios de comunicação de massa torna-se um poderoso instrumento político, através da possibilidade de intervir na formação da opinião pública". (11)

Assim, enquanto, por um lado a NOVACAP comandava uma série de ações efetivas para divulgar a nova capital, Juscelino dedicava-se, pessoalmente, à tarefa de propaganda de Brasília através do rádio. A inauguração da **Rádio Nacional de Brasília**, ainda durante a construção da cidade, reflete a preocupação do governo em transmitir **in loco** o andamento da construção. Através da **Voz do Brasil** foram transmitidas as principais justificativas do governo para legitimar e mobilizar a sociedade em torno da transferência da capital.

O quadro que apresentamos a seguir contém os principais argumentos utilizados por JK para justificar a construção de Brasília, em discursos veiculados pela **Voz do Brasil**:

## QUADRO I

JUSTIFICATIVAS DE JUSCELINO PARA A MUDANÇA DA CAPITAL  
EM DISCURSOS VEICULADOS PELA VOZ DO BRASIL

ANO		SIGNIFICADO DE BRASÍLIA
1956	31.12	- DETERMINAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO
		- ATO RENOVADOR
		- ATO POLÍTICO
		- FUNDAÇÃO DE UMA NOVA ERA
		- CENTRO DE IRRADIAÇÃO DE VIDA E DE
		PROGRESSO
		- BENEFÍCIO DE TODOS
		- OCUPAR O PAÍS
		- POSSUIR A TERRA
		- MARCHA PARA O OESTE
- COMPLETA CONSUMAÇÃO DA POSSE DA TERRA		
1957	27/08	- MARCHA PARA OESTE
		- IMPERATIVO INDESVIÁVEL
		- FARÁ COM QUE O BRASIL SE CONHEÇA E SE
		DOMINE
		- CONQUISTA DOS NOSSOS IMENSOS ESPAÇOS IN-
		TERIORES E DE SUAS INEXPLORADAS RIQUEZAS
- MEMORÁVEL JORNADA		
1957	02/09	- MARCHA PARA OESTE
		- OCUPAÇÃO DO IMENSURÁVEL E ATÉ AQUI VAZIO
		INTERIOR DO NOSSO TERRITÓRIO
1957	31/12	- UM DOS MAIS ARROJADOS E FECUNDOS EMPREEN-
		DIMENTOS DO MUNDO MODERNO
1958	31/12	- SÍNTESE DE TODOS AS OUTRAS METAS
		- NÃO É AMBIÇÃO FARAÔNICA
		- OBRA DE ALGUNS HOMENS DE GÊNIO
		- DARÁ ALTO TESTEMUNHO DE NOSSA CIVILIZAÇÃO
		- PONTE DE COMANDO DE NOSSA VIAGEM DE CON-
		QUISTA DO OESTE BRASILEIRO
		- CIDADE IMÃ, DE ONDE SE IRRADIARÁ FORÇA
- CRIADORA		
- VASTA ÁREA DO NOSSO PAÍS QUE SE DESENCAN-		
TOU		
1959	31/01	- BRASÍLIA = FUNDAMENTO DA ERA INDUSTRIAL
		DO NOSSO PAÍS
		- CORRESPONDERÁ O ACRÉSCIMO DE VIGOR, DE U-
NIDADE PARA O NOSSO PAÍS		

Fonte: KUBITSCHK, Juscelino. *Discursos* (1956/1959)

Veremos agora de que forma essas idéias centrais sobre Brasília, foram veiculadas pelos discursos de propaganda que vamos examinar a seguir.

###

A **Rádio Nacional**, fundada em 1936, foi encampada pelo governo Vargas em 1940. Segundo a pesquisadora Miriam Goldfeder, a rádio, mesmo após a sua incorporação pelo governo, não recebia financiamento oficial, sendo "sustentada por verbas publicitárias", mas o seu diretor geral e o quadro de funcionários eram indicados pelo governo. Segundo Goldfeder, a emissora "não funcionou eminentemente como um veículo de propaganda política", embora participasse de campanhas como a do "O Petróleo é Nosso", em 1952. Contudo, alerta a autora, embora o governo não interferisse "diretamente na programação ou em seus assuntos internos", havia "limites ideológicos às mensagens veiculadas" pela emissora. Ainda segundo Goldfeder, a **Rádio Nacional** atingiu seu ápice nos "seis primeiros anos da década de 50". Isso significa que o seu declínio coincidiu com a ascensão de Juscelino à presidência da República. (12)

Com relação à divulgação de Brasília, contudo, a **Rádio Nacional** parece ter desempenhado um papel importante. Tanto é que, em maio de 1958, ainda durante a construção da cidade, foi inaugurada a **Rádio Nacional de Brasília**.

Durante a solenidade de inauguração, o presidente fez um discurso destacando o papel que teria a rádio na construção da cidade:

"Das vertentes amazônicas às coxilhas gaúchas, e dos contrafortes andinos ao litoral atlântico, Brasília fará ouvir a sua voz, a partir deste momento, graças aos possantes transmissores da Rádio Nacional, que ora inauguramos. Milhões de lares disseminados nos mais recônditos recessos do nosso território participarão, assim, de ora em diante, da presença física e da convivência de Brasília, e reconhecerão a fisionomia familiar desta nova metrópole. Na mensagem diária da tenacidade e do arrojo dos que estão travando esta grande batalha patriótica no Planalto Central, brasileiros de todos os quadrantes recolherão o eco das emissões cotidianas da Rádio Nacional de Brasília, como um apelo ao seu patriotismo e ao seu entusiasmo cívico. Aqui estou

para incentivar estes novos bandeirantes do Planalto, que se emulam com esforços inauditos, para concretizar o sonho republicano da interiorização da capital. Não me tenho poupado a riscos nem fadigas, para desincumbir-me dessa tarefa histórica, que o destino me confiou.

(...)

A Rádio Nacional de Brasília, ora inaugurada, terá a responsabilidade de atuar como traço de união entre o Brasil atual e o Brasil do futuro, criando condições propícias para a convivência e para o intercâmbio cultural das nossas comunidades regionais". (13)

Brasília, que até então poderia ser apenas uma "miragem" - afinal, não estava sendo construída no "deserto"? - agora tem uma "voz", é, portanto, real (14). A **Rádio Nacional**, ao transmitir a "voz" de Brasília, estava "integrando" também à construção de Brasília as populações excluídas da participação ativa na "epopéia". Poderão, agora, "vibrar" diariamente, manifestar o seu "patriotismo", e o seu "entusiasmo cívico". E, velando por tudo isso, a figura onipotente do presidente da República que, como "os brasileiros de todos os quadrantes", também permanece na vigília de um sonho prestes a se tornar realidade. É o rádio unindo imaginariamente o "Brasil do passado" ao "Brasil do Futuro". Sim, porque o "Brasil atual", não vinha sendo desqualificado nos discursos oficiais, em prol de um "Brasil novo"? Na verdade, agora, o traço de união ao qual Juscelino se refere, passa a ser o "entusiasmo cívico" e o "patriotismo", em torno de Brasília. As palavras de Juscelino nos remetem às reflexões de Alcir Lenharo sobre o uso do rádio pelo Estado Novo. Segundo o autor, o rádio "permite uma encenação de caráter simbólico e envolvente", criando uma "ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional". (15)

E, quando Juscelino diz, "aqui estou para incentivar estes novos bandeirantes", não podemos nos furtar de lembrar,

novamente, a análise de Alcir Lenharo, que nos remete à personalização do poder, através do rádio, isto é, "o poder se faz presente em todo o país", personaliza "a relação política com cada cidadão, a quem é imposta a restrição de sua participação política" e "vasculha a intimidade de cada um", atomizando a "condição política de cada cidadão para condensá-lo simbolicamente no coletivo da Nação" . (16)

Devemos lembrar que, apesar da televisão, inaugurada em 1950, o rádio ainda mantinha seu vigor em meados da década de 50 (17). Ainda era o veículo de comunicação por excelência. Não é à toa que em outubro de 1957, o compositor Billy Blanco queixava-se publicamente de que o seu samba, "Não vou para Brasília", havia sido proibido de tocar na **Rádio Nacional**. As explicações do diretor da Rádio apenas reafirmavam a proibição: "apenas fiz um apelo no sentido de que não fosse transmitido o samba pela onda da Nacional" (18). A letra do samba representava um discurso que ousava diferenciar-se do tom homogêneo, da **razia** desenvolvimentista. Uma voz que seria importante calar. Dizia o samba, entre outras **negativas**: "não vou, não vou pra Brasília, nem eu, nem minha família (...). Quero ser pobre sem deixar Copacabana". **Querer ser** pobre e além do mais, decidir onde se quer morar, não fazia parte do **script** que a ideologia desenvolvimentista havia preparado para a sociedade.

Guardando as devidas proporções e sem esquecer as diferenças estruturais entre os dois governos, não seria exagero afirmar que, como Getúlio Vargas, Juscelino também soube usar o rádio e soube recorrer, também, a todo um imaginário arraigado na sociedade, a quem interessava seduzir com o "canto das sereias", ou seja, a mítica do desenvolvimento. É certo que Juscelino não utilizou os estádios, mas, também, não precisava. Seu território era



outro, cujo simbolismo era mais representativo de sua época (19). Era o campo do "Brasil do Futuro", lá onde se erguia Brasília. Lá, onde o testemunho da razão se revestia de todo um simbolismo profético.

Iniciando a década de 50 com 57,3% de analfabetos, sem dúvida, a cidadania no Brasil ainda estava longe de ser exercida em sua plenitude (20). Uma população sem acesso aos jornais impressos ou a qualquer outro periódico, sem dúvida, o apelo do rádio é bastante significativo. O alcance das mensagens de Juscelino através do rádio e do significado que têm para a população as falas do presidente da República (21), podem ser medidas pelo teor de uma carta enviada a Kubitschek, em 2 de fevereiro de 1959:

"... cumpro um dever íntimo para felicitá-lo pela sua recente palavra ao Povo Carioca (...). Vossa Excelência fez bem e deve fazer mais. O povo merece e precisa estar sempre em contato com os seus governantes. Deve estar sempre ao par das iniciativas e dos grandes propósitos. No meu fraco entender, Vossa Excelência deveria apresentar-se mais vezes e muito amiúdo na televisão e rádio, para uma **franca exposição** ao povo (...). Grande é a força da persuasão e Vossa Excelência com a simpatia que lhe dotou, da estupenda facilidade de expressão e dotes que possui, por certo conseguirá êxito, movimentará a opinião pública (...). Não irá procurar convencer o povo, mas sim esclarecê-lo, evitando exploração partidária pela falta de conhecimento real". (22)

Ao mesmo tempo que elogia e incentiva maior comunicação do governo com o povo, o missivista reivindica a participação do povo, ao menos como interlocutor privilegiado das grandes decisões. Se há tal necessidade, e se ela só pode ser mediatizada pelo presidente da República, algo quer sugerir.

No governo JK, a figura do presidente foi de total destaque, com burlas até da Constituição para fortalecer o seu poder, com a criação de "instrumentos extraconstitucionais, uma

forma sub-reptícia de obter delegação de poderes para a realização do Programa de Metas", a "administração paralela", nas palavras de Maria Victória Benevides (23). Ao criar essa "administração paralela", Juscelino pôde tornar-se senhor absoluto da condução do seu programa de desenvolvimento.

# # #

Ao introduzir, pela primeira vez, a questão da transferência da capital para o interior, através da **Voz do Brasil**, o presidente Juscelino dá um tom intimista à "conversa", utilizando o pronome pessoal na primeira pessoa, derrubando as barreiras entre o Chefe de Estado e os seus comandados. Instaure, portanto, um novo pacto entre locutor e interlocutor. Trata-se de um balanço de um ano de sua gestão, e a data, a mais propícia para apagar-se tudo o que de ruim aconteceu, preservando-se apenas as boas lembranças, a véspera de ano novo:

"... quero conversar com o povo brasileiro de coração aberto, falar-lhe diretamente, sem recorrer a artifícios; quero examinar com os meus patrícios alguns dos principais acontecimentos que se verificaram nestes dias vividos durante o difícil, o delicado e perigoso, mas fecundo ano de 1956". (24)

Com essa linguagem, Juscelino vai narrando os problemas pelos quais passou o País, com a oposição ao seu governo e os que tentaram impedir a "marcha para o futuro". Mas a oposição é reduzida a uma falta de entendimento do novo Brasil, que cresceu a um ritmo acelerado:

"Daí as inquietações políticas, o desespero de pessoas que não puderam entender as mudanças por que passávamos e comportar-se em consequência desse desenvolvimento...". (p. 402)

Criado o clima propício é, então, apresentada

Brasília ao grande público:

"Quero abordar agora, meus patrícios, o problema da mudança da capital pra Brasília. Conheço as críticas aos trabalhos que vêm sendo feitos pelo meu governo para transformar em realidade a determinação da Constituição de transferir a Capital para o interior do país. Não sou o inventor de Brasília, mas no meu espírito se arraigou a convicção de que chegou a hora, obedecendo ao que manda a nossa lei magna, de praticarmos um ato renovador, um ato político, criador, um ato que impulsionado pelo crescimento nacional (...) virá promover a fundação de uma nova era para a nossa pátria". (p. 403)

Aqui, o presidente primeiro desqualifica a oposição à nova capital, cuja construção era um imperativo constitucional. Portanto, ser contra a capital significava ser contra a Constituição. Significa recusar uma nova era, somente possível com a transferência da capital.

E, mais adiante, pondera com a firmeza esperada de um Chefe de Governo que sabe conduzir o País para a direção correta:

"Sei e medi todas as conseqüências dessa mudança da Capital. Não desconheço que acrescentei esforços e canseiras maiores aos duros trabalhos que pesam sobre os ombros do governo. Mas era preciso dar o passo decisivo. E o passo decisivo foi dado".

Com isso, Juscelino assume claramente o seu papel de autoridade máxima, não deixando margens a dúvidas sobre a sua decisão. A situação de cumplicidade locutor-interlocutor inicial é agora substituída, com Juscelino confundindo-se com o governo, a entidade abstrata, que incorpora outros membros que partilham suas decisões. Brasília, fruto de um gesto autoritário, surge como um "ato renovador", amparado por uma pseudolegalidade. Além de Juscelino, também membros da diretoria da NOVACAP utilizaram-se da **Voz do Brasil** para divulgar a nova capital. É o caso de Ernesto Silva, diretor administrativo da empresa. Em 30 de abril de 1959, Ernesto Silva se dirige à população, através do

rádio, para fazer um balanço do andamento das obras na cidade. Termina a sua mensagem, dizendo que:

"A NOVACAP considera Brasília não como um conjunto de prédios e obras, mas uma cidade que deverá abrigar, homens, mulheres e crianças e onde a vida possa ser amena, sadia e feliz. Construimos no Planalto Central uma cidade humana, onde todos possam desfrutar ao máximo as delícias da vida social, da vida profissional e da vida religiosa. Creiam, meus ouvintes, que o que mais nos preocupa em Brasília é o conforto, a saúde e a felicidade dos que para lá irão morar. São essas as notícias que devíamos ao povo brasileiro". (25)

É interessante observar que, quando se refere às atividades das pessoas, Ernesto Silva apresenta-as de forma compartimentalizada - vida social, profissional e religiosa. Nesse momento, ele incorpora ao seu discurso a concepção urbanística da cidade, onde as funções de viver, trabalhar e se divertir encontram-se devidamente separadas, de acordo com as concepções do arquiteto francês Le Corbusier. Aqui também, as contradições, as lutas, não têm lugar. O paraíso não seria melhor. A NOVACAP, empresa que corporifica o governo, anuncia que, para os moradores de Brasília não existirão preocupações, porque a empresa pensou em tudo. A felicidade dos moradores de Brasília depende, de acordo com essa concepção, das providências do Estado.

# # #

A **Rádio Nacional** foi o palco onde foi encenada uma peça de teatro em 1959. Chamava-se "Brasília, caçulinha do Brasil", montada no auditório da Rádio, em Brasília. A peça foi transmitida para todo o país em 5 de setembro daquele ano. Publicada na mesma data pelo Ministério da Educação e Cultura, a peça, uma "alegoria infantil", era dedicada ao presidente Juscelino Kubitschek (26). Dizia o autor, Paulo de Magalhães, na

dedicatória ao presidente:

"Ela é minha modesta colaboração para inculcar no espírito das crianças brasileiras o alto sentido patriótico de Brasília.

O meu dinâmico presidente há de ter o seu prêmio de "A JUSTIÇA DE DEUS NA VOZ DA HISTÓRIA"

Peça de um ato, dividido em 09 quadros, pretendia fazer desfilar pelo imaginário popular uma síntese do Brasil. Os personagens recebem nomes fictícios: Presidente do "Brasil Club" (representado pelo próprio Paulo de Magalhães); Mané Recife; Chica do Salvador; Zé Carioca; Maria de São Paulo; Marília de Belo Horizonte; Jonjóca de Porto Alegre; Nenê Brasília.

Pelo que eles têm de simbólico, vamos pedir um pouco de paciência do leitor e examinar cada quadro da peça. No I, denominado "Brasil-Club", compara-se o Brasil a um "Clube". São convocados os associados e é comunicado o ingresso de um novo membro: "Nenê-Brasília". A seguir, todos os "velhos" membros são apresentados: Mané-Recife, Chica do Salvador, Zé Carioca, Maria de São Paulo, Marília de Belo Horizonte, Jonjóca de Porto Alegre e... Nenê-Brasília, a "cidade-criança", "a caçulinha do Brasil"! Antes de cair o pano, o narrador-presidente envia "a todos os nossos consórcios do "Brasil-Club", que formam a mais bela das famílias, do Amazonas ao Chuí, a mensagem do nosso amor!".

O que significa a imagem de um "Brasil-Club"? Ora, em um Clube pressupõe-se que todos os associados têm os mesmos direitos, são co-proprietários. São uma família. Três imagens se cristalizam então, de forma una: Clube = família = Brasil. Assim, abolem-se as diferenças de classe, de religião etc. Só que essa é uma família especial, de um seletivo clube. São as principais capitais que passam a representar o país como um todo. A segunda imagem: os melhores do país estão colaborando com o presidente,

estão ajudando a pátria a "reencontrar-se" consigo mesma. Todos sob o comando do pai, do Presidente. Parte-se de uma idéia bem particularizada - um clube que é bem real para as crianças e suas famílias, onde se dá parte de sua socialização - passa-se pela família, experiência comum a todos, para finalmente chegar à entidade maior, a Nação.

No II Quadro - **Voando para Brasília** - convocação de passageiros. O "presidente do Club" anuncia o "vôo para a futura capital do Brasil". O Zé Carioca pergunta se "é verdade que o Rio de Janeiro já tem mais de três milhões de habitantes". "Três milhões e quatrocentos mil habitantes", responde o "presidente". São Paulo e Recife são ressaltadas também como grandes cidades. Segue-se diálogos, onde são apontadas as particularidades culturais de cada um, ressaltando-se a malandragem do carioca. Elogios a Brasília e a "Usina de Três Marias". Em seguida, um elenco de figuras da história do Brasil:

"O dinamismo do Presidente Juscelino merece respeito e apoio. CABRAL foi o Descobridor; PEDRO I, o Proclamador; CAXIAS, o Consolidador; CASTRO ALVES, o Cantor dos escravos; RUI BARBOSA, o Doutrinador; CARLOS GOMES, o Compositor; JOÃO CAETANO, o Ator; OSWALDO CRUZ, o Saneador; MACHADO DE ASSIS, o Escritor; SANTOS DUMONT, o Voador; RONDON, o Catequisador; FRONTIN, o Reconstructor; PEDRO ERNESTO, o Hospitalizador; ROQUETTE PINTO, o Educador; GETÚLIO VARGAS, o Trabalhador; JUSCELINO, o Semeador. São figuras simbólicas da Pátria que a história fixou nas suas páginas indelévels".

Símbolo da nova era - o avião. É dele, do alto, sempre **para** e **do** alto, que o Brasil devia olhar a si mesmo. Sugere um distanciamento da realidade, para que possa analisá-la melhor, uma separação entre sujeito e objeto, no melhor estilo positivista. O avião, símbolo visível do progresso, um marco. Um símbolo que identificava o presidente Juscelino Kubitschek. O "JK que avoa", como era conhecido na época. O próprio Juscelino

diria, anos depois que, ao contrário dos primeiros descobridores, chegara à terra conquistada não "através do oceano, mas pelo ar".

A história do Brasil resume-se a uma sucessão de nomes que, ao final, desemboca em uma figura bastante presente no imaginário popular, associada imediatamente ao nome de Juscelino: Getúlio Vargas. Não importa que alguns dos nomes não representem muito para a maioria da população. O importante é que os principais estão fixados: Cabral, Pedro I, Caxias, Santos Dumont, Getúlio Vargas.

A ligação entre os três acontecimentos - a descoberta do Brasil, a proclamação da independência e a construção de Brasília - era uma constante nos discursos oficiais. Brasília seria uma segunda "descoberta" do Brasil, a segunda independência. Nessa imagem se fixaria o feito de Juscelino, o descobridor "moderno". Não mais Caravelas, mas de avião. Não mais montado em um Cavalo, como D. Pedro gritando "Independência ou morte". A celebração de uma missa com todos os rituais, na cidade ainda em construção, deve ser entendida nesse contexto, como bem o lembrou Gustavo Lins Ribeiro. O discurso do Cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota resumia a intenção do gesto:

"Sim meus compatriotas brasileiros, congratulemo-nos todos porque estamos vivendo um dos três maiores acontecimentos da nossa gloriosa história pátria. De fato, o descobrimento em 1500, a Independência em 1822, e na atualidade, a fundação desta nova capital metropolitana, no centro do País, são os 3 marcos culminantes na vida nacional" (27)

As palavras do Cardeal inspiraram a ilustração da capa de uma publicação dirigida ao grande público que circulava na época, denominada "História de Brasília" como podemos conferir no Anexo I.

As referências ao grande número de habitantes em São

Paulo, Rio de Janeiro e Recife, sugerem a necessidade de: 1º) descentralizar o crescimento das grandes cidades; 2º) o Rio de Janeiro, capital do Brasil, estava superlotada, portanto, era o momento propício para a transferência da Capital, como se argumentava na época.

Os personagens prosseguem condenando o "pessimismo", o "derrotismo", assegurando que só o otimismo torna "as pátrias grandes e fortes", além de auto-elogios: "como é bom ser Brasileiro". Repetem-se os argumentos do próprio Juscelino, que desqualifica a oposição a Brasília, jogando-a no limbo do sentimentalismo. Assim, questões evidentemente políticas a favor ou contra a nova capital passam a assumir um caráter passional.

Em seguida, o significado de Brasília, nas palavras do "presidente do Club":

"... Brasília concorrerá para o progresso fabuloso do país salta aos olhos. O **hinterland** do Brasil progredirá espantosamente, porque a nova capital, como centro de convergência e estando, como está, equidistante de todas as regiões pátrias, provocará um fluxo e refluxo de gente que palmilhará as estradas que veem do Norte, do Nordeste, do Leste, do Centro-Oeste e do Sul. É evidente que tal movimento fará progredir todas as regiões por onde as estradas passam, semeando novas cidades, novas indústrias, novas fábricas, novos centros de abastecimentos, novas plantações, novos empreendimentos progressistas".

Mais uma vez reforçam-se os argumentos do desenvolvimentismo, cujo centro seria Brasília. A definição de progresso é inequívoca. Significa **cidades, indústrias, fábricas...**

Mais à frente, para corroborar sua opinião, o "presidente do Club" afirma que "grandes figuras do cenário universal" já constataram a importância de Brasília. É o caso de Foster Dulles, secretário de Estado norte-americano, que achou a



nova capital do Brasil "mais importante, proporcionalmente que a capital da América do Norte". Que opinião poderia ser mais abalizadora que a dos Estados Unidos? Em seguida, fartos elogios aos brasileiros que estão construindo Brasília:

"Benditos sejam, brasileiros gigantes, pelo que estão fazendo para alegria, conforto e orgulho de meus filhos no dia de amanhã!".

Os brasileiros que confiam, que trabalham, serão abençoados. Os "homens de boa vontade", aos quais se refere Juscelino quando classifica os que acreditam, em oposição aos descrentes. Aqui, o personagem presidente é, também, pai. As analogias entre a Nação, como uma grande família, e a sociedade como os seus filhos, também são recorrentes nos discursos de Juscelino. Note-se na fala do locutor uma identificação entre o presidente, o pai e a Pátria: "meus filhos".

O III Quadro intitula-se: **Palácio da Alvorada**, o marco da posse em grande estilo das forças "civilizadoras" e a morada, é claro, do grande condutor do progresso. Ao chegar, entoam uma marchinha carnavalesca, de autoria de Paulo Magalhães, "Ciganinha". Refere-se ao Rio de Janeiro, onde o compositor pede perdão à ciganinha por fazer "o que não te apraz", numa alusão ao descrédito do Rio em relação a Brasília e a persistência do presidente em construí-la. Em seguida, cada personagem imita a "maneira de ser" do outro, simulando uma definição das diversas regionalidades, onde são reforçados os estereótipos de cada um: carioca, malandro; nordestino, vive querendo mudar para o Rio; o gaúcho, valente.

No V Quadro - **Balada de Três Marias** - estão representados os estados de São Paulo, Minas Gerais e Bahia. As três personagens, simbolicamente femininas - Maria de São Paulo,

Marília de Belo Horizonte e Chica do Salvador - são atribuídas o nascimento de Brasília e a Usina de Três Marias. À imagem feminina, contudo, são adicionados elementos de força e de destruição da natureza, preço do progresso inadiável:

"Eu sou Maria das Árvores,  
Das Florestas do Brasil!  
Os troncos rotundos do meu corpo,  
Depois de derrubados para que as estradas,  
Póssam tornar mais irmãos os irmãos brasileiros,  
Vão construir cidades!"

Juscelino já advertia, nos seus discursos, sobre os "irmãos deserdados" de uma outra pátria, a do interior, que era preciso integrar num só país. Para aproximar esses "irmãos", que se derrubem árvores, guardiãs de uma fronteira injusta, e também uma prova da "virilidade" que era a ação desenvolvimentista. (28)

O VI Quadro chama-se **Sambinha de Brasília**. O personagem "Zé Carioca", demonstrando que nem todos os cariocas são contrários a Brasília, entra em cena cantando "Sambinha de Brasília". A letra do samba diz que tem "muita gente danada, gente torcendo e gente enfezada", mas Brasília vai crescendo, porque "JK é teimoso", "JK é brioso". Os adjetivos, mais uma vez, tendem a personalizar a oposição a Brasília, despolitizando qualquer tentativa de reação ao projeto, contrastando com os adjetivos que se referem ao presidente.

O VII Quadro é, talvez, o mais expressivo. Chama-se **Os Quadros Falam**. Na cena, estão quadros com retratos de D. Pedro I, Caxias, Princesa Isabel, Santos Dumont, Rondon e Machado de Assis. Cada personagem pintado nos quadros é chamado então a se pronunciar.

A protagonista "Marília de Belo Horizonte" anuncia a "Nenê-Brasília" os que seriam "os verdadeiros símbolos da própria nacionalidade": "D. Pedro I, que proclamou a Independência do

Brasil no dia 7 de setembro de 1822". Ao que "Nenê-Brasília" intervém: "E gritou: Independência ou Morte!". Retruca, então, a voz do quadro de D. Pedro I: "E fiz muito bem! O Brasil estava crescido demais para continuar colônia...". "Nenê-Brasília" espanta-se: "Ué! O Quadro falou?". E "Marília de Belo Horizonte": "Falou na nossa imaginação... é claro". E prossegue, apontando o quadro de Caxias: "o consolidador da nacionalidade. Grande soldado, preferiu sempre trabalhar pela paz e pelo amor entre irmãos. E passou à história com o título benemérito de **O Pacificador!**". O quadro de Caxias concorda: "Só o amor constrói, só a paz gera o progresso dos povos!". Agora é a vez de apresentar o Quadro da Princesa Isabel: "A Redentora. Teve o gesto mais lindo da nossa história - acabou com a escravidão!". O quadro da Princesa declama: "Minha Mãe-Preta de alma pura e ardente, raça bondosa, coração gentil. Foi o teu sangue, generoso e quente, que fecundou a terra do Brasil!" E "Nenê-Brasília": "Eu também tive uma Mãe-Preta...". Agora é a vez do quadro de Santos Dumont: "...dirigi o primeiro avião do mundo!" "Marília de Belo Horizonte" apresenta Rondon: "Irmão de Anchieta e de Manoel da Nóbrega no formoso ideal de trazer os nossos patrícios-Índios para a civilização!". Ao que o quadro de Rondon confirma: "Os Índios são tão brasileiros quanto nós!". Finalmente, é apresentado Machado de Assis: "É o símbolo da Cultura nacional! Deu a nossa língua uma nova graça e um encanto novo!". Intervém o quadro de Machado de Assis: "Nasci pobre e humilde e tive um grande e alto amor na vida: - o amor aos livros! O livro é o maior amigo das crianças! O amigo que não falha nunca!".

Se antes havia sido chamado a depor em favor de Brasília o secretário de Estado norte-americano, agora é a vez de "ressuscitar" figuras "einentes" da história do Brasil. Mas o

que significaria a "fala dos quadros"? Como iria operar na mente dos que ouviam ou assistiam a peça? Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a sensação de veracidade às falas dos "eminentes mortos". O rádio, ao contrário da TV, só transmite a voz. Em segundo lugar as vozes que se revelam têm em comum grandes feitos, registrados na história oficial, portanto são confiáveis, são quase "santos". Na periodização proposta, da história foram anuladas todas as lutas, todas as contradições. A "nacionalidade", a nação, deixa de ser uma prática social e política, "um conjunto de relações postas pelas falas e pelas práticas sociais para as quais ela serve de suporte empírico"(29). A nação passa a ser uma entidade puramente abstrata - porque produzida por uma única fala - que necessita de símbolos visíveis para poder materializar-se. Daí a apresentação dos "símbolos da própria nacionalidade".

A escolha desses símbolos não é casual. Os eleitos dessa simbologia são figuras cristalizadas pela história dos vencedores. Portanto, a história que estava escrevendo e que se pretendia também vencedora, necessitava marcar essa seqüência de vitórias. Todas as contradições e lutas internas passam ao largo dessas representações. Assim, D. Pedro proclamou a independência porque achou que o Brasil estava "crescido demais" para ser colônia; Caxias, que a historiografia registrou como o "Pacificador", diz o refrão que Juscelino também repete: "Só o amor constrói". Constrói e gera o progresso... A princesa Isabel sensibilizou-se com a mãe-preta e aí libertou os escravos. Tudo muito simples. Santos Dumont, o "vitorioso", o desafiador dos ares. Dirigiu o "primeiro avião do mundo", em Paris. Uma boa combinação do espírito corajoso do brasileiro.

Sobre o significado de Santos Dumont no imaginário do

País, Gilberto Freyre, em seu livro "Ordem e Progresso", lembra do impacto causado pela façanha do "brasileirinho amarelo e miúdo" na sociedade brasileira do começo do século. Através de depoimentos da época, a figura de Santos Dumont vai surgindo como um herói que propiciou ao Brasil vingar-se da tão apregoada indolência. O país do "tenha paciência" e do "espera até amanhã". Segundo Freyre "Santos Dumont tornou-se de repente o símbolo aos olhos do Brasileiro, de um Brasil capaz de por si mesmo, isto é, pelo gênio e pelas invenções como que mágicas dos próprios nacionais [de] elevar-se a exemplo de progresso e de adiantamento técnico de repercussão mundial".(30)

Gilberto Freyre vai mais longe na sua leitura do significado de Santos Dumont para os brasileiros de então. Ele teria sido "símbolo da capacidade brasileira para vencer espaço e tempo" os dois "maiores inimigos do Brasil na busca de prestígio entre as nações, como civilização moderna". Nesse aspecto, o mito de Santos Dumont encaixa-se perfeitamente no mito de Brasília e do governo JK. O "50 anos em 5" de JK não propunha vencer a barreira do tempo? E Brasília, não seria o empreendimento que colocaria o País no mesmo patamar das nações civilizadas, em tempo recorde...?

E Rondon? Toda a estratégia de exterminação dos Índios brasileiros resume-se à ação dos "bondosos" Anchieta, Manoel da Nóbrega e Rondon. O genocídio dos Índios passa a ser o "formoso ideal", integração dos Índios à "civilização". Os Índios, primeiros habitantes do País, têm o seu lugar invertido nesta história. Mais brasileiros do que qualquer um de nós, se o critério for a relação de antiguidade com a nação, os Índios passam a ocupar um lugar secundário: são **tão** brasileiros quanto nós. Há uma inversão total de perspectiva. E por que Machado de

Assis? Talvez porque represente a "frivolidade" burguesa e o gosto pelo espetáculo, segundo Roberto Schwarcz (31). Ou porque sua trajetória pessoal se assemelha a de Juscelino, que também nasceu "pobre e humilde", estudou, virou médico, prefeito, governador, presidente etc. Ou a vida urbana, que com Brasília deveria tomar conta do País. E, talvez, resumisse a cientificidade do saber: "o livro não falha nunca".

Essa síntese, a síntese fictícia na qual se assenta toda ideologia, elimina da história toda a sua substância, que são as lutas, as contradições. A história do Brasil é apresentada como uma continuidade, sem rupturas, rumo ao progresso, onde cada realização pressupõe uma seqüência linear, mesmo descompassadas no tempo.

Essa síntese sugere uma redução da história aos heróis e feitos heróicos onde a sociedade e toda a sua diversidade histórica é reduzida, segundo Marilena Chauí, citando Walter Benjamin, a uma "sociedade que conhece apenas a história do vencedor, impedindo que outras histórias sejam conservadas como outros possíveis e outros passados. Ao se oferecer como história **nacional**, exclui todos os feitos e fatos que ponham em risco ou em dúvida sua unidade e unicidade contínuas". (32)

O Quadro VIII - **A dança das Batatinhas** - simula uma dança de salão. O "presidente do Club" explica as regras da dança ao mesmo tempo em que convoca a platéia a também participar: "Os que quisérem tomar parte na brincadeira podem subir ao palco". É a conclamação à união nacional na construção de Brasília. Os que participaram da peça integram-se aos expectadores, irmanados num só ideal. Não foi assim que em 1958, ao inaugurar a Rádio Nacional, o presidente Juscelino se expressou?

O Quadro IX, o último, chama-se **O Brasil tem nova**

Paulo, Rio de Janeiro e Recife, sugerem a necessidade de descentralizar o crescimento das grandes cidades. Rio de Janeiro, capital do Brasil, estava superlotada e neste momento propício para a transferência da capital, argumentava na época.

Os personagens prosseguem condenando o "derrotismo", assegurando que só o otimismo "grandes e fortes", além de auto-elogios: "Brasileiro". Repetem-se os argumentos do próprio autor que desqualifica a oposição a Brasília, jogando sentimentalismo. Assim, questões evidentemente favoráveis ou contra a nova capital passam a assumir um caráter

Em seguida, o significado de Brasília "presidente do Club":

"... Brasília concorrerá para o primeiro país salta aos olhos. O **hinte** progredirá espantosamente, porque como centro de convergência e está equidistante de todas as regiões por um fluxo e refluxo de gente e estradas que veem do Norte, do Nord Centro-Oeste e do Sul. É evidente que fará progredir todas as regiões por passagens, semeando novas cidades, novas fábricas, novos centros de novas plantações, novos progressistas".

Mais uma vez reforçam-se os conceitos de desenvolvimentismo, cujo centro seria Brasília e cujo progresso é inequívoca. Significa **cidade fábricas...**

Mais à frente, para corroborar "presidente do Club" afirma que "grandes fatos universais" já constatarão a importância de Brasília. Foster Dulles, secretário de Estado norte-americano,

com pista construída "de acordo com os mais modernos recursos técnicos". Anuncia as empresas que têm linhas regulares para a cidade, num **merchandising** subliminar. Informa sobre o grande número de passageiros que circularam pelo aeroporto, os serviços de Correio etc. Em seguida, refere-se ao Palácio da Alvorada, "uma jóia arquitetônica, já admirada no mundo inteiro". Descreve os cômodos que compõem o Palácio: "Ligada por uma passagem interna, ergue-se ao lado, em original construção, a graciosa Capelinha de N.Sra. de Fátima que servirá para as práticas religiosas do presidente e de sua família".

Ao lado da técnica, expressão máxima de Brasília, os ouvintes ficam sabendo que o presidente e sua família não se descuidam das práticas espirituais. A seguir, tem-se a descrição do "imponente" Brasília Palace Hotel, o hotel de Turismo da capital, "construído em doze meses, com estruturas metálicas de Volta Redonda". Descreve os serviços oferecidos pelo Hotel e "demais condições de conforto exigidos por um estabelecimento moderno" do gênero. Não foge à observação o apelo ao nacionalismo: "usando material de Volta Redonda".

Finalmente, "Os Três Poderes". Para descrever o conjunto de prédios que integram a Praça, o locutor recorre a expressões que transmitam a idéia de que tudo é grandioso: "Triângulo monumental", "anexo de 28 andares"; o palácio do Congresso mede "200 metros de comprimento por 80 de largura"; "mil operários brasileiros" trabalham em turnos em regime de 24 horas, numa atividade "febricitante". O material usado para construir o prédio está previsto: "cimento, 90 mil sacas; concreto, 13 mil metros cúbicos; ferro, 2500 toneladas".

O progresso anunciado pela ideologia nacional-desenvolvimentista com o advento da técnica é, enfim,



materializado também na grande quantidade de material usado na construção da cidade. E, para corroborar a versão do locutor, chama-se o testemunho do engenheiro, personagem-símbolo das conquistas tecnológicas na área da construção:

“Conversando com o engenheiro encarregado de diversos setores de importância da construção, declarou-me ele que, não obstante ter participado de trabalhos de vulto como Salto Grande, em Minas Gerais, jamais viu uma obra como a do Congresso”.

O testemunho pontua o sucesso de Juscelino em Minas Gerais, ao mesmo tempo que marca uma mudança de qualidade entre as duas obras, sendo a última muito mais contundente. O advérbio **jamais**, pronunciado pelo engenheiro, estabelece a diferença.

Isso encobria o fato de que a perfeição e a magnitude da obra não era capaz de evitar o sacrifício de vidas humanas, exatamente no prédio de 28 andares, conforme denuncia um depoimento colhido por Gustavo Lins Ribeiro:

“Eu tenho um primo que até hoje tá aleijado que caiu do 28, com seis. Ele conseguiu escapar e os outros seis morreram...”. (35)

A segunda reportagem trata dos Institutos de Aposentadoria, que estavam construindo em Brasília (36).

Inicialmente o locutor adverte que todos os Institutos:

“... organizaram um sistema de vida coletiva cercando o trabalhador do maior conforto possível. Tudo é feito em moldes humanos e técnicos, visando o maior rendimento da produção de cada homem. Como particularidade a ser notada, podemos citar o fato importante da observância, por parte de algumas obras, dos preceitos de higiene mental. Aos operários em plena atividade é dada, depois de algumas horas de trabalho silencioso, a maravilha da música. São trechos selecionados de boa música, em ‘back ground’, que levam ao homem o conforto da arte. Os resultados são magníficos, tendo sido registrado o aumento do índice de produtividade de cada elemento após a adoção desse sistema psicológico”.

No discurso do locutor é ressaltado o papel da técnica, no sentido de obtenção de maior produtividade do trabalhador. A música, deixa de ser uma manifestação artística e enquanto tal, ser usufruída como uma opção pessoal. Ao admitir a música como "conforto", o locutor está contrapondo-a a algo sofrido, ou seja, o trabalho. Nesse sentido não podemos ignorar as palavras de Adorno sobre o fetiche da música que "preenche os vazios do silêncio que se instalam entre as pessoas deformadas pelo medo, pelo cansaço e pela docilidade de escravos sem exigências" (37). Se tudo é "feito em moldes humanos", porque o operário precisaria de conforto? O ritmo de trabalho desumano, com até dezoito horas ininterruptas, é o que exige uma dose de conforto para fazê-lo mais suportável.

Para completar a sensação de ordem, harmonia e trabalho, ficamos sabendo que é um militar que comanda os trabalhos:

"O controle geral do andamento das obras - um serviço perfeito, verdadeiramente modelar - está a cargo do major Luiz Felipe Augusto Borges, do Exército".

Para desmentir qualquer denúncia das condições de trabalho na futura capital, prossegue a reportagem:

"Ainda como índice de uma assistência completa no campo da higiene mental, o IAPI aos domingos retira os operários das obras, para um arejamento psicológico. Assim a administração organiza piqueniques em lugares pitorescos de Brasília...".

Surge, assim, o lazer programado, oferecido pelo "bom patrão". O que a reportagem quer mostrar como regalia oferecida por patrões que se preocupam com os seus empregados, é, na verdade, uma forma de controle do tempo livre que o capitalismo quer incorporar. É a "febre do trabalho que incrementa no

capitalismo a cobiça pelo domínio do tempo, não apenas o tempo comprado no mercado de trabalho, mas também o tempo de vida, o tempo de existência dos homens", segundo definição de Foucault, citado por Alcir Lenharo (38).

Concluindo sobre as atividades do IAPI, a reportagem prossegue elogiando a atuação do chefe do serviço do pessoal que:

"... afastando as tentativas de hegemonia pretendida por operários mais esclarecidos e vindos de centros maiores, no sentido de orientar os operários com doutrina e explicações de leis trabalhistas nem sempre acertados (...). Ainda como estímulo ao operário (...) convida o escolhido da semana para almoçar em sua residência, participando da intimidade do seu próprio lar. Tem produzido ótimos resultados esse sistema de direção trabalhista". (p. 211)

Mais do que uma tentativa de propagandear Brasília, a mensagem era dirigida claramente aos operários que vinham se organizando. Nair Bicalho informa que, em 27 de julho de 1958 - portanto meses antes da reportagem - foi fundada a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário de Planaltina, Luziânia e Formosa (39). Essa Associação, ainda segundo Bicalho, encaminhou um memorial ao presidente Juscelino Kubitschek para que este tomasse providências sobre a demissão de cerca de 400 operários, exatamente das obras dos Institutos. Para eliminar esses inconvenientes - que fogem às regras do trabalho disciplinado - recorre-se ao ideário trabalhista na vertente de Vargas, quando os eleitos por bom comportamento adquirem o direito de partilhar "da intimidade" do patrão, recuperando a harmonia entre o capital e o trabalho proposta por Juscelino Kubitschek.

É importante destacarmos que esse discurso reconhece que no canteiro de obras existem "operários mais esclarecidos". São aqueles oriundos dos grandes centros, familiarizados com a

legislação trabalhista, uma conquista sobretudo urbana. Mas, em seguida, esses conhecimentos são desqualificados, pois, nem "sempre são acertados". (40)

A reportagem prossegue com o locutor invocando o testemunho de "centenas de operários", todos se mostrando "magoados" com as críticas feitas ao esforço coletivo e ao "devotamento pela causa de Brasília".

A terceira reportagem começa destacando que o Instituto de Aposentadoria dos Comerciários adotou um "Sistema de construção uniforme e orientado pelo plano geral idealizado para a futura capital". Permanece o sentido de ordem e de harmonia, que deveria dominar toda a construção da cidade.

Na quarta reportagem os destaques são para os engenheiros, construtores, técnicos, operários, administradores, mestres de obras, "obreiros de todos os tipos são nacionais". É uma reafirmação do nacionalismo e também uma resposta às críticas contra a presença de estrangeiros em Brasília. (41)

A construção dos ministérios é descrita ressaltando-se a sua grandiosidade:

"O que se passa na construção desses gigantes de ferro e cimento é qualquer coisa de espantar. São 11 os edifícios que começam agora o seu levantamento vertiginoso, com a colocação das estruturas metálicas conduzidas por gigantescos guindastes de 45 metros de altura (...). Em ritmo febricitante, as estruturas se erguem como visões (...) três andares de um edifício de seis pavimentos foram erguidos em apenas 15 dias, em um regime de 10 horas de trabalho. Cada edifício consome cerca de mil peças (...). As lajes que serão utilizadas (...) são pré-moldadas... (p. 216)

É o elogio à moderna indústria que possibilita o uso de estruturas metálicas, do pré-moldado, tudo conduzido por "gigantescos guindastes". E quem conduz os guindastes? Que mãos? São mãos anônimas, pois, as "estruturas se erguem como visões"!

Contudo, o que isso na realidade significava, era a realização plena do uso do maquinário, que implicava no que Marx chamou de "condensação" da jornada de trabalho, isto é, uma intensificação do trabalho pelo operário, em um menor período de tempo. Dez horas de trabalho perto das 14 ou 18 que eram normais em Brasília significava, na verdade, aumento do lucro das empreiteiras.

Para conseguir uma maior produção em menor tempo, algumas empreiteiras utilizavam os métodos que Marx já denunciava em **O Capital**: "Por isso dentro de certos limites, o que se perde em duração, ganha-se em eficácia. Através do método de retribuição, o capital induz o trabalhador a empregar realmente maior força de trabalho (...) a simples redução da jornada aumenta extraordinariamente a regularidade, a uniformidade, a ordem, a continuidade e a energia do trabalho". (42)

Voltemos à reportagem. Agora fala-se do reservatório de água que emprega "cerca de duzentos trabalhadores", em regime de trabalho de 14 horas. A obra deve consumir "32 mil sacos de cimento, 4.360 toneladas de ferro". De repente, uma pausa. Agora é a vez de falar da capelinha de N. Senhora de Fátima:

"Um altar simples com uma cruz singela, uma mesa de ferro, sem Sacrário ou imagens. Ao alto, na parede principal uma pintura moderna da Virgem com o Menino Jesus e tendo em uma das mãos um glôbo como símbolo do mundo (...) um frade capuchinho de atividade espantosa, ali celebra Missa todos os domingos". (p. 217)

É como se, em meio ao frenesi da construção, à "febricitante" (palavra forte, que lembra uma associação entre febril e excitante, o ritmo de Brasília), "marcha para o progresso", alertasse para a presença **ordenadora** da Igreja, cujo símbolo da Cruz, conforme Yung, significa "a Ordem em oposição ao

desordenado ou caótico da multidão amorfa" (43).

A descrição da Capelinha parece cumprir o papel de lembrar a todos que o progresso e a técnica não abdicam da presença da religião, da presença de Deus. No local da construção, reunião de homens de todos os cantos do País, poderia sugerir um abandono "espiritual", um local de onde Deus se exilou, para dar lugar a outro, à técnica.

Mas um dos símbolos da Igreja - o próprio templo - não é comum. Também ali é destacada a diferença de uma nova era: não há imagens de santos. Existe, sim, uma pintura "moderna" da Virgem. E, nisso tudo, um frade também diferente, "de atividade espantosa", de acordo com o ritmo de Brasília.

Finalmente, o locutor traz à cena, de viva voz, um testemunho de um morador da região. É o prefeito da pequena cidade de Planaltina, senhor Venusiano Antonio da Silva, "homem de palavra fácil, jovem ainda, e ardoroso patriota". Inquirido sobre o significado de Brasília para Planaltina, o prefeito responde que a cidade está vendo a construção como "uma dádiva do céu". O repórter insiste:

"- Poderia explicar melhor o seu pensamento?

- Com prazer. Planaltina via transcorrerem, com a normalidade tranqüila das cidades da região, os seus dias modorrentos. Era um esforço conjugado de todos os seus filhos, para que o desenvolvimento do Município se processasse com firmeza (...) íamos vivendo a vida simples e desambiciosa de uma cidade distante 1.300 km do Rio de Janeiro.

- E com os primeiros movimentos de Brasília...

- Tudo mudou (...). Sentimos que uma alvorada diferente surgia para as nossas atividades. Era a esperança que renascia e todos nós estávamos dominados por um desejo ardente de colaborar, dentro das nossas possibilidades, para o desenvolvimento de Brasília". (p. 221)

Não era esse um dos argumentos principais para a construção de Brasília? Ela seria um pólo irradiador de

desenvolvimento, levando o progresso para a região. Como o próprio Juscelino, que certa vez se referiu às "cidadezinhas tristes" do interior, que a partir de Brasília, da construção de estradas, adquiriram nova vida. A situação atual das cidades vizinhas a Brasília revela o quanto o sonho durou. (44)

O repórter conclui dizendo que teve:

"o orgulho de contribuir para que Brasília fosse conhecida na pujança verde do seu crescimento, apresentando-se aos olhos do mundo como o maior centro de atividades no campo do progresso nacional"(p. 222)

A síntese estava completa. O progresso anunciado tão abstratamente tantas e tantas vezes, finalmente mostrava sua cara: era "febricitante", nervoso, nervos de aço e concreto. E tudo sob a égide da ordem, do trabalho e do capital; do planejamento e da técnica. Era um prenúncio de que os "50 anos em 5", na verdade, seriam 50 anos contidos no tempo exato que durasse a construção da cidade.

# # #

O tema do nacionalismo foi um dos eixos mobilizadores da idéia de Brasília. Com essa perspectiva, a **Rádio Mayrink Veiga**, do Rio de Janeiro, apresentava à NOVACAP uma proposta de propaganda de Brasília, que seria veiculada no Programa "Parada Nacional". O programa teria a duração de 25 minutos, e o gênero é classificado como "Musical e Cívico". Seria apresentado também na Televisão. Uma amostra do que seria o Programa é bastante sugestivo. Inicialmente, a Câmera focalizaria um Globo terrestre, longe, aproximando-se até destacar o mapa do Brasil. Em seguida, deslocar-se-ia para as ramificações de acesso a Brasília. Fundo musical: Hino da Independência. Em seguida, o locutor:

"Nesse colosso universal toda essa enorme massa de terra, que se distribui por 5 regiões da América do Sul é o território brasileiro (...). E este pontinho aqui mais para o sul e para o leste, a orla marítima do Brasil, é a nossa cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com a sua natureza, onde tudo desafia a imaginação do homem, que a escolheu para capital da República dos Estados Unidos do Brasil(...) Capital da República até o dia 21 de abril de 1960, quando por força de decreto (...) cederá as honras e as responsabilidades da sede do Governo Federal a Brasília, cidade planejada e feita pela mão do homem, em pleno coração do território, no Planalto Goiano, que espera receber o impulso de brasileiros vindos de todos os quadrantes, para possuir, de fato, a terra, ansiosa por se entregar ao trabalho do homem, que como um conquistador apaixonado vai terminar o longo noivado dos brasileiros com as riquezas do Brasil Central e com o progresso do país. Verdadeira Marcha para o Oeste".(45)

Em seguida, o locutor anunciaria a venda das "Obrigações Brasília", título criado pela NOVACAP e garantido pelo governo federal. E acrescenta: "a parte musical deste programa, eminentemente nacionalista, constará de um desfile de melodias genuinamente brasileiras - temas, palavras e ritmos...".

De forma didática, a Rádio sintetiza o significado de Brasília. A cidade do Rio de Janeiro, que tanto se opõe à mudança, é apenas um "pontinho", cidade onde habita mais a imaginação do que a razão. É uma cidade de "natureza" e, como tal, incompreensível. Brasília é o seu oposto. Planejada, fruto da intervenção deliberada do homem. Capital por decreto. As palavras de Juscelino, "possuir a terra", são traduzidas em uma linguagem amorosa - O "Conquistador apaixonado" - que traduz também a longa espera pelo progresso. Marcha para Oeste, construção de Brasília. A ponte entre os dois eventos fica estabelecida como um desejo de um noivo apaixonado, que, finalmente, pode desposar a tão sonhada noiva .(46)



### 3. Brasília na Imprensa

Em fevereiro de 1960, Carlos Alberto Quadros, chefe do Departamento de Relações Públicas da NOVACAP, encaminhou uma carta ao presidente da empresa. Nela, era recomendada a veiculação de publicidade sobre Brasília no jornal **Estado da Bahia**, órgão dos Diários Associados. A publicidade, no valor de trezentos mil cruzeiros, seria dividida em dez parcelas de trinta mil cruzeiros, depositados "em caráter irrevogável, no Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A - Filial de Belo Horizonte". (47)

A carta de Quadros estabelecia as condições em que seriam produzidas e veiculadas as reportagens:

"Quanto ao desenvolvimento dos textos, caberá à NOVACAP fornecer em tempo as indicações necessárias, desde já ficando estabelecido que serão explorados os diversos assuntos em função da região onde o jornal circula, **dando-se especial destaque a que a inauguração de Brasília é uma grande festa nacional e significa a redenção econômica, política e social do Brasil. Notar ainda que toda publicidade será faturada na base de publicidade comercial, nunca sendo faturada como publicidade política**" (grifos nossos)

A opinião do chefe do departamento de Relações Públicas da NOVACAP, sugere o tipo de relação que se estabeleceu entre a empresa e os órgãos de imprensa, quando o assunto era Brasília e o tipo de orientação que recebiam as matérias veiculadas pelos jornais, revistas etc. Convém lembrarmos que a publicidade política sob orientação do governo não era novidade no Brasil. Desde o início da República que os governos destinaram verbas aos órgãos da imprensa para veiculação de matérias pagas ou de notícias oficiosas. (48)

Ao longo da construção da cidade, a NOVACAP empreendeu ações no sentido de se antecipar aos opositores que criticavam a transferência da capital. Para isso mantinha contratos de publicidade com vários órgãos de imprensa, com matérias pagas, sem que ao leitor fosse indicado que se tratava de publicidade. Grandes reportagens, então, foram feitas sob o comando da Companhia, que dava ou as diretrizes e o tom das matérias ou comprava exemplares de publicação para distribuir. Vejamos alguns exemplos dessas iniciativas da NOVACAP.

A revista **O Cruzeiro**, em sua edição de 2 de janeiro de 1960, publicou uma reportagem (matéria paga), de sete páginas, com o sugestivo título "Brasília, onde o abastecimento jamais será problema". O autor, Benjamin Soares Cabello, um dos responsáveis pelo Plano de Abastecimento da nova capital. A primeira página da matéria é ilustrada com as colunas do Palácio da Alvorada, e logo abaixo, uma planta da cidade, onde estão destacados as regiões agrícolas e a área urbana. Um pequeno resumo acompanha o título indicando que Brasília será o paraíso da produção agrícola:

"A produção, a comercialização e o consumo, tudo foi tecnicamente planejado em Brasília. O produtor e o consumidor serão os grandes beneficiários do sistema. Não haverá escassez nem maiores oscilações de preços. Economia de abundância".

Era uma resposta aos "descrentes", aos que teimavam em duvidar de Brasília. A idéia central é que, como tudo foi "tecnicamente planejado", na nova cidade tudo dará certo. Assim, como a cidade, também, planejada, será diferente das outras. Brasília, um oásis dentro do País, não estaria sujeita às regras do mercado. Na nova capital a lei da oferta e da procura, vigente no resto do país, não funcionaria. Porque tudo foi "tecnicamente planejado". A organização do trabalho, que pressupõe uma racionalidade, uma técnica, eliminaria todos os problemas de

## FERTILIDADE DE BRASÍLIA



*Tomates de 2 quilos, colhidos em Brasília, dão um expressivo sinal da fertilidade do solo onde se está erguendo a nova Capital da República*

Foto publicada no DIÁRIO CARIOCA, RJ em 30/01/1957

abastecimento. Na verdade, esse discurso quer mostrar-se como a revelação de uma competência, baseada na técnica, no planejamento e, conseqüentemente, na ordem. Quer mostrar que em Brasília há, de fato, uma diferença em relação ao resto do País.

Curiosamente, já em 1957 foi fundado um jornal denominado **Correio de Brasília**, que se autodefinia como "órgão de circulação nacional para divulgação e propaganda da nova capital brasileira" (49). Era editado em São Paulo e tinha periodicidade diária. É interessante observar que, no mesmo local onde funcionava a redação do jornal, ficava também a sede da imobiliária **Paula**, empresa autorizada pela NOVACAP a vender lotes em Brasília, o que sugere uma ligação entre os dois empreendimentos - jornal e imobiliária - com o beneplácito da NOVACAP. Curiosamente, os dois exemplares que nós localizamos durante a pesquisa, trazem matérias pagas sobre o Banco da Lavoura de Minas Gerais. Um dos artigos intitula-se "Uma potência financeira", informando que o banco "acaba de duplicar o seu capital" passando de "500 milhões para 1 bilhão de cruzeiros"(50). Já seria produto dos lucros de Brasília? O Banco da Lavoura de Minas Gerais foi um dos primeiros a instalar uma agência na cidade ainda em construção.

Esse jornal destacava em manchetes, na sua edição do dia 31 de julho de 1959, trechos de um discurso de Juscelino no Clube Militar: "NADA DETERÁ O POVO BRASILEIRO NO SEU DESENVOLVIMENTO". No corpo do texto, destaque para a "guerra santa" que Juscelino iria promover em prol do desenvolvimento do País, da sua salvação e da sua redenção econômica "pacientemente esperadas por muitos milhões de brasileiros". A NOVACAP pagou pela publicação da matéria.

Enquanto empresa responsável pela construção da

cidade era do orçamento da NOVACAP que saíam as verbas para o pagamento da propaganda na imprensa. A Companhia parece não ter poupado esforços nesse sentido. Além das matérias pagas, outra forma de divulgar Brasília era através das vendas de lotes, que eram anunciados também na imprensa, alguns com o **slogan**: "Seja um pioneiro da grandeza nacional". O fato de Juscelino ter recebido algumas cartas, com os remetentes pedindo orientação sobre a compra de lotes, reforça essa nossa tese.

A seguir apresentamos um levantamento que não tem a pretensão de ser exaustivo, mas que prova que a veiculação de matérias pagas era uma prática da empresa, e que os anúncios de vendas de lotes também cumpriam a função de propaganda, explicitando a idéia de que Brasília era uma obra nacionalista. (51)

QUADRO II

MATÉRIAS PAGAS PELA NOVACAP NA IMPRENSA/DESPESAS COM  
COMPRA DE PUBLICAÇÕES SOBRE BRASÍLIA

ANO	VEÍCULO	TIPO DE MATÉRIA	VALOR
1957	- Revista <b>Gleba</b> , órgão da Confederação Rural Brasileira	Nota sobre o INIC em Brasília	Cr\$ 4.000,00
	- Revista da Associação dos Profissionais de Imprensa de São Paulo - APISP	Reportagem de sete páginas e meia sobre Brasília	Cr\$ 30.000,00
1958	- <b>Revista dos Municípios</b> nº 1 julho de 1958	"Brasília, novo Eldorado" reportagem de 3 páginas ilustradas	Cr\$ 15.000,00
	- <b>Jornal Última Hora</b> - RJ	"Lúcio Costa explica Brasília" - reprodução de carta de Lúcio Costa a Israel Pinheiro	Cr\$ 15.600,00
	- <b>Revista Módulo</b> - RJ	Reproduz entrevista exclusiva com Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP (Nº 8) do nº 8)	Cr\$ 12.500,00 (referente à compra de 500 exemplares)
		Reportagens sobre Brasília nos n.ºs 9, 10 e 11	Cr\$ 75.000,00 (referente à compra de 1500 exemplares)
1959	- <b>Diário de Notícias</b> - RJ	"Manifesto do Bloco Parlamentar Mudancista" e Resoluções da NOVACAP	Cr\$ 139.200,00
	- <b>Revista Módulo</b>	Reportagens sobre Brasília no nº 12	Cr\$ 28.000,00 (referente à compra de 500 exemplares)
	- <b>Folha da Manhã</b> - SP	"Brasília, roteiro para a mais célere e racional ocupação do Oeste do País."	Cr\$ 15.000,00
	- <b>Revista Rio Magazine</b> - RJ	Reportagem dedicada às metas e realizações do governo do Presidente Juscelino Kubitschek em Brasília.	Cr\$ 20.000,00

ANO	VEÍCULO	TIPO DE MATÉRIA	VALOR
1959	- <b>Tribuna do Paraná; Gazeta do Povo; O Estado do Paraná</b>	Anúncios de excursão a Brasília, organizada pelo Escritório da NOVACAP em Londrina - PR	Cr\$ 2.700,00
	- <b>Jornal A Manhã - RJ</b>	Palavras cruzadas com a palavra central BRASÍLIA; Mudança de Oscar Niemeyer para Brasília	Cr\$ 10.000,00
	- <b>Jornal Luta Democrática - RJ</b>	Intenção da Argentina em construir também a sua capital, a exemplo de Brasília	
		Transcrição da Resolução nº 18 da NOVACAP sobre moradia para funcionários	Cr\$ 34.000,00

Fonte: Fundo NOVACAP - Série Finanças/Processos de Pagamentos/Serviços - ArPD

## QUADRO III

## VENDA DE LOTES EM BRASÍLIA

ANO	VEÍCULO
1958	- <b>O Nacional</b> - RJ
	- <b>Jornal Agrícola</b> - RJ
	- <b>Folha de Londrina</b>
1959	- <b>Gleba</b> - órgão da Confederação Rural Brasileira
	- <b>O Metropolitano</b> - RJ
	- <b>Síngra</b> - Suplemento Intergráfico - RJ
	- <b>Correio do Ensino Brasileiro</b>
	- <b>Revista PN</b> - Publicidade e Negócios
	- <b>O Dia</b> - RJ
	- revista <b>Mundo Ilustrado</b> - RJ
	- <b>Diário Trabalhista</b> - RJ
	- revista <b>Paz e Bem</b> - revista católica
	- <b>O Bíceps</b> - órgão do Centro Acadêmico da Escola Paulista de Medicina
	- <b>Guia Aeronáutico</b> - RJ
	- Revista <b>Brasil Rotário</b> ; dos clubes <b>Rotary</b>
1960	- Revista <b>TUDO</b>

Fonte: Fundo NOVACAP - Série Finanças/Processos de Pagamentos/Serviços - ArPDF



Muitas vezes a Novacap pagava matérias que já estavam prontas, como era o caso da revista **Módulo**. Fundada em 1955, era dirigida por Oscar Niemeyer e outros arquitetos, além de escritores como Rubem Braga e Vinícius de Moraes. Editada em português, inglês, francês e espanhol, era uma revista de vanguarda na área de arquitetura e artes plásticas. Em suas páginas estavam presentes propaganda das grandes construtoras, como a Rabello. Os novos materiais usados na construção também eram anunciados na revista. Na linha nacionalista, a revista reservava espaço para manifestações artísticas nacionais como podemos observar nos n.ºs 9, 10 e 11, com artigos sobre a "dança de Moçambique de Aparecida do Norte", "O Guerreiro de Alagoas", "O Bumba-meu-boi" de Camaçari etc. Divulgava obras de arquitetos e pintores brasileiros, teatro e **design** de móveis.

Alguns membros do Conselho Diretor da Revista integravam a equipe de Niemeyer na construção da cidade, como Artur Lício Pontual, Hélio Uchoa e Joaquim Cardoso.

No caso de **Módulo**, as matérias tinham um triplo significado. Eram escritas por pessoas que realmente acreditavam na nova capital, que a estavam construindo. O pagamento que a NOVACAP fazia ao comprar as revistas com as reportagens, contribuía para a sua sobrevivência editorial e, finalmente, servia à propaganda da cidade. As justificativas que um dos membros do Conselho Diretor da revista apresentava à NOVACAP para justificar a compra dos números especiais, eram claras. Diziam que ela, **Módulo**, oferecia à Companhia "um excelente veículo de divulgação e propaganda não só para os brasileiros como também para os interessados no mundo inteiro". (52)

Os critérios com que a NOVACAP contemplava os órgãos de imprensa com pagamento de publicidade da nova capital merecem

ser estudados. Provavelmente havia um jogo político, determinado pela tensão existente a nível nacional, entre o governo e a imprensa. Dificilmente, localizar-se-á propaganda nas páginas da **Tribuna da Imprensa**, de Carlos Lacerda. Algumas pistas nos levam a pensar em critérios realmente políticos. Isso fica evidente quando, em duas ocasiões, o chefe da Divisão de Divulgação da NOVACAP, Nonato Silva, adota procedimentos diferentes acerca do pagamento de reportagens. Em 1959, a revista **Publicidade e Negócios - PN**, do RJ, sugere uma reportagem de 10 páginas sobre Brasília. Nonato Silva responde que a "NOVACAP não paga reportagem". No mesmo ano a **Revista dos Municípios** enviava fatura à NOVACAP cobrando pela reportagem de três páginas publicada na revista. O mesmo Nonato Silva recomendava ao presidente da NOVACAP: "Senhor presidente, a fatura anexa refere-se à **publicação de matéria referente à propaganda de Brasília**" (grifos nossos) (53)

A presença da NOVACAP fazia-se sentir também em palestras e conferências na imprensa. Recibos de pagamentos dão conta, por exemplo, da presença de Iris Meinberg, diretor financeiro da empresa, em uma conferência na TV, em São Paulo, em 1959. Uma palestra de Israel Pinheiro, também na TV em São Paulo, além da reprodução da mesma em jornais, custou aos cofres da empresa Cr\$ 226.213,00, pagos a Aurélio Campos Publicidade Ltda., empresa de São Paulo. Uma visita de Israel Pinheiro ao escritório da NOVACAP em São Paulo resultou em um álbum de fotografias, ao custo de cinco mil cruzeiros, pagos a um certo Pedro Loschiavo. (54)

#### 4. Brasília na revista Brasília

A NOVACAP editava, também, uma revista, com o objetivo de divulgar a obra. A publicação era fruto do Artigo 19 da Lei que criou a Companhia, e que dizia o seguinte:

“Os atos administrativos e os contratos celebrados pela Companhia constarão de boletim mensal por ela editado e dos quais serão distribuídos exemplares aos membros do Congresso Nacional, autoridades ministeriais, repartições interessadas, entidades de classe e órgãos de publicidade”

A NOVACAP, ao interpretar o referido artigo, decidiu ampliá-lo. É com esse espírito que surge em 1957 a revista **Brasília**, publicação mensal da Companhia. No seu número 1, datado de janeiro daquele ano, uma explicação sucinta da direção da empresa aparece na primeira página sobre o surgimento da revista. Referindo-se ao artigo 19 da Lei que criou a Companhia, a nota esclarecia que:

“A administração da Companhia, ao providenciar o cumprimento daquele dispositivo, pareceu de conveniência aditar ao ‘Boletim’ (...) a forma usual e comum de ‘revista’, estampando-se nestas um noticiário, principalmente fotográfico sobre a marcha da construção da nova capital (...) de modo a manter o público sempre a par do que se está realizando e do que se pretende fazer...”

A linha editorial da revista adotava como princípio a defesa ardorosa da construção da cidade. A primeira página era sempre uma espécie de editorial, com a transcrição de discursos de Israel Pinheiro, Juscelino ou outra personalidade. Existia uma seção de pequenas notas informativas e enquetes junto a figuras ilustres, cujo tema era, “Acredita na realidade de Brasília?”. Obviamente, todas as respostas eram digressões sobre a importância da nova capital. As últimas páginas eram reservadas para as atas e deliberações da direção da empresa. A revista registrava todos

os acontecimentos envolvendo a construção da cidade, desde que favoráveis. Ilustrada com muitas fotos, a maioria com destaque para as obras, a revista ficava sob a responsabilidade da Divisão de Divulgação da NOVACAP, dirigida na época por Raimundo Nonato Silva, figura importante na propaganda da cidade (55). Segundo o depoimento de Ernesto Silva, participavam da revista "alguns jornalistas" que "recebiam uma gratificação". (56)

Inicialmente, a parte gráfica da revista ficava a cargo do arquiteto Artur Lúcio Pontual. Editada no Rio de Janeiro, passou a ser depois programada visualmente pelo também arquiteto Hermano Montenegro. Para isso, ele obtinha uma consultoria do próprio Niemeyer. Montenegro conta que mostrava a Niemeyer a capa da revista para "ele dar o approve". (57)

Hermano Montenegro relata, também, que a Divisão de Divulgação mantinha um fotógrafo oficial, que "não era um bom fotógrafo"; mas ele era obrigado a incluir as suas fotos, porque eram oficiais. Ele se refere ao fotógrafo Mário Fontenelle, amigo pessoal de Juscelino. Nessa época, o fotógrafo preferido dos arquitetos e de Niemeyer, particularmente, era Marcel Gautherot.

Os artigos publicados na revista, como já nos referimos antes, eram todos favoráveis à construção da cidade. Muitas vezes eram escritos por funcionários da NOVACAP, como foi o caso de um intitulado "Grandiosa epopéia", de autoria de um funcionário do Departamento de Viação e Obras - DVO. Vale ressaltar que, na revista, não consta que o autor do artigo é funcionário da empresa. Só fizemos essa descoberta porque tivemos acesso aos originais dos artigos que eram publicados e que foram arquivados pela empresa.

A revista **Brasília** era distribuída gratuitamente, através dos escritórios da NOVACAP nas principais capitais e

idades brasileiras, mas, era, também, vendida em bancas.

Para termos uma idéia do alcance da revista em termos de propaganda da nova capital, vejamos um trecho de uma carta enviada por um engenheiro. Não foi possível identificar o local de onde foi enviada a correspondência. Ela era dirigida à Divisão de Divulgação da NOVACAP, elogiando a revista, demonstrando a sua importância na divulgação da obra. O autor da carta compara a evolução dos trabalhos da construção da cidade registrados pela revista com a própria história de vida das pessoas, que também registram a sua vida em papéis, em fotos. Lembranças congeladas pelo tempo. É assim que o missivista vê a importância da revista:

"Quem de nós não tiver um álbum de velhos retratos e primeiras cartas de namoradas e de velhos amigos, pequeninas coisas que, diante de nossos olhos têm o condão de nos transportar ao passado longínquo, pelas imensas paisagens que entrelaçam os caminhos da vida, quem não gostaria de conservá-los sempre? (...)  
... habituamo-nos a acompanhar, com otimismo, o crescimento da nova capital, através de flagrantes fotográficos, de plantas gerais de perspectivas, de orçamentos, de atas de reuniões da Diretoria da NOVACAP, de depoimentos de visitantes ilustres, de 'repórteres' estrangeiros, de "candangos" e de literatos...". (58)

Recentemente, durante a gestão de José Aparecido no governo do Distrito Federal, tentou-se uma reedição da revista. Apenas um número saiu em 1988.

## 5. Uma Vitrine para o Mundo

"Tenho recebido no aeroporto todos os seus recomendados, mostrando todas as obras, dando-lhes passeios, comidas e até dormidas, mas principalmente, falando sobre Brasília, até ficar rouco" (Carlos A. Quadros) (59)

"E todos, mesmo àqueles que combatem intransigentemente a idéia de Brasília, seria útil uma visita à cidade, onde milhares de brasileiros trabalham e lutam convictos de que ela iniciará nova e progressiva etapa no desenvolvimento do país" (Oscar Niemeyer - 29/11/58) (60)

Com um ano de diferença, as opiniões do arquiteto e do burocrata convidam o público, cada qual à sua maneira, para que compareçam ao palco onde se desenrolava a aventura ou a tragédia do desenvolvimento. O arquiteto, contudo, vai mais além. Ao convidar os expectadores, faz-se porta-voz dos atores, informando que eles ensaiam o **script** do nacional-desenvolvimentismo escrito pelo governo JK e pelos intelectuais que o apoiavam. Brasília passou a ser de fato uma espécie de "vitrine do desenvolvimento" do país, durante a sua construção.

Em discurso pela **Voz do Brasil**, por exemplo, o presidente já havia dito que Brasília "dará alto testemunho de nossa civilização". Em outra ocasião, Juscelino diria que a nova capital brasileira seria "espelho de nossa capacidade de fazer, exemplo de nossa vitalidade, lição de nossa cultura e de nossa técnica".

O certo é que, a partir de 1957, tem início o grande desfile de personalidades estrangeiras em Brasília, além de brasileiros: políticos, empresários, jornalistas, escritores, estudantes (anexo II). A sua passagem por Brasília era acompanhada de todo um cerimonial comandado pela NOVACAP, que lhes pagava hospedagem, transporte, etc, como é possível comprovar através de recibos de pagamento ao Brasília Palace Hotel e às empresas que faziam transportes de turistas na cidade(60). Essas visitas foram cuidadosamente registradas no **Diário de Brasília**, coleção em 4 volumes, editados em 1960 pelo Serviço de Documentação da Presidência da República. (62)

Curiosamente, como podemos ver no anexo III, predominam os visitantes oriundos dos Estados Unidos, país ao qual, principalmente, era preciso mostrar que o Brasil era capaz de se tornar o líder da América Latina. Os Estados Unidos também

eram o país que estava "contribuindo" para que a cidade fosse construída, de acordo com o tipo de relações que se estabelecem entre os países "atrasados" e os desenvolvidos. (63)

Os jornalistas realizam grandes reportagens, cinegrafistas filma o local, o presidente da NOVACAP realiza palestras, o próprio presidente da República acompanha os visitantes, dirigindo uma "caminhonete VEMAG". Quando o secretário de Estado norte-americano visitou Brasília, Juscelino acompanhou-o em visita a todas as obras da cidade.

Um comentarista político norte-americano, durante visita à cidade em 1958, avaliou que Brasília, caso não se concretizasse, seria uma ameaça à estabilidade política da América Latina. Disse Richard C. Hotellet, da CBS:

"Estou convencido de que o êxito desse empreendimento servirá para demonstrar às nações subdesenvolvidas e aos países do continente africano a possibilidade de se alcançarem sucessos espetaculares sem a acumulação da sociedade em formigueiros humanos. O seu fracasso, porém, poderá levar-nos a uma nova série de ditaduras na América Latina, muito piores do que todas as que já existiram até hoje" (64)

A construção do hotel de turismo, juntamente com o Palácio da Alvorada, é uma demonstração da importância que se atribuía às visitas. Inaugurado em meados de 1958, o **Brasília Palace** oferecia todas as comodidades para os seus hóspedes. Era, juntamente com o Palácio da Alvorada, um dos primeiros monumentos à modernidade que se erguia na "solidão do Planalto Central". Era também o primeiro cartão de visita, uma espécie de mostruário do que viria a ser a capital como um todo. Assim anunciava a reportagem da Agência Nacional sobre as obras na cidade, referindo-se ao hotel:

"Possuindo 250 quartos e apartamentos e numerosos recantos de luxo, oferece aos hóspedes suntuoso salão de refeições, além de outros para lanches, bar,

piscina (...) serviço de telefones e de água quente e fria em todos os quartos e demais condições de conforto exigidos por um estabelecimento moderno dêsse gênero"

Mas não era apenas de visitas de estrangeiros que se nutria a propaganda de Brasília no Exterior. Também eram organizadas exposições de maquetes e fotografias da futura capital nas principais cidades do mundo, além do Brasil (anexos IV e V). Essas exposições eram montadas com a participação do Itamaraty, através da sua Divisão Cultural e dos arquitetos ligados à construção.

Foi com o propósito de divulgar amplamente a nova capital que, em 21 de abril de 1958 era inaugurada, no Rio de Janeiro, a "Exposição Permanente de Brasília". Montada por Artur Lúcio Pontual, arquiteto amigo de Oscar Niemeyer e membro do Conselho Diretor da revista **Módulo**, a exposição constava de maquetes das principais obras em execução, fotos e desenhos dos projetos de autoria de Niemeyer, fotografias das obras em fase recente, incluindo-se estradas, pavimentação de vias etc, gráficos demonstrativos do andamento dos trabalhos, modelos de quadros e murais encomendados a artistas como Portinari, Saldanha, Di Cavalcanti. Amostras de materiais de construção encontrados na região de Brasília também integravam a exposição.

Na ocasião, o presidente Juscelino inaugurou no local - a sobreloja da sede do Ministério da Educação e Cultura - o "Centro de Estudos de Brasília - CEB". Os objetivos desse centro eram de "atender os interessados em obter dados e informações sobre Brasília, organizar amplo programa de conferências, publicações, reuniões e outros meios de debate dos principais aspectos artísticos e culturais, relacionados com a sede futura do governo brasileiro". Era assim que a revista **Módulo** definia o



Centro, acrescentando ainda que "jornalistas, escritores, críticos de arte, pintores, escultores e arquitetos têm sido ouvidos e oferecido sugestões". (65)

Entre outros conferencistas, compareceram o ministro Meira Penna (velho defensor da mudança da capital), com o tema "Exemplos históricos da Mudança da Capital" e o crítico de arte e militante comunista, Mário Pedrosa, que discorreu sobre "A cidade nova e a síntese das artes".

O CEB organizou, conjuntamente com a Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, a "Exposição Brasília", apresentada em Bruxelas, Londres e Nova York.

No discurso que proferiu na ocasião, Juscelino reafirma a intenção de que Brasília é um ato lógico, racional. E que, portanto, não há mais como voltar atrás em uma decisão de tal envergadura:

"Felizmente o nosso povo está sentindo que o ato de mudar a capital está inspirado na razão. E já está tão convencido disto, que ninguém ousará, a esta altura voltar atrás. Brasília não é uma improvisação, mas o resultado de um amadurecimento. Não é apenas uma mudança de capital mas o anúncio de uma reforma..." (66)

Além disso o Itamaraty contratou o arquiteto Gladson da Rocha Pimentel para viajar por toda a América do Sul, fazendo palestras sobre Brasília. (67)

Em 1957, foi realizada uma "Semana de Urbanismo", em Buenos Aires, com um ciclo de palestras referentes ao tema, entre os dias 2 e 7 de novembro. No dia 7, a conferência ficou a cargo de Paulo Nogueira Batista, na época 2º Secretário da Embaixada do Brasil. É claro que a sua palestra foi sobre Brasília.

Depois de discorrer sobre vários aspectos da cidade que estava sendo construída no Brasil, o conferencista conclui

sobre o significado de Brasília:

"...obra monumental, se hizo así el punto convergente de la atención del país. En cualquier parte de su territorio, en todo los sectores de actividad, públicos o privados, se puede ya sentir el impacto psicologico que ejerce (...) una vez más la arquitectura viene a dar el tonus de la nueva época y la aceptación de la grand empresa (...) como expression magnifica de la vitalidad y osadia del Brasil nuevo que se está edificando" (68)

Brasília, nas palavras do diplomata que veicula o discurso oficial sobre a obra, é uma expressão arquitetônica que indica o novo estágio de desenvolvimento do qual, a cidade, é a sua máxima expressão. No mesmo rumo segue um artigo de J.O. de Meira Penna, também diplomata, publicado na **Publicaciones del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño**, também de 1957. O autor faz um histórico da idéia de mudança da capital, comenta as vantagens decorrentes e tece críticas à oposição. Finalmente, conclui que:

"...para que los cuidados del Estado se dirijan al sertón: a las grandes florestas, a los campos generales, a las riquezas potenciales inmensas y al sertanejo magro y fuerte - hombre olvidado do del interior - es necesario que la sede del gobierno sea establecida en el corazón de los dilatados territorios del Brasil, a fin de poder contemplar, al alcance de todas las classes y de todas las regiones, el panorama nacional entero" (69)

Na concepção de Meira Penna, todos os problemas do País iriam acabar em função do deslocamento físico da sede do poder. Repetem-se os argumentos geopolíticos, além de remeter às representações românticas do homem do interior, o que sugere um certo descompasso com as novas proposições.

Em agosto de 1958, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, deputado Ernani do Amaral Peixoto, mandava uma carta para a NOVACAP informando sobre um debate acerca da arquitetura brasileira, especialmente sobre Brasília, ocorrido em Washington.

Realizado no "salão nobre" da União Panamericana, estavam presentes na ocasião os arquitetos Lúcio Costa e Flavio Leo A. da Silveira. A carta informa ainda que um dos expositores era Donald J. Belcher, da empresa **Donald J. Belcher Inc.**, responsável pelos levantamentos aerofotogramétricos da região onde seria edificada Brasília, entre 1953 e 1955. Para um público de "cerca de trezentas pessoas" foram apresentados **slides** com as principais etapas das obras na cidade, numa seqüência que ia desde o início das obras até o estado em que se encontravam naquele momento. Lúcio Costa apresentou um texto que foi lido por um dos anfitriões do Encontro. Na mesma carta, o embaixador informa que no "Cosmos Club" em Washington, realizou-se uma conferência do arquiteto brasileiro Flavio Leo, sobre o tema "Evolução da Arquitetura Brasileira", quando estiveram presentes "cerca de 150 pessoas". Novamente foram apresentados **slides** sobre Brasília. Para não deixar dúvidas quanto as intenções das atividades relatadas, o embaixador conclui informando que está enviando material de divulgação publicado na imprensa dos Estados Unidos onde:

"... se registra a repercussão dos acontecimentos acima, os quais certamente hão de ter contribuído para a propaganda do Brasil nos Estados Unidos da América" (70)

O Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que tinha representação nas principais cidades do exterior, também funcionava como um agente de propaganda da nova capital. Já em 3 de dezembro de 1957, era nomeado um representante da NOVACAP no escritório de Nova York, José Bettencourt de Melo Machado, com o objetivo explícito de fazer a divulgação de Brasília. (71)

O Escritório de Buenos Aires divulgou um "suplemento

extraordinário" do seu boletim mensal sobre Brasília que vale a pena nos determos. Contendo cinco páginas sobre a nova capital, o Boletim começa com um histórico da idéia de transferir a capital para o interior. Considerando todas as iniciativas constitucionais nesse sentido, a matéria repete os argumentos do governo, já disseminados pelos discursos de Juscelino, reafirmando, inclusive que a iniciativa do presidente é uma continuação da Marcha para Oeste de Vargas:

"Brasília, efectivamente, es obra de conquista pacífica del vasto 'hinterland' brasileño. Su sentido actual es eminentemente económico-social de marcha hacia el oeste, como preconizo una vez el presidente Getulio Vargas". (72)

É ilustrado com mapas, posicionando a nova capital em relação as principais cidades brasileiras, acessos rodoviários e ferroviários, detalhando as condições das estradas e das ferrovias.

Sob o patrocínio do Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil em Lisboa, era veiculado numa rádio portuguesa um programa denominado "Aqui Brasil". O programa de nº 220 dessa rádio teve como tema "Brasília-capital do Futuro". Era o ano de 1958. Transmitido em Portugal e para as colônias do País, o programa 220 historia a idéia da mudança da capital e informa aos seus ouvintes que a cidade "não terá política" e será "administrada por um governador ou Junta nomeada pelo governo federal". Para encerrar o programa o locutor insere trechos de discursos de Juscelino e completa:

"Brasília será em breve uma realidade. Homens, máquinas, entusiasmo, ação". (73)

O Escritório de Propaganda de Amsterdã, na Holanda, produziu um documento muito interessante sobre a questão da

mudança da capital. Escrito originalmente em outra língua (tivemos acesso somente ao texto traduzido para o português), o documento tem sete páginas e intitula-se "A luta por Brasília"(74). Está dividido em sete tópicos. O primeiro, intitulado "A nova capital do Brasil no meio da Floresta", situa os olhos estrangeiros na região onde está sendo construída Brasília. O cenário é descrito com o exotismo da selva amazônica. O olhar que descreve a região é o de um viajante moderno, num avião: "À medida que o avião vai prosseguindo na viagem, vê o viajante a paisagem mais variada". São florestas, que vão cedendo espaço a "fazendas solitárias". De repente, a surpresa. O viajante, ao chegar na cidade em construção, "fica atônito" e quer, então, saber qual a "finalidade desse grandioso projeto".

O segundo bloco, "Centro Governamental com meio milhão de habitantes", vai decifrar as "intenções do chefe de Estado" ao construir a nova capital. Brasília é então apresentada como uma realização pessoal de Juscelino, "um grande estadista", que "prevê melhor que qualquer outro de seus compatriotas, o porvir da sua pátria". Sem meias palavras, o texto define a meta maior do governo JK:

"Dentre as grandes potências mundiais, será o Brasil, num futuro bem próximo, o país que assumirá a liderança na orquestra mundial, devido às possibilidades infinitas, tornando-se uma espécie de "USA" da América Latina"

O tópico avalia, ainda, que, para Juscelino, a construção de Brasília e a sua inauguração, enfim o seu sucesso, serão decisivos para o futuro da sua carreira política. Brasília, ainda segundo essa avaliação, tornou-se de fato um símbolo político. Confirmando a grande campanha de propaganda sobre Brasília empreendida pelo governo, o documento informa que:

"As rádio-emissoras do Rio de Janeiro e de outras partes do país, interrompem, várias vezes por dia, subitamente os seus programas para fazer propaganda para 'BRASÍLIA', anunciando a venda de terrenos..."

No terceiro tópico, "Estímulos", destacam-se os grandes recursos naturais existentes no interior do Brasil, que seriam explorados a partir da transferência da capital e fala das vantagens que se criariam para os estados do interior, que teriam possibilidades de se desenvolver a partir de Brasília. Com essas constatações, prossegue o documento, entende-se porque o presidente considera a construção de Brasília como um "MANDAMENTO SUPERIOR".

O quarto item, "Tática", revela que o presidente Juscelino é "um grande estrategista e raras vezes menciona os custos reais havidos na construção" da cidade. Anuncia que o empreendimento tem merecido a confiança do "mundo financeiro" como o demonstra o crédito de "38 milhões de florins", concedidos pelo Banco de Importação e Exportação de Nova York. O documento considera ainda que o referido crédito bastou para "fazer calar" os adversários de Juscelino e de Brasília.

O item cinco, "Lutas", apresenta duas teses que justificam a mudança da capital para o interior. A primeira, repete os argumentos geopolíticos, ou seja, com a capital no interior, o País tem melhor condição de defender-se em caso de guerra. A segunda, coloca a mudança da capital como uma forma de acabar com as rivalidades políticas entre São Paulo e Rio de Janeiro, além de colocar o governo equidistante dos problemas de disputa política entre os estados.

O item seis, não casualmente, chama-se "Surpresas". Primeiro o leitor fica sabendo que a cidade "literalmente nasceu do céu", isso porque "com poucas exceções o material todo fora

transportado por aviões". A surpresa prossegue para o viajante que teve conhecimento da cidade apenas por "meio de folhetos distribuídos", e que apenas indicavam o planejamento global: quando ele chega ao local percebe que "do meio da floresta surgiu uma área despojada de árvores, uma terra vermelha, sobre a qual se erguem os edifícios de linhas arquitetônicas moderníssimas e surpreendentes". Através do olhar desse viajante fictício fica-se sabendo que, em plena selva, chegava a modernidade, o "empreendimento mais ousado dos tempos modernos". O crédito dessa "obra espantosa", após a iniciativa ousada do chefe do governo, cabe aos arquitetos e engenheiros:

"Os arquitetos e engenheiros brasileiros, empenhados na construção de "Brasília", estão erigindo um monumento que gravará a sua própria imortalidade".

O texto prossegue, sugerindo que Brasília será muito "mais moderna" [que] "qualquer metrópole" contemporânea, como "São Paulo, Nova York, Rotterdam". Ao final, o texto anuncia aquilo que o governo pretendia que Brasília fosse, isto é, a expressão máxima de um país capaz de igualar-se ao mundo desenvolvido:

"BRASÍLIA é um milagre, testemunha de um país de possibilidades inesgotáveis e completamente diferente daquilo que o mundo inteiro julga, de tratar-se o Brasil de um país atrasado e pouco desenvolvido"

O último bloco chama-se "Tempo Record". É elogiado o curto prazo em que Brasília estava sendo construída. Para dar maior legitimidade ao projeto arquitetônico da cidade, anuncia-se que ele é produto da criatividade e gênio de gente famosa no mundo, como o arquiteto Oscar Niemeyer "conhecido na Europa pelos seus planos para um edifício da "HANSA-STADT" em Berlim e de "Sir William Holford, do Ministério de Obras Públicas da Inglaterra".

Aqui aparece um erro grosseiro ou uma intenção deliberada quanto ao papel do arquiteto inglês. A sua única contribuição foi ter participado como um dos jurados do concurso do Plano Piloto. No vale tudo propagandístico da "grande obra", todas as invenções pareciam válidas.

Na mesma trilha de outros discursos oficiais, o documento faz referência à arquitetura da cidade, como um emblema da qualificação e posicionamento do País frente às outras nações:

"Com Brasília ergueu-se um monumento à arquitetura moderna, sem igual e pode-se afirmar sem receio, que o Brasil está na 'vanguarda' neste setor da cultura contemporânea"

E, numa espécie de ode à burguesia, que mostrava o seu bom gosto e a sua capacidade na cidade que surgia, como se fosse o espelho de si mesma (75), o texto prossegue elogiando os materiais usados:

"É com verdadeiro prazer que se pode observar o esmero e bom gosto com que foram escolhidos e empregados as pedras e as madeiras".

Finalmente, depois desse deslumbrante passeio de um viajante imaginário pelo país das florestas e pelo país do arrojo político e artístico, o documento conclui que:

"Sem dúvida alguma, o mundo se referirá à 'BRASÍLIA' como o 'Milagre Brasileiro', da mesma forma como foram festejados com calorosos elogios, os principais marcos na história universal: a abertura do canal de Suez, a reconstrução da cidade de Roterdan, o 'Wirtschaftswunder' alemão, a travessia do submarino no "Nautilus" sob os gêlos árticos".

O simples desejo ou pretensão de que Brasília fosse um marco na vida nacional é facilmente transposto para o mundo. As referências comparativas perdem toda a sua historicidade para se converter em símbolos de progresso e de uma seqüência lógica



da história. O julgamento da obra, ainda em andamento, já está definido a "priori", já se encontra na galeria dos grandes feitos.

#### **6. Brasília em cartaz**

Imagine o leitor uma terra em que se plantando tudo dá, como disse Pero Vaz de Caminha, o escrivão de Cabral. Uma terra dadivosa e boa. Um lugar de fartura, com cachoeiras naturais. Agora imagine o leitor, também, esse lugar, povoado de gente, gente de todo o País, que chega irmanada em um único sentimento: construir a nova capital do Brasil. Imagine essa terra com a intervenção do homem, das poderosas máquinas. Em um local antes esquecido, agora movem-se tratores, removem-se terras, movem-se moinhos. Local de máquinas e de homens. Imagine um local em que o Estado constrói casas para "funcionários de todas as categorias". Imagine um local cheio de aves, onde gados passeiam. Imagine um local onde engenheiros, trabalhadores e técnicos dedicam-se de "corpo e alma" a uma grande tarefa. Tudo sob o olhar vigilante e solidário do presidente da República e do presidente da NOVACAP. Imagine que nesse local "brotam" estradas, pontes de concreto, palácios. Imagine que nesse local o mundo curva-se, pasmo, extasiado, diante do Brasil. Finalmente, imagine-se o leitor chegando a esse lugar. Lá, verá um "soberbo espetáculo, visão do futuro que animará a todos" os que lá chegarem "pelos caminhos do céu ou da terra".

Eram essas as principais imagens que os cinejornais registravam sobre a construção de Brasília. Em sua maioria encomendados diretamente pela NOVACAP, os cinejornais acompanhavam a evolução dos trabalhos na nova capital. De acordo com a pioneira publicação **Os cine-jornais sobre o período da**

**construção de Brasília**, a NOVACAP contratou a produtora "Libertas Filme", de propriedade de José e Sálvio Silva, respectivamente pai e filho, para o trabalho de documentar a construção da nova cidade (76). Além das filmagens dos Silva, outros cinejornais foram produzidos na época, outros cinegrafistas filmaram os eventos, obras e inaugurações em Brasília. Entre eles o francês Jean Manzon, experiente fotógrafo da Marinha francesa, que, quando aportou no Brasil teve como primeiro emprego o de fotógrafo do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP de Vargas. Empresas do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre também produziram documentários sobre a construção.

Em dezembro de 1958, por exemplo, a "Persin Perrin Produções", com sede no Rio de Janeiro, produziu um documentário sobre a nova capital. No documento, onde estão estabelecidas as condições para o pagamento e realização do filme, lê-se que este será feito "com imagens vistas pelo olhar do presidente Juscelino". Pelo contrato fica-se sabendo também que foi feita uma cópia em 16 mm, com "mais ou menos 25 minutos de duração para uso interno da NOVACAP" e uma versão "reduzida de 10 minutos para veiculação nacional" (77). Mas não era somente o local da construção que era filmado. Uma entrevista do presidente da NOVACAP, durante visita ao escritório regional da empresa em São Paulo, no dia 29 de janeiro de 1959, foi transformada em documentário sobre Brasília. Produzido pela "Produções Cinematográficas Leides Rosa - Atualidades", uma empresa de São Paulo, o documentário, intitulado "Atualidades Brasília", foi exibido em todos os cinemas do Estado de São Paulo. (78)

Ainda em 1959 tinha início a exibição, também em São Paulo, de um filme colorido sobre Brasília, produzido pela Agência Nacional. Segundo o registro no **Diário de Brasília**, o

filme seria exibido também no exterior (79). Nesse mesmo ano a "BRASFILM", produtora cinematográfica gaúcha, com sede em Porto Alegre, produzia uma "notícia cinematográfica" sobre a inauguração das novas dependências do escritório regional da NOVACAP na capital gaúcha. O pagamento compreendia também a distribuição para os cinemas da capital e do interior do Estado. (80)

Os cinegrafistas José e Sálvio Silva, especialmente José, tinham tradição na área de cinema, particularmente em documentários. Funcionário do Estado de Minas Gerais, José Silva já tinha filmado Benedito Valadares, o interventor do Estado nomeado por Getúlio Vargas em 1933. Era amigo pessoal de Israel Pinheiro, a quem devia a sua admissão no serviço público mineiro, em 1939. José Silva chegou a exercer o cargo de "chefe de diversões públicas do Estado". (81)

Como funcionário público, José Silva revela ter documentado cinematograficamente "inaugurações de obras, aniversários, visitas ilustres, etc". Foi a ele, então, que Israel Pinheiro recorreu quando decidiu filmar a nova capital ainda em construção. Diz Sálvio Silva, o filho, que em "1957 o Dr. Israel Pinheiro mandou procurar meu pai em Belo Horizonte para que ele viesse fazer uma filmagem, a primeira filmagem em Brasília" (82). No mesmo depoimento, Sálvio revela que a NOVACAP fez um contrato com a "Libertas Filme" onde ficou estabelecido um acordo "não comercial" em que a Companhia apenas daria transporte, hospedagem e pagaria o custo do material para a produção dos filmes. Comprovantes de pagamento à "Libertas Filme", existentes nos arquivos da NOVACAP, comprovam essa informação. (83)

A missa celebrada em Brasília em 3 de maio de 1957

foi documentada pelos Silva e, segundo Sálvio, o filme foi exibido no País inteiro. À época, um dos maiores exibidores cinematográficos, Luís Severiano Ribeiro, teria pedido cópias do filme. Isso implicava em uma grande divulgação do mesmo nos cinemas da rede Luís Severiano Ribeiro. (84)

A intenção de propagandear a nova capital através dos cinejornais era clara desde o início, como o demonstra, mais uma vez, as declarações de Sálvio Silva. Em seu depoimento à Pró-Memória, quando o entrevistador lhe perguntou se a "NOVACAP tinha a intenção de exibir os filmes em outros cinemas do Brasil", o cinegrafista respondeu:

"Perfeitamente. Os filmes foram distribuídos pela UCB. Em 1958 fizemos o primeiro filme colorido sobre Brasília. Havia uma pressão muito grande contra a construção de Brasília. Quando o filme ficou pronto, o Dr. Israel me chamou e disse: 'Olhe Sálvio, vá dar um giro por Minas Gerais exibindo esse filme. Eu lhe dou um cartão de apresentação para os prefeitos. É preciso mostrar o que está acontecendo em Brasília porque a pressão está muito grande contra a construção'. Peguei o filme e saí fazendo projeções em várias cidades" (85)

Mas a estratégia de propaganda política através do cinema não era uma descoberta de Israel Pinheiro, da NOVACAP ou do governo de Kubitschek (86). Na tradição política do Estado brasileiro registra-se com destaque a atuação da ditadura Vargas, quando foram produzidos cerca de mil cinejornais sob a orientação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP. (87)

Frente à grande quantidade de cinejornais produzidos pelo DIP, o número de documentários da construção de Brasília é, certamente, irrisório. Mas, nem por isso, perde o seu significado como instrumento de propaganda política. De acordo com o levantamento realizado pela Pró-Memória e a identificação dos filmes em poder do Arquivo Público do Distrito Federal, chegamos

a um total de cerca de 38 cinejornais. (88)

A divulgação dos cinejornais sobre Brasília beneficiava-se de uma legislação que vinha desde a década de 30. De fato, foi em 1932, que surgiu a primeira lei específica sobre a produção cinematográfica. O decreto nº 21.240, de 4 de abril de 1932, estabelece uma série de normas para a produção e exibição de filmes. Devemos ressaltar que a interferência do Estado no setor, respondia a um reconhecimento do papel do cinema como uma "possibilidade de atuação em benefício da cultura popular". Isso, na linguagem do governo gerado na revolução de 30, significava que o cinema tinha um papel importante na propaganda política. Tanto é que, nas considerações iniciais que justificam o decreto, lê-se que o filme documentário, "seja de caráter científico, histórico, artístico, literário e industrial representa, na atualidade, um instrumento de inigualável vantagem, para a instrução do público e propaganda do País dentro e fora das fronteiras". O artigo 12º desse decreto tornava obrigatória a exibição dos filmes considerados "educativos" pela Comissão de Censura do governo. Em suma, obrigava os exibidores a projetar nas telas os documentários, devidamente orientados pelo governo. (89)

A legislação sobre o cinema é aperfeiçoada em 1946, com o decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946, portanto em pleno período de redemocratização do País. O decreto mantém a obrigatoriedade da exibição de filmes nacionais. Em seu artigo 24º fica estabelecido que, "cada programa de cinema que contiver um filme de metragem superior a mil metros, só poderá ser exibido quando dela fizer parte um filme nacional de 'boa qualidade' sincronizado, sonoro ou falado, natural ou posado, filmado no Brasil". (90)

A obrigatoriedade da exibição de curtas nacionais

foi amplamente utilizada pela ditadura Vargas que, como já dissemos, lançou-se à produção dos cinejornais de propaganda do regime e do ditador. Algumas fontes indicam, mesmo, que a produção do DIP acabou sufocando os produtores independentes que começavam a surgir no período. Muitos acabaram se transformando em funcionários do Estado, filmando diretamente para o DIP. (91)

Durante o governo Kubitschek, portanto, já existia, sedimentada, uma legislação que permitia, ou melhor, obrigava, a exibição de curtas nacionais, numa proporção tal que dificilmente os cinejornais sobre a construção de Brasília teriam passado despercebidos pela população que freqüentava cinemas. Resta saber, em que medida, a exibição desses filmes teriam influenciado na propaganda da nova capital. Nesse ponto, gostaríamos de nos deter sobre a atuação específica da linguagem cinematográfica.

Segundo Marcel Martin "a imagem constitui o elemento de base da linguagem cinematográfica". É a imagem, a "matéria-prima" do filme. Produzida por um objeto mecânico - a câmera - a imagem, contudo, é fruto da intervenção de quem dirige o filme. Apesar disso, ainda segundo o autor, a "imagem fílmica" é "dotada de todas as aparências (ou quase todas) da realidade". Esse efeito de realidade do filme é reforçado pelo **movimento** e pelo **som**. Essas características da imagem fílmica suscitam no espectador "um **sentimento de realidade** bastante forte, em certos casos, para induzir à crença na existência objetiva do que aparece na tela"(92). No caso específico do filme documentário, esse ar de realidade parece ficar mais explícito. É o que dizem Jean-Claude Bernadet e Alcides Freire Ramos. Para eles "o filme documentário, devido à **objetividade** do processo técnico de que se

serve e a notícia verbal que possui, pode oferecer certo grau de credibilidade, apesar de sofrer forte influência subjetiva" (93). Os cinejornais sobre a construção de Brasília devem ser vistos sob essa perspectiva, isto é, a da intenção do governo de demonstrar, através da imagem fílmica, que Brasília era uma realidade, que podia ser vista, a despeito de toda incredulidade dos seus detratores e mesmo daqueles que, de longe, poderiam duvidar de que, no interior do Brasil, numa região quase desconhecida dos brasileiros, erguia-se uma metrópole moderna, que iria beneficiar todos os brasileiros. É com esse tom de credibilidade que Jean Manzon abre o seu documentário "As primeiras imagens de Brasília":

"Esse documentário tem a única finalidade de historiar em imagens os primeiros meses de vida de Brasília" (94)

O documentário, logo de início, avisa aos telespectadores que o que ele vão ver é uma reprodução realista do que está acontecendo em Brasília. O que o público verá na tela é uma "história" (como aquelas que ele vê nos livros?), só que, com as imagens "in loco". Precisamente aquilo que o governo queria: fazer crer que Brasília já era um fato.

A partir de cópias em vídeo, reproduzidas no Arquivo Público do DF, tivemos acesso aos seguintes filmes: Brasília, números 4, 10, 12, 14 e 16 produzidos pela "Libertas Filme"; dois intitulados apenas Brasília (sem créditos); um denominado "As primeiras Imagens de Brasília", de Jean Manzon; e "Caminhos de Brasília", produzido pela Agência Nacional. São essas imagens que vamos analisar, sob o ponto de vista dos objetivos propostos pelo nosso trabalho, isto é, os mecanismos de propaganda da construção de Brasília e como eles permitiram ao governo popularizar os

temas da ideologia nacional-desenvolvimentista.

Antes, porém, gostaríamos de discutir um pouco sobre o filme enquanto documento histórico. Em primeiro lugar, devemos lembrar que, a película cinematográfica, como qualquer outra fonte, contém em si mesma, um trabalho de construção da realidade à qual se reporta. Isso significa que o filme representa "as condições e finalidades desta mesma construção" (95). Nos parece que a especificidade do filme, enquanto fonte, reside mais no efeito que causa no público que o assiste do que propriamente no documento em si mesmo. Como documento, como um discurso, particularmente um discurso ideológico, o documentário é um discurso também lacunar. É um discurso que contém uma visão específica do seu objeto, uma visão subjetiva, mas que pretende ser universal.

É com essa perspectiva que vamos nos deter nos temas abordados por alguns dos cinejornais sobre Brasília.

# # #

De uma maneira geral, os filmes começam a partir de um evento: uma inauguração, uma visita, etc. Se for visitante, destaque para as impressões que Brasília lhe causou. Os impactos são de duas ordens: uma, pela constatação das condições naturais "impressionantes" da região; outra, pela técnica moderna e pelos palácios que estão sendo construídos. Brasília é um acontecimento que "empolga todo mundo". Sempre que possível, um gancho entre Brasília e datas cívicas, como o dia da Bandeira, em que aparecem imagens de funcionários da NOVACAP e operários em posição solene em frente a bandeira, junto com os administradores, expressando a união de todos "na luta cívica". O locutor, para reforçar a imagem, anuncia que Brasília é uma "patriótica obra".



Geralmente a câmera enfoca a natureza, com sua exuberância e potencialidades, para, em seguida, se movimentar entre as obras, anunciando ao telespectador a diferença entre o **antes** e o **depois** da construção de Brasília. As marcas da nova conquista, da redescoberta do Brasil, são mostradas: a cruz, o Palácio da Alvorada e o Brasília Palace Hotel. Ao enquadrar as estruturas metálicas, o locutor lembra que o aço é de Volta Redonda, um dos marcos do nacionalismo brasileiro.

Os "50 anos em 5" fazem-se presentes na agilidade da câmera e na narração, quando o locutor lembra "a rapidez" com que Brasília está sendo construída, que os "trabalhos não sofrem interrupção". O poder da técnica para a velocidade dos trabalhos é pontuada: "graças ao aparelhamento moderno e à capacidade do operário brasileiro". Os adjetivos para as máquinas ultrapassam a caracterização dos trabalhadores: "extraordinária máquina, única no Brasil", "máquinas gigantescas, para um gigantesco movimento de terras".

Não faltam registros também da presença da Igreja na região, representada pela imagem da cruz, da inauguração de templos religiosos e pela presença de membros da cúpula católica.

A visita do secretário de Estado norte-americano, Foster Dulles, em 1958, mereceu um destaque especial. Quando da sua chegada à Base Aérea, a câmera registra, acompanhada pela locução, a presença de "colegiais e grande multidão" para recepcionar o representante dos Estados Unidos. Confirmando as palavras de Amaral Peixoto (o aço simboliza as relações entre o Brasil e os EUA), a câmera flagra Foster Dulles participando da colocação da primeira estrutura metálica de um dos ministérios. Em seguida, Dulles, juntamente com Kubitschek, planta um pé de magnólia, num "bonito espetáculo de cordialidade".

Em "Brasília nº 14", Juscelino aparece para "mais uma visita de inspeção às obras". O desavisado público fica sabendo, então, que o presidente está atento à construção da cidade, ele mesmo "inspecionando" as obras. Quem não tinha assistido a outros cinejornais é informado que o presidente sempre vai ao local. A imagem é apenas **mais uma** de tantas que registram a presença do presidente da República em Brasília. A câmera passeia pelos canteiros de obras como se fosse o próprio Juscelino quem estivesse registrando as imagens. Guindastes, máquinas, gente, numa "intensa febre de construções". É ressaltada a competência da NOVACAP na condução das obras. Fica-se sabendo que a empresa está facilitando a "concessão de terras para a formação de novas chácaras".

O Primeiro de Maio na cidade em construção também foi documentado no cinejornal "Brasília nº 16". Era maio de 1959. Começa com um desfile de caminhões, cheios de operários, dirigindo-se para a Praça dos Três Poderes, ainda em construção. Juscelino aparece em carro aberto, ao lado de Israel Pinheiro e de um dos diretores da NOVACAP (exatamente o que representava a UDN na direção da empresa). Como um símbolo do que deveriam ser as relações entre Estado, empresários e trabalhadores no "novo Brasil", um palanque armado diante do edifício do Congresso Nacional abriga o presidente da República, um representante dos operários e o representante da NOVACAP (Iris Meinberg, apresentado também como representante das empresas construtoras e da Confederação Rural Brasileira, da qual era Presidente). Todos discursam. Destaque para a fala de Juscelino Kubitschek que afirma ser Brasília a expressão máxima de um nacionalismo de dois séculos; classifica a região como "imenso império deserto e abandonado". Brasília, diz ele, "emociona a humanidade". Compara

a conquista do interior brasileiro com a conquista do Oeste pelos Estados Unidos. Enquanto o locutor reproduz trechos dos discursos de Juscelino, a câmera mostra as imagens dos operários trabalhando e de guindastes em ação. É a imagem do Brasil que não "perde tempo", que não fica apenas em "discussões", como disse Juscelino ainda candidato à presidência.

O discurso do "sacrifício" aparece novamente, quando Juscelino lembra a morte de Bernardo Sayão, vitimado por uma árvore gigantesca. O que foi um "acidente de trabalho", é oferecido como a cota de sacrifício de Sayão em prol do desenvolvimento, um exemplo que deveria ser seguido por todos.

Em seguida, Juscelino compara-se a Getúlio Vargas e lembra aos trabalhadores do Brasil que "podem confiar no presidente da República porque ele saberá sentir e compreender os tormentos e as dificuldades" que eles atravessam.

A famosa profecia de D. Bosco também aparece nos cinejornais. Em um deles, denominado apenas "Brasília", a abertura tem a transcrição do trecho em que o padre se refere à região como sendo um local onde "correrá o leite e o mel". Em seguida imagens da região "dádívosa", com cachoeiras, rios que permitirão construir as usinas, para "cobrir as necessidades do progresso". A câmera se detém na natureza e em seguida o locutor lembra que "em Brasília a terra é dadívosa e boa e como diria o primeiro cronista do descobrimento do Brasil, escrivão da frota de Cabral, Pero Vaz Caminha, em se plantando dar-se-á nela tudo". Em outro cinejornal também há uma citação idêntica. Imagens de plantações, primeiro plano nos rostos de japoneses que cuidam da agricultura, fornecem uma sincronia entre a palavra e a imagem.

E àqueles que poderiam pensar que em Brasília só há crescimento material, o locutor anuncia que "enquanto a cidade

crece materialmente, as autoridades não se esqueceram do preparo moral, intelectual e cívico das crianças". Aparece, então, imagens de crianças, uniformizadas, arrumadinhas, limpinhas, em sala de aula e brincando num parque.

Por fim, o narrador conclui que em Brasília "o trabalho é realmente intenso e entusiástico. Reina por toda a parte a mais contagiante vibração cívica. Técnicos e trabalhadores exultam na certeza de que estão ajudando a construir um Brasil maior, uma grande civilização, cujas **benesses** hão de se espalhar de forma equitativa por todo o imenso território nacional unindo e engrandecendo cada vez mais os brasileiros na comunhão dos ideais de ordem e de progresso".

O filme de Jean Manzon, denominado "As primeiras imagens de Brasília", inicia com Juscelino Kubitschek sobrevoando a região dentro de um avião. Brasília é anunciada como a "noiva do Brasil". Em seguida, a câmera se desloca para o Palácio da Alvorada, "marco do ponto de vista técnico e artístico da cidade que surge". Os construtores da cidade são apresentados como os "capitães da pacífica, mas dura batalha brasileira". Construir Brasília é "uma guerra redentora". As imagens são de desbravadores, conquistadores da selva. As máquinas "abrem, conquistam, subjagam os espaços".

A grandiosidade da obra pode ser avaliada pelo lago artificial que será "maior que a baía de Guanabara". O solo, devidamente irrigado para a agricultura.

Quem são os homens que estão construindo Brasília? O filme de Jean Manzon mostra a cara dos migrantes. Muitos são nordestinos. A câmera se detém nos chapéus dos migrantes focalizados, vendo-se na tela o chapéu típico dos nordestinos. Mas, os migrantes vêm de toda parte: chegam de cavalo, de ônibus,

de caminhões, à pé. São homens, mulheres, crianças "pioneiros da grande migração do futuro". São "operários, artífices, agricultores, comerciantes". A "visão instintiva do povo" o faz acreditar em Brasília. Diz o locutor que, enquanto para os homens do litoral Brasília "é apenas uma idéia mais ou menos abstrata", para os migrantes Brasília é a "pura realidade". Novamente imagens dos migrantes chegando. Finalmente, o narrador avisa: "e que se diga que a história não registra outra marcha de conquista tão bem recebida".

Brasília, "primeira metrópole da era da aviação", é apresentada nesse filme como uma concretização dos "50 anos em 5". Diz o locutor que, antes, "há 60 anos atrás, a viagem do Rio ao centro do País, demorava 3 meses. Hoje, pode ser feita em 3 horas".

Como que para estabelecer uma ponte histórica que coloca a construção de Brasília entre os grandes acontecimentos mundiais, o locutor avisa que a nova capital compara-se às cidades clássicas da antiguidade onde "a idade da técnica reencontra a idade da harmonia, virtudes que andaram separadas nesse tempo de industrialização". Deslocamento da câmera para Juscelino em mangas de camisa supervisionando as obras. Um Grupo Escolar repleto de crianças bem arrumadas, com uma professora idem. "A cultura não pode esperar. Não se perde tempo em Brasília", anuncia o locutor.

Um hospital bem equipado, com médicos paramentados, são as imagens equivalentes à locução sobre o nascimento de uma criança, um "robusto brasileiro". Em seguida, o retorno ao "ritmo febricitante" de Brasília: "o trabalho desconhece a noite, operários praticam beisebol com ferro incandescente".

Para comprovar que a cidade, de fato, está sendo bem

planejada, imagens do escritório de arquitetura e urbanismo, repleto de pranchetas onde se debruçam "técnicos e artistas" compondo a "sinfonia de Brasília". Uma equipe dedicada à arte de "fazer cidades". As cidades brasileiras, a partir da experiência de Brasília, seriam, como o dissera Mário Pedrosa, "uma utopia planejável".

Para concluir, as palavras reforçam o que as imagens já haviam revelado: "Brasília já existe". Ela é a "menina dos olhos do Brasil". Seus construtores, os "primeiros filhos de uma nova era".

No filme produzido pela Agência Nacional, desfilam todas as concepções sobre as quais se apoiavam o nacional-desenvolvimentismo e sua expressão máxima, Brasília. Denominado "Caminhos de Brasília", o filme é uma viagem do Rio de Janeiro a Belém, passando por Minas Gerais e Brasília. Em Minas o destaque é para o conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte. O locutor tece elogios ao conjunto de "rara beleza urbana". A câmera focaliza as cidadezinhas do interior que "vão prosperar" com a construção de Brasília. Imagens das estradas, onde estão trabalhando tratores, "essas máquinas modernas". Pontes de concreto, operários, formando um conjunto de esforços. Através das estradas chega-se a Paracatu, em Minas Gerais e "Luisânia", em Goiás, cidadezinhas que também vão prosperar com Brasília. À medida que vai se aproximando de Brasília, os "horizontes vão-se alargando".

De Brasília, parte-se para Belém, através da estrada Belém-Brasília, denominada o "caminho do futuro", possibilitado pela construção da "metrópole do porvir". A cidadezinha de Gurupi, interior de Goiás, "prospera a olhos vistos". A câmera embrenha-se na selva, acompanhando os trabalhos do "batalhão suicida, trabalhadores solitários, de um mundo desconhecido",

porém "conscientes da monumental obra que estão construindo". Em seguida, imagens de motoniveladoras e escavadeiras, "máquinas que rasgam a selva". Um verdadeiro desfile de máquinas é apresentado, esses "entes" fantásticos, que abrem as portas de um futuro brilhante. O locutor não esquece, porém, de avisar que "parece fácil a conquista da terra vista do alto". Parece lembrar a advertência de Juscelino para o desconhecimento de um país visto apenas dos arranha-céus.

A cidade de Imperatriz, no Maranhão, aquela à qual Juscelino havia se referido como uma "cidadezinha triste" é apresentada como a "porta do anfiteatro misterioso da Amazônia". A câmera se movimenta sobre as copas das árvores, o locutor fala da força da natureza e repete o chavão que a "floresta é o inferno verde". Decifrando esse "inferno", as estradas. Imagens de homens asphaltando as estradas.

Eram essas as imagens construídas pela câmera nos cinejornais. Revelavam uma síntese perfeita entre o Brasil antigo e o novo que surgia, estabelecendo a diferença entre os dois. Daí a necessidade de ressaltar a natureza bruta, a floresta virgem. Tudo isso dava uma dimensão hercúlea à tarefa de construir tudo, construir uma "cultura onde antes só havia natureza, uma história onde só havia geografia", como refletia o ISEB na época.

Que efeitos poderiam ter causado no público que os assistia? Como seriam recontadas as histórias sobre essa terra fantástica que aparecia nas telas? Se levarmos em consideração que esses cinejornais foram exibidos em todo o País, podemos imaginar as notícias circulando de boca em boca, mesmo entre aqueles que não freqüentavam os cinemas.

O impacto que os cinejornais causava em quem os assistia pode ser avaliado a partir de uma carta que foi enviada a Juscelino (que comentaremos no próximo capítulo), onde um eleitor confessa ter ficado "entusiasmado" com o filme que assistiu sobre a construção da estrada Belém-Brasília (O filme da Agência Nacional, "Caminhos de Brasília"?). O entusiasmo dele foi tão grande que pediu cópias do filme para passar no local em que morava (interior do Rio de Janeiro), em praça pública.

## 7. Concursos e prêmios

Além de todos esses métodos citados, a propaganda de Brasília era feita, também, através de estímulos materiais imediatos. Nessa direção, em 23 de dezembro de 1956, os jornais davam cobertura à inauguração do Instituto de Resseguros do Brasil que, na ocasião assegurava "o pagamento da quantia de Cr\$ 500.000,00 aos progenitores dos primeiros gêmeos nascidos em Brasília, no período de 23/01/57 a 31/01/61" (96). Instituição de prêmios por concursos literários também foi outra forma de divulgar Brasília. O prêmio podia ser em dinheiro ou em lotes em Brasília.

É importante destacar, nesse aspecto, que, em algumas ocasiões, a iniciativa partia da própria sociedade, que se mobilizava para realizar concursos sobre a nova capital, como foi o caso do Grêmio Literário Carlos de Laet, do colégio municipal Souza Aguiar. Em 1958, a diretoria do Grêmio escrevia a Israel Pinheiro informando que realizaria, um "concurso literário" sobre Brasília, e solicitavam à NOVACAP que sugerisse temas, indicasse os jurados e oferecesse os prêmios, que seriam passagens e estadias em Brasília. A NOVACAP concedeu cinco passagens ida e volta e as estadias e indicou um de seus diretores, Ernesto



Silva, para o julgamento dos trabalhos (97). No mesmo ano, o Escritório de Propaganda e Expansão Comercial do Brasil na Espanha premiava um artigo sobre Brasília, escrito pelo jornalista Manoel Garcia Vfnolas, ex-adido cultural da Embaixada da Espanha no Brasil. Um ano depois, em 21 de agosto, era instituído o "Prêmio Leirner - Brasília". Com fundos doados por Isaf Leiner e sob o patrocínio do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, o prêmio era dirigido ao "melhor trabalho de crítica publicado em jornais e revistas de qualquer país, no período compreendido entre 1º de novembro de 1959 e 30 de abril de 1960, sobre o planejamento e a edificação da cidade de Brasília". Os prêmios: US\$ 1.000,00 para o primeiro colocado e US\$ 500,00 para o segundo. (98)

# # #

A propaganda de Brasília articulou, em todos os níveis aqui arrolados, os temas caros à ideologia nacional-desenvolvimentista, além de disseminar pelo País a idéia de que a construção da nova capital era de fundamental importância para o desenvolvimento do Brasil. Ordem, progresso, trabalho e técnica; Brasília como a chance de redescobrir o Brasil, a continuidade do trabalho dos Bandeirantes. Brasília, como o palco de união entre as classes "eleitas" para executar a tarefa do desenvolvimento planejado pelo Estado. Brasília, como a oportunidade de livrar o homem do interior da miséria crônica. Brasília, incentivando o crescimento do interior do País. A nova capital como o cartão de visita que credenciava o Brasil a ingressar no seleto grupo de países desenvolvidos. Finalmente, Brasília, como a terra da fartura, aquela terra do descobrimento do Brasil, em "que se plantando tudo dá".

Esse era o quadro da propaganda oficial. Mas como a população teria interpretado a construção de Brasília? É o que tentaremos observar no próximo capítulo, a partir de cartas localizadas no acervo da NOVACAP.

## NOTAS

- (1) Gostaríamos de ressaltar nesse sentido os seguintes trabalhos: OLIVEIRA, Lúcia Lippi de et alli. **Estado Novo, ideologia e poder**. Rio de Janeiro, Zahar Editora, 1982; GARCIA, Nelson Jahar. **Estado Novo: Ideologia e Propaganda política**. São Paulo, Edições Loyola, 1982; GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial - Ideologia, propaganda e Censura no Estado Novo**. Marco Zero/CNPq, 1990
- (2) Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. 2.ed. São Paulo, Ática, 1982
- (3) Idem, idem p. 33
- (4) RIEDINGER, Edward Anthony. **Como se faz um presidente. A campanha de JK**. trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988, p. 247/8
- (5) Cf. WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. 2. ed., Rio de Janeiro, Record, 1988, p. 131
- (6) De fato, Juscelino vinha tentando uma aproximação com Vargas e com sua imagem, desde quando era governador de Minas. No tumultuado ano de 1954, quando Vargas já vivia uma fase "negra", Juscelino o convidou para inaugurar a Usina da Mannesman, cercando o ilustre convidado de todas as honras, inclusive providenciando para que ele fosse recepcionado calorosamente pela população. No dia da morte de Vargas, Juscelino foi o único governador a ir ao Rio de Janeiro. Cf. RIEDINGER, Edward A. op. cit.
- (7) O artigo 11 da Lei que criou a NOVACAP autorizava a empresa a emitir obrigações ao portador ou títulos especiais. O comprador dos títulos poderia resgatá-los adquirindo terrenos em Brasília, com ágio de 10%. De fato a NOVACAP lançou as "Obrigações Brasília".
- (8) Esse tipo de caracterização do nacionalismo desenvolvimentista encontra-se em Miriam Limoeiro Cardoso que acrescenta, ainda, um terceiro adjetivo: nacionalismo anticomunista. CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento. Brasil JK-JQ**. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
- (9) A questão de "ter fé" em Brasília foi lembrada por Juscelino no discurso de inauguração do Palácio da Alvorada: "É que a razão de se estar mudando a capital para o centro do País é uma razão de fé, de confiança no Brasil. Quem tem confiança no Brasil, crê em Brasília". in **Diário de Brasília**, 1958, p.201
- (10) Cf. BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Kubitschek**. 3. ed. RJ, Paz e Terra, 1979.
- (11) CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit. p. 120
- (12) Miriam Goldfeder atribui o declínio da Rádio por um lado, à "falta de apoio" por parte do governo Kubitschek que, segundo ela, preferia "acenar com perspectivas mais

concretas", condizente com a ideologia do desenvolvimento; por outro, à falta de renovação do projeto cultural da rádio como um todo. Cf. GOLDFEDER, Miriam. **Por trás das Ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p.44 a 46

- (13) **Diário de Brasília**, 1958, p. 59/60
- (14) Juscelino se referiu metaforicamente várias vezes à região como sendo um "deserto"
- (15) LENHARO, Alcir. Op. cit. p. 40
- (16) idem, p. 42
- (17) O acesso aos aparelhos de televisão ainda era restrito. Para se ter uma idéia, um aparelho de TV custava três vezes mais que a mais cara radiola da época. Até 1959 as tevês se limitavam praticamente ao eixo Rio-São Paulo. Cf. **Retrato do Brasil**. São Paulo, Política Editora, v.2, p. 398
- (18) **Diário Carioca**, RJ, 31/10/1957
- (19) Apesar de que Juscelino também usou os estádios como nas comemorações da semana da Pátria, quando usou o estádio do Fluminense para se dirigir aos estudantes
- (20) Cf. **Retrato do Brasil**, v.3., p. 186
- (21) A vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 nos leva a refletir, com um certo desconforto, sobre a persistência da centralidade do presidente da República na sociedade brasileira. A força do discurso messiânico e autoritário do candidato refletiu-se nas urnas.
- (22) Fundo NOV.-B-03-ArPDF
- (23) BENEVIDES, Maria Victória.op. cit., p. 225
- (24) Discurso pela **Voz do Brasil**, 31/12/56, p. 398
- (25) **Diário de Brasília**, 1959, p. 60
- (26) MAGALHÃES, Paulo de. **Brasília, Caçulinha do Brasil" - alegoria infantil**. Campanha Nacional de Teatro/Ministério da Educação e Cultura, 1959. De agora em diante, todas as citações da peça encontram-se na referida obra.
- (27) **Diário de Brasília**, 1956/7, p. 230.
- (28) Pelo menos em duas ocasiões, Juscelino usou a imagem da virilidade masculina para justificar Brasília. Uma delas foi quando sancionou a lei fixando a data da transferência da capital da República, em 30 de setembro de 1957:

"Este ato representa o passo mais viril, mais enérgico que a nação dá, após a sua independência...". Cf. **Diário de Brasília**, 1956/7, p.129.

- (29) CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. 4. ed., São Paulo, Cortez Editora, 1989, p. 115
- (30) FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**, 2. ed., 2º Tomo, Rio de Janeiro. José Olympio editora, 1962. p. 492
- (31) Entrevista FSP, 11/08/90
- (32) CHAUI, Marilena de Souza. Op. cit., p.135
- (33) A Agência Nacional criada por Getúlio Vargas foi vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda, o famigerado DIP. A agência foi considerada um dos setores mais importantes do DIP. Era quem fornecia matéria de trabalho para todos os outros, servindo como ponte entre os demais setores e para outros órgãos de imprensa - nacionais e estrangeiras. No governo Kubitschek a Agência Nacional ainda se mantinha como produtora e divulgadora de reportagens especiais. Cf. GOULART, Silvana. op. cit.
- (34) **Diário de Brasília**, 1958, p. 207. Todas as citações referentes a essas reportagens encontram-se na fonte citada.
- (35) RIBEIRO, Gustavo S. Lins. Op. cit., p. 93
- (36) Os Institutos de Aposentadoria e Pensão de diversas categorias de trabalhadores já construíam habitação para os seus associados em várias cidades do País, especialmente no Rio de Janeiro. Com a construção de Brasília, os Institutos foram intimados a construir na nova cidade, o que era feito com a contratação de empreiteiras. Cf. Depoimento de Cláudio Santana, em 12 e 19/04/89 - PMCB-ArPDF
- (37) ADORNO, Theodor W. "O Fetichismo na música". in **Os Pensadores**. São Paulo, Abril Cultural, 1980, p. 166
- (38) LENHARO, Alcir. Op. cit., p. 93/4. Ainda sobre essa questão é bom lembrarmos que durante a construção da cidade o lazer dos trabalhadores era, de certa forma, vigiado. Dadas as características de "grande obra" (como a caracterizou Gustavo Lins Ribeiro) tornava-se imperativo da parte dos administradores controlar o tempo livre dos trabalhadores. Lembra Gustavo Ribeiro que uma forma de controle do lazer era a alternância nos dias de pagamento. O depoimento de Atahualpa da Silva Prego engenheiro da NOVACAP na época, revela que a direção da NOVACAP mandava caminhões da empresa levar os trabalhadores para cidades vizinhas e trazê-los de volta. Cf. Depoimento a Luís Carlos Lopes e Lúcia A. Rosa em 31/08/87, para o PMCB - ArPDF
- (39) BICALHO, Nair. Op. cit.
- (40) Aliás, isso sugere nuances significativas acerca da mão-de-obra que migrou para Brasília. Um estudo sobre o intercâmbio de experiências entre os trabalhadores no território da construção seria muito importante nesse sentido. Fica aqui a sugestão.
- (41) Nessa direção se manifestara, ainda em 1957, a Comissão Organizadora da Frente Nacionalista dos Trabalhadores na

Construção Civil. Em 1º de agosto daquele ano, era lançado um manifesto aos "Trabalhadores na Construção Civil" conclamando-os a se engajarem na construção de Brasília "em defesa dos interesses nacionais". A atitude da liderança dos trabalhadores era uma reação ao contrato entre a NOVACAP e a empresa norte-americana "Raymond and Pille Co." para a construção de edifícios e a barragem do Paranoá. Cf. **O Dia**, Rio de Janeiro, 01/08/57. O contrato era parte do acordo para que a NOVACAP recebesse o empréstimo do Banco de Importação e Exportação dos Estados Unidos - Eximbank

- (42) MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1, V.I, 3.ed.. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 468. O engenheiro e presidente da Empresa de Construções Gerais - ECG, Juca Chaves, um dos empreiteiros da época, nos deu um depoimento exemplar quanto ao "método de retribuição":

"...lá nos bancários [prédios de apartamentos construídos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários - IAPB] instituí um sistema que já tinha feito no Arsenal de Guerra (...) eu limitava sua tarefa, quer dizer, vamos dizer, para os carpinteiros, tinham que fazer uma laje, quer dizer a estrutura de uma laje. Então aí dividia aquilo em 'tantas' horas, quer dizer horas normais de trabalho. O que eles fizessem em menos horas, eles seriam beneficiados". Depoimento para Georgete Medleg Rodrigues e Gracie Facó, em 25/04/89 - PMCB - ArPDF

- (43) YUNG, Carl G. **O Símbolo da Transformação na Missa**. Trad. Pe. Dom Mateus Ramalho Rocha, Petrópolis, Vozes. 1985, p. 84.

- (44) O estudo de Ignez Barbosa Ferreira mostra que as pequenas cidades vizinhas de Brasília conheceram um acelerado processo de esvaziamento populacional e um decréscimo do seu ritmo de crescimento, em função da atração exercida por Brasília. Cf. FERREIRA, Ignez C. Barbosa. "O processo de Urbanização e a produção do espaço metropolitano de Brasília". in PAVIANI, Aldo (org) **Brasília, Ideologia e Realidade/Espaço Urbano em questão**. São Paulo, Projeto, 1985

- (45) Fundo NOV.-C-01-02-ArPDF

- (46) A associação de Brasília a laços de afetividade, próprios do ser humano, foi uma constante. Algumas vezes era a noiva do Brasil, outras vezes era a filha de Juscelino. Oswald Orico, escritor que se dedicou a escrever sobre Brasília, dizia, em 1958, que Brasília era a "primeira neta" de Dona Júlia Kubitscheck, mãe de Juscelino. Um escritor anônimo escrevia para a revista Brasília dizendo que Juscelino era o "paizinho" de Brasília. A peça de teatro que acabamos de ver, também nos remete a essa analogia, em que se misturam sentimentos pessoais com a relação entre as pessoas e fatos políticos. Em um dos cinejornais produzidos por Jean Manzon, à certa altura o locutor, ao se referir a Brasília, diz que "a cidade nova estende os seus braços a suas irmãs mais velhas"

- (47) Fundo NOV.-C-01-02-ArPDF

- (48) Silvana Goulart lembra que Afonso Pena e Washington Luís, por exemplo, usaram desse recurso, além de Getúlio Vargas. Op. cit. p. 54
- (49) Fundo NOV.-C-01-02-ArPDF
- (50) Idem
- (51) Esse levantamento desautoriza as afirmações de Ernesto Silva, um dos diretores da NOVACAP na época, sobre a ausência de propaganda paga pela NOVACAP. Diz ele em um depoimento ao Arquivo Público, sobre o assunto: "...o Israel Pinheiro dizia: 'não eu não vou pagar você (...) Brasília é um grande motivo de propaganda e de venda de jornais e revistas(...)' Nunca se pagou nada, a não ser o anúncio de venda de terrenos (...) Reportagens, encartes...nunca se pagou nada e isso é um grande exemplo pros dias de hoje". Cf. Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Luis Carlos Lopes, em 05/11/87 - PMCB - ArPDF
- (52) Fundo NOV.-C-01-02-ArPDF
- (53) Idem
- (54) Idem
- (55) Como chefe da Divisão de Divulgação, Nonato Silva representava a NOVACAP em Seminários, Conferências, como por exemplo uma realizada na Faculdade de Direito Cândido Mendes, em 25 de maio de 1958, sob o título: "Brasília no Pensamento Nacional". Foi ele também quem escreveu ao pensador católico de direita, Gustavo Corção, contestando as suas críticas a Brasília. Cf. Fundo NOV.-D-04-02-ArPDF
- (56) Entrevista citada
- (57) Entrevista a Georgete Medleg Rodrigues e Luís Carlos Lopes, em 20/09/89, para o PMCB-ArPDF
- (58) Fundo NOV.-D-04-02-ArPDF. Aqui não podemos deixar de lembrar a função da fotografia como preservação da memória. Pierre Bordieu, citado por Jacques Le Goff, mostra a importância do "Álbum de família" como expressão da "verdade da recordação social". E mais: que "as imagens do passado dispostas por uma ordem cronológica, ordem das estações da memória social, evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados..." LE GOFF, Jacques. "Memória" in **Enciclopédia Einaudi**, v.1, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 39. Essa carta indica como deve ter impactado a iconografia da revista no imaginário do público leitor.
- (59) Bilhete do chefe do Departamento de Relações Públicas da NOVACAP - Fundo NOV.-C-01-02
- (60) Entrevista à imprensa in **Diário de Brasília** - 1958, p. 143
- (61) Fundo NOV.-C-01-02-ArPDF. As faturas do Brasília Palace Hotel e das empresas de turismo comprovam que a NOVACAP pagava todas as despesas com os visitantes.

- (62) O dia-a-dia da construção era registrado em forma de diário pelo chefe de gabinete de Israel Pinheiro e chefe do Departamento de Relações Públicas da NOVACAP, Carlos A. Quadros, e revisado pelo próprio Juscelino que, eventualmente, fazia alterações no mesmo. Essas informações nos foram prestadas por Maria Victória Moreira Caldas, na época secretária de Israel Pinheiro, que datilografava os originais.
- (63) Exemplo típico foi o empréstimo que o banco norte-americano concedeu à NOVACAP que, entre outras coisas, exigia a importação de estruturas metálicas dos EUA e o contrato com uma firma norte-americana.  
Na ocasião em que foi liberada a primeira parcela do empréstimo, no valor de US\$ 10 milhões, o então embaixador brasileiro em Washington, Ernâni do Amaral Peixoto, diria na solenidade realizada na Embaixada brasileira nos EUA: "O aço que será usado na estrutura projetada para a nova Capital pode ser considerado, em si mesmo, um símbolo da força das tradicionais relações entre nossos dois países". Cf. **Diário de Brasília**, 1956/7, p. 125
- (64) **Diário de Brasília**, 1958, p. 153
- (65) Cf. revista **Módulo**, nº 9, p. 34
- (66) **Diário de Brasília**, 1958, p. 169
- (67) Cf. Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Carlos Henrique, em 27/11/89 PMCB-ArPDF
- (68) Fundo NOV.-B-03-ArPDF
- (69) PENNA, J. O. de Meira. El Brasil Construye una nueva Capital in **Publicaciones del Instituto de Cultura Uruguayo - Brasileño**. Montevideo, Uruguay, agosto de 1957
- (70) Fundo NOV.-B-03-ArPDF
- (71) Idem
- (72) "Informaciones Brasileñas". In **Boletín mensual de la Oficina Comercial del Gobierno del Brasil**. Suplemento Extraordinário, Buenos Aires, abril 1959. Fundo NOV.-D-04-02-ArPDF
- (73) Fundo NOV.-D-04-02-ArPDF
- (74) Fundo NOV.-B-03-ArPDF
- (75) Carl E. Schorske mostra como no século XIX, a cidade de Viena foi remodelada, transformada sua arquitetura e seu plano urbanístico, de modo a espelhar a imagem dos liberais que haviam assumido o poder em 1860. Cf. SCHORSKE, Carl. E. **Viena fin-de-siècle**. São Paulo, Unicamp/Companhia das Letras, 1988
- (76) Cf. BUENO, Vera Americano. **Os Cine-Jornais sobre o período da construção de Brasília**. 2.ed., Brasília/Fundação Nacional Pró-Memória, 1988



- (77) Fundo NOV.-C-01-02-cx.dez.1958-ArPDF. Pelo contrato a NOVACAP pagaria Cr\$ 540.000,00, sendo que 10% do valor no ato da encomenda, o que de fato aconteceu
- (78) Fundo NOV.-C-01-02-ArPDF. Pelo contrato ficamos sabendo que a NOVACAP pagou Cr\$ 15.000,00. Anexado ao processo uma lista dos cinemas onde seria exibido o filme. Além das 42 salas da capital, a exibição incluía 509 salas das cidades do interior do Estado.
- (79) Cf. **Diário de Brasília**, 1959, p.91
- (80) Fundo NOV.-C-01-02-cx.140-ArPDF. O recibo de pagamento indica que a NOVACAP pagou Cr\$ 30.000,00.
- (81) Cf. depoimento de José Silva in **"Os cine-jornais sobre o período da construção de Brasília"**, p. 50/51
- (82) Cf. depoimento de Sálvio Silva in **"Os cine-jornais sobre o período da construção de Brasília"**. Op. cit., p. 55
- (83) Localizamos dois recibos de pagamento relativos aos gastos com a confecção do filme **Brasília no 18**, em cores, no valor de Cr\$ 206.575,00 e outro referente às despesas com o filme **Brasília no 14**; ao filme sobre os funerais de Bernardo Sayão e uma cópia do filme **Brasília no 14**, para a Embaixada do Brasil em Paris, no valor de Cr\$ 102.404,00. Fundo NOV.-C-01-02 caixas 140 e 139, respectivamente-ArPDF.
- (84) Luís Severiano Ribeiro ingressara na área de produção e distribuição cinematográfica por volta de 1946. Era dono de uma poderosa cadeia de cinemas, abrangendo quase todo o País, tinha uma Companhia Distribuidora - a União Cinematográfica Brasileira (UCB) - e um laboratório. Os cinemas da rede Severiano Ribeiro eram os melhores, principalmente nas capitais. Cf. AUGUSTO, Sérgio. **Este Mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio a JK**. São Paulo, Cinemateca Brasileira/Companhia das Letras, 1989, p. 112/113; VIANY, Alex. **Introdução ao Cinema Brasileiro**. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1959, p. 121; GALVÃO, Maria Rita e SOUZA, Carlos Roberto. "Cinema Brasileiro: 1930-1964" in **História Geral da Civilização Brasileira**, v. III, Tomo 4, São Paulo, DIFEL, p. 483.
- (85) Cf. Depoimento in **"Os cine-Jornais sobre a construção de Brasília "**. p. 56
- (86) Na verdade o cinema como propaganda política já era utilizado pelo regime soviético, logo após a revolução de 1917. Marc Ferro lembra que já em 1918 a URSS produzia um filme, cujo autor era o próprio ministro da Cultura, Anatol Lunatcharski. A história mostrava a "necessidade da fusão entre o proletariado e a classe intelectual". Cf. FERRO, Marc. "O filme: uma contra-análise da sociedade?" in LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos**. 3. ed., Trad. Terezinha Marinho, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988
- (87) Esse é o número levantado no catálogo "Cinejornal

Brasileiro" da Fundação Cinemateca Brasileira. Nele constam os cinejornais produzidos a partir de 1938, sob orientação do DIP e distribuídos pela "Cinédia", Companhia fundada em 1930 por Adhemar Gonzaga, amigo de Getúlio Vargas.

- (88) Vinte e cinco estão no **Memorial JK** e dezoito no Arquivo Público do DF, sendo que nesta última instituição, encontram-se cinco filmes que são cópias dos que estão no Memorial.
- (89) Cf. "Decreto nº 21", de 4 de abril de 1932 in VIANY, Alex. op. cit., p. 396 a 401
- (90) Cf. "Decreto nº 20.493", de 24 de janeiro de 1946 in VIANY, Alex, p. 401 a 407
- (91) Cf. GALVÃO, Maria Rita e SOUZA, Carlos Roberto. op. cit., p. 473
- (92) MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 22
- (93) BERNADET, Jean-Claude e RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e História do Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto, 1988, p. 38
- (94) Filme constante do acervo da NOVACAP em poder do ArPDF
- (95) BERNADET, Jean-Claude e RAMOS, Alcides Freire. op. cit., p. 40
- (96) Cf. **O Dia, Última Hora, Diário da Noite e Jornal do Comércio** de 23/12/56. Coletânea de recortes do **Memorial JK**. Estaríamos assistindo a uma reedição do decreto-lei editado por Vargas em 1941, que incentivava as pessoas a casar e as famílias a ter mais filhos, penalizando os que não os tinham? O decreto de Vargas obrigava os solteiros e viúvos, de ambos os sexos, maiores de 25 anos, a pagar um adicional de 10% sobre o Imposto de Renda. A Constituição de 1946 reafirmava o apoio do Estado às famílias de prole numerosa. Vemos essa premiação do Instituto de Resseguros como um estímulo para as famílias se deslocarem para Brasília, de certa forma inspirada no modelo de Vargas. O samba de Azael Alves e Felisberto Martins, lançado em 1941, faz-se porta-voz da interpretação popular ao estímulo estatal. Intitulado "O negócio é casar", dizia, entre outras coisas:
- "E quem for pai de quatro filhos  
O presidente manda premiar  
É negócio casar"
- (97) Fundo NOV.-B-03-ArPDF
- (98) Cf. **Diário de Brasília**, 1958, p. 93/94

## CAPÍTULO III

### "Correio do Passado"

"Essa realidade que aceitais, de que se compõe ela ? Dos indivíduos que excluís um a um" (Jules Michelet)

#### 1. Esclarecimentos necessários

Vimos no capítulo anterior como o governo investiu na propaganda de Brasília, numa tentativa de mobilizar a sociedade em torno de um projeto que era dele, governo. Vimos como, através da redução da história a grandes feitos e heróis, o governo apresentou Brasília como uma consequência lógica de todo um processo que vinha desde os Inconfidentes. O discurso oficial buscou interpelar segmentos diferenciados da sociedade, de forma a uní-los em um projeto que seria comum. De certa forma esse discurso foi vitorioso, pois conseguiu aglutinar na construção da cidade gente de todas as classes sociais. Por motivos vários, uma grande parte da sociedade atendeu à conclamação e outra parcela significativa efetivamente construiu a cidade em tempo recorde (1). Além daqueles que foram engrossar o "exército de patriotas" que edificaram a cidade, existiram aqueles que foram solidários com o projeto da cidade, também por motivos variados.

Sobre os trabalhadores que construíram a cidade já existem importantes trabalhos, ponto de partida obrigatório para os estudos que pretendem analisar a transferência da capital sob essa ótica. (2)

Contudo, nada existe sobre as impressões que a construção de Brasília suscitou na população de um modo geral.

Que importância teria para a história saber o que uma

criança lá de Florianópolis pensava de Brasília? E o que um indivíduo lá de Recife, bancário de profissão, imaginava ser a nova capital? Que interesse tem para a história o pensamento de uma simples cabeleireira? O que interessa à história saber o que pessoas comuns pensavam sobre determinado acontecimento há 30 anos atrás?

Eduardo Silva em seu livro **As Queixas do Povo**, responde a essas questões quando aponta novas perspectivas para o historiador que quer compreender o comportamento do povo comum (3). Esse povo, a que se refere Eduardo Silva, é aquele que não ocupa as tribunas, não participa de rebeliões, não faz parte de movimentos organizados. O autor, para justificar o seu trabalho, lembra que a participação popular, tanto em revoltas como em movimentos organizados, representa uma pequena parcela (4). A massa "pacífica" e "despolitizada" acaba não merecendo atenção dos estudiosos, permanecendo, porque excluídos da cidadania, também excluídos da história. Esse "povo comum", que vive o "tempo da normalidade", tem contudo o seu papel na história :

"Os aquietados são, sem dúvida, menos visíveis que os insubmissos ou organizados. Mas não são por isso desimportantes. Ao contrário: bem pesados os motivos, essa massa amorfa é o caldo da cultura em que fermentam as revoltas e organizações; é ela, em sua química, no seu segredo, que determina muitas vezes o sucesso ou fracasso dos movimentos; que fornece, enfim, o pano de fundo, a referência, tanto para insubmissos quanto para organizados".(5)

A intenção de Eduardo Silva, ao analisar as cartas populares publicadas na coluna do **Jornal do Brasil**, no início do século, é a de tentar recuperar a voz, os discursos de uma população que se encontrava à margem do universo tido como político, entendido como político-partidário, ou de qualquer outra forma de organização. Através dessas cartas, publicadas em uma

coluna denominada "Queixas do Povo", o autor buscou analisar a "distância entre o poder e as classes populares".

Ao englobar as cartas em tabelas ou quadros, nos parece, contudo, que o autor perdeu o que cada uma tinha de especial para a pessoa que a escreveu. Para os objetivos que ele tinha em mente e devido à amplitude do universo pesquisado, talvez não houvesse outro recurso. Além disso, o espaço onde eram divulgadas as cartas - um jornal - talvez não permitisse aos seus autores uma revelação maior de si mesmos, como é o caso das cartas que vamos comentar. Assim, optamos por transcrever trechos das cartas com as quais vamos trabalhar, porque, dessa forma, podemos conhecer melhor o que pensava essa gente que escreveu sobre Brasília, mantendo sobretudo as suas individualidades.

Também E. Hobsbawn, no texto "A outra história - algumas reflexões", retomando uma tradição de historiadores franceses como Georges Rudé, Marc Bloch, Marc Ferro e ingleses como E.P. Thompson, lembra a importância e a necessidade de os historiadores recuperarem a história do "povo comum", tomá-lo como um campo especial de estudo (6). Hobsbawn lembra os trabalhos que tinham como objeto as visões das classe populares em determinadas épocas. As fontes documentais para tanto foram variadas e ele cita algumas. Hanak se debruçou sobre opiniões acerca da I Grande Guerra entre as diversas nacionalidades que compunham o império Habsburgo. As fontes utilizadas por ele foram as "cartas censuradas" entre soldados na frente de batalha. Kula, na Polônia, publicou uma coletânea de cartas entre camponeses poloneses e parentes imigrantes no fim do século XIX. Telegramas foram, entre outras, as fontes que Marc Ferro utilizou para investigar as atitudes de diferentes grupos em relação à guerra e à revolução russa em 1917.

# # #

E essa gente que escrevia? Em sua maioria gente simples, gente que mal sabia escrever; gente que pedia a outros que escrevessem por ela. Mas também professores, profissionais liberais, pequenos comerciantes, pequenos proprietários de terras, estudantes, crianças, etc. Pelas cartas percebe-se que Brasília realmente mobilizou amplos setores da população, cada qual com suas expectativas em relação à cidade que estava sendo construída. Às vezes são abaixo-assinados, às vezes são apenas grupos de pessoas que têm os mesmos interesses e resolvem comunicá-los ao presidente através de uma carta.

Nos limites da pesquisa aqui proposta, o que estamos tentando recuperar são os diferentes discursos produzidos pela sociedade, num momento em que ela era bombardeada por uma ideologia que se pretendia hegemônica: a ideologia nacional-desenvolvimentista. Como a construção da nova capital possibilitou a popularização dessa ideologia, as correspondências sobre Brasília foram um tipo de documento que nos permitiu perceber o outro lado da ponta dessa ideologia dominante. E, como todo discurso ideológico pretende ser universal e abarcar todas as classes, foi interessante observar como diferentes pessoas interpretaram esses discursos.

Em síntese, queremos perceber nas cartas: qual a imagem e quais os efeitos da construção de Brasília sobre a população que escreveu para membros do governo. A propaganda da cidade, como já vimos anteriormente, era dirigida para toda a população. A nossa hipótese é que cada pessoa reagiu de forma específica, criou expectativas próprias para si, para sua família e também para o País. A partir de um fato real, concreto - a construção de uma cidade - abriu-se um leque de expectativas e leituras do mesmo. Como disse Pierre Nora, "a realidade propõe, o

imaginário dispõe". (7)

Ao interpelar diferentes sujeitos, os discursos oficiais sobre Brasília atingiam diferentemente esses mesmos sujeitos. Nesse sentido, o papel da ideologia dominante não deve ser maximizado nem visto fora das expectativas, da realidade vivida pela formação social.

No caso de Brasília, quais eram os argumentos do governo para tentar convencer a sociedade da necessidade de Brasília? O que sustentava a ideologia do progresso, do desenvolvimento do qual a nova capital era sua expressão máxima? A promessa de que este progresso seria distribuído para todos, desde que cada um contribuísse com o que lhe era possível: os trabalhadores, com seus braços; os intelectuais, com o cérebro, etc. Além de tudo, Brasília, não esqueçamos, seria uma obra de "redenção nacional", aquela que livraria todo o país dos grilhões do atraso. Seria, enfim, a "terra prometida". Diria Juscelino, anos depois:

"Divulgando-se a notícia de que havia trabalho para todos em Brasília, avolumavam-se cada semana levas de trabalhadores que lá chegavam. Vinha gente de todas as regiões do País. Era uma verdadeira torrente humana, que os caminhões canalizavam para o Planalto. Pobres de todas as latitudes em busca da "Terra da Promissão". (8)

Era também, para alguns, o Brasil da aventura, o Brasil que acenava com novas possibilidades. Da propaganda sobre a nova cidade era importante reter a perspectiva de recomeçar uma nova vida.

# # #

Com a preocupação de tentar formular uma teoria da carta enquanto documento histórico, Luiz Felipe Baêta Neves alerta para o fato de que:

"A carta constitui uma ambivalência; é a exterioridade de uma interioridade. E ainda: é a exibição de uma invisibilidade. Materializa uma gama muito variada e ampla de sentimentos e pensamentos. É, a carta, uma forma de tornar público o privado, de lançar, na sociedade, o indivíduo". (9)

Essas reflexões de Baêta Neves nos causaram um certo desconforto, no momento em que resolvemos utilizar a carta como documento histórico. Desconforto por estar, justamente, invadindo a privacidade de alguém, devassando seus sentimentos, precisamente por se tratar de cartas pessoais, mesmo sabendo que não somos os responsáveis pela passagem das cartas do privado para o público. Foi, portanto, com um misto de vergonha e curiosidade que nos debruçamos sobre esse "correio do passado", para utilizar uma expressão de Jean-Didier Wolfromm (10). Parcelas reveladas de segredos, angústias, esperanças, desesperos, sonhos, tudo escrito à moda dos missivistas. Letras trêmulas, inseguras; garranchos, rabiscos; letras redondas, letras joviais, alegres; analfabetos que se faziam representar por terceiros; cartas datilografadas; erros ortográficos, palavras escolhidas.

Cartas que expõem os indivíduos, revelam suas trajetórias pessoais, o passado e o presente de tantas vidas. De todos os cantos do País, cumpriam um ritual invariável, caindo no limbo de tantos arquivos, apenas como lembranças, como registros impessoais. Guardadas lado a lado, entre tantos processos, frios processos de pagamentos, como se não fossem portadoras de tantos sonhos, tantas esperanças. Estas cartas podem ser vistas também como demonstração de solidariedade ou como peça de acusação.

Cartas que revelam todo o drama de uma gente obrigada a ser nômade, exilada em sua própria terra. O drama da migração interna. "Estou escrevendo do Amazonas, mas sou do Pará". E



outra: "Sou mineiro de São João Evangelista, há oito anos que me acho aqui no norte do Brasil".

Na propaganda do governo sobre Brasília, a cidade era apresentada como a última e definitiva chance de salvação do País. Era "obrigação" de todos os brasileiros, dos "homens de boa vontade", como se referia Juscelino, acreditar e colaborar com a "grande obra". Cidade de "homens, mulheres e crianças felizes", como se referira um dos diretores da NOVACAP através da "Voz do Brasil". Quem não desejaria morar em um lugar assim?

Vimos também no capítulo anterior como os discursos oficiais buscaram ativar no imaginário social uma série de significados "patrióticos" como a Marcha para Oeste, o Descobrimento do Brasil, a Primeira Missa, os Bandeirantes, etc. De que forma o povo comum percebeu o significado de Brasília? De que forma a gente simples percebeu e expressou o significado da transferência da capital para suas vidas? Veríamos nos seus discursos apenas uma reprodução da ideologia oficial ou existiria outras concepções, reformulações etc ?

Uma das formas de registro dessas impressões foi a correspondência enviada ao Presidente da República e outras figuras do governo, cuja identificação com o poder foi expressa pelos missivistas. De um total de cerca de 500 processos consultados, retiramos 122 cartas, correspondentes aos anos de 1956 a 1960, conforme quadro abaixo:

#### QUADRO IV

##### DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS POR ANO

1956	1957	1958	1959	1960
0	12	32	60	18

Fonte: Fundo NOVACAP Série Presidência/  
Correspondência- ArPDF

Os processos correspondem a cobranças, pagamentos, comunicações entre os próprios diretores da NOVACAP. Separamos para o nosso estudo apenas as correspondências pessoais, que continham referências a Brasília. Para o presente estudo, selecionamos para comentar as que julgamos representativas das demais.

Os anos de 1958 e 1959 concentram o maior número de cartas. Isso se justifica, ao nosso ver, por dois fatores. O primeiro é a maior divulgação da construção, a partir de 1958, ano em que foram inaugurados o hotel de Turismo e o Palácio da Alvorada. Também nesse ano foi inaugurada a Rádio Nacional de Brasília e uma série de reportagens sobre a cidade foi encomendada à Agência Nacional. É a partir de 1958 que começam a se tornar assíduas as visitas ao local, como vimos no capítulo anterior.

Além do Presidente da República, também outras personalidades identificadas com o poder receberam cartas, como podemos observar no quadro V:

#### QUADRO V

##### DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS POR DESTINATÁRIO

DESTINATÁRIO	Nº DE CARTAS	%
Presidente da República	87	71,3
Presidente da NOVACAP	26	21,3
Dona Sarah, esposa do Presidente da República	04	3,2
Vice-Presidente da Repú- blica, João Goulart	03	2,4
Ministro da Guerra, Mal. Teixeira Lott	01	0,8

Fonte: Fundo NOVACAP Série Presidência/Correspondência - ArPDF

Abaixo do Presidente da República, quem mais recebeu correspondência foi Israel Pinheiro, o presidente da poderosa Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil- NOVACAP. Isso se justifica, pois ele foi uma das principais figuras do governo JK, o homem que viabilizou a construção da cidade através de métodos pouco ortodoxos. O deputado Emival Caiado, da UDN de Goiás, por exemplo, chegou a se referir a Israel Pinheiro como possuidor de "gabarito de ministro"(11). A mulher do presidente, dona Sarah, recebeu mais cartas do que o vice-presidente e do que o Ministro da Guerra. Isso pode indicar, sugerir, uma identificação da população com a mulher do presidente, estendendo à sua pessoa o mesmo poder atribuído ao marido, ou até utilizando-a como mediadora entre seus pedidos e o presidente.

(12)

# # #

Quem era esse povo que escrevia essas cartas?

Um flagrante de uma câmera indiscreta no dia da posse de Juscelino pode nos dar uma pista. Naquele dia, um fotógrafo registrou o momento em que, durante o desfile em carro aberto no Rio de Janeiro, alguém, no meio da multidão, entregava uma carta ou um bilhete, ao presidente recém-empossado (13). Qual o destino que Juscelino deu àquele pedaço de papel? Provavelmente jamais saberemos. Pode tê-lo guardado no bolso de sua elegante casaca de festa. Quem sabe não terá amassado e jogado fora. Quem sabe um desatencioso tintureiro o tenha transformado em pasta de papel. Talvez nunca saibamos o conteúdo daquela carta. O certo é que, ao longo do seu governo, o Presidente continuaria recebendo muitas cartas, oriundas de todos os cantos do País, como podemos observar no quadro VI:



*Juscelino Kubitschek (PSD) recebe um bilhete de um eleitor durante desfile, em 31 de janeiro de 1956, no Rio, ao lado de seu vice João Goulart*

Fonte: FSP, 11/03/1990

## QUADRO VI

## DISTRIBUIÇÃO DAS CARTAS POR ESTADOS DE ORIGEM

RJ	ISP	IMG	IGO	IBSBIPE	IAM	IPA	IES	IBA	IMA	IPI	IRN	ICE	IAL	ISC	IRS	IPR	INI*
23	117	119	105	122	107	102	102	104	104	101	101	102	101	102	102	104	102

Fonte: Fundo NOVACAP Série Presidência/Correspondência - ArPDF

TOTAL = 122

\* Não identificados os estados de origem

As cartas, com exceção das dirigidas a Israel Pinheiro, eram endereçadas ao Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. De lá, eram enviadas à NOVACAP, em Brasília. Este é o motivo pelo qual se encontram nos arquivos da Empresa.

## 2. Brasília na boca do Povo

Deixemos agora que essas vozes se revelem, que digam o que pensam. Mobilizadas ou não pela propaganda oficial de Brasília, elas criaram expectativas sobre a nova cidade que surgia. O simples fato de escrever uma carta pressupõe a coragem de mostrar-se, é "tentar existir" para um poder que se encontra distante. O momento de escrever é "o momento forte de uma tensão" que coloca o indivíduo frente a frente com uma série de tensões - principalmente para as pessoas simples - que inclui até o manejo da língua, de expressões. Mas eles ousaram.

De maneira às vezes rebuscada. Inseguras outras. Escritas trêmulas. Vamos ouvir o que têm a dizer. (14)

## . Um abrigo para nova vida

No Brasil de JK, a tuberculose, uma doença do

subdesenvolvimento, mantinha preso em um hospital, durante 7 anos, um jovem de família pobre. De lá, uma cidadezinha do interior de Minas Gerais, esse mesmo jovem acalenta um sonho, uma esperança: quer ir para Brasília. De seu isolamento forçado vê na nova capital a possibilidade de recuperar a sua vida, reconstruí-la. É com essa perspectiva que escreve a Juscelino:

Estando eu, desde os 14 anos de idade interno no hospital da Sociedade Ferroviária, em Roça Grande, município de Sabará, Minas Gerais, para tratamento de moléstia pulmonar, e hoje, aos 21 anos de idade, ao ser previsto para breve a recuperação total de minha saúde, estou preocupado com o destino que devo tomar (...).ocorreu-me dirigir a V.Exa. um apelo, através desta missiva, se possível a doação de um terreno em Brasília, onde eu pudesse construir um abrigo e nele começar esta nova fase de minha existência".(15)

#### . Reverendíssimo Presidente

De Goiás, escreve uma viúva:

"Venho a V.Excia., pedir-vos uma grande caridade se for possível. Gostaria de obter-vos um lote lá em Brasília na nossa futura capital; para passá-lo em nome de meu filho. Ele tem nove anos incompletos; preciso dar ao meu filho alguma coisa de futuro. Como confio na vossa caridade recorro a vós que é Pai de Todos nós Brasileiros.

Rvmo. Presidente, tende compaixão de mim e de meu filho. Olhai para nós com o olhar de Jesus!

Rvmo. Presidente, não é aproveitando do trabalho que eu e minha família fizemos em prol de vossa candidatura, é que agora peço-vos esta caridade, e sim pela necessidade em que hora me encontro"

Brasília, cidade do futuro, mas que permite a emergência de discursos tão antigos. Aqui Juscelino, como outrora o fora Getúlio Vargas, é identificado como o pai, aquele que tudo pode fazer pelos filhos. Uma mãe desamparada e só, que projeta um ideal de presidente, o qual não está acima das dificuldades do povo, mas sim, zela por ele. Mas esse ideal não era apenas fruto de um desejo da missivista. O próprio Juscelino se

apresentava dessa forma, como podemos observar nesse discurso, transmitido pela "Voz do Brasil", em 17 de fevereiro de 1956:

"Foi o povo que me trouxe até aqui com os seus votos e a sua solidariedade, e ao povo, por isso, quero fazer a doação, durante cinco anos, de todas as minhas horas, de todas as minhas preocupações, de toda a minha vida a serviço dos seus interesses e das suas necessidades. O povo (...) pode ficar certo de que estarei sempre ao seu lado, de que não esquecerei os seus problemas e não decepcionarei as suas esperanças". (16)

Como Cristo, que doou a vida para salvar a humanidade, também Juscelino se apresenta como o salvador, aquele que vai doar suas horas, suas preocupações e sua vida para satisfazer o povo. É assim que a pessoa que escreveu a carta percebia a figura de Juscelino: como um pai, como o Cristo. Mas essa percepção não impede que ela tenha clareza de que foi um elemento importante para a eleição do Presidente. De forma sutil, ela lembra a Juscelino que não só foi sua eleitora, juntamente com sua família, como foi também cabo eleitoral. É uma forma de cobrar do Presidente pela participação na sua vitória. A fala simples não deixa de lembrar o trunfo que a população tem na hora do voto. E se Brasília é apresentada como uma obra que vai beneficiar a todos, ela também lembra, ao pedir um lote, que a nova capital é, de fato, de todos. Ela utiliza o pronome possessivo **nossa** para indicar que se sente co-proprietária da cidade: **nossa futura capital.**

#### **.Brasileiros, documentados, eleitores**

Dois pais de família que se encontram em situação difícil, vêm em Brasília uma possível saída para os seus problemas:

"Em virtude de circunstâncias extraordinárias, achando-nos hoje paupérrimos, necessitamos portanto, que V.Excia se digne de proteger-nos, conseguindo-nos

achando-nos hoje paupérrimos, necessitamos portanto, que V.Excia se digne de proteger-nos, conseguindo-nos uma pequena área de terras em Brasília, onde possamos fixar nossas residências e desenvolver nossas atividades comerciais. Somos brasileiros de nascimento, reservistas, documentados e eleitores, sempre servindo a nossa Pátria, com dedicação e zêlo. O que nos anima a pedir a V.Excia proteção, é que somos admiradores incondicionais de V.Excia e humildes eleitores que reconhecem em V.Excia o seu chefe supremo e que jamais deixará de acompanhar o partido político de que V.Excia. é diretor"

Confessando a sua condição de **pobres**, embora sendo uma situação conjuntural, os pais de família consideram natural que o Presidente da República os ajude; mais que isso, lhes dê proteção. Essa proteção, naquela data, significava a concessão de terras na "terra prometida". Em uma época de apelo ao nacionalismo, ao patriotismo, os missivistas lembram que são "brasileiros". Serviram a pátria. Em um país de analfabetos, de - pessoas que não possuem qualquer documento que os identifique, eles são privilegiados: são **documentados**. E, o que é muito importante, são **eleitores**. A exemplo de outros, os dois lembram ao Presidente o trunfo do voto, embora afirmem ser seus "admiradores incondicionais". Dado o voto, era o momento do Presidente retribuir. Uma retribuição que não seria tão absurda, já que Brasília era "oferecida" a todos.

**."Dizer uma só palavra e tudo será feito"**

Sorocaba, cidade do interior de São Paulo, não parecia conter os sonhos do remetente da carta a Juscelino. Cheio de esperanças, ele escreve:

"Com grande dificuldade e sem poder fui vizitar a nossa bela orgulhosa futura capital Brasília. Fiquei muito entuziasmado em ver o nosso orgulhoso Palacio que se chama Alvorada e também o Hotel de Turismo e a fundação das casas populares, e também o nosso grande Aeroporto de Brasília. Mais ao mesmo tempo fiquei triste por não poder efetuar a minha respectiva



mudança para a nossa querida e orgulhosa Brasília (...). eu apenas queria se fosse possível sua Exia conceder um pequeno lote na cidade Nucleo Bandeirante para poder fazer um pequeno barraco e também um auxílio para o transporte de minha mudança de minha família eu tenho fé que o nosso mui digno Prezedente e também nosso conteranio e o bastante dizer uma só palavra e tudo sera feito..."

Brasília bela, Brasília orgulhosa. Essa a imagem que ficara da nova capital na mente do morador de Sorocaba. Edificada no Planalto Central como uma demonstração da capacidade de um país em colocar-se no mesmo patamar dos países desenvolvidos, eis que a cidade também deslumbrava um simples popular. Símbolo da capacidade administrativa da burguesia no poder, os dois primeiros monumentos erguidos antes da inauguração da cidade já deslumbravam. Isso nos faz lembrar as observações de Francisco Foot Hardman. Ao falar das "Exposições Universais", ele as qualifica como um momento privilegiado da exibição burguesa, classificando-as também como acontecimentos que não deixaram de maravilhar as "massas" que por lá passaram (17). Além de maravilhada, a fala do missivista também expressa o verdadeiro caminho que Brasília trilhava. Em um local tão belo, não havia espaço para ele. Isso fica claro quando pede ao Presidente que lhe conceda um lote no Núcleo Bandeirante. Era para lá, a "Cidade Livre", que desde o início da construção da cidade foram exilados aqueles que não deveriam morar no Plano Piloto. Seria uma cidade transitória e, por isso mesmo, todas as construções deveriam ser de madeira. A Fundação da Casa Popular, órgão do governo encarregado de construir casas para a população de baixa renda, já estava construindo em Brasília na época, como o demonstra a carta. Mas, o missivista nem se arrisca a pedir uma casa da Fundação. Quer fazer um "barraco", o único tipo de habitação que lhe é dado o direito de reivindicar. Novamente a imagem do

Presidente como onipotente: tudo só depende da sua vontade.

O missivista de Sorocaba retrata com extrema singeleza os contrastes da nova cidade que alguns pretendiam igualitária: bela, orgulhosa. Um "orgulhoso Palácio que se chama Alvorada", o "grande aeroporto", mas, que não tem lugar para os pobres. Ele sente isso, compreende o quanto é insignificante e reconhece o único lugar onde poderia sonhar possuir alguma coisa: o Núcleo Bandeirante. Portanto, fora do território da imponência e da grandeza, habitaria um "pequeno barraco". Mais uma vez a sua sorte está nas mãos do Presidente da República.

#### **.Mãos grossas como casco de tatu**

Uma mineira, residente em Goiás, também escreve a JK:

"Dr Juscelino, o fim desta é pedir o senhor me ajudar arranjar em Brasília um pedacinho de chão para o meu mano que é lavrador mora a 14 para 15 anos em Goiás e nunca conseguiu um Pedaco de chão para trabalhar socegado. Viveu 7 anos na colonia agricola e nunca sobrou para ele 6 alqueires de terra para trabalhar ele vota em todo pleito e um grande eleitor só vota para o PSD mas infelizmente só tem terras os protegidos daqui. As mãos do meu mano são groças como casco de tatu é onesto tem 8 filhos (...) sou sua caba eleitoral (...). Deus lhe guarde e lhe proteja que sua grande obra seja realizada, Brasília".

O sentimento de injustiça é gritante nessa carta. Escrita com gestos inseguros, de quem mal sabe ler e escrever, ela reflete a situação de milhares de trabalhadores sem-terra que perambulam pelo País em busca de um pedaço de chão para trabalhar. Possivelmente, a colônia agrícola à qual ela se refira seja a "Colônia Agrícola de Ceres", fundada no bojo da Marcha para o Oeste de Getúlio Vargas. Aqui, também, a missivista lembra ao Presidente que, além de "necessitado", quem escreve é ainda um aliado político durante as eleições, portanto, alguém que merece

atenção.

A estrutura agrária do País e as formas de apropriação da terra são discricionárias, inclusive em projetos que visavam justamente o assentamento do homem na nova fronteira agrícola. A Colônia de Ceres foi a que mais atraiu migrantes. Com 90.000 hectares de terras férteis, localizadas ao norte da cidade de Anápolis, essa colônia agrícola "recebeu uma população de 30.000 pessoas, a maioria (60%) proveniente de Minas Gerais" entre os anos de 1943 e 1950. (18)

Como vimos no registro da carta enviada a Juscelino, o destino dos migrantes não deve ter sido muito feliz na referida colônia. A distribuição de terras, conforme o relato, obedecia mais a critérios políticos que não contemplavam pessoas "onestas", cuja única identidade são mãos grossas como "casco de tatu". A possibilidade de corrigir tamanha injustiça surge, para a missivista, com a construção de Brasília e com o caso do seu irmão agora tratado diretamente pelo Presidente da República. Mas, ainda assim, Brasília é vista como a obra do Presidente, não como fruto de um desejo coletivo. Daí ela se referir à obra usando o pronome possessivo **sua**.

#### . "Eu sou e do pesado"

Um paraense, também pedindo terra, escreve a Juscelino:

"...esta cartinha vem pedindo de vossa exencia que me ajude assim como tem feito a muitos neste Brazil (...) o que mais desejo e que o senhor mande me da um terreno na estrada de Belém a Brasília (...) para que eu possa trabalhar em agricultura, assim como pesso au meu presidente que me de credito para que eu possa começar os meus trabalhos (...) eu sou e do pesado, mais não tenho terreno onde possa trabalhar na lavoura me ajude presidente pelo amor de sua família, sei que vossa merce tem bom coração..."

Para um errante lavrador - ele é do Pará, mas escreve de Manaus - sua vida está nas mãos do Presidente que é bondoso e que pode ajudá-lo "como tem feito a muitos neste Brasil". Bastaria que o Presidente mandasse, e logo ele receberia o pedaço de terra para poder trabalhar. Mas, ele também tem consciência que não bastaria ganhar a terra, seria preciso também obter os meios para trabalhar nela, lembrando uma grande polêmica que tem cercado as tentativas oficiais de fazer uma reforma agrária que, além de objetivos duvidosos, sempre foi criticada por não fornecer condições materiais para que os colonos permaneçam em suas terras. Ocorre que, em função da ausência dessas condições - crédito agrícola, maquinários etc - eles acabam desfazendo-se das terras.

"Eu sou e do pesado". Esta frase sintetiza grande parte do sentimento do homem que trabalha na lavoura, aqueles que vivem vagando por esse imenso País, tendo a oferecer apenas sua força de trabalho, suas "mãos grossas como o casco do tatu". Com essa carta o missivista entrega sua sorte ao "bom coração" do Presidente. Apela para aquele forte sentimento familiar, para os laços que, na sua concepção, são bastante fortes para fazer com que o Presidente atenda ao seu apelo: "pelo amor de sua família".

#### **."Um pobre Operário Trabalhista Brasileiro"**

Reavivando na memória do Presidente os compromissos com a legenda do trabalhismo, um "operário trabalhista" escreve a JK, chamando-o de "Chefe da Nação Trabalhista Brasileira":

"Senhor Presidente, hoje eu pensando a minha vida di um pobre Operario Trabalhista Brasileiro, resolvi (...) por meio di carta falar com meu chefe da Nação, fazendo um pedido a Sua Excelencia i contando a minha situação di vida, senhor prezidente, eu sendo um homem di idade 44 anos sempre trabalhando i não sobra para eu comprar um pedaço di terra para eu fazer huma

chupana para deixa meu filhinho arraxado por morte minha (...) venho pedir um lote a sua Ecelencia na nova capital federal (...) peço esta esmola a meu Presidente (...) pois com fé em deus o palacio do Catete sera sua morada permanente (...) Deus e noça Senhora a di li Concervar na prezidencia toda sua vida"

Quase como uma confissão, um balanço de vida, esse é o tom da carta. O que restou de uma vida dedicada ao trabalhismo? Nada. Para um operário trabalhista, nada. Mas isso não implica a negação do trabalhismo enquanto uma ideologia política. Daí ele se referir à "nação trabalhista". Sob a perspectiva da ideologia trabalhista herdada de Getúlio Vargas, o que não foi conseguido através do trabalho, pode ser conseguido através da "doação". O Presidente pode, tem poderes para decidir pelo bem-estar dos trabalhadores. Adalberto Paranhos, analisando a ideologia do trabalhismo na literatura de cordel, mostra como a tese da "doação" era um dos pilares que sustentavam essa ideologia: através de Getúlio Vargas tudo foi possível para os trabalhadores, tudo para melhorar suas vidas. O "chefe de Estado tem (...) um coração aberto a todos os que necessitam de lenitivo para suas dores, de amparo para as suas necessidades". (19)

Um homem de apenas 44 anos já se considerava de "idade", o que significa, na linguagem popular, um velho. Era uma denúncia das expectativas de vida do brasileiro, muito distante das estatísticas dos países desenvolvidos. A morte não é uma abstração. Faz parte do cotidiano e pode vir a qualquer momento, daí querer assegurar, pelo menos, o futuro do filho.

Em um regime presidencialista, o missivista sugere que o Presidente fique toda a sua vida no governo. Qual o significado que isso pode ter? Sugere um retorno à época do poder dos reis quando tal era outorgado por Deus? Ou sugere a esperança de alguém que, entre tantas desesperanças, vê finalmente surgir um

governante que vai ajudá-lo de fato a melhorar de vida? Tudo parece indicar uma concepção de política centrada na figura do presidente da República como benfeitor das classes pobres. Se ele for capaz de cumprir suas promessas, não importa o regime político implantado. Adalberto Paranhos, no livro citado, lembra que na literatura de cordel foi registrada essa forma de conceber a política, centrada na imagem do presidente da República, cujas ações bondosas para com o povo dissimulam qualquer ato autoritário. (20)

Para a pessoa que escrevia a Juscelino, desejando que ele permanecesse no poder até o fim da vida, significava uma experiência de poder que lhe era gratificante. Juscelino estava construindo Brasília, estava abrindo possibilidades - segundo essa concepção - para todos que quisessem trabalhar, quisessem progredir. Existiam lotes sendo vendidos em Brasília que, se o Presidente assim o desejasse, poderiam ser doados também. Era uma chance ímpar. E era oferecida pelo Presidente. (21)

#### ."Enviamos a nossa fotografia"

Dos pais desgarrados, das famílias separadas, como em uma situação de guerra. Esse é o retrato ao qual nos remete a carta de uma criança à mulher do Presidente da República:

"Resolvemos escrever esta cartinha para a senhora que é tão boazinha, a fim de interceder junto ao nosso querido Presidente em nosso favor. Primeiro queremos nos apresentar e por isso enviamos nossa fotografia.

Apesar de estarmos longe de Brasília nossos pensamentos e de nossa mãe estão todos os momentos voltados para lá porque nosso pai lá está há quase dois anos sózinho lutando, mas lutando com coragem e esperança, primeiro para nos sustentar, segundo para dar alguma coisa de si a Brasília que será a mais importante cidade do mundo, e o seu criador, o maior Presidente que o Brasil teve"

Depois de relatar as dificuldades que o pai está tendo para arranjar um lugar para morar, ela pede:

"...por intermédio da senhora que é tão boa talvez conseguissimos ao menos um apartamentozinho até papai fazer nossa casa. Nós todos vamos ficar rezando para Nossa Senhora de Fátima fazer com que a senhora nos ajude..."

Entre tantos que escrevem ao Presidente, tantos que não têm um rosto, uma criança quer mostrar-se e à sua família. A um poder que tem rosto e nome - o Presidente e sua mulher - a família também quer revelar-se. Em uma terra de "João ninguém", a pequena família quer sentir-se reconhecida, diferenciada. Daí a foto, mostrando todos os integrantes do núcleo familiar. As palavras para sensibilizar o poder são escolhidas. Até a santa invocada é a mesma pela qual a primeira dama tem devoção. (22)

#### .Um pequeno lar

Da ainda capital federal, a "Velhacap", escreve um operário:

"...a muitos anos que eu venho lutando pela vida como oficial de pedreiro, e sempre arranjei o meu pedaço de pão para amenizar a fome de minha filinha e minha esposa. Porém nunca pude possuir um barraco, e cada vez mais a vida se torna apertada para mim. Com a construção da nova capital eu venho pedir a V. Exci um terreno lá; para que eu possa, com a ajuda de Deus, construir um pequeno lar, para a minha família, e trabalhar animadamente para o meu querido Brasil"

O trabalho, esse trabalho tão apregoado pela ideologia do desenvolvimento, não dava mais que o alimento para uma família. O trabalhador que escreve constata isso com certa resignação. Aqui, novamente, o sonho de ter um lar, a famosa "casa própria", parece estar mais próximo, em Brasília. Assim, trabalhar "animadamente" pelo "querido Brasil", passa pela aquisição

de um teto.

### .Plantar e prosperar

As notícias sobre áreas de terra disponíveis não chegam apenas na velha capital federal. De Sucupira, Minas Gerais, escreve o agricultor I.D. ao Presidente da República:

"Estou informado que nas proximidades da capital Brasília V.S. possui grandes glebas de terrenos para ser cultivado afim de benefício da cidade. E si assim for peço V.S. entecer a meu favor e vender uma gleba para mim, tenho vontade de possuir um sítio onde eu pudece plantar e prosperar (...) trabalhar e pagar o terreno com a produção do mesmo"

O missivista identifica o Presidente como proprietário de terras em Brasília: "V.S. possui grandes glebas de terrenos". A imagem que tinha da nova cidade que estava sendo construída, era a de uma cidade que já tinha dono e este dono era o Presidente. Como o servo da gleba, era assim que ele se identificava, inclusive usando a terminologia própria de uma relação feudal. De todos os que escrevem é o único que utiliza esse termo. Confirmando a saga dos trabalhadores do campo, ou de pequenos proprietários, oferece como pagamento da terra que deseja, o fruto do seu trabalho.

### .O lugar de mais futuro

De Salvador, escreve um radiotécnico para dona Sarah:

"Trabalho a 16 anos por conta própria na profissão de radiotécnico (...) Nada consegui até a presente data, o que me leva a pedir a Exma senhora o favôr de me conseguir um emprego de preferência em Brasília pois tenho muita vontade de me transferir para lá, por sêr o lugar de mais futuro no Brasil atualmente"

Brasília, a capital do futuro, mostra-se nessa carta seduzindo um profissional autônomo que muito trabalhou sem



conseguir nada. Apresenta-se como a grande chance de "progredir", como o lugar que tem mais futuro. O que não pôde ser conseguido por seus próprios méritos, talvez com a ajuda da mulher do Presidente, fosse possível.

#### **."Tão sublime momento"**

Indicando que não é a primeira vez que se dirige ao Presidente da República, uma filha intercede pelo pai:

"Mais uma vez aqui estou afim de pedir-lhe mais um favor e desta vez peço a Deus que o Sr. me atenda. O que vou pedir-lhe está em suas mãos é um lote em Brasília, papai que mudar para lá e se o senhor arranjar ele ficará contentíssimo (...) Espero que o senhor responda-me esta pois ficarei ansiosa a esperar por tão sublime momento"

Provavelmente, o pai fosse analfabeto, daí a filha fazer-se de porta-voz das suas reivindicações. E pela segunda vez. Embora não tenha sido atendida da primeira, ela não arrefece os ânimos, nem a esperança. Afinal, segundo o que imagina, o seu pedido está nas mãos do Presidente. A exemplo do mineiro de Sucupira, ela não pensaria que as terras eram de propriedade do Presidente e que ele poderia dispor delas como quisesse? Sensibiliza a ansiedade e a alegria infantis com que ela afirma estar esperando a resposta do seu pedido.

#### **."Três professoras"**

Três professoras primárias, recém-formadas no Colégio Guido de Foutgaland, em Maceió, estado de Alagoas, não vêem outra saída para exercer a sua profissão ou "qualquer outra função", a não ser em Brasília, por interferência do Presidente. Reclamando do alto custo de vida, reconhecem mesmo assim que todos devem dar sua "parcela de contribuição" para o bem do País:

"Como V.Exa. sabe, o custo de vida se nos apresenta cada dia mais difícil, sendo óbvio que todos dêem a sua parcela de contribuição a fim de levarmos uma vida condigna. Em nosso Estado não apresentando nenhuma oportunidade para tal, tivemos a intuição e tomamos a liberdade de recorrer a V.Exa. a fim de nos aproveitar na futura capital, pois não pretendemos levar uma vida de ociosidade. Para isto não mediremos esforços a fim de conquistarmos um trabalho útil e honesto dentro de nossos ínfimos conhecimentos"

No país onde se pretendia instaurar o primado do trabalho como um valor máximo, do qual decorreriam a ordem e o progresso, não é estranho que moças recém-formadas, expressem um desejo de "não ociosidade". Ficaria nas mãos do Presidente a tarefa de "aproveitá-las" na grande missão de construir a capital do Brasil. O "espírito de sacrifício" do qual já falamos, aparece aqui, associado ao custo de vida.

#### .Sonhos...

S.G.C., mineiro de São João Evangelista, escreve de Pernambuco ao Presidente da República:

"...eu sou mineiro de São João Evangelista (...) Há 6 anos que me acho aqui no norte do Brasil com imensa vontade de voltar ao nosso sul, mas a situação financeira não permite. Já escrevi várias cartas ao Catete mas estas não chegam a vossas mãos. Desejo que V.E. encaminhe o mais rápido possível um meio d.eu sair de Pernambuco a Brasília. Eu sou eletricitista e montador de Estruturas metálicas e dezejo ir a Brasília afim de conseguir os meus sonhos. Que é comprar um lote para o meu futuro"

Acompanhando a carta, uns versinhos dedicados ao Presidente e à dona Sarah:

I

HÔ "JK"  
 Asceite minha homenagem  
 Um mineiro de corágem  
 Eu quero "te" elogiar

## II

Do Brasil é Brasileiro  
 É de Minas um Mineiro  
 Semelhante a "JK"  
 Não tem no Brasil inteiro

## III

"Getulio" teve as idéias  
 Mas faltou-lhe a coragem  
 De construir Brasília,  
 As estradas de rodagem  
 Com medo dos inimigos  
 Não fez nem as barragens

## IV

Mas surgiu "JK"  
 com suas forças decisas  
 Para o Progresso da Pátria  
 É quem o Brasil precisa  
 Vai terminar NOVACAP  
 Barragens e várias pistas

## V

3 Marias, Salto Grande  
 Cachoeira do Funil  
 Já estão rendendo lucro  
 Em grandesa do Brasil  
 São metas de "JK"  
 A coragem varonil

## VI

D. Sarah também  
 Com toda resistencia  
 Sempre foi caritativa  
 Um coração de clemência  
 A "vós" rendo homenagem  
 Na L.B. de Assistência

## VII

"Vos narro êsses versinhos  
 Desculpem-me por favor  
 Nós somos vizinhos  
 "D. Sarah" e "Sr. Dr"  
 "Vós" sois de "Diamantina"  
 Eu sou de "Governador"

Um migrante, entre tantos, que escreve de Pernambuco, mas não pedindo para voltar à sua terra de origem. Ele sugere uma nova migração para um local que se apresenta, como disse o radiotécnico de Salvador, como o de "mais futuro" no momento, ou

seja, a nova capital federal. Acreditando que o seu pedido ainda não foi atendido porque as cartas anteriores não chegaram às mãos do Presidente, ele faz nova tentativa. A propaganda do uso de estruturas metálicas na construção da cidade, anima o eletricitista, que se diz montador de estruturas. Através da possibilidade de conseguir um trabalho à altura da sua qualificação, ele expõe, então, o seu sonho, que singelamente se resume a "comprar um lote", símbolo de uma garantia para o seu futuro.

Nos versos, ressalta a comparação de Juscelino com Getúlio Vargas, comparação muitas vezes anunciada pelo próprio Juscelino em seus discursos. Só que a analogia feita pelos versos diferencia a postura dos dois presidentes: enquanto um - Getúlio Vargas - teve as "idéias", mas não teve coragem de enfrentar os seus inimigos, o outro foi corajoso o bastante para construir Brasília e as barragens. Isso pode sugerir um outro tipo de leitura que a população fez do suicídio de Vargas, ou seja, um ato de covardia frente ao poder do inimigo, ao invés de um gesto de um mártir. Ante a falta de coragem de um, surge o outro, como em um passe de mágica, audacioso e valente, fará tudo o que Vargas não fez.

A mulher do Presidente aparece nos versos como um símbolo de resistência, de caridade, de clemência. Um complemento ideal à figura do Presidente. À ação de um, completa a caridade do outro. Finalmente, para marcar uma identidade entre o emissor dos versos e o casal, ele se refere à origem comum dos três: todos são mineiros. Só isso já não justificaria uma resposta positiva ao seu pedido?

A imagem do desenvolvimento e do progresso é entendida da forma mais simples e objetiva, como na propaganda do

governo. O Brasil de JK seria sinônimo de barragens, de estradas, e, da nova capital.

#### .Um futuro promissor

O sonho do Eldorado chega ao sul do País. De Pelotas, extremo sul do Rio Grande, chega uma correspondência ao Presidente. Um "desenhista, decorador e letrista", quer que Juscelino o ajude a mudar-se para Brasília:

"Soube de acordo com a informação obtida aqui no sul, que V. Excia está à procura de funcionários profissionais, para a realização de sua magestosa obra Brasília, assim é que eu, estando desejoso de progredir e não tendo meios para chegar até aí, peço que me informe como poderei alcançar meu desejo. Excelência fui informado que V.S. favorecia o profissional com casa, passagem e emprego garantido (...) sou casado, tenho 24 anos, reservista, eleitor. O motivo de eu querer ir para Brasília, é que aqui no sul ganho Cr\$ 10.000,00 (...) mas o custo de vida não me permite progredir e eu tenho pela minha frente todo um futuro que eu espero seja promissor"

Essa carta é um bom indicador para avaliarmos de que forma as notícias sobre Brasília eram assimiladas pela população, ou de como elas chegavam aos locais. Eram poucos os profissionais que chegavam em Brasília com todas as condições citadas na carta. A ilusão de que os salários na nova capital eram todos sedutores alimentavam o arsenal de sonhos dos que viam na mudança da capital, também uma mudança em suas vidas. O missivista admite ganhar dez mil cruzeiros em Pelotas. Isso correspondia, na época, a vinte vezes o valor do salário mínimo pago em Porto Alegre, que era de cinco cruzeiros no início de 1960 (a carta é do final de 1959) (22). Portanto, não era um salário baixo. Mas Brasília "prometia" melhores condições.

Quando situa sua condição social, o remetente também faz questão de se posicionar "civicamente": é "reservista" e "eleitor". A última é uma lembrança ao Presidente de que, se

aceito seu pedido, terá um voto e um cabo eleitoral garantidos. O futuro apresenta-se para ele como algo "promissor", desde que consiga mudar-se para Brasília. A noção de progresso, tão apregoada e generalizada pelo governo, é, segundo o missivista, sinônimo do seu progresso pessoal. No país do futuro, deve haver espaço para que um desenhista possa realizar seu sonho de "subir na vida".

#### .Criaturas do povo

Da (ainda) capital da República, escreve à primeira dama do País, um desesperado pai de família, há muito desempregado:

"A bondade intrinsecamente cristã de V. Excia., é tão comentada aqui entre nós, criaturas do povo, que, do amago do meu desespero resolvi dirigir-lhe esta súplica. Ela é simples (...) venho lutando para conseguir na NOVACAP, em Brasília, um modesto emprego de Auxiliar de Escritório, Escriturário ou função semelhante (...)

Os meus esforços tem sido infrutíferos em virtude da injusta desumanidade dos dirigentes daquela Empresa, os quais sistematicamente tem repellido minha pretensão.

Compreendo e assimilo a importância desse cometimento, o qual só mesmo nosso grande Presidente Juscelino poderia realizá-lo, portanto, quero ir para Brasília com minha família, ganhar o pão de cada dia (...)

Excelsa Primeira Dama:

Conceda-me uma migalha de sua apostólica generosidade, e por Deus, proteja esta minha pretensão, pois não lhe será difícil conseguir com o nosso grande Presidente, o lugar que pleiteio e as passagens para mim e minha família"

Pela primeira vez uma das cartas contém referências ao seu autor como sendo gente do povo. A distância que separa as "criaturas do povo" e a representação do poder, somente é preenchida pela "bondade intrínseca" da mulher do Presidente. Não podemos esquecer que, durante o governo JK, foi cultivada a imagem de um casal de católicos, sempre de mãos dadas com a

Igreja (24). Gritante a consciência de um ato desumano, de quão é injusta a atitude de quem não quer atender a um pedido de uma pessoa do povo. Mas, essa crítica não atinge o Presidente da República nem a sua esposa que, segundo essa concepção, estão acima de qualquer mal. Eles são bons, são caridosos e tudo podem. Os que estão abaixo deles é que são injustos, desumanos. O Presidente não sabe dessas injustiças, pois, se soubesse, não deixaria que ocorressem. Nesse sentido, as considerações de Paul Veyne são da maior importância. Analisando as experiências que o povo tem do poder, ele lembra que elas são de duas ordens. Uma, que se dá através da experiência cotidiana, quando o poder se faz representar pelo "segundo escalão". A outra, que diz respeito ao contato com o próprio presidente da República ou seu equivalente. A experiência diária com os executores da política governamental, produz a sensação de que os governantes são bem intencionados, porém, os seus ministros "atraiçoam as suas puras intenções".(25)

### **."Lapidar diamantes brutos"**

Uma professora de São Paulo indigna-se com as circunstâncias que cercaram a convocação de professores para lecionar em Brasília. Tendo feito a sua inscrição, ficou sabendo que não poderia ser convocada por ter "mais de 30 anos":

"... porque para ir à Brasília foi estabelecido só até 30 anos? O resultado foi quasi nulo. O que espero de V.Excia. no meu caso é que conceda-me uma ordem especial para poder inscrever-me novamente no Centro de Professores (...) Meu único interesse é ensinar, alfabetizar, lapidar diamantes brutos (...) dependendo apenas de uma ordem de V. Excia. que com seu espírito justiceiro, analisará a questão e verá que tenho razão.

Aqui ficam expressos os agradecimentos de uma humilde educadora que já dirigiu-se à V.Excia. no auge do desespero, no ano de 1958, pedindo um emprego em qualquer parte do país (lembra-se?)..."

Uma cidade que deveria nascer sem os vícios de outras cidades do país. Higiênica, planejada, organizada, racional. Deveria, por isso, restringir a idade dos professores, aqueles encarregados de "lapidar diamantes brutos".

Para começar, uma cidade assim deveria ser jovem. Como dizem os versos de uma canção popular "não confie em ninguém com mais de trinta". Desiludida, a professora não hesita em pedir justiça diretamente ao Presidente, mesmo sabendo que, em outra ocasião, não havia sido atendida. Segundo a sua concepção, a restrição de idade era injusta. Mas não há uma contestação à lei que estabeleceu as regras. A saída é individual. De uma forma intimista, a autora da carta lembra que já escreveu outras vezes ao Presidente: "lembra-se?". Essa cumplicidade que ela tenta instaurar, faria com que o presidente se detivesse em sua carta de um modo especial, e, finalmente, percebesse a injustiça que estava sendo cometida com alguém que quer um emprego tão nobre como o de educadora.

#### **.Festa, beleza e elegância**

Reconhecendo a grande propaganda em torno da nova capital, uma cabeleireira do Rio de Janeiro, escreve:

"Tenho diariamente, acompanhado pela imprensa falada e escrita, o desenvolvimento do imenso território brasileiro e tudo se deve ao esforço e dinamismo de V. Excia. Vossa plataforma eleitoral está sendo cumprida; as metas, criteriosamente realizadas, fazendo jus ao que foi dito de "realizar em 5 anos o que não se faria em 50 anos" BRASÍLIA, aí está, crescendo dia a dia, para comprovar que o vosso governo é de ação imediata e de grandes realizações.  
(...)

Acontecendo, como se verifica quasi que diariamente em festas, inaugurações, homenagens, recepções, etc. para lá acorreram milhares de pessoas sem contar os turistas, ávidos por conhecer de perto, tão propalada e gigantesca realização.  
(...)

Era meu desejo, como ainda o é, visitar Brasília;



antes porém, de concretizar minha visita, tão impressionada fiquei com o que tenho lido e ouvido que resolvi, no "Setor de Beleza e Elegância", já que é minha atividade exclusiva, dirigir-me a V. Excia. no sentido de indagar da possibilidade de montar um salão de beleza em Brasília, o mais breve possível. Segundo opiniões e a meu vêr o local mais apropriado seria no próprio Pálace-Hotel"

O **slogan** do governo JK é reinterpretedado pela carta. O "50 anos em 5" passa a ser interpretado como muito mais que isto. Na concepção da cabeleireira, as realizações de Juscelino ultrapassam a meta inicial, o conceito amplia-se: cinco anos são muito mais que cinquenta. Nesse **slogan**, cabe um mundo de significados. Ao colocá-lo entre aspas, ela imaginava estar reproduzindo o **slogan** em sua forma original, tal qual o governo o anunciava. Mas nós sabemos que, da forma como colocado por ela, ele já é uma interpretação pessoal.

O dinamismo, tão decantado pelo governo, é identificado com a construção de Brasília, que cresce dia a dia, numa demonstração clara, límpida de que o governo está cumprindo o que prometeu.

Brasília é uma festa! Pelo menos é o que pensa a cabeleireira. Feiticeira das transformações nas mulheres, do embelezamento e da frivolidade, é assim que ela imagina a nova capital. Local de festas, reuniões, homenagens, local de gente bonita, anúncio de um devir feliz. Nesse espaço imaginário, versão ampliada do seu salão de beleza no Rio de Janeiro, a arte de embelezar, de modificar rostos de "senhoras e senhoritas" que por lá circulam é um sonho. Sonho possível quando ela sabe que as pessoas que circulam por Brasília "encontram dificuldades em se embelezarem nas ocasiões oportunas, como ocorreu por ocasião da inauguração da Base Aérea".

### .Desejo de progresso

Na praia de Boa Viagem, em Recife, também chegam os ecos de uma terra em que "corria o leite e o mel"(26). Referindo-se a Juscelino Kubitschek como o "grande idealizador de Brasília", escreve ao Presidente um morador daquela localidade:

"Audaciosamente levo a V.Excia. esta pequena mensagem de um sonhador por Brasília.  
Sendo um pequeno panificador que sempre tenho lutado para o progresso, mais sempre em lugares sem progresso.  
(...)  
Venho pedir-vos passagem a Brasília ida e volta.  
Desejava adquirir de V.Excia um prédio para instalação do que desejo. Tenho credenciais para fabricar produtos que Brasília merece.  
Gosto do progresso mas sou pobre, para realizar como desejo"

Brasília sinônimo de progresso. A esperança para aqueles que acreditam e desejam o progresso. Como no discurso de JK, ainda candidato, quando afirmou que um pai de família havia lhe pedido que instalasse fábricas em Juazeiro para que suas filhas pudessem trabalhar. O pequeno comerciante quer seu lugar ao sol. Imaginando-se sempre em condições adversas, ele acredita que em Brasília - obra tão simbólica do progresso que enfim chegava - teria a oportunidade de realizar seu "gosto" pelo progresso. Apenas a condição de "pobre" o impedia de realizá-lo.

Colocando-se como "um pequeno panificador" que sempre lutou pelo progresso, cobra do Presidente a sua chance de engrossar as fileiras dos que são beneficiados e acreditam no desenvolvimento.

### .Um garçon, um orquidófilo, um patriota

Nem todas as cartas são pedidos de favores do Presidente. Algumas são manifestações de solidariedade ao

projeto da cidade, querem contribuir de alguma forma com a construção de Brasília, como o **doublê** de garçon e orquidófilo.

O jornal "Tribuna da Imprensa", de 30 de maio de 1957, de propriedade do grande inimigo político de Juscelino, Carlos Lacerda, dava destaque para um garçon que, aos domingos, se dedicava ao cultivo de orquídeas, begônias, antúrios e ameixeiras. Dois anos depois, o garçon e orquidófilo escrevia ao Presidente Juscelino propondo a criação de um orquidário modelo em Brasília. O motivo pelo qual fazia tal proposta era bastante singelo:

"... levado pelo desejo de cooperar nessa extraordinária obra patriótica de pioneirismo que é a criação de Brasília"

#### **.Um coração de brasileiro pulsa por Brasília**

De Recife, escreve um bancário:

"Sou brasileiro e como brasileiro acompanho com o maior interesse a magnânima obra de Brasília. Acompanho de longe, através da imprensa, de comentários, etc. Sinto porém que meu coração de Brasileiro pulsa desejoso de colaborar, com minhas poucas possibilidades, desta suntuosa obra patriótica.

Este é o motivo da minha carta, minha primeira carta dirigida a um Presidente da República. Por ela, me dirijo a V. Excia oferecendo minha colaboração patriótica.

Devo acrescentar que não sou um brasileiro desempregado a procura de um emprego para saciar sua fome. Estou trabalhando no The First National City Bank of New York, aqui em Recife. Sou um funcionário categorizado e desempenho o cargo de contabilista. Sinto, no entanto, que poderei prestar ao meu país melhor serviço, unindo-me aos que constroem Brasília. Meu Presidente, aqui tem V.Excia. um servidor às suas ordens. Se julgar que poderei ser útil à sua obra, disponha e eu o atenderei"

Como uma declaração de amor: amor pela pátria, pela construção de Brasília, pelo Presidente. Não podemos nos furtar de lembrar uma passagem de Michelet, quando descobriu, nos

arquivos franceses, uma enorme quantidade de cartas da época da Revolução Francesa. Eram cartas dirigidas à "mãe" pátria, simbolizada pela Assembléia Nacional. Michelet recorda que eram escritas de qualquer forma, com a linguagem própria dos que escreviam, ou seja, gente simples, às vezes semi-analfabetos. Nelas ele encontrou registros de amor à pátria. Identificou "verdadeiros monumentos da fraternidade nascente". O grande historiador da Revolução Francesa descobria nessas cartas um ato espontâneo, "nada de oficial ou encomendado". (27)

Michelet via naquelas cartas um espaço privilegiado, onde uma população podia exprimir-se de acordo com o seu coração. Nas cartas encontradas por ele, mais que tudo, é o coração que fala.

Um bancário lá de Recife não é alguém que não saiba exprimir-se. Não. Ele tem o domínio mediano da língua. Isso, contudo, não tira a ingenuidade patente da sua carta, com palavras que parecem brotar do coração. A confissão singela de que é a primeira carta dirigida a um Presidente da República. Como a primeira carta de amor à primeira namorada.

Brasília é compreendida nessas circunstâncias como uma obra de patriotismo, uma jornada cívica da qual ele não poderia deixar de participar como bom brasileiro. Não lhe bastava acompanhar a construção da cidade através da imprensa. Como um soldado, que apenas acompanha a guerra de longe, mas sem poder defender a pátria com suas próprias mãos. A carta é, assim, quase uma súplica para engrossar as fileiras dos que estão na frente de batalha. Coincidência ou não, esse ano em que escreveu a carta, 1958, foi justamente a data em que Juscelino conclamou os brasileiros, através da Rádio Nacional de Brasília, para que se unissem na grande tarefa patriótica de construir Brasília. Na

ocasião, Juscelino se referia à construção da cidade como uma "grande batalha patriótica" e conclamava o povo a aderir ao "seu patriotismo e ao seu entusiasmo cívico".

Para demonstrar a sinceridade de suas palavras, ele lembra ao Presidente que não escreve para pedir emprego. Estabelece, assim, uma clara diferença entre a sua oferta - era ele quem estava oferecendo algo - e outras falas dirigidas ao Chefe da Nação, que se colocavam como devedoras de favores. Sua posição é altaneira, onde se percebe o orgulho de ser brasileiro. A mácula nesse orgulho é a de não estar na frente de batalha.

A imagem do Presidente assemelha-se a de um general, que pode convocar a qualquer hora os seus soldados. Brasília, além de obra patriótica, é vista também como fruto da vontade de Juscelino. Isso fica claro quando ele se refere, ao final da carta, usando o pronome possessivo, "sua".

#### **.Operários, lavradores e um filme**

Um morador de Aristides Lobo, Rio de Janeiro, pede desculpas pela "ousadia" de escrever ao Presidente. Ele o faz, entretanto, "confiando no espírito democrático" do Presidente. Confessa ter votado em Juscelino e ter sido seu cabo eleitoral em outras cidades. O missivista quer ajudar na propaganda da nova capital e, para isso, sugere algumas estratégias:

"A pouco tempo estive no Rio, e assisti no cinema, a um filme que mostrava a construção da estrada de Brasília a Belém do Pará. Fiquei entusiasmado. Hoje, lendo a revista Manchete (...) tornei a encontrar uma reportagem sensacional sobre a mesma estrada.  
(...)

Eu posso ir ao Rio, e posso comprar a revista Manchete. Infelizmente a maioria de nosso povo, não pode comprar esta revista, e nem ir ao cinema. Será que V.Excia. não poderia arranjar para passar este filme, e o da construção de Brasília, aqui em

Aristides Lobo e Bacia de Pedra.

Seria um grande presente de V. Excia para os operários e pequenos lavradores, que não têm a oportunidade de ir ao cinema, nem de ler a revista Manchete.

(...)

Se V. Excia. concordar, o filme será passado ao ar livre, demonstrando que o nosso voto, foi muito bem empregado"

Como vimos no capítulo anterior, uma das formas de propaganda da cidade era feita através de cinejornais. Essa carta revela como, para alguns segmentos, esse foi um meio eficaz. Duplamente eficaz, pelo seu efeito multiplicador. Quem via os filmes, podia comentá-los com outras pessoas, inclusive dando a sua versão pessoal sobre o tema do mesmo. As reportagens, em sua maioria publicadas como matéria paga, também tinham o seu papel.

Merece destaque o fato de o autor da carta oferecer-se como intermediário entre uma ação do governo e a comunidade da qual fazia parte. É uma pessoa que se dispõe a colaborar com o governo, ao qual credita legitimidade, o qual se empenhou em eleger. Além disso, revela também um tipo de expectativa que se estabelece entre os eleitores quando elegem seus candidatos. Mostra a necessidade que eles têm de ver as promessas eleitorais cumpridas, quando deram um crédito de confiança a determinado candidato. Assim, como no capítulo anterior alguém se dirigia a Juscelino elogiando a sua fala pela televisão e lembrando da necessidade de fazê-lo mais vezes, também o eleitor de Aristides Lobo quer que o governo mostre o que, de fato, está realizando para que as camadas mais humildes possam co-participar das atividades do governo. A propaganda seria uma forma desse governo fazer-se presente no cotidiano das pessoas, é uma forma de "prestar contas" do que está fazendo.

## .Um mundo em expansão

A escola, como reprodutora dos valores e da ideologia da classe dominante, como um dos "aparelhos de Estado" ao qual se referia Althusser, aparece claramente no discurso de uma ginásial. A aluna C.F., do Ginásio Santa Terezinha de Santo André, estado de São Paulo, escreve a Juscelino:

"... estou escrevendo ao mui digno chefe da Nação com a finalidade de obter informações sobre Brasília, a nossa futura capital. Minha professora de Geografia encarregou-me de realizar um trabalho a respeito da magnífica obra de Vossa Excelência, essa Brasília que hoje chama a atenção do povo brasileiro e, temos já provas, dos povos de outras terras também. Sei que Brasília significa a construção da capital numa localização segura e fértil. Sei que Brasília significa além dessa segurança estratégica, o bem de aproveitar terras perdidas num mundo que está precisando de expansão para que não haja concentração integral nos estados maiores da Confederação (como acontece com São Paulo). Sei também que respeito e admiro a obra de Vossa Excelência (...). Solicito ao Chefe do Governo, responsável por essa obra de tão grande importância dentro da civilização brasileira, guia para que eu possa dirigir-me às fontes precisas de informações"

A questão da transferência da capital era um tema que estava inscrito, nas escolas, como uma idéia geopolítica. Nesse sentido, informa José William Vesentini, desde o começo do século a área demarcada inicialmente pela comissão chefiada por Luís Cruls, e conhecida como "retângulo Cruls", constava dos mapas do Brasil. Desde essa época, os atlas e livros didáticos de geografia traziam impressa a região demarcada pela Missão Cruls. Vesentini avalia que essa estratégia foi fundamental para "criar", na "opinião pública", uma propensão a aceitar essa idéia como "natural" (28). Essa carta que estamos transcrevendo, além de depoimentos de pessoas que participaram da construção da cidade, corroboram essa tese de Vesentini, que vem ao encontro de nossas

hipóteses. (29)

A menina interpreta os discursos oficiais associando a criação de Brasília a um objetivo mais amplo, qual seja, um "mundo, que está precisando de expansão". Uma ação localizada - a transferência da capital de um País - passa a ser vista como um acontecimento universal. Era uma leitura entre tantas possíveis. O "mundo" ao qual quer se referir a carta, supõe na verdade, uma desconcentração populacional dos grandes centros como São Paulo, argumento, aliás, utilizado também pela Igreja de São Paulo (30).

Se Brasília era uma "obra" de Juscelino, não seria ele a pessoa mais indicada para orientar um estudo sobre ela? Parece ser este o pensamento da colegial. Confere a autoridade de falar sobre a criatura ao seu criador.

Não conhecemos nenhum estudo sobre isso, mas, pistas como a carta citada, nos levam a inferir que a questão da transferência da capital pode ter sido apresentada de forma positiva nas escolas de São Paulo. Isso porque encontramos alguns documentos que revelam uma mobilização da assim chamada "sociedade civil" paulista, principalmente da capital, no ideal de construir Brasília. A Igreja Católica, o empresariado paulista, entre outros, foram apoiadores quase incondicionais do governo JK. (31)

Ao mencionar a questão de que Brasília viria aliviar a concentração populacional nas grandes cidades, vimos a colegial repetir o argumento dos discursos oficiais. Lembremos que a peça de teatro infantil transmitida pela Rádio Nacional apresentava o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife como metrópoles saturadas.

###

Sob um **status** de ministro de Estado, o presidente da



NOVACAP, também foi interpelado pelos discursos populares. Cartas de congratulações, e de pedidos também. Pelo que elas têm de semelhante com as outras cartas enviadas ao Presidente e a dona Sarah, resolvemos selecionar algumas delas para análise.

### .Napoleão e Brasília

De São Vicente, São Paulo, escreve um funcionário público. Confessando-se como "bacharel em Jornalismo", diz-se funcionário do IBGE, categoria "agente municipal de estatística". O autor da carta quer contribuir para uma melhor divulgação de Brasília. Para tanto, ele cita, como exemplo de eficiência, o tipo de divulgação realizada pelo Consulado dos Estados Unidos, que organizava a publicidade sobre aquele País com muito sucesso no Brasil. Dizendo ter convivido com os métodos usados por aquele órgão, declara que:

"... os métodos então utilizados para divulgação dos aspectos mais interessantes da grande nação coirmã perante os meios culturais brasileiros: clichês de matéria plástica aos pequenos jornais; filmes às escolas e instituições, etc."

A carta segue considerando que é necessário eliminar da propaganda sobre Brasília a informação de que a NOVACAP é uma empresa lucrativa. Baseado nas teorias de um certo All Port, principalmente um texto denominado "Crenças e atitudes", em face da opinião pública, ele sugere que a estratégia de divulgação da nova capital deva ser outra. Não hesita em recorrer a Napoleão para corroborar suas idéias a respeito da propaganda:

"Napoleão compreendeu perfeitamente que um Governo deve preocupar-se sobretudo em obter o assentimento da opinião pública: Para ser justo, não é suficiente fazer o bem, é igualmente necessário que os administradores estejam convencidos, isto é, os administrados estejam convencidos. A força

fundamenta-se na opinião. Que é o Governo? Nada, se não dispuser da opinião pública”.

Como o governo poderia agir para mobilizar essa opinião pública? O servidor tem algumas idéias sobre isso, que passam pela utilização dos próprios funcionários do Estado. Lembra que em todos os municípios brasileiros existe pelo menos um funcionário do IBGE que está constantemente em contato com a população:

“... desde a elite dirigente, orientadora, até a base dessa pirâmide social: seria mais uma tarefa agradável para os diligentes servidores que já manifestam tanto afeto pela Canaã brasileira, cooperar nessa propaganda, criando na própria repartição - em geral localizada na Prefeitura - essa pasta nos moldes do Consulado Americano, em simples maquete, mas suficiente para modificar a opinião pública brasileira com respeito à NOVACAP e à sua obra ciclópica”.

Certo de que suas idéias serão bem aceitas, ele revela seu desejo de se transferir de São Vicente - “Célula Mater da Nacionalidade” - para Brasília, “Capital do Porvir”, onde poderá pôr em prática o seu plano:

“...colocar-me-ei ao dispor como jornalista e integrante da família ibgeana para os necessários contatos a fim de prestar a Brasília a cooperação digna de um brasileiro que se preza, viu, analisou e admira a maravilhosa obra em realização pela NOVACAP nesse futuroso Planalto Central, devida em grande parte à energia, descortínio e honradez do ilustre coestaduano, DD. Presidente dessa organização”

Essa carta diferencia-se das demais pela posição social do seu emissor. Funcionário público de nível superior, no entanto, o remetente, da mesma forma que o simples morador de Aristides Lobo, também quer colaborar na divulgação da nova capital. Só que o funcionário do IBGE usa de argumentos mais sofisticados, que expressam o lugar de onde fala. É alguém que

curvou uma Universidade, que teve contato com o Consulado dos Estados Unidos e trabalha em uma instituição do Estado. Ocupa, portanto, no conjunto da população, uma posição privilegiada. Mas, é, sobretudo, alguém que formula suas concepções segundo parâmetros especiais, isto é, a partir de leituras, das quais tira suas próprias interpretações. É interessante observar a admiração que ele tem pelos Estados Unidos, que coincide, inclusive, com a posição oficial do governo sobre aquele País.

Sabemos do esforço empreendido pela política externa do governo Kubitschek no sentido de uma aproximação cada vez maior com o governo de Washington: tentativas de alinhar o Brasil com as posições dos Estados Unidos e de adotar o seu sistema como modelo, isto é, nação capitalista desenvolvida, cristã e ocidental. O missivista vê naquele País uma "grande nação coirmã", cujo modelo, inclusive de propaganda, deve ser seguido. Baseado no que leu sobre propaganda política, ele quer se anteceder às decisões do governo, ele próprio sugerindo como esse deve proceder para convencer a opinião pública. Um "pequeno Maquiavel" dos trópicos? Talvez. Um pequeno funcionário público que sai do anonimato frente à máquina estatal e mostra-se. Fora dos quadros estabelecidos pelo governo, no sentido de que não ocupa função privilegiada no aparelho estatal, ele quer demonstrar como esse mesmo governo não explora todo o potencial que tem à sua disposição.

Na sua concepção da organização do poder existe realmente uma "elite orientadora", aquela elite a qual Juscelino se referia em seus discursos. Ele percebe, inclusive, a forma como estão estruturados os municípios brasileiros, microcosmos da organização política do País.

A pátria, como uma grande família, sugere

conseqüentemente que órgãos estatais sejam parte dessa mesma família. É assim que ele define o IBGE: "família ibgeana".(32)

A forma que o funcionário do IBGE viu de colaborar com a construção de Brasília foi essa: participar da propaganda. Como outros colocaram os braços à disposição, é assim sua cooperação "digna de um brasileiro que se preza".

Brasília é uma obra maravilhosa. Obra possível devido à têmpera de Israel Pinheiro, homem "honrado" e "ilustre". Não sendo um ignorante qualquer, a escolha do tratamento "coestaduano" tem um significado todo especial. Coloca-se no mesmo nível do ilustre presidente da NOVACAP ao considerar-se conterrâneo do todo poderoso chefe da Companhia.

#### .Um brasileiro opina

O doutor O.G., médico de "partos, sífilis e doenças venéreas", com consultório em Belém do Pará, escreve solidarizando-se com o projeto de Brasília e o seu executor:

"Como brasileiro, também posso dar a minha opinião sobre esta realização ímpar que vai integrar verdadeiramente no Brasil a amazonia, o Nordeste e o Centro-Oeste deste grande paiz - a construção de Brasília.

E assim, também por ser idealista desta obra e concito ao nobre compatriótico a prosseguir sem descanso, sem lêr comentários pessimistas desta imprensa que não compreende - ou não quer compreender - que o governo do Brasil deve sair desta cidade absorvente, tentacular, que é o Rio de Janeiro com seus milhões de habitantes -cerca de 3.000.000 milhões - fazendo pressão contínua ao governo da República"

Um profissional liberal vem a público externar o seu pensamento sobre Brasília. No clima de nacionalismo, ele julga que, "como brasileiro", tem o direito de - mesmo não tendo sido consultado sobre - dar a sua opinião a respeito do significado da nova capital. Como co-partícipe do ideal, tem uma posição

segura sobre a importância de Brasília. Daí que, nessa confortável posição idealista, considera oportuno alguns conselhos a Israel Pinheiro. A leitura que o médico faz da oposição a Brasília, é bastante próxima daquela expressa pelo governo. Só os cegos é que não vêem a importância da transferência da capital. Oposição é vista como sinal de pessimismo. Como ser pessimista no país que tem um Presidente tão otimista?

Por que a capital deveria sair do Rio de Janeiro? Ele repete o argumento simplista do governo: obra de integração nacional. Para quem morava no Pará, estado que seria diretamente afetado pela construção da rodovia Belém-Brasília, parece natural a crença nesse tipo de argumento. Mas, outro argumento, de caráter político, acresce-se àquele: o governo da República não pode ficar no Rio de Janeiro, cidade "tentacular". Lá, o Presidente que era de todos os brasileiros, seria absorvido por tantos problemas que não teria tempo de governar o país como um todo. (33)

#### "Dever de cidadão"

De Campinas, estado de São Paulo, o senhor E.S.G., advogado, também manifesta apoio ao empreendimento e quer manter-se informado sobre ele:

"Cumpre-me o dever de cidadão brasileiro, que acompanha os trabalhos de mudança da Capital para o Planalto Central de Goiás, anseio remoto de ilustres patrícios e que sómente hoje se faz realidade, graças a homens de têmpera de V.Excia, fazer chegar ao vosso conhecimento que tôda a Nação acompanha a gigantesca obra de penetração (...)

Gostaria que V.Excia pudesse me enviar todo elemento de divulgação, tais como jornais, revistas que digam de Brasília.

Leio tudo que chega até mim com o título "Brasília" (cobertura da Semana Mudancista pelas "Folhas" de S.Paulo - Roteiro de Brasília (Fôlhas) - Revista Módulo 6º número - Manchete - Cruzeiro (último número

Raquel de Queiros) e Jornal Paratodos (fim de março)-  
Visão (Lúcio Costa-último número) - Gazeta de São  
Paulo (...)"

Mais um sentimento de brasilidade que se manifesta. Embora não esteja construindo a capital, o advogado é solidário com a obra. Acredita que a realização do empreendimento é uma consequência de "anseio remoto" de cidadãos ilustres, patrícios seus. É necessário, como "cidadão brasileiro", cumprir um dever, qual seja, de lembrar aos dirigentes da obra que ela está sendo acompanhada por toda a Nação.

Como uma pessoa que tem acesso aos bens culturais, ele mantém-se informado dos acontecimentos sobre Brasília. Como já vimos anteriormente, muitas das reportagens sobre Brasília eram pagas pela NOVACAP, eram matérias de propaganda mesmo. Mas, pessoas como esse advogado, pareciam predispostas a acreditar nas matérias. Afinal, ele fazia uma leitura positiva e fatalista da construção da cidade. Portanto, as reportagens a favor da construção só vinham alimentar o seu imaginário a respeito da obra. Da lista de publicações citadas por ele, pelo menos a da revista Módulo e da Manchete, temos certeza, eram favoráveis a Brasília.

#### **.Um médico entusiasta**

Um "médico, brasileiro, professor universitário" escreve a Israel Pinheiro. De Porto Alegre, ele quer ir para o Rio de Janeiro fazer um curso de especialização em sua área, psiquiatria. Sem muitos recursos, solicita a intervenção do presidente da NOVACAP junto ao Presidente da República para que este autorize sua transferência da Universidade do Rio Grande do Sul para o Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, e, também, lhe conceda uma bolsa de estudos. Como retribuição, no caso de

suas pretensões serem atendidas, ele promete que:

"... entusiasta da obra de excepcional pioneirismo patriótico e civilizador de Brasília, estou disposto a, concluída minha formação, lecionar, como professor que sou, na futura e já plenamente assegurada Capital de nossa querida Pátria"

No final da carta ele denomina Israel Pinheiro de "grande bandeirante do século XX".

Essa carta dá uma idéia do poder atribuído a Israel Pinheiro e de como esse poder era percebido. É solicitada a sua intervenção junto ao Presidente da República, em favor de um "desconhecido". Mas não era um desconhecido qualquer. Era uma mão-de-obra especializada que se colocava à disposição do poder público em troca de favores. É importante ressaltar que o autor da carta parece acreditar que a intervenção de Israel Pinheiro surtiria melhor efeito sobre Juscelino do que se ele escrevesse diretamente ao Presidente. Essa carta sugere uma estratégia que a diferencia de outras. Se Israel era o todo-poderoso presidente da Companhia e se ele julgasse um "bom negócio" investir em uma pessoa que depois serviria a Brasília, então seria ele o indicado para mediar as "negociações".

Ao expor os motivos pelos quais está fazendo aquelas solicitações, ele destaca que necessita "sem dúvida do amparo do Poder Público". Pertencendo a uma outra categoria social, diferente por exemplo da irmã daquele lavrador da colônia agrícola de Goiás, o médico explicita uma mesma maneira de ver o Estado: uma entidade de amparo, de favores. Aquele que deve "ajudar" a quem precisa.

Brasília significa, para esse médico, uma oportunidade de fazer o curso que precisa no Rio de Janeiro. Uma espécie de trampolim para que possa realizar seu objetivo

principal, qual seja, uma especialização em psiquiatria. E ele sabe como barganhar. Em troca do apoio solicitado, ele pode prestar serviços ao Estado, em local com pouca mão-de-obra especializada. Como "entusiasta" da grande obra, poderia ser um aliado dos seus idealizadores. O elogio final a Israel Pinheiro repete um **slogan** muito caro aos discursos oficiais, isto é, a associação do significado da construção de Brasília com os feitos dos Bandeirantes.

### .Esperança de ser feliz

De Governador Valadares, estado de Minas Gerais, escreve J.M.S., quase às vésperas da inauguração da cidade. Inicia saudando Israel Pinheiro pelo "grande prestígio como presidente da Novacap e em nosso querido Brasil". O objetivo da carta é pedir um emprego em Brasília:

"... sou um modesto trabalhador, sempre tive a minha vida dedicada ao trabalho; sempre lutei com a maior dificuldade e com a esperança de um dia ser um homem feliz, conseguir um bom emprêgo para eu ter prosperidade (...) tenho 26 primaveras; sou mecanico, sou locutôr tanto comercial ou mesmo em Radio preciso trabalhar (...) sou bastante conhecido do deputado Estadual Dr. L. S. residente em Belo Horizonte.

(...)

... por isso venho humildemente apelar a V.Excia porque sei que é extremamente bondoso, pedir para V.Excia arranjar um emprego nesta nova capital para mim"

Não é pouco o que o autor da carta espera da vida. Talvez o que todos nós esperamos: **ser feliz**. Os meios para conseguir esse objetivo são para ele muito simples. Depende de um bom emprego, que lhe trará a tão idealizada prosperidade. Ter "26 primaveras", num momento em que os jovens teriam o futuro garantido, como anunciava o discurso desenvolvimentista, parecia uma importante credencial, o passaporte para que conseguisse um



emprego na nova cidade.

O discurso da "juventude" era compatível com o Brasil de JK, o Brasil de Brasília. Brasília que não aceita professores com mais de 30 anos. E Juscelino, de fato, apelava para a juventude, para o seu papel no projeto do "novo" Brasil. (34)

A carta é de um trabalhador especializado, elemento importante para o projeto de desenvolvimento. O clientelismo, típico da política brasileira, dá sinais de vitalidade, quando ele lembra que é "bastante conhecido" de um deputado.

Mais à frente, ele informa que já havia escrito ao presidente Juscelino pedindo uma bolsa de estudos para estudar música. Através de um telegrama, foi informado de que receberia um formulário para preencher e devolver para o Ministério da Educação e Cultura. Assim, obteria bolsa para estudar música em Governador Valadares. Como nessa cidade não tinha escola de música, ele quer um emprego na nova capital para, dessa forma, pedir a bolsa de estudos para Brasília. Ele poderia então, trabalhar e estudar:

"... pois ainda pretendo ser um elemento que irá prestar relevantes serviços tanto para o nosso radio como em outra importante função, em nosso querido Brasil".

Brasília como a esperança, dupla esperança: trazer a felicidade pessoal e a contribuição de cidadão para o bem do país. De forma singela, é essa, em síntese, a conclusão da carta.

Juntamente com a carta, ele mandou a letra de uma música de sua autoria, intitulada "Baião de Brasília":

"Brasília  
Encanto do meu Brasil  
seu encanto é varonil  
beleza do nosso país  
Brasília  
é mesmo a capital

do Brasil a Federal  
o Juscelino está feliz

-----x-----

Brasília  
tú está em um planalto  
é beleza no asfalto  
as obras de Juscelino  
Brasília  
o seu nome é decente  
é dito por tôda gente  
o brasileiro é granfino  
Brasília  
no Brasil é a princêza  
cheia de tanta beleza  
diante da nossa Nação  
Brasília seu progresso já venceu  
sua fama recebeu o Juscelino é campeão"

Brasília rima com Brasil. Que rima com varonil. Feliz rima com país. Embora não rime, Brasília é sinônimo de capital, de felicidade, de beleza. Quer dizer granfino, quer dizer progresso, quer dizer vitória. É asfalto. De uma forma singela, buscando rimas forçadas, o autor dos versos consegue sintetizar a imagem do Brasil e de Brasília, carregada de ufanismo. Um Brasil vitorioso.

#### .Um Problema profundamente humano

Em São Luís, estado do Maranhão, a Petrobrás demite grande número de funcionários. Um deles, L.Q.S., resolve apelar para o presidente da NOVACAP, como o último recurso para não ficar desempregado:

"Não desconheço as dificuldades que o Govêrno vem desenvolvendo no sentido de elevar econômicamente o Brasil, através de um plano em que os obstáculos e os sacrifícios são inúmeros - a construção de Brasília. É fato, que o Govêrno está restringindo despesas relativas a admissões a cargos públicos, todavia, peço a vênia a V.Excia., para expor um problema sobretudo humano.

(...)

Minha esposa apelou para a Exma. Sra. D. Sarah Kubitschek, no sentido de eu ser aproveitado no quadro de oficiais, da polícia de Brasília.

Respondeu-nos a secretária da senhora supra-citada (...) a sugestão de apelar para vós que tem autoridade para tal, conforme telegrama anexo"

A carta prossegue informando que o remetente é pessoa qualificada como "aspirante a oficial de arma de infantaria", entre outras. Em tom desesperado, ele se oferece para trabalhar em qualquer parte do país:

"Aceito lutar em qualquer parte deste vasto território, até mesmo em fronteira, no caso de não ser aprovado na nova capital. Terminei o científico e estou na impossibilidade de continuar um curso superior, por falta de um ponto de apoio. Arquimedes disse: com um ponto de apoio, levantarei o mundo.

Eu vos peço V. Excia., dê-me este ponto de apoio, para continuar os meus estudos (...) (...)

Deposito meu problema profundamente humano nas vossas mãos. Espero do vosso clarividente espírito de compreensão, a solução adequada.

Que Deus vos guarde e vos dê a orientação perfeita, para percorrer a trajetória do plano que vos foi confiado.

(...)

P.S. OS GRANDES HOMENS, RESOLVEM UM PROBLEMA ECONÓMICO PARA BENEFÍCIO COLETIVO. O MEU É UM CASO ISOLADO MAS, O CORAÇÃO TEM RAZÕES QUE A RAZÃO DESCONHECE"

O início da carta é um reconhecimento dos argumentos do governo sobre a situação nacional e as condições em que estava sendo construída Brasília. É uma cumplicidade com o governo. Todos os sacrifícios pessoais devem ser vistos sob essa perspectiva: são para garantir o desenvolvimento do País. Era esse o tom central dos discursos de Juscelino. É também assim que o funcionário da Petrobrás de São Luís reproduz a argumentação. Só que, acima das razões de Estado, está um problema pessoal, um "problema sobretudo humano". Este foge às regras e aos números. Na grande família que é a nação, à qual o presidente se referia tantas vezes, existem membros que sofrem, que não estão em sintonia com a pretensa harmonia proposta.

Conseguir um emprego significa "lutar" em qualquer fronteira.

O autor da carta recorre ao grande matemático grego, Arquimedes, para justificar o pedido de ajuda. Também ele recorre a um discurso autorizado e reconhecido para dar suporte às suas pretensões, em uma leitura bastante particular do que foi dito no passado.

Todas as possibilidades de salvação pessoal encontram-se, agora, nas mãos do presidente da NOVACAP. O "problema profundamente humano" do missivista depende do espírito clarividente de uma autoridade política, investida, na concepção do autor da carta, de superpoder, poder quase de vida ou morte.

Finalmente, ao encerrar a carta, mais um apelo. Colocando Israel Pinheiro como um "grande homem", ou seja, na linha daqueles que pensam no bem coletivo, o autor da carta lembra que, além da razão - que diz que o bem coletivo está acima de tudo - existe o coração. Esse tem suas próprias razões que escapam, ou melhor, que suplantam qualquer ato racional.

O "homem cordial", de Sérgio Buarque de Holanda, surge de maneira singela na fala do missivista (35). O agir de acordo com o coração, o levar para o público, o privado. Reproduzir na atuação do Estado, as relações familiares, sempre cercada de emoções, não necessariamente bondosas.

#### **.Uma Bandeira Nacional de plantas vivas**

Do Rio de Janeiro, escreve R.T. Residente em Santa Tereza, aprazível bairro daquela cidade, ela ficou sabendo do Palácio da Alvorada. Amante das flores e das plantas, que provavelmente cultivava em sua casa (o endereço da carta indica que mora em uma casa), ela também quer dar a sua contribuição

para Brasília. É com esse espírito que escreve a Israel Pinheiro:

"Desejando contribuir com uma sugestão para ornamentar o jardim do Palácio da Alvorada com uma Bandeira Nacional feita de plantas vivas, peço permissão à Superintendência da NOVACAP para expor o que idealizei nesse sentido:"

Sendo a floricultura hoje uma arte, da qual se obtêm efeitos idênticos aos das artes plásticas, sugiro a confecção da Bandeira Nacional com flôres naturais, sendo a sua esfera constituída de hortências, o losango de margaridas amarelas e o fundo uma larga extensão de grama verdejante.

É esta sugestão que ora faço, como uma contribuição do meu sentimento patriótico"

O símbolo forjado pelos republicanos de 1889, símbolo esse fruto de muitos debates à época, encontra sua versão ecológica na proposta da autora da carta (36). Mais do que a bandeira nacional propriamente, durante o governo JK, o que foi mais apreciado foi o **slogan** inscrito nela, isto é, a divisa "Ordem e Progresso", agora acrescido de mais um elemento; o **trabalho**. O trabalho, que até então estava desorganizado, deveria harmonizar-se com o capital, este também disperso. Ambos sob o olhar e a ação planejada do Estado. A versão atualizada de um dos emblemas nacionais seria, então, **Ordem, progresso, trabalho**. Mas, no imaginário da moradora do bairro de Santa Tereza, o que ficou do símbolo nacional, ou seja, da bandeira? Parece que muito mais as cores do que a divisa positivista. Ela não cita, não sugere a inscrição do lema "Ordem e Progresso" na sua bandeira de flores e plantas.

Imaginemos dona R.T. lendo, ouvindo as notícias sobre Brasília. Ela, pacata moradora do Rio de Janeiro. Ouvindo notícias de que, no Planalto Central estão construindo uma linda cidade. Morando no Rio, certamente ela ouvia, também, muitas críticas. Nessa linda cidade tem um palácio, com o sugestivo nome de "Alvorada". Ela, longe, no litoral. O povo sendo conclamado a

participar da grande obra de redenção nacional, ato de patriotismo, de civismo. Ela toma uma decisão. Por que não escrever uma carta sugerindo uma ornamentação especial para o palácio do Presidente? Afinal, cada um não fora chamado a colaborar com a construção da cidade de acordo com as suas possibilidades?

O que dona R.T. sabia fazer era uma arte. A arte da floricultura, que tem "efeitos idênticos aos das artes plásticas". Ela poderia, então, aliar a sua arte ao seu patriotismo, que mais do que simples palavra, era, de fato, um "sentimento". E ela ia mais além do que se esperava do patriotismo do povo. Ela saía do seu anonimato para propor uma radicalização do nacionalismo que se defendia na época. Como que para marcar uma clara fronteira entre o "nacionalismo internacionalista" e o "nacionalismo patriótico". Enquanto Brasília era uma obra de arte que se propunha romper com toda a tradição arquitetônica brasileira, com toda a concepção de cidade, que instaurava novos emblemas, uma cidade onde o povo poderia não se ver representado simbolicamente, o que ela propõe? A inclusão permanente de um símbolo conhecido de todos os brasileiros, a **bandeira nacional**.(37)

A carta foi respondida pela NOVACAP informando que "o jardim do Palácio já se encontra projetado e em execução nada podendo lhe ser anexado". Numa obra tão bem planejada não se permitia improvisos. O lugar e a expressão de patriotismos deviam ser bem limitados, deviam ocupar espaços definidos "a priori".

#### **.Uma carta ao "General"**

Em junho de 1958 muita coisa já havia na nova cidade. O Palácio da Alvorada e o Brasília Palace, por exemplo, já

haviam sido inaugurados. Muitas obras já se encontravam em ritmo acelerado. Visitantes cada vez mais freqüentes na cidade. Também na imprensa o debate aumentava sobre o que estava ocorrendo na nova capital.

De Ibiá, pacata cidade mineira, chega uma correspondência para o ministro da Guerra, Teixeira Lott:

"Conhecido V.Excia., como a maior reserva moral da atualidade política e administrativa do país, como expoente máximo da honradez e guardião da lei, tomo a liberdade em me dirigir ao bravo General, com a finalidade de levar a V.Excia., um pedido de sindicância, para uma situação ou fato, que a meu ver, contribui, sériamente, para a desmoralização do serviço público em nossa Pátria.

(...) fomos seguramente informados, de que o cidadão N.S.S. vulgo "G.", natural de Patos de Minas ou adjacências (...) procurado pela polícia, para quem existe um mandado de prisão, condenado a mais de oito (8) anos de prisão por crime de furto (membro de uma quadrilha de autores materias de furto de automóveis que atuava em São Paulo, Minas e Paraná, desbaratada em parte), prêso, foragiu-se da cadeia pública desta cidade (...) o citado elemento, é funcionário da NOVACAP, em Brasília; indivíduo sem moral, sem compostura, sem instrução, cujo único mérito que nêle enxergamos - e não se pode negar - é de ser exímio motorista.

(...) exerce ele cargo de chefia ou sub-chefia, numa das secções de loteamento de chácaras daquele órgão (...) com a imponência peculiar aos indivíduos de menores conhecimentos, que por uma razão qualquer, gálgam uma posição de aparente relevo-no presente caso acobertado por alguma autoridade.

Senhor General, a crise de decadência que estamos atravessando, a começar pela imoralidade de alguns de nossos legisladores, desfalques nas instituições previdenciárias, o falso jornalismo em função da calúnia, homens públicos de que se esperava por suas inteligências, o máximo em pról do soerguimento moral, político e econômico de nossa Pátria, estão aí, a se degladiarem através de artigos de jornal e cartas abertas, etc., com o palavrorio próprio das pessoas sem um mínimo de responsabilidade, e que nos faz corar de vergonha; tudo isso, e mais ainda; um ladrão mesquinho, engajado no órgão encarregado da construção de nossa futura Capital, está a exigir um corretivo, sem o que, mergulharemos no caos, infalivelmente.

Da denúncia que faço, afirmo a V. Excia., que o fato é de domínio público nesta cidade; soubemos inclusive, que o fato, fôra levado ao conhecimento do Sr. Israel Pinheiro, por pessoa de sua relação, quando em Araxá, o Presidente da Novacap.

Pego-vos que meu nome não deve ser mencionado ou arrolado de agora em diante, isso em razão da função que exerço nesta cidade, à periculosidade e irresponsabilidade do denunciado, e mais ainda seus familiares que aqui residem"

No início de 1956, o então senador pelo Maranhão e proprietário dos "Diários Associados", Assis Chateaubriand, fazia um discurso no Senado onde advertia que o Mal. Teixeira Lott lhe havia declarado receber cerca de "8 a 10 cartas por dia, pedindo-lhe que instaure uma ditadura militar" (38). A julgar pelo teor da carta que transcrevemos, o que poderia ser um blefe de Chateaubriand, pode assumir uma dimensão inquietante.

Lott havia ocupado um grande espaço no cenário político nacional a partir dos acontecimentos de novembro de 1955, quando o então Ministro da Guerra comandou o "golpe preventivo" que destituiu o presidente interino da República, Carlos Luz, acusado de tramar um golpe contra a posse de Juscelino e seu vice, João Goulart. Mas quem era Lott? Responde Maria Victória Benevides: "era o militar impoluto, cuja folha de serviços, se não era brilhante, era impecável, em termos de cumprimento do dever e do regulamento" (39). Era conhecido, também, pelo seu "rígido moralismo". Eleitor de Juarez Távora nas eleições que consagraram a vitória à chapa Juscelino-João Goulart, Lott sobressaía-se na política como o militar legalista e imparcial. Aquele que buscava manter uma posição equidistante das manobras políticas. Nelson Werneck Sodré conta que, Juscelino, certa ocasião, confidenciou que "Lott não perdia nunca a sua feição fechada e séria", era o ministro com quem "não tinha intimidade" (40)

Essa imagem de Lott parece ter encontrado ressonância na sociedade. O fato de ser autor de um golpe, justificado como legalista, não maculou a sua imagem. Pelo contrário. Parece ter



encorajado pessoas, como o autor da carta, a escrever-lhe. Assim, adjetivos e conceitos como "maior reserva moral", "expoente máximo da honradez" e "guardião da lei", caíam como uma luva no general. Adjetivos que podiam ser sintetizados em um elogio: "bravo general". (41)

Por que alguém se dirigiria a um ministro da Guerra para realizar uma sindicância numa empresa do governo? Por que não se dirigiu ao ministro da Justiça, por exemplo?

O teor dessa carta tem, ao nosso ver, várias implicações. A primeira é o fato de estar delatando alguém. Não vamos entrar no mérito das denúncias que o denunciante menciona com riqueza de detalhes, num autêntico trabalho de investigador. Pode até ser verdade, pois alguns depoimentos revelaram que, em Brasília, aparecia muita gente implicada em crimes variados em outros estados (42). Há na carta um certo ressentimento no ar. Mais do que preocupação em condenar uma atuação de "criminosos" em Brasília, acobertados pelas autoridades, o que parece motivar o missivista é algum sentimento de vingança. E, para resolver o que talvez seja uma questão pessoal, ele não hesita em se dirigir ao Ministro da Guerra. Em segundo lugar, a carta serve para expressar um sentimento a respeito dos políticos, das instituições: a crença na existência de uma "crise moral", crise esta que caberia aos homens públicos resolver, os quais, pelo contrário, dão mau exemplo à sociedade. Os políticos, atores privilegiados da iniciativa política dão, um péssimo exemplo de decadência. Com essa perspectiva, faz sentido recorrer à única "reserva moral", simbolizada na imagem do ministro da Guerra.

Identificada uma situação de decadência, de imoralidade, de desfalques, enfim, de crise, é necessária a

aplicação de um "corretivo". Tal corretivo deve começar pela moralização da vida pública e, "mais ainda", pela punição de um "ladrão mesquinho" incrustado num órgão do governo, justamente aquele que é responsável pela construção da nova capital. Se tal não ocorrer, adverte a carta, será um mergulho no caos. A partir dessas declarações pode-se entender porque houve tanto apoio popular ao golpe de 1964 e como calou fundo para muitos o discurso anticorrupção anunciado pelos militares golpistas. Não é preciso ir tão longe. Basta lembrarmos o discurso "moralizante" do candidato vitorioso nas últimas eleições presidenciais.

Pela carta, ficamos sabendo que denúncias sobre o caso já haviam sido feitas ao presidente da NOVACAP. Se ele não deu crédito a elas, era justo que o próprio ministro da Guerra, guardião da legalidade, do moralismo e da justiça, intervisse diretamente no caso. Talvez até, quem sabe, destituindo Israel Pinheiro, para dar exemplo?

Finalmente, ficamos sabendo, também, que o missivista ocupa alguma função importante na cidade de Ibiá. O que contribui para reforçar a hipótese de que suas denúncias têm uma origem em problemas pessoais com o denunciado. O delator, embora assinando a carta, não coloca o seu endereço, reforçando o caráter anônimo da denúncia.

Palco de tantos acontecimentos, motivo de tantos sonhos, Brasília foi, também, pretexto para delação. Um indivíduo lá do interior, provavelmente sem vínculos partidários - pois, do contrário poderia fazer tais denúncias através do partido - resolve creditar a um militar a tarefa de corrigir o que julga que está errado.

# # #

Ungido na função de continuador do trabalhismo de Vargas no governo é que o vice-presidente da República, João Goulart, é interpelado:

**.O brasileiro que muito saberá trabalhar**

De Colatina, Espírito Santo, escreve S.R.A.

"brasileiro, casado, reservista de 3ª categoria":

"... eleitor do Enesquecível Presidente Getulio Vargas, com sete filhos menor, todos reconhecidos como Brasileiros.

Venho pedir V.Excia, um lote em Brasília para eu construir uma residencia, para trabalhar, e educar meus filhos porque sou operario, mecanico Eletricista e bombeiro.

Aqui saberei cooperar no nosso P.T.B.

O mais deste onesto Brasileiro, que muito saberá trabalhar na proxima campanha. (...)

Ha tempos pedi o Presidente Jucelino um lote, mas a companhia, não quis mi doar um lote"

Getúlio Vargas é apresentado como trunfo, assim como o trabalho do cabo eleitoral faz lembrar ao Vice-Presidente a conveniência de atender ao pedido. Os sete filhos do autor da carta também são um trunfo, pois são "reconhecidos como Brasileiros". O pedido tem uma origem lógica. Ele é trabalhador, um operário, por isso tem direito de educar seus filhos, de ter um emprego e um local para morar. Atender ao seu pedido é um reconhecimento da sua condição de trabalhador. Honestidade, um bem precioso, isso ele tem. É um brasileiro honesto quem escreve.

Revelando que já havia recorrido ao Presidente da República para obter um lote, ele atribui a outrem a negativa. A figura do Presidente é poupada. É como se, ao poupá-lo, o autor da carta quisesse se poupar de uma decepção, qual seja, a de que o Presidente não atende aos necessitados. É preferível acreditar que a recusa vem dos seus subordinados.

### 3. No território dos sonhos

"Mas ali, também perceberá, em toda a sua extensão, a escravidão e o feudalismo novo que as imagens do exército pacífico dos trabalhadores embelezavam. Ali ele observará esses quatro círculos do inferno industrial modelo, onde os aperfeiçoamentos da máquina refinam as torturas despóticas da prisão celular transformando-as em instrumentos de uma servidão produtiva" (Jacques Rancière - **A noite dos Proletários**)

Como era esse lugar para onde as pessoas queriam ir?

Em uma conferência realizada no ISEB, em março de 1960, um dos diretores da NOVACAP, o médico e coronel do Exército, Ernesto Silva, se referia à nova cidade como sendo o local onde:

"... milhares e milhares [de pessoas] encontraram uma vida melhor, graças ao trabalho e às novas modalidades de vida que, por sofríveis que sejam, são melhores do que as que estavam acostumados nas suas terras de origem. De modo que (...) Brasília trouxe boas consequências para o homem brasileiro, melhorando as condições de vida desse homem, e, principalmente, proporcionando-lhe o contacto com técnicas novas como é a da construção da nova capital, onde a arquitetura e a engenharia levaram para Brasília o que há de mais moderno no mundo" (43)

Não era exatamente essa a impressão que os trabalhadores e pequenos empresários de Brasília tinham da "nova modalidade de vida". Pelo menos é isso o que demonstram as correspondências enviadas dos canteiros de obra para Juscelino.

Vimos no Quadro VI que foram localizadas vinte e duas cartas enviadas de Brasília para Juscelino no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. Dessas, dez são para fazer reclamações de situações consideradas injustas.

Sabemos, a partir de depoimentos posteriores à construção da cidade, que as condições de trabalho em Brasília eram bastante duras e que houve uma superexploração da mão-de-

obra. Poucos registros se tem, contudo, de como essa situação era sentida na época. Daí a importância de recuperarmos quaisquer fragmentos que revelem as impressões dos trabalhadores, ainda no calor dos acontecimentos. É com esse sentido que apresentamos as cartas a seguir.

### **.Ordem, Progresso, liberdade e trabalho**

Um pequeno empresário, dono de uma empresa de extração de pedras e areia, escreve a Juscelino para reclamar do que acredita ser uma injustiça da direção da NOVACAP. Ele conta que, tendo inicialmente obtido concessão da empresa para explorar determinada área, posteriormente foi desautorizado, inclusive sendo intimado "pelo Dignissimo Coronel comandante da Secretaria da Segurança Pública de Brasília". Dirigiu-se a Israel Pinheiro, na presença de "2 coronéis da Força Aérea Brasileira", solicitando providências para o seu caso. Recebeu ordens para sair do local no prazo de 15 dias. Na tentativa de solucionar o seu problema resolve, então, dirigir-se ao Presidente da República, para:

"... solicitar tão somente justiça, pois V. Excia. como bom presidente que é, é acima de tudo o juiz honrado que tem sabido julgar a causa de todos os brasileiros e principalmente a causa, daqueles que cansados de sofrerem vexames e coações em outros estados da União para cá se transferiram, afim de trazer a sua parcela de trabalho e poderem manter com honestidade e de cabeça erguida os seus familiares.

(...)

Quando o signatário deliberou vir para Brasília, veio confiante no Governo honesto de V.Excia. e em 2º lugar, certo de que neste torrão florescerá os Lírios da verdadeira ORDEM - PROGRESSO - LIBERDADE E TRABALHO, tão murchos e sem vivacidade existentes em alguns Estados da União.

(...)

Pelo exposto e certo de que V.Excia. tomará imediatas providências estudando pessoalmente o processo de seu interesse (...) o signatário eleva mais uma vez o seu pensamento a Deus, bendizendo a feliz hora que V.Excia. foi para a Presidência da República".

As arbitrariedades cometidas pela NOVACAP eram de toda ordem no território da construção. Gustavo Lins Ribeiro demonstra como a ambigüidade jurídica em que estava apoiada a empresa lhe permitia cometer toda espécie de atos arbitrários. A montagem do aparelho repressor - a famosa GEB - foi apenas uma das suas faces. (44)

Essa carta enviada a Juscelino é um exemplo do tipo de arbitrariedade que era praticada pela empresa. A nova modalidade de vida, pregada por Ernesto Silva, parece assentar-se nesses expedientes ilegais. Mas ela é reveladora, também, das expectativas que se criaram em torno de Brasília. Pelo que o missivista expressa, apesar de tudo, permanece a esperança de que a vida poderia ser diferente na nova capital. Um local onde "ordem, progresso, liberdade e trabalho" seriam ideais concretos. Embutido nessa afirmação, podemos encontrar um desencanto em relação ao que ocorria em outras cidades do País. Brasília, portanto, viria instaurar o novo. A sensação de estar vivendo uma situação semelhante ao que vivera no passado, leva o autor da carta a procurar o Presidente.

A exemplo de outras cartas, aqui também o Presidente da República é alçado a uma posição que o isenta de qualquer injustiça. Afinal, ele é o "juiz honrado", aquele que sabe julgar "a causa de todos os brasileiros". Mais: o Presidente tem uma atenção especial com aqueles "cansados de sofrerem vexames e coações", e que agora estão em Brasília, colaborando com a obra.

Certo de que o seu caso particular merecerá a atenção pessoal do Presidente da República - porque não? - o missivista despede-se confiante, agradecido por ter um homem tão justo como Presidente.

A carta voltou para a toca do lobo, ou seja, chegando

ao Palácio do Catete, no Rio, ela foi devolvida para a direção da NOVACAP. Podemos imaginar qual foi o desfecho da história.

#### **.Um feitor do DVO**

Dezembro de 1959. Letrinha redonda, miúda, parecendo de criança. A carta começa desejando feliz natal ao Presidente e à sua família: "Eu e minha família fazemos votos a Deus para que V.Excia. seja feliz e longa e próspera Existência". Depois de identificar-se como funcionário da NOVACAP, lotado no Departamento de Viação e Obras - DVO, o missivista formula o seu pedido:

"Venho pedir se digne despensar-me alguns minutos de atenção.  
Em virtude de circunstancias extraordinárias, acho-me hoje paupérrimo e necessitado portanto, que V.Excia. se digne de proteger-me, conseguindo para min a minha nomeação para u Quadro de mensalista deste Departamento.  
Além disso o que me anima a pedir a V.Excia Proteção e que sou admirador incondicional, humilde que jamais deixara de cumprir u meu dever neste Departamento. Sei que ha dificuldades enumeras para a obetenção de qualquer pedido, Eu porem, espero graças proteção que me despensar, que as dificuldades se aplainarão e verei realizado o que tanto almejo.  
O que peso e um lugar modesto. Aguardando todo Coração Generoso de V.Excia."

Na condição de "paupérrimo", o feitor da NOVACAP certamente não se enquadrava na vida que Ernesto Silva anunciava para Brasília. Novamente, surge a figura do Presidente da República para resolver os problemas pessoais. Mais do que resolver um problema, o Presidente é solicitado a "proteger" o missivista.

#### **.Um operário, um simples**

Feitor de turmas de conservação de estradas, admitido pela NOVACAP em 30 de dezembro de 1956, S.C.B. escreve

ao Presidente reclamando da sua transferência das obras na estrada para Brasília. Julga-se perseguido pelo seu superior hierárquico, e como única saída para o seu problema, só mesmo o Presidente da República:

"Permita-me, Sr. Presidente, a liberdade ou ousadia de escrever a V.Excia. a linguagem de um simples (...). Sou um operário, um simples; tenho mulher e filhos e vivo honestamente a custa do meu trabalho árduo e ininterrupto. A finalidade desta é levar ao conhecimento de V.Excia. que é acima de tudo um homem humanitário, e também simples..."

Depois de relatar detalhadamente as condições em que se encontra e o que lhe acontecerá e à sua família se for confirmada a sua transferência, ele diz:

"... sendo eu um desprotegido, um 'João Ninguém', sem saber a quem recorrer, mesmo porque sendo pobre não me dão confiança, não vejo outra saída senão lançar o meu apêlo ao meu Presidente..."

O lugar do pobre, segundo a concepção do autor da carta, é bem definido. Não é reconhecido enquanto portador de direitos. Brasília, cidade onde tudo seria diferente, reproduz, como não poderia deixar de ser, as mesmas relações de desigualdade. Nessa "nova" sociedade, o "joão ninguém" necessita da proteção maior do Presidente da República, o único que pode compreendê-lo e ajudá-lo.

É comovente a constatação, porque não dizer a consciência, que ele tem da insignificância do pobre perante os poderosos. Mas, ao mesmo tempo, a imagem do Presidente é preservada. E mais: é igualada à do missivista. Também é um "simples".



## .Sabotagem

Após a inauguração da cidade, denúncias de arbitrariedades ainda teimam em aparecer. Informando ser a terceira vez que se dirige a Juscelino, um ex-funcionário da NOVACAP escreve ao Presidente exigindo justiça. Relata que, em 1958, foi acusado de sabotagem contra uma "Auto-Patrol" que pertence ao "governo e não a NOVACAP". Em função das acusações, foi despedido da Companhia e não consegue emprego em nenhuma outra empresa em Brasília. Supõe que o grupo que conspira contra ele na NOVACAP seja também responsável por não conseguir mais trabalho. Com o intuito de obter a interferência pessoal de JK é que resolve dirigir-se a ele pela terceira vez:

"Dr. Juscelino, em primeiro lugar quero pedir-lhe desculpas, se eu não tenho culturas, para dirigir por meio destas linhas, talvez por falta de educação que não obtive por motivos vários...

(...)

V.Excia. digne ordenar um inquérito para apurar as responsabilidades, e os culpados receber o castigo merecedor por lei, eu é que não posso carregar a cruz do crime de outros contra Brasília e o Brasil.

(...) não culpo a NOVACAP, culpo este grupo do DVO

(...) Sou inocente e não devo, e portanto clamo aos homens da esfera de V.Excia. Por justiça.

E assim espero confiado em V.Excia. e aos demais homens da lei que V.Excia. endicar para resolver o meu caso, sem o vosso auxílio nada posso fazer, pois não tenho dinheiro nem para as despesas forçadas de casa quanto mais para adiantar a um advogado para tratar do caso"

É a segunda denúncia de perseguição pessoal em um único departamento da NOVACAP, o de Viação e Obras. Sob a coordenação de Bernardo Sayão, até a sua morte em 1959, era um dos departamentos mais importantes da empresa, responsável direto pela edificação da cidade e construção de estradas. O poder arbitrário exercido no território da construção fazia-se sentir na relação diária entre chefes e comandados.

A condição de inferioridade em relação ao Presidente, é pontuada pelo autor da carta quando pede desculpas por não ter "culturas", pela "falta de uma educação". Essas considerações iniciais, contudo, não lhe tiram o reconhecimento de que tem o direito de defesa de um crime que não cometeu. Percebe-se também, nessa carta, como em outras, uma nítida separação entre o que se considera o poder e seus representantes. Assim, ao invés de entender a ação do "grupo" do DVO dentro de uma linha traçada pela NOVACAP, o missivista isenta a empresa de responsabilidades no episódio. Repetem-se os argumentos, já apontados por Paul Veyne, onde a experiência abstrata com o poder permite isentá-lo de culpa. E, mais uma vez, o Presidente da República aparece como o árbitro ideal para a solução do caso.

Mas, destaque-se, a confiança na justiça ainda existe. Os "homens da lei", isto é, os advogados, detentores de um saber que ele não possui, têm competência para livrá-lo da injustiça da qual é vítima. Ao contrário daquele que escreveu para o Marechal Lott, para este, a justiça ainda se faz através dos "homens da lei".

A carta, que era endereçada a Juscelino no Palácio do Planalto, voltou para a NOVACAP. Já não vimos esta trajetória antes?

### **.Melancolia**

Nove de março de 1960. Aproxima-se a data da inauguração da nova capital. O ritmo de trabalho é febril. Nessa data, a Agência Nacional comunica que:

"Os canteiros estão sendo cobertos de plantas e flôres e o trabalho de asfaltamento de grandes áreas nesta cidade prossegue em ritmo acelerado, visando dar aos brasileiros e estrangeiros que aqui vierem em vinte e um de abril uma visão panorâmica da cidade

do século' (45)

Nesse mesmo dia, em algum canto da "cidade do século", alguém não compartilhava tanta animação. Preocupado com a sua situação pessoal, um "operador de máquina", com "ordenado de 25,00 cruzeiros por hora", escreve a Juscelino:

"... no momento em que me declaro este papel e um tanto melancólico para falar V.S. tanta coisa da minha situação (...)  
 (...)  
 ... o custo de vida aqui em Brasília esta muito caro e a tempos que tenho vontade de por uma garotinha na Escola mais o meu ordenado não dar (...)  
 O assunto que se segue e pedir V.S. para comprar-me um caminhão para cer pago com o próprio suor do meo rosto transportando areia para construção de Brasília (...) para que este assunto seja resolvido a prócima vêz que o senhor andar aqui eu farei o maior esforço para apresentar a V.S. com meos documentos"

Nova cidade, velhos problemas. O alto custo de vida, esse velho conhecido, teima em ofuscar o brilho da festa.

Não sabemos de onde veio o autor da carta, que sonhos o levaram à "terra prometida". Sejam quais forem, certamente não estavam realizados naquele nove de março de 1960. De todos os sonhos, resta uma melancolia e tanta coisa pra dizer... O Presidente "vendedor de sonhos", é o confidente.

Imaginemos umas mãos grossas, calejadas. Operador de "pár mecanica". O gesto de pegar o papel, sentar-se e escrever. O esforço que isso implica para quem não tem o domínio da língua e da escrita. Uma folha em branco, à espera de uma declaração: "me declaro este papel".

De tudo ainda resta um sonho: comprar um caminhão. Novamente, para um desejo ser realizado, a quem recorrer? Ao Presidente da República. E, quando em sua visita aos canteiros de obra, que o Presidente pudesse vê-lo, ver seus documentos, comprovar ser ele mesmo operário. Então, dar-lhe-ia o caminhão.

Mas não de graça. Seria pago com o suor do seu rosto.

### .Primeiro Deus, depois o Presidente

Os acidentes de trabalho eram freqüentes nos canteiros de obra. É um desses acidentados quem escreve para Juscelino depois da inauguração da cidade. Lembrando ao Presidente da República que já havia lhe escrito outras vezes e que o mesmo teria respondido que aguardasse uma oportunidade, assim se expressa M.B.L.:

"... estou esperando com a maxima inteira confiança de minha esperança não ser inutil.

(...)

O pedido é o seguinte que eu me acho em uma situação prequaria operado de orrível operação de um ascidente trabalhando de posseiro no Hotel nacional de Brasilia sôr pai de familia, preciso de ganhar o pão para reunir a minha familia e eu acho que a minha situação so quem rezolve 1º Deus 2º a bôa vontade de V.Excia. Desde já espero o apôio de V.Excia neste auto de Caridade em qualquer emprêgo ô auxilio que fôr possivel.

Pesso perdão dos aburucimento assina o v. menor criado"

Provavelmente, já preparando terreno para a sua sucessão, Juscelino e sua assessoria já adotavam outra estratégia para as cartas recebidas. Essa, por exemplo, foi respondida pelo Oficial de Gabinete de Juscelino, o romancista Autran Dourado, que acompanhava Juscelino desde a sua campanha à presidência. A resposta nada mais é do que um estímulo ao missivista, fazendo-o acreditar que o Presidente, de fato, se interessa pelo seu problema:

"O Senhor Presidente da República recebeu com simpatia o seu pedido.

Estando suspensas as novas admissões ao Serviço Público em virtude de orientação adotada pelo Governo, no sentido de restringir despesas dessa natureza, Sua Excelência incumbiu-me de comunicar-lhe que o assunto foi anotado para ulterior exame, quando se oferecer oportunidade"

Cheia de palavras difíceis, a resposta é emblemática do tipo de pacto que interessa aos governantes estabelecer com o povo. Por trás de todo um discurso moderno - era esse o centro da ideologia desenvolvimentista - são mantidas e reforçadas as relações clientelistas, forma segura de manter a dominação. Percebemos que o pedido é negado pelo governo - entidade abstrata - mas mantém-se a esperança de atendê-lo, através da preocupação pessoal do Presidente.

### **.Escravos brancos**

Um abaixo-assinado, com oitenta e quatro assinaturas, é dirigido ao Presidente da República no Palácio da Alvorada, em 13 de maio de 1959:

"BRASÍLIA CAPITAL UNIVERSAL DO III MILÊNIO, 13 DE MAIO DE 1959 (DIA DA LIBERTAÇÃO)

Neste dia 13, dia da redenção, os escravos brancos que este subscrevem, com o devido respeito, dirigem ao mais popular e mais democrático de todos os Presidentes, o seguinte apelo:

a) Uma epidemia no Nucleo Bandeirante, matando certo número de pessoas, sobretudo crianças, além do impacto emocional tão próprio do temperamento brasileiro, forneceria precioso trunfo aos inimigos de BRASÍLIA que, até no Congresso, querem protelar a mudança

b) Não pedimos a eternidade do Núcleo; mas apenas enquanto ele durar, e somente nesse tempo um tratamento mais humano, a saber:

1º - Irrigação. É preferível a lama;

2º - Não rede de esgoto mas pelo menos escoamento melhor pelas extremidades do Núcleo.

3º - O matadouro está dando um impactual choque nos turistas, pois todos visitam o núcleo e a maior parte deles se hospeda no núcleo, e a população sofre suplício indescutível.

Essa população que aqui veio lutar pela vida mas poderia ter escolhido outra região se não fosse o entusiasmo, a fé, a Esperança, o patriotismo - virtudes do sertanejo brasileiro.

(...)

Com votos de felicidade extensivos à Exma. Família, os eleitores de Vossa Excelência agradecem a atenção e aguardam a palavra do Maior de Todos os Presidentes"

Esse abaixo-assinado já demonstra, por si só, uma mudança de posicionamento da população em Brasília. Aqui não está presente um interesse individual, mas, sim, coletivo. A abertura do texto tem um significado exemplar. Colocadas lado a lado, as duas definições pontuam o contraste entre a proposta de Brasília como a cidade do "III milênio" e o tipo de relações sociais que persistem, isto é, a de senhor e escravo. Ao se referir ao Treze de maio, lembrando esta que é a data da libertação dos escravos, os autores do abaixo-assinado, querem mostrar como ela pode ser esvaziada do seu significado. Aboliu-se somente a escravidão negra, porque, na verdade, permanece a escravidão branca. O impacto do cabeçalho do abaixo-assinado, ressaltando dois momentos distintos da história brasileira, um, de escravidão, outro, que promete a libertação - desfaz qualquer imagem "romântica" da obra.

São essas pessoas que se reconhecem vivendo uma situação semelhante à dos escravos, que vêem em Juscelino o "mais popular e mais democrático" Presidente da República. Esses adjetivos parecem ter duplo significado para seus emissores. Primeiro, a crença de que o Presidente é mesmo popular e democrático. Segundo, exercer um certo constrangimento no Presidente, pois, sendo ele, o Presidente, popular e democrático, deveria atender às reivindicações populares, não cabendo nenhuma ação repressora contra os autores do abaixo-assinado.

Em seguida, uma sutil ameaça. Seria importante tomar providências sobre as reclamações pois estas poderiam servir de trunfo para os inimigos de Brasília, inclusive, seria munição para o próprio Congresso. Isso demonstra que essas pessoas estavam informadas do jogo político da oposição, que consistia em usar qualquer episódio na nova capital para protestar contra a

mudança. O que vemos aqui é a população utilizando-se das divergências entre as classes no poder para barganhar melhorias no seu cotidiano. Em um jogo político que não é o dela, do qual está formalmente exilada, ela tenta barganhar como pode.

O que seria o "impacto emocional próprio do temperamento brasileiro"? Nos discursos oficiais, o brasileiro é bom, pacífico, ordeiro, cordial. O que seria para eles, os autores do abaixo-assinado, esse temperamento brasileiro? Seria o brasileiro que se sensibiliza com as desgraças dos outros, solidário. Esse brasileiro que, em todo o País, acreditava que em Brasília tudo seria diferente, não poderia ficar insensível quando soubesse que crianças estão morrendo no local, por falta de assistência do governo. Eles projetam na sociedade como um todo seus próprios sentimentos.

Depois de enumerar suas reivindicações, os signatários do documento, reconhecem a sua situação de nômades e, exatamente por isso, advertem: poderiam estar em qualquer lugar do País. Se estão em Brasília, é porque têm entusiasmo, fé, esperança, patriotismo. Isso significa que sabem que são importantes para a obra. Que se não fosse a sua decisão de participar da construção, ela não se faria. Seus esforços, portanto, são fundamentais.

#### **.Telegrama ao Catete**

Criada em 27 de julho de 1958, a Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário de Planaltina, Luziânia e Formosa, telegrafa ao Presidente. Novamente, a questão da justiça em Brasília durante a construção fica evidente. O objetivo do telegrama, assinado pela diretoria da Associação, é solicitar a interferência do

Presidente da República em assuntos trabalhistas:

"... Solicitar encarecidamente pela segunda vez interceder junto NOVACAP essa Companhia cumprir dispositivos Consolidação Leis Trabalho cujo desrespeito vem gerando geral descontentamento..."

O telegrama informa ao Presidente que os operários que se negam a trabalhar no período da noite são "dispensados sumariamente". Inúmeras irregularidades estão acontecendo no local e, por isso, pedem que o Presidente indique pessoas de sua confiança para averiguar.

Alertando que tais procedimentos só irão prejudicar o andamento das obras, a Associação informa que:

"... estamos dispostos a dar tudo para ver realizar (...) Não tendo para quem apelar por faltar uma junta conciliação julgamento depositamos em vossas mãos nossa causa vq confiantes que teremos em vossencia nosso defensor integrante"

Com a proximidade da data da inauguração da cidade, aumentava também o ritmo de trabalho na obra. Daí, que só interessava o trabalhador que consentisse em prolongar a jornada de trabalho. O depoimento do engenheiro Kleber Farias Pinto, funcionário da Empresa Brasileira de Engenharia - EBE, na época, lembra que, além das arbitrariedades, a persuasão dos trabalhadores, através de discursos, também era importante. Ele disse que, na véspera de uma sexta-feira santa, os operários avisaram que não iriam trabalhar no dia santo. Era próximo da inauguração da cidade. Ele não teve dúvidas. Subiu num jipe e falou aos operários:

"...fiz o apelo aos operários, dizendo que era sexta-feira santa, e que Cristo estava também junto com a gente, e que Ele abençoava sempre o trabalho das pessoas, e que Ele não ia ficar ofendido por a gente trabalhar porque Ele tinha uma coisa maior que era a responsabilidade do Brasil, e que todo mundo devia



trabalhar por conta daquela sexta-feira santa só uma vez na vida" . (46)

O telegrama retrata o drama dos que se opunham à superexploração e dos que estavam entregues à própria sorte. O juiz Lúcio Arantes, na época exercendo a profissão em Planaltina, conta que ia para Brasília toda quinta-feira, a pedido da NOVACAP, para resolver uma série de questões jurídicas. A NOVACAP lhe arranjava uma caminhonete com motorista e uma sala no prédio onde ficava a administração da Empresa. O juiz, atualmente desembargador do DF, lembra que, durante essas audiências semanais, os clientes eram em grande quantidade e com questões de toda natureza:

"Chegava lá já tava filas e filas com, eram os casamentos, eram os acidentes de trabalho, eram as questões trabalhistas, né? E outros casos que me procuravam, né? De modo que era, era um, fazia uma clínica geral"

Ainda de acordo com Lúcio Arantes, o maior número de queixas era de ordem trabalhista: "aqui eu atendi, mais ou menos, cinco mil"

E, para efeito propagandístico, esse atendimento jurídico, as "quintas da lei", foram filmadas, provavelmente para os cinejornais. Relata Lúcio Arantes que:

"...numa dessas ocasiões até foi filmado lá e tal, saiu um, num, num, num jornal, no cinema, né? quando começa o filme tem aquelas partes assim, de (...) jornal, jornal que passava no início do filme. Então tinha lá, uma ocasião foi passado o presidente era, estava lá aí, em visita lá, ele passou por lá etc., então eles filmaram, ele foi filmado, também lá".(47)

O telegrama da Associação, datado de junho de 1959, portanto, quase um ano depois de ter sido criada a entidade, reivindicava as mesmas coisas que motivaram o seu surgimento,

isto é, a criação de uma Junta de Conciliação e Julgamento da Justiça do Trabalho no local. Também naquela ocasião, os operários enviaram um memorial ao Presidente "expressando apoio dos trabalhadores à construção de Brasília". (48)

À falta de uma justiça, sempre restava o apelo ao Presidente da República. Era isso o que os trabalhadores estavam fazendo. A NOVACAP, empresa do governo, podia cometer arbitrariedades, ilegalidades. O Presidente, não.

O telegrama, que era dirigido ao Palácio do Catete, voltou para a NOVACAP...

### **.Anônimos construtores**

1959 parece ter sido um ano tumultuado no canteiro de obras. Passados quase dois anos do início da construção às esperanças iniciais, parece juntar-se, aos poucos, a constatação de que pesadelos, às vezes, interferem nos sonhos. Foi nesse ano que ocorreu o "massacre" no acampamento da empresa construtora Pacheco Fernandes (49). Mais um abaixo-assinado de 115 pessoas vai pousar na mesa dos assessores de Juscelino:

"Os abaixo-assinados, operários da NOVACAP, anônimos construtores de BRASÍLIA, a mais grandiosa REALIDADE sonhada por Vossa Excelência, pedem vênias a V. Excia. para relatar, com todas as tintas da verdade, a injustiça de que estão sendo vítimas inúmeros brasileiros que, atraídos pelo fulgor e pelo brilho de BRASÍLIA aqui aportam, vindos de todos os recantos deste nosso imenso BRASIL, para dar a sua parcela de colaboração à gigantesca obra de Vossa Excelência, e são, assim admitidos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP).

Não nos anima, na oportunidade, outro propósito que não o de esclarecer Vossa Excelência acerca de fatos e atos praticados por alguns dos Chefes de Serviço da NOVACAP, que estamos certos, não receberiam, nunca, e em hipótese alguma, o beneplácido de Vossa Excelência se a Vossa Excelência fosse dado sabê-los.

(...) os signatários, do presente, humanos como as demais criaturas, vêm à presença de Vossa Excelência PROTESTAR, num PROTESTO que é mais uma maneira de querer colaborar com Vossa Excelência, do que uma

rebelião..."

O abaixo-assinado prossegue, relatando que os operários estão sendo dispensados injustamente, exatamente aqueles que "foram os primeiros a atender o apelo" de Juscelino para construir Brasília:

"Homens que, muitas vezes, deixaram para traz mulher e filhos, empoleirados nos famosos 'Paus de Arara', para, dias após dias de poeira e de sacrifícios múltiplos, serem os famosos 'CANDANGOS' de Brasília. Homens que trouxeram o entusiasmo contagiante de Vossa Excelência para o Planalto Central. Homens que, seguindo, embora modestamente, os passos de Vossa Excelência, são e poderão ser chamados, pelas gerações atuais e vindouras PIONEIROS DE BRASÍLIA".

Apontados os sacrifícios e buscando um reconhecimento pelo seu trabalho, eles mostram que têm consciência dos seus direitos, embora essa consciência se expresse pelo filtro da ideologia do trabalhismo de Vargas:

"... são esses PIONEIROS jogados impiedosamente, nos olhos da rua (...) sem que em seu favor sejam consultados os textos da legislação trabalhista, uma das maiores realizações sociais, se não a maior, do saudoso Presidente Getúlio Vargas".

Reafirmando que, apesar da legislação trabalhista em vigor na época, os trabalhadores são "jogados na rua", sem qualquer espécie de indenização, eles concluem, certos de que são "candangos de Vossa Excelência":

"...os lamentáveis fatos estão se desenrolando, se consumando, sem o conhecimento do Construtor de Brasília, a maior OBRA DO SÉCULO. (...) o espírito altamente esclarecido de Vossa Excelência, a par com o seu desejo inquebrantável de trazer para o OESTE a civilização, implantando, em pleno PLANALTO, a mais bela cidade do mundo, não permitirá que continue tão lamentável estado de coisas, que, se conhecido por outros, viria empanar o brilho dessa grandiosa obra de Vossa Excelência, que é Brasília. Excelência: Os seus 'CANDANGOS' pedem JUSTIÇA."

O final do texto é uma apologia a Brasília na qual são utilizados os mesmos argumentos dos discursos oficiais: maior obra do século, civilização se implantando no Oeste, a mais bela cidade do mundo, grandiosa obra. Aqui, eles demonstram conhecer a simbologia em torno da obra. E, em meio a tanta beleza, tanto arrojo, o que sobra para os trabalhadores, parte fundamental disso tudo? E, a exemplo do outro abaixo-assinado, o final é uma ameaça, caso suas reivindicações não sejam atendidas. Os fatos relatados, "se conhecido por outros, viria empanar o brilho" da festa.

Finalmente, um brado que pretendia ecoar forte, atingir o Presidente lá no Catete, no Rio de Janeiro. É um brado que clama por justiça. Os candangos de Juscelino, é assim que eles lembram, ao Presidente, o vínculo que os une.

Coincidentemente, o abaixo-assinado traz a data de **14 de julho**. Longe ainda estava o País dos efeitos da revolução francesa. A cidadania reivindicada pelos revoltosos de 1789 aqui ainda necessitava das bençãos do Presidente.

#### **4. Imaginário, cidadania e poder**

"Quanto aos **pobres** que se abalavam em desordem ao apelo dos pregadores, ninguém nunca poderá dizer o que eles verdadeiramente buscavam, nem o que encontraram.

(...)

Ao fim da viagem, ninguém encontrava nem a Parusia nem o Reino, mas a riqueza, o prazer de conhecer a terra e de se melhor embelezar, a fadiga, o medo, o desencanto ou a morte banal" (Georges Duby, sobre as Cruzadas)

Milhares de pessoas acorreram para Brasília durante a construção da cidade (50). Apresentada como o principal elemento da ideologia nacional-desenvolvimentista, a nova capital era o "campo de batalha" onde se desenrolava o dilema do

"desenvolvimento ou morte". A Nação, nas palavras de Juscelino, "se achava em face de um dilema: ou enfrentava a batalha do desenvolvimento, com os sacrifícios que ela impunha, ou sujeitar-se à estagnação, e pior ainda, ao retrocesso..." (51)

Muitos se deslocaram para o território da construção, outros acompanharam de longe. Muitos escreveram, como acabamos de ver.

O que querem dizer essas cartas? O que expressam? No amplo leque de sentimentos contidos em pequenos pedaços de papel, gostaríamos de nos deter em alguns que consideramos fundamentais para compreender a articulação entre a ideologia formulada pelo governo e os discursos das cartas.

Essas cartas expressam esperanças, desejos. Esperança de dias melhores para suas vidas, para seus filhos, para seus pais. Esperança de conseguir um emprego, uma casa; um pedaço de terra para plantar, começar um pequeno negócio, "prosperar". Desejo de participar das decisões políticas do País, desejo de co-participação na realização de um projeto. Desejo, também, de Justiça.

Em que quadro social se inscrevem essas esperanças e esses desejos? Antes de tudo, circunscrevem-se nos limites de uma sociedade autoritária, entendida como uma sociedade que, nas palavras de Marilena Chauí, "conheceu a cidadania através de uma figura inédita: o senhor-cidadão, e que conserva a cidadania como privilégio de classes" (52). Nesse modelo autoritário, as relações entre os indivíduos e o poder público são mediatizadas por uma dependência tutelar. O espaço público e o privado entrelaçam-se, surgindo a figura paternal do Estado, personificado num ou noutro governante. Convivem, dessa forma, num mesmo quadro de referências, a violência estatal e o

paternalismo.

Os direitos, enquanto conquista da sociedade, são vistos sempre como uma concessão e outorga do Estado, tudo depende da boa vontade dos governantes, do **bom** ou do **mau** governante. Nesse jogo clientelista, existe uma cumplicidade entre os sujeitos sociais envolvidos. Como um círculo vicioso, o Estado é o próprio espelho autoritário dessa sociedade autoritária. O exemplo que vimos, da resposta do assessor de Juscelino, é emblemático dessa relação. A um pedido individual, coloca-se o Presidente na posição de interessado em atendê-lo.

Qual o significado de, na década de 50, encontrarmos esse quadro social? Significa, antes de mais nada, que o discurso dominante, o da ideologia nacional-desenvolvimentista, encontrou terreno fértil para sustentar-se.

Ao interpelar a sociedade, fazendo-a acreditar ser co-partícipe de um projeto, o governo Kubitschek não semeou no vazio. Discursou para uma sociedade "sujeito" de outros discursos. Discursos cujo centro estabelecia um forte vínculo entre a sociedade e o seu governante, vínculo este que, em muitos casos, pressupõe o Estado como extensão da família. Nessa direção, lembra Sérgio Buarque de Holanda, é na família patriarcal, engendrada durante a colonização do País, que assenta-se o modelo "por onde se hão de calcar na vida política as relações entre governantes e governados, entre monarcas e seus súditos". (53)

É essa concepção familiar da relação entre governantes e governados que encoraja os missivistas a escrever ao Presidente da República - às vezes tratando-o com intimidade - pedindo emprego, ou outra coisa qualquer. Baseia-se no pressuposto de que ao dirigente máximo do País cabe velar por cada indivíduo isoladamente.

Vimos também, em algumas cartas, a presença do trabalhismo enquanto uma prática que impregna seu imaginário político, simbolizado por Vargas. É um discurso que se encontra sedimentado, principalmente, entre os trabalhadores. Além da concessão ou do espírito de doação representado pelas leis trabalhistas, o trabalhismo forjado na era Vargas, articulou aquilo que Angela de Castro Gomes chamou de "uma ética do trabalho", isto é, a imagem do trabalhador como homem honesto e sofredor, mas também um elemento fundamental da criação de riquezas para o País (54). Essa ética aparece limpidamente em algumas das cartas que vimos.

Sem pretensões de projetar uma totalidade, diríamos que estas cartas estão bem próximas de uma realidade sobre a qual estavam baseadas as relações entre os indivíduos e o poder público no Brasil da década de 50. Uma realidade onde a figura do Presidente da República ocupa uma posição central. Nesse sentido, o pretense discurso modernizador que se pretendia na época era, na verdade, um discurso conservador. E foi eficaz justamente por isso. O sentido de modernidade desse discurso era o que apontava para uma racionalidade, inerente a um modelo tecnocrático de administrar o País. Mas era conservador, sobretudo na perspectiva, justamente, da cidadania. Inclusive porque, para viabilizar a implantação do seu projeto de governo, era importante conservar e incentivar a relação clientelista e tutelar entre o Estado e a sociedade.

Nessa perspectiva, a construção de Brasília, como uma emergência simbólica da instauração de um novo País, não expressava um novo modelo de relações sociais. Pelo contrário, sua existência dependeu, em grande parte, das relações clientelistas e paternalistas então predominantes.

Assim, quando Juscelino anuncia que Brasília visa atingir também a mentalidade dos brasileiros, devemos circunscrever a sua mensagem ao local de onde fala e ao público ao qual se dirige (55). Durante a abertura da "Exposição Brasília", com a presença de intelectuais e autoridades, em 1958, ele diz que a nova capital:

"Não é apenas uma mudança de capital mas o anúncio de uma reforma. O Brasil estava, há muito, necessitado de uma reforma de base, de uma reforma nos costumes políticos, de uma reforma no seu conceito de Estado paternalista, cujo resultado é a procissão incalculável de uma clientela que precisa saber que, além do respeito que exige para os seus direitos, tem os seus deveres e as suas obrigações a cumprir também" (56).

Ou seja, um gesto autoritário, de cima para baixo, pretendia instaurar uma nova consciência, uma consciência cidadã. O Estado que se antecede ao povo na tradição política brasileira. Só que, antes, o Estado também era "atrasado", gerando, portanto, uma sociedade também retrógrada. Agora seria diferente. A um Estado moderno, baseado na técnica e na razão, corresponderia igual sociedade.

Mas, para o consumo do grande público, o centro dos discursos de Juscelino baseia-se exatamente na relação paternal e autoritária entre indivíduos e o governo. Era o que dizia o Presidente, por exemplo, em um discurso pela **Voz do Brasil**, em maio de 1956:

"É para isto que o presidente da República, que elegestes para governar o Brasil e ser responsável pelos seus destinos durante cinco anos, fez desde o dia 1º de fevereiro a doação de sua pessoa e de todas as suas horas e preocupações ao serviço de sua terra e de sua gente, no Palácio do Catete e em todos os recantos do território nacional pelos quais viaja para estudar os problemas nas fontes, para tudo observar de perto, para governar em contato direto com o povo..."(grifos nossos) (57)



Em outra ocasião, talvez tentando reativar na memória social o suicídio de Vargas, diz Juscelino:

"Em defesa da lei e do regime, do patrimônio de liberdade e cultura do povo brasileiro, que me incumbe defender e preservar, estarei vigilante e disposto ao **sacrifício de minha própria vida, se for necessário...**" (grifos nossos) (58)

Uma outra reflexão que essas cartas sugerem diz respeito ao papel da ideologia e dos imaginários sociais. Vimos, no segundo capítulo, como foram propagandeados os temas da ideologia nacional-desenvolvimentista articulados à construção de Brasília. Em alguns momentos, as cartas reproduzem os argumentos oficiais para justificar Brasília, utilizando até o mesmo vocabulário. Ficamos sabendo também, através das cartas, que os missivistas tiveram conhecimento de Brasília por meios variados: cinema, discursos de JK, imprensa, comentários etc. Vimos, então, como cada um foi construindo a **sua** Brasília. Assim, não se tem um único modelo de cidade, como queria a propaganda oficial, que dava ênfase à integração política e territorial e ao fato de a nova capital ser planejada, de arquitetura e concepção urbanística revolucionárias. E que, acima de tudo, era uma obra fruto da razão.

A nova capital, como a possibilidade de redenção do País, foi pensada pelos autores das cartas, principalmente, como uma possibilidade de redenção pessoal. Uma última chance de sobrevivência, até! É aqui que entram em cena os imaginários sociais, as formas como são articuladas, a nível do discurso, toda uma gama de representações. O discurso oficial, a ideologia nacional-desenvolvimentista, não inventou todos os mitos que integravam o seu universo discursivo. Recriou-os dentro de um novo contexto, dando-lhes novas interpretações.

Se aceitarmos a hipótese de que o governo Kubitschek representou um momento de redefinição do Estado brasileiro, podemos compreendê-lo como de transição, portanto, momento de emergência de conflitos e contradições. Ocasão propícia para que o novo governo acionasse uma variedade de mitos caros ao imaginário popular. A manipulação desse imaginário pelo governo Kubitschek apoiou-se, principalmente, nos heróis e feitos heróicos, dando-lhes uma outra dimensão, atualizando-os. Aos mitos do passado, o discurso nacional-desenvolvimentista acrescenta um outro, esse, agora, fundamental na nova conjuntura: o mito do desenvolvimento.

O governo Kubitschek, incluindo a NOVACAP, desempenhou um papel privilegiado na emissão dos discursos que veiculam os imaginários sociais, usando os meios de comunicação. Dessa forma, como já vimos anteriormente, a sociedade foi bombardeada com a propaganda de Brasília. Essa propaganda anunciava um novo tempo, que se instaurava a partir de um acontecimento único na história do País. Acontecimento que era uma consequência lógica de todo um processo que vinha sendo maturado na sociedade. Faltava apenas um governante de coragem, lucidez e determinação para levá-lo adiante. A sociedade era convidada a participar desse acontecimento, sob pena de perder o "trem" (no caso, o avião...) da história.

Bronislaw Baczko, ao avaliar a importância dos imaginários sociais, mostra que as revoltas camponesas que precederam a queda do **Ancien Régime** não foram motivadas apenas pelas condições materiais, econômicas. Ele lembra que todos os motins eram precedidos de "boatos". A partir de um fato concreto, que era o aumento dos impostos, a população criava "impostos imaginários": imposto sobre a vida, sobre a morte, o casamento,

etc. Ao mesmo tempo, a possibilidade de implantação de tais impostos remetia os amotinados à figura do rei que, pressupunha-se, estava sendo enganado por maus conselheiros, que pilhavam o povo. A revolta é, assim, também para libertar o rei dos maus conselheiros. O imaginário social, naquele momento, vai buscar, em seu passado, um modelo ideal de monarca, ou seja, aquele que "respeitava os antigos costumes, aliviava os súbditos", além de garantir ao povo tranquilidade e justiça. (59)

Sintetizando, Baczko sugere que, para a emergência do imaginário, os "acontecimentos contam muitas vezes menos do que as representações a que dão origem e manipulam".

Voltando à nossa preocupação inicial - o imaginário na construção de Brasília através das cartas - percebemos que a partir de um acontecimento real, palpável, são construídos diversos outros significados. Um dos missivistas queria mudar-se para Brasília porque foi "informado" que Juscelino possuía "grandes glebas de terrenos para ser cultivado" na nova capital. Ele quer que o Presidente venda uma gleba para ele. De onde teria partido essa informação? Dificilmente saberemos. Podemos arriscar que ela tenha surgido a partir da concepção popular a respeito dos poderes do presidente. Nessa, a posição onipotente do chefe do Estado autoriza-o a ser o detentor pessoal dos bens públicos. Se o raciocínio for correto, voltamos ao nosso pensamento inicial, qual seja, o de que, no Brasil, as funções públicas revestem-se de caráter privado, particular. Nada estranho, portanto, que o presidente seja o "dono" das terras que, em princípio, são públicas.

Numa outra carta, também dirigida ao Presidente, o missivista diz que "soube" que o Presidente está "à procura de funcionários profissionais" para trabalhar em Brasília. Ele foi

"informado", também, que o Presidente pagava passagem, dava casa e arranjava emprego. Essas informações estimularam o autor da carta a escrever e a planejar uma nova vida, refletindo que tem "pela frente todo um futuro". Esse futuro estaria em Brasília. (60)

Mais um exemplo: Uma carta, dirigida à dona Sarah, começa com o missivista dizendo que a bondade cristã da mulher de Juscelino é "tão comentada aqui entre nós, criaturas do povo" que, por causa disso é que resolvera lhe escrever. É só porque acredita que, de fato, dona Sarah é piedosa e vai intervir em seu favor, que ele faz o seu pedido.

Só nesses três exemplos, vemos como a imaginação cumpre um papel mobilizador, incentiva ações. É certo também que ela pode ter um efeito conservador e sustar qualquer ação transformadora (61). No caso específico que estamos tratando, o imaginário inspirou os missivistas a, no mínimo, dirigir-se a uma autoridade, formular pedidos, dar sugestões, acreditando que seriam ouvidos e atendidos.

Dissemos que a ideologia nacional-desenvolvimentista não inventou mitos, mas os recriou. De que forma? Acionando uma periodização da história do Brasil, pontuada por uma evolução fatalista. Dessa história "inventada", o que era importante reter? Os heróis e os grandes feitos, elementos que recolocariam na sociedade uma pseudo tradição de coragem, bravura, virilidade e também aventura, por que não?

Descobrimento do Brasil, Bandeiras, Marcha para o Oeste, foram ingredientes simbólicos que ativaram, no imaginário social sentimentos patrióticos e de identidade, fundamental para a implantação do projeto político que se esboçava. É como se o discurso oficial interpelasse as pessoas: "olhem, nós podemos mudar a capital. Esse é um desejo secular. Precisamos honrar e

continuar o trabalho dos Bandeirantes, fantásticos desbravadores do interior. Precisamos honrar Vargas e sua Marcha para o Oeste. Vamos, levantem-se! Vocês podem fazer isso agora, com a condução do Presidente dinâmico, otimista etc”.

Se lembrarmos que nos livros de história e cotidianamente circulam entre as pessoas essas representações heróicas do passado, não nos surpreenderemos com as respostas positivas a interpelações desse gênero. No caso de Brasília, devemos pensar que foi uma empreitada carregada de simbolismo, capaz de sintetizar e canalizar para si uma imensa gama de representações. Uma delas, sem dúvida, foi a de informar à sociedade brasileira que ela era capaz de sair do subdesenvolvimento, desde que cada um desse sua parcela de contribuição. Nesse sentido, somente a superexploração da força de trabalho no canteiro de obras não é suficiente para explicar o grande envolvimento dos trabalhadores com a construção da cidade. Foram, também, as imagens que cada um construiu para si da nova capital o motor que impulsionou a construção da cidade em tempo recorde. Ao edificarem a cidade, estavam também edificando seus próprios sonhos: sonho de ter um lugar para morar, para trabalhar, para viver. As cartas, enviadas a Juscelino dos canteiros de obras, nos dão uma dimensão de até onde ia a idealização da cidade. Em nenhum momento são formuladas críticas à sua construção. Questiona-se, isso sim, a maneira injusta com que os trabalhadores são tratados, reivindica-se a aplicação da legislação trabalhista “uma das maiores realizações sociais, se não a maior, do saudoso Presidente Getúlio Vargas”.

As cartas que acabamos de ler expressam, no limite, a maneira de ver das milhares de pessoas que migraram para Brasília.

Assim, o papel da ideologia dominante não é, no nosso entender, o de "inventar" expectativas a partir do nada, criar ilusões no vazio. Um discurso ideológico é vitorioso quando consegue interpretar, recriando anseios que já se encontram sedimentados nos seus interlocutores (62). Na definição de Baczko, as ideologias constituem um dos lugares privilegiados de veiculação dos imaginários sociais.

No imaginário dos construtores de Brasília, assim como no dos missivistas, persistia uma concepção de Presidente da República nos moldes paternalistas. É por isso que todas as arbitrariedades que ocorriam na cidade em construção, como o não atendimento dos pedidos, eram interpretados como ações isoladas, fora do contexto de uma estratégia necessária para a reprodução do capital e para a manutenção de um modelo político. O abaixo-assinado dos trabalhadores é enfático quando afirma que o Presidente, com certeza, não tem conhecimento dos desmandos da NOVACAP.

Percebe-se também, nessas cartas, um profundo sentimento de injustiça, de indivíduos que se sentem desprotegidos. Pessoas lançadas à própria sorte, cuja identidade encontra-se perdida. Nesse sentido, a imagem que constróem do governo, especialmente do Presidente, imagem engendrada no social, tem um sentido de idealidade. Ao atribuir ao Presidente da República poderes onipotentes, no qual mesclam-se sabedoria, honestidade, justiça e bondade, as cartas sugerem um modelo de governante justo, aquele que cuida dos pobres e os defende. Esta imagem contrapõe-se ao governo real, no qual "não há ilusão de participação", de onde os humildes foram excluídos. (63)

Esse sentimento de injustiça se revela não apenas quando alguns dos missivistas consideram-se despossuídos de

qualquer bem material, quando imploram um pedaço de chão, mas, também, quando denunciam a desvalorização do trabalho. O trabalho, como um valor absoluto, é, dessa forma, questionado. O trabalho só dá frutos quando o trabalhador recebe uma ajuda providencial do Estado.

O que é mais revelador é que o sentimento de que o Estado deve "proteger" os seus cidadãos não está restrito apenas às classes mais baixas. O exemplo do professor universitário e médico de Porto Alegre que pede ajuda ao presidente da NOVACAP, afirmando necessitar "sem dúvida do amparo do Poder Público", nos faz pensar numa prática política que perpassa diferentes segmentos sociais.

O voto, como um dos momentos do exercício da cidadania, é totalmente descaracterizado nas cartas. O voto é, para os autores das cartas, um trunfo usado pragmaticamente nos raros momentos em que são chamados para se manifestar. Engendrado numa prática clientelista, o voto é a grande arma do eleitor. Assim como as "classes perigosas", às quais se refere Eduardo Silva, negociam seu bom comportamento com as autoridades, também o eleitor é aquele que barganha o seu voto.

Finalmente, é importante não perdermos de vista o que significa uma cultura política reforçada, também, na "invenção do trabalhismo", segundo a definição de Angela de Castro Gomes. O trabalhismo, enquanto prática política foi vitorioso porque atendeu às demandas do movimento operário, embora reinterpretando-as. Ao nível simbólico, o trabalhismo difundiu a imagem de que as conquistas sociais foram uma dádiva de Getúlio Vargas, uma concessão do seu governo. E isto, como todo ato generoso, pressupõe uma reciprocidade daquele a quem foi dirigido.

Foi essa herança que o governo Kubitschek encontrou. Foi com essas formas de conceber o político que o discurso do desenvolvimentismo dialogou. O projeto de transferir a capital, em si mesmo um projeto autoritário, reavivou essas práticas políticas. Em nenhum momento a decisão foi criticada em sua essência antidemocrática. (64)

Outras leituras podem ser feitas dessas cartas. Esperamos, com esse trabalho, ter contribuído para os estudos que buscam compreender o terreno em que se movem as expectativas e esperanças individuais, que nem sempre se somam aos interesses coletivos.

Compreendemos, através dessas cartas, porque qualquer tempo pode ser um "tempo de ilusões" e qual foi a ilusão do período JK. A história é feita pelos homens, estejam eles reunidos em partidos, associações, ou não. E, como homens, criam suas esperanças, formulam seus desejos.

O discurso ideológico é vitorioso quando consegue dar uma direção "lógica" a esses sonhos, encaminhando-os para um sentido único, aquele que interessa para o poder de Estado.

Para essas pessoas que escreveram, suas ilusões tinham assento no real. Era uma casa, um emprego, um terreno etc; era contribuir para o paisagismo do Palácio da Alvorada, era montar um salão de cabeleireiro. Era poder colaborar, patrioticamente, com a construção da cidade. Era colocar-se ao lado de um sonho de grande nação, enfrentando, junto com o Presidente da República, os descrentes.

De uma forma geral, podemos identificar um imaginário comum a esses missivistas: o de que a resolução ou concretização dos seus sonhos pessoais, dependiam, naquele momento, da proteção de um ser superior, personificado nos representantes visíveis do



poder, principalmente o Presidente da República.

A uma proposta de "racionalidade" técnica, o povo respondia com a "irracionalidade", fruto, em grande parte, de uma tradição política baseada nas relações pessoais entre os indivíduos e o poder público. É a negação desse discurso unificador e do discurso da técnica. (65)

## NOTAS

- (1) A cidade foi construída em aproximadamente 4 anos. Quando foi inaugurada, em 21 de abril de 1960, até os apartamentos dos altos escalões e do legislativo estavam decorados
- (2) Ver nesse sentido, SOUSA, Nair H. Bicalho de. **Os Construtores de Brasília** - Estudo de operários e sua participação política. Petrópolis, Vozes 1983; RIBEIRO, Gustavo S. Lins. **O Capital da Esperança - Brasília: Estudo sobre uma Grande Obra da Construção civil**. Tese Mestrado, Brasília, UnB, 1980; TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília: o outro lado da utopia**. Tese de Mestrado. Brasília, UnB, 1982.
- (3) SILVA, Eduardo. **As Queixas do Povo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- (4) Nesse sentido o pensador francês, Jean Baudrillard, faz reflexões - embora pessimistas - sobre o tema. O autor se pergunta "porque após inúmeras revoluções e um século ou dois de aprendizagem política, apesar dos jornais, dos sindicatos, dos partidos, dos intelectuais e de todas as energias postas a educar e mobilizar o povo, por que ainda se encontram (e se encontrará mesmo em dez ou vinte anos) mil pessoas para se mobilizar e vinte milhões para ficar passivos?" A visão do autor é de que não há saída coletiva. BAUDRILLARD, Jean. **A Sombra das Maiorias Silenciosas - o fim do Social e o surgimento das massas**. S.Paulo, Brasiliense, 1978.
- (5) SILVA, Eduardo. op. cit., p. 27/8
- (6) HOBBSAWN, E.J. "A Outra História - Algumas reflexões" in KRANTZ, Frederick (org.) **A Outra História: Ideologia e protesto popular nos séculos XVII e XIX**. Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990.
- (7) NORA, Pierre. "O retorno do fato" in LE GOFF, J. e NORA, P. (dir) **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago, 2 ed. Rio de Janeiro, F. Alves, 1979, p. 184
- (8) KUBITSCHKE, Juscelino. **Por que Construí Brasília**. Rio de Janeiro, Bloch Editora S.A. 1975, p. 81
- (9) NEVES, Luiz Felipe Baêta. "Para uma teoria da Carta". In **As Máscaras da Totalidade Totalitária: Memória e produção Sociais**. Rio de Janeiro, Forense/Universitária, 1988, p. 191
- (10) WOLFROMM, Jean-Didier. "Quarenta anos de vida Quotidiana" in LE GOFF, Jacques et alli. **A Nova História**. Trad. Ana Maria Bessa, Lisboa, Edições 70, s.d.
- (11) Cf. Entrevista à revista **Brasília** nº 9, setembro de 1957, p.11
- (12) A Legião Brasileira de Assistência - LBA, foi criada por Getúlio Vargas, em 1954, sendo a sua esposa, Darcy Vargas primeira presidente da entidade. A partir daí, pode-se inferir, as mulheres dos presidentes passaram a ter mais

destaque? De qualquer modo, o papel das primeiras damas no imaginário político da sociedade brasileira poderia nos revelar aspectos interessantes da cultura brasileira. No **Memorial JK** localizamos uma grande quantidade de cartas dirigidas a dona Sarah mesmo após a morte de JK. Pedem orientação para fundar um partido político; querem saber mais sobre JK; dizem a dona Sarah que JK é um "santo", etc.

- (13) Cf. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11/03/90, Especial, p. 6.
- (14) Embora retirando-as do anonimato dos arquivos, vamos omitir os nomes dos remetentes. Provavelmente a maioria deles ainda está viva e não sabemos como receberiam a divulgação de sua correspondência. Mais uma vez, sob essa perspectiva, são pertinentes as advertências de Baêta Neves sobre a ambigüidade da Carta. Optamos por manter a grafia original dos remetentes.
- (15) Fundo NOV.- B - 03 .Todas as cartas citadas neste capítulo pertencem a esse Fundo e a essa classificação.
- (16) KUBITSCHK, Juscelino. **Discursos**. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1956, p. 24
- (17) HARDMAN, Francisco Foot. **Trem Fantasma - a modernidade na Selva**, S.Paulo, Companhia das Letras, 1988.
- (18) BERTRAN, Paulo. **Uma Introdução à História Econômica do Centro-Oeste do Brasil**. Brasília, Codeplan/UCG, 1988, p. 93
- (19) PARANHOS, Adalberto P. **Dialética da Dominação: dominação ideológica e consciência de classe**, Campinas, Papyrus, 1984.
- (20) Em uns versos de um certo Aba-K-X, intitulado "Getúlio e a Democracia" lê-se que:

"O que é a Democracia?  
Nós já cansamos de ver"

A visão do que seria um regime ditatorial aparece associada a uma ação do presidente contra os que não querem deixar os pobres terem a sua vez. É assim que o cordel via o papel de Vargas:

"...implantou a ditadura  
acabou com os coiteiros  
tirou do rico a bravura  
o pobre passou a ser  
tratado com mais brandura"

Idem, idem p. 86/7

- (21) Um registro impressionante de como o povo comum pode formular uma imagem do Presidente da República e até mesmo de um regime político, através de sua experiência pessoal com o poder, encontra-se em uma entrevista realizada pela revista **ISTO É/SENHOR** com um contínuo do Palácio do Planalto. José Henrique Nazaret, conhecido como "Very Well", contínuo do Palácio do Planalto há 28 anos, quando indagado pelo repórter se gostava da ditadura, respondeu que:

"Esse negócio da ditadura era engraçado. A gente só sabia que tinha depois, quando lia no jornal, porque lá dentro você não notava nada. O Castelo Branco, por exemplo, era gente boa, parecia uma criança, brincava com a secretária, com a gente, com todo mundo. O Médici era muito humano, atendia todo pedido..." **ISTO É/SENHOR**, S. Paulo, 21/3/90.

- (22) Dona Sarah mandou edificar a Igreja de Nossa Senhora de Fátima, em 1958, a primeira de Brasília, retribuindo uma graça recebida por sua filha Márcia. Certamente com dinheiro público. No ano em que a carta foi escrita, 1959, foi também a época em que a imagem de N. Senhora de Fátima, vinda de Portugal, foi entregue ao presidente da República, no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.
- (23) Durante o governo JK o salário mínimo teve três aumentos: em 01/08/56; 01/01/59 e 18/10/60. Dados do **Almanaque Abril** de 1981, tendo como fonte a revista **Conjuntura Econômica**.
- (24) Ainda durante sua campanha eleitoral Juscelino sempre buscou o apoio da Igreja Católica, aparecendo publicamente com altas figuras do Clero. Quando candidato só interrompeu as viagens de campanha para participar do Congresso Eucarístico Internacional, junto com a família.
- (25) VEYNE, Paul. "O indivíduo atingido no coração pelo poder Público". In -----, et alli. **Indivíduo e Poder**. Trad. Isabel Dias Braga, Lisboa, Edições 70, 1987.
- (26) Em suas "Memórias Biográficas", o religioso italiano D. Bosco, revelou ter tido um "sonho visão", sobre o local onde depois seria construída Brasília. Entre os paralelos 15o. e 20o. seria construída "a Terra Prometida", onde "correria leite e mel". Essa profecia foi amplamente divulgada pelo governo.
- (27) Citado por BOLLEME, Geneviève. **O povo por escrito**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. S. Paulo, Martins Fontes, 1988, p. 208/9.
- (28) VESENTINI, José William. **A Capital da Geopolítica**. 2. ed. S. Paulo, Ática, 1987, p. 91.
- (29) O depoimento de dona Philomena Leporoni, senhora de 83 anos, é bastante revelador, nesse sentido. Quando inquirida sobre os motivos que a fizeram mudar-se para Brasília ainda durante a construção da cidade, ela foi enfática:
- "A gente veio pra Brasília porque começou a sair nos jornais e desde menina, meu pai falava que o Brasil tinha que ter a capital no centro do Brasil e não lá na beira do mar. Devia ser no centro do Brasil e eles já, já estudava isso, né?" Depoimento a Georgete Medleg, Vera Lessa e Tânia Quaresma, para o PMCB - ArPDF
- (30) Durante uma visita do presidente Juscelino à capital paulista, em 9 de julho de 1957, diria o Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta:

"Penso que Brasília evitará que o Rio e São Paulo tenham mais favelas. Resolverá o problema dos nordestinos que convergirão para lá. É um preventivo contra as favelas". **Diário de Brasília**, 1956/7, p.104

- (31) Sobre o apoio do empresariado paulista ao governo JK ver o livro de TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5 ... A FIESP e o desenvolvimentismo**. Petrópolis, Vozes, 1986

O presidente da **Ação Social de S.Paulo**, padre José Gomes Bueno escrevia a Israel Pinheiro, em julho de 1958, oferecendo operários qualificados para trabalhar em Brasília. O padre termina a carta afirmando que: "Esta é a Contribuição da Ação Social, de simpatia e prudente propaganda, como também de espontânea colaboração, em prol dos esforços dispendidos pelo atual governo nessa hercúlea arrancada da mudança da Capital Federal para o planalto Central". Fundo NOV.-B-3-ArPDF. Foi de São Paulo também que partiu a mobilização em torno de Brasília, através da "I Semana Nacional Mudancista" patrocinada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP, conjuntamente com o Centro Acadêmico XI de Maio, da Faculdade de Direito de Goiás. Realizada na primeira semana de março de 1956, os estudantes lançaram um manifesto que explicitava o objetivo do evento, que era: "contribuir de modo decisivo para a concretização de um imperativo constitucional que atravessa toda a história da nossa vida republicana".

É a cidade de São Paulo que doa uma imagem de N.S. Aparecida a Brasília, por ocasião da missa celebrada na nova Capital, em 3 de maio de 1957.

- (32) Em várias ocasiões o presidente se referiu ao País como sendo uma família - "a família brasileira" - ou então uma casa - "nossa casa".

- (33) Embora com menos freqüência que no passado, alguns defensores de Brasília ainda utilizavam o argumento de que a Capital deveria ser mudada para permitir maior tranqüilidade para os governantes administrarem o País como um todo.

- (34) É com esse espírito que ele fala aos estudantes reunidos no Estádio do Fluminense, em 5 de setembro de 1959:

"... vosso País como nenhum outro, está na dependência da fé da sua juventude. É um país que quase tudo está por fazer, e que nos abre uma larga perspectiva criadora".

- (35) Embora divulgada a partir de Sérgio Buarque de Holanda, a expressão, como ele próprio indica, é de autoria do escritor Ribeiro Couto, em carta dirigida a Alfonso Reyes. Durante muito tempo Sérgio B. de Holanda foi criticado por ter-se referido ao "homem cordial". Na verdade houve uma apropriação por Cassiano Ricardo durante o Estado Novo, onde a cordialidade do brasileiro aparece como um sentimento positivo. Sérgio Buarque criticou essa interpretação, lembrando a origem etimológica da palavra cordial, que vem de coração. Do coração nascem não apenas os sentimentos "positivos" e de "concordia", mas também os de ódio e inimizade. O que caracteriza o homem cordial, ao qual ele

- quer se referir, é a qualidade de transferir os sentimentos da esfera do íntimo, do familiar, do privado, para as suas relações públicas. HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 12 ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1978.
- (36) Sobre o debate acerca da simbologia da Bandeira Nacional entre os republicanos ver o interessante trabalho de CARVALHO, Murilo. **A Formação das Almas - o imaginário da República no Brasil**. S.Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- (37) A Campanha de Fernando Collor de Mello à presidência da República foi exemplar nesse sentido. O candidato apropriou-se das cores nacionais - o verde e o amarelo - além da bandeira. Enquanto os outros partidos tinham outras cores, outras bandeiras, Collor de Mello apresentava-se como o único representante do nacionalismo brasileiro. O que era símbolo nacional, passou a ser identificado com um único candidato.
- (38) Cf. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25/01/56.
- (39) BENEVIDES, Maria Victoria M. **O governo Kubitschek - desenvolvimento econômico e estabilidade política**. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, p. 155/6.
- (40) SODRÉ, Nelson Werneck. **Do Estado Novo à ditadura militar. Memórias de um soldado**. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1988, p. 201/2
- (41) Pode-se arriscar a hipótese de que a tradição golpista dos militares brasileiros tem muito mais consentimento da sociedade do que possamos imaginar. O espectro da intervenção militar, aliás, é sempre acionado quando os horizontes políticos institucionais vivem uma situação de conflito. A ameaça de golpe militar é uma constante nos discursos da direita e até de certos setores da esquerda, quando se busca uma solução de conciliação para os conflitos políticos.
- (42) Uma matéria publicada no **Diário da Noite**, RJ, em 29 de maio de 1959, tem o seguinte título: "Brasília, um Paraíso dos Estelionatários". Citado por Gustavo Lins Ribeiro. op.cit., p. xliii. Os jornais da época chegaram a estampar propostas que viam em Brasília uma oportunidade de utilizar mão-de-obra de presos, numa ação coordenada pelas autoridades penitenciárias.
- (43) A palestra de Ernesto Silva chama-se "Problemas Econômicos e técnicos da construção de Brasília". O original consultado encontra-se no Fundo NOV.- D-04-02-ArPDF.
- (44) RIBEIRO, Gustavo S. Lins. Op. cit., especialmente o item "Ambiguidade Jurídica", p. xxii a xxxiii
- (45) **Diário de Brasília**, 1960, p. 110
- (46) Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Gracie Garry Facó, em 03/04/1988, para o PMCB - ArPDF.

- (47) Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues, Renato Tarciso e Carlos Henrique, em 27/10/89, PMCB - ArPDF
- (48) SOUSA, Nair H. Bicalho. Op. cit., p. 48
- (49) Esse caso é emblemático de como a imaginação funciona. Ocorrido, ao que tudo indica, no carnaval de 1959, as informações sobre os acontecimentos são contraditórias. Em vários depoimentos, as pessoas afirmam ter ocorrido o massacre, mas ninguém viu. São contadas histórias fantásticas, tais como de que saíam caminhões carregados de corpos. Outros contam que as pessoas só ficaram feridas.. Esse episódio é citado nos principais trabalhos sobre a construção. Acharmos que daria uma investigação interessante acerca do "imaginário da construção" no Canteiro de Obras, a partir desse acontecimento. Isso porque como o trabalho era de tal forma absorvente, as pessoas tinham pouco tempo para se informar através dos meios de comunicação. Dessa forma as notícias, ao que parece, corriam de "boca em boca". Como "quem conta um conto, aumenta um ponto", podemos imaginar como as informações eram reelaborados nos canteiros de obras.
- (50) O Censo Experimental realizado em Brasília em maio de 1959 indicava o impressionante número de 64.314 moradores. A esmagadora maioria era de migrantes. A proporção era de 9 para 1 nascido na futura capital. Cf. IBGE. **Censo Experimental de Brasília: população-habitação - 1959**. Rio de Janeiro, 1959
- (51) KUBITSCHKE, Juscelino. Discurso através da **Voz do Brasil** no dia Nacional de Ação de Graças, em 26/11/59. **Discursos**, 1959, p. 326
- (52) CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência - Aspectos da Cultura popular no Brasil**. 3. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 53
- (53) HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 12.ed., Rio de Janeiro, José Olympio, p. 53. Nesse mesmo livro Sérgio Buarque lembra que Silva Lisboa, considerado um grande "agitador" de novas idéias econômicas no século passado, defendia a tese que "o soberano de cada nação deve considerar-se como chefe ou cabeça de uma vasta família, e conseqüentemente amparar a todos que nela estão como seus filhos e cooperadores da geral felicidade"
- (54) GOMES, Angela de Castro. **A invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro, IUPERJ/Vértice, 1988
- (55) São as questões apontadas por Foucault sobre a formação das "modalidades enunciativas": quem fala? De onde fala? Para quem fala? Cf. FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do Saber**. 3.ed. Rio de Janeiro, Forense/universitária, 1987
- (56) Cf. **Diário de Brasília**, 1958, p. 169
- (57) Idem, 1956/7, p. 114. Juscelino chegou a ir pessoalmente na Central do Brasil. Essa postura lembra as ações recentes do presidente Collor de Mello freqüentando supermercados,

- hospitais, bancos. Ao que o conservador diário carioca **Jornal do Brasil** escreveu em editorial que tais atitudes faziam bem à população pois isso demonstrava que o presidente da República preocupava-se pessoalmente com os problemas cotidianos do povo. O **Jornal do Brasil** ressaltou a importância da "presença física" de Collor perto do povo.
- (58) Ibid., p. 161
- (59) BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social" in **Enciclopédia Einaudi**, V. 5. Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d.
- (60) É interessante notar que eram publicados anúncios nos jornais procurando trabalhadores para Brasília. Mas eram anúncios curtos e bem específicos, sem entrar em detalhes, como dois publicados no **Diário da Noite** nos dias 22 e 23/05/58. Um, dizia: "Brasília está pagando bem aos bombeiros hidráulicos"; outro: "IPASE - operários para Brasília: bombeiros e eletricitas com prática de obras de construção civil. É inútil apresentar-se sem habilitação"
- (61) O que aconteceu nas últimas eleições presidenciais é emblemático da atuação do imaginário sobre o comportamento das pessoas. O candidato Fernando Collor de Mello disse, em um programa de televisão que o seu adversário Lula, se eleito iria tomar o dinheiro das cadernetas de poupança e que pessoas que tivessem apartamento ou casa com mais de um quarto teriam que dividi-los com militantes do PT. Imediatamente se estabeleceu toda uma rede de boatos informando que, se Lula fosse eleito, tomaria até os barracos dos pobres; a criança que possuísse mais de uma boneca teria que escolher uma e dar as outras, etc. Estes foram, sem dúvida, alguns dos motivos que contribuíram para a derrota de Lula.
- (62) Nesse sentido as observações de Céli Regina Pinto são da maior importância. Ela adverte que a "capacidade de um discurso exercer poder está definitivamente associada à sua capacidade de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma dada sociedade, reconstruindo posições e sujeitos". Cf. PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney**. São Paulo, HUCITEC, 1989. p. 36
- (63) Cf. CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**, p. 58
- (64) Segundo o próprio Juscelino revela no livro **Por que construí Brasília**, André Malraux teria lhe dito, durante a sua visita a Brasília: "Como o senhor conseguiu construir esta cidade em pleno regime democrático, Presidente? Obras, como Brasília, só são possíveis sob uma ditadura" (p. 369). A observação do então ministro da Cultura francês não estava longe da verdade. Embora o Brasil não estivesse sob um regime ditatorial, estava longe das práticas políticas às quais estava acostumado o ministro francês. Brasília foi possível, primeiramente, graças à uma decisão do Executivo que não encontrou grandes resistências no Legislativo. Graças à relações também clientelísticas entre os dois poderes.



- (65) É Marilena Chauí quem lembra como a classe dominante apela para as "técnicas racionalizadoras", a "modernização" como um poder coordenador e racionalizador. A autora mostra como a mitologia verde-amarela elaborada pela classe dominante ao longo dos anos, veio "incorporar-se, a partir dos anos 50, a do desenvolvimentismo". Cf. CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência**. Aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo, 3. ed., Brasiliense, 1986, p. 60 e 96

## CAPÍTULO IV

### Brasília: memória, modernidade e subdesenvolvimento

"Lembro da inauguração de Brasília, do Juscelino na missa. Parece que o sapato dele estava apertado; lembro da fotografia com o pé fora do sapato (D.Brites, depoimento in **Memória e Sociedade**)

"Gostava do Juscelino, como pessoa era bom, nunca perseguiu ninguém e teve coragem de construir Brasília" (D. Risoleta, depoimento in **Memória e Sociedade**)

Brasília na memória dos expectadores. Pode ser apenas uma fotografia. Pode ser também a lembrança de um ato de coragem, ato que demarcou fronteiras. Pode ser tudo: lembranças de uma época que tinha um bom presidente, lembranças de um tempo de bravura. Lembrança de um tempo em que se acreditava que o País estava ingressando numa nova era. Tempos em que tudo parecia ser possível. Um tempo em que, nas palavras de Juscelino, o Brasil estava se "desencantando", libertava-se do estigma de país atrasado. Marcada para sempre, o "gigante de pedra", como um missivista classificou Brasília. Paisagem demarcada no horizonte desenvolvimentista.

Sem dúvida um símbolo de vitória, da "praça conquistada". Mas também momento de opressão.

São novamente as cartas que nos dão uma dimensão do significado de Brasília, que sintetizam as imagens que ficaram cristalizadas no imaginário popular sobre a nova capital. São exemplares de como foram compreendidos os temas e mitos articulados à construção de Brasília. Apontam, também, para a tragédia do desenvolvimento.

As duas cartas que vamos transcrever a seguir mostram as duas faces de um mesmo acontecimento. Expectadores de um grande espetáculo - a inauguração da cidade - os missivistas

registram as suas impressões. Vemos desfilar nessas cartas todo um imaginário que estava disperso nas cartas anteriores. Ao mesmo tempo que apontam para a aventura da modernidade, lembram também a sua tragédia.

Ainda sob a euforia da inauguração da nova capital, cartas de elogios, mas também cartas de desespero: procura-se um parente desaparecido, provavelmente morto. Quantas cartas não teriam realizado essa trajetória de busca? (1)

#### . De Chavantes, interior de São Paulo:

"Respeitosas e humildes saudações

Sou cidadão brasileiro e me orgulho ainda mais de o ser, no presente momento em que a fôrça de vontade e a coragem mais que herculea de um digno Presidente fez tornar realidade o sonho de todos os brasileiros de épocas remotas e dos que elaboraram na nossa Constituição de 1891, ou seja, a construção da Capital Federal no interior do Brasil.

Quantos Presidentes se passaram e somente Vossa Excelência, sr. Presidente, ousou (por assim dizer), tornar patente e realidade o que de direito já devêra ser feito.

O nome de Vossa Excelencia, sr. Presidente, jamais se apagará da história nacional e quiçá internacional.

Um homem corajoso, destemido, arrojado, dinámico e realizador: Juscelino K. de Oliveira, DD. Presidente do Brasil.

Podemos agora encarar com otimismo o progresso do Brasil, pois tendo Brasília como sede do Governo Federal, todos os Estados procurarão construir estradas que os levará à nossa querida Brasília.

Nasceu Brasília.

Sr. Presidente, o muito que sabemos de Brasília, é ainda muito pouco.

Sr. Presidente, como brasileiro me ufano de ter como dirigente e concidadão uma pessoa como Vossa Excelência, que, suportando galhardamente a todas as críticas e opiniões contrarias, levantou esse monumento imponente que honra o Brasil, ou seja: Brasília.

Perguntou-se uma vez: 'o que será do Rio?'

Eu respondo: o que será do Rio não interessa, o que interessa é que Brasília vai ser o espelho do progresso brasileiro, o berço de uma nova era para todos.

Sr. Presidente, não dê ouvidos às maledicências e às críticas destrutivas, pois a legião dos que o aplaudem e elogiam a grandiosa obra e a vossa obra prima, a vossa 'menina dos olhos', é enorme.

Lembre-se, sr. Presidente, que amanhã todos os

brasileiros amarão Brasília e dirão: 'a nossa Brasília é o cartão de visita, é o nosso símbolo de progresso e arrojo'.

Sr. Presidente, como eu gostaria de conhecer Brasília!

É um sonho que venho acaalentando desde que Vossa Excelencia iniciou a construção, mas, infelizmente, minha situação financeira não me permite realizar esse sonho.

Sou casado e tenho dois filhos.

Como eu gostaria de conhecer Brasília.

Sr. Presidente, contento-me, então, em enviar por meio desta, meus sinceros votos de felicidade não só a Vossa Excelencia e todos os que são caros ao vosso coração de pai e brasileiro, como também a todos os que ajudaram a levantar esse gigante que é Brasília.

Sr. Presidente, já que não me é possível visitar Brasília, gostaria de receber de Vossa Excelencia, um album com fotografias de Brasília e de Vossa Excelencia, autografados por Vossa Excelencia, afim de que eu possa guardar e meus filhos no futuro se lembrarão do nome de Vossa Excelencia, com todo o carinho que merece.

O Brasil tem uma dívida de honra com Vossa Excelencia.

Acompanhei bastante emocionado, pelo radio, à grandiosa inauguração de Brasília e como brasileiro meu coração pulsou forte.

Todas os gestos e homenagens dirigidas a Vossa Excelencia, foram poucas.

Sr. Presidente, esperei passar algum tempo após a inauguração, para escrever a Vossa Excelencia, para provar que tudo quanto se disse ou se fêz, não foi obra do momento, mas sim ainda repercute nos corações dos brasileiros a data de 21/04/60.

Agora que tudo está calmo, todas as atividades em ebulição, Vossa Excelencia lendo esta cartinha deverá sentir orgulho de ser brasileiro e de haver construído esse gigante de pedra que é Brasília, o coração do Brasil.

Sr. Presidente, Deus guarde a Vossa Excelencia e Família.

Salve o Brasil! Salve Brasília!

Terminando, agradeço a Vossa Excelencia a paciencia que teve em ler esta humilde cartinha de um humilde brasileiro, que daqui de longe acompanha a sua gestão à frente dos destinos desse colosso que é o Brasil, nossa pátria querida e escreve com o coração transbordando de alegria de ter a Vossa Excelencia com Presidente.

(...)

**CHAVANTES** - Est. S.Paulo

O Brasil jamais se esquecerá de Vossa Excelência, sr. Presidente."

**. De Itapetininga, interior de S. Paulo:**

"Tenho a honra em a vossa presença para vos abraçar

pelo grande e monstruoso feito, construindo para o nosso Brasil a cidade mais linda, mais moderna do mundo.

Acompanhei dia e noite os festejos posso calcular a alegria de Vossa Excelencia pelo belíssimo empreendimento.

Sou um simples funcionario do Estado, mas reconheço e acho que o grande Presidente é tão heroe, como Caxias e outros também que tombaram no Campo de Glória, assim como, Musicos, Poetas, Pintores.

Excelencia, Que Deus o proteja:

O fim desta grande Presidente é expor um fato ligado a essa grandiosa metropole, cujo assunto, peço a vossa permissão para expor.

O meu cunhado F.S., com 42 anos mais ou menos - branco, natural de morro do Alto, da Comarca de Itapetininga residia em Capicuiba, suburbio de S. Paulo. Operario soldador, trabalhou em diversas construções ai, depois adoentou-se, veio para S. Paulo, para tratar-se.

Quando restabelecido, voltou novamente para Brasília, trabalhando com a firma Saibe Spasse Alumino e Ferro - firma esta do Rio de Janeiro.

A sua ultima Carta Excelencia, e de 28 de novembro de 1959, que dis ser vitima de um acidente, e ficou com tres costelas fraturadas e logo que iniciasse os serviços ele mandaria alguma importancia.

Acontece que desde essa data, não veio nem uma noticia quanto mais dinheiro. O Estado de sua esposa é aflitivo, pois tem 8 filhos menores.

Como disse sou funcionario, ganho o suficiente para tratar dos meus 8 filhos, hoje tenho em minha companhia 16 crianças - Como iremos viver?

Peço pelo amor de seus filhos, determinar a um grupo de investigadores, descobrir onde está, ou si morreu no hospital.

Creio eu que essa Companhia, si guardou silencio é creminosa, o terá que ser indenizada.

Aguardo uma solução de Vossa Excelencia para a nossa tranquilidade.

Mais uma vez como brasileiro, e grande admirador do nosso grande Presidente cumprimento pelo rumo deste grande e novo Brasil.

Que Deus o conserve juntamente com Vossa Excelentissima familia e todo o Secretariado e funcionarios.

(...)

Porteiro do Grupo Escolar "Cel. Fernando Prestes"

# # #

O "astuto e jovial buda de Diamantina", o "JK que avoa", o presidente "bossa nova". Não é só o povo que guarda uma imagem simpática de Juscelino, que o associa a um Brasil "moderno". Recentemente, Isabel Lustosa, no livro **Histórias de**

**Presidentes**, assim se refere a Juscelino Kubitschek:

"JK é uma das figuras de Presidente mais simpáticas da História do Brasil. Nos projetos, nos gestos, no modo de ser, na jovialidade e alegria, ele é a encarnação do Brasil moderno" (2)

Essas são as imagens mais fortes do período da história do Brasil que vai de 1956 a 1960. Poucos se lembrarão do Juscelino anticomunista convicto, do interventor em sindicatos, do liberal limitado. (3)

René Dreifuss lembra que foi na administração de Kubitschek que as noções de segurança militar interna se efetivaram. A Escola Superior de Guerra recebeu orientação incisiva nesse sentido (4). Quanto a Brasília, o Presidente tinha uma espécie de alter-ego, Israel Pinheiro, que comandava a construção da cidade com mãos de ferro. Juscelino fechou os olhos a todas as arbitrariedades cometidas no território da construção, inclusive à criação de uma "polícia oficiosa". Vimos que as cartas que lhe eram dirigidas acabavam retornando para a NOVACAP.

Quanto ao simbolismo de Brasília, o que ficou? O que restou de uma cidade que pretendia ser um marco de uma nova ordem, de um pacto de classes, emblema de poder e de pompa, de civilização e progresso, vitrine para o mundo? O que ficou do projeto de "mudança de mentalidade"?

Ficaram casas espalhadas pelo País com fachadas reproduzindo as colunas do Palácio da Alvorada, como a residência em Penápolis, interior de São Paulo. Passeando pelas ruas dessa cidade descobrimos uma casa com a fachada reproduzindo as colunas do Alvorada. Lembramos daquela carta de Sorocaba, em que o seu autor dizia ter ficado "muito entuziasmado em ver o nosso orgulhoso Palácio que se chama Alvorada". Ficamos pensando como,

para algumas, talvez milhares de pessoas, a arquitetura de Brasília tenha produzido realmente um sentimento de orgulho. Tanto que as faziam copiar o seu modelo arquitetônico. Isso nos fez lembrar também da "arquitetura falante" da qual fala Jean Starobinski.

Ficaram também imagens como essa do arquiteto Sabino Barroso, pioneiro da construção:

"Criou-se um...um clima de expectativa universal, né? Sobre...o que se fazia nesse país, né? Assim, dito atrasado, e uma, já com uma obra tão audaciosa. Uma arquitetura, com uma engenharia, tudo funcionando" (5)

Ou de Carlos, carpinteiro na época:

"Bom, eu acho que só com ele [Juscelino] fazê Brasília...porque antes dele nem teve nenhum que tivesse aquela coragem assim de mudá a capital igual ele mudou, né. Quer dizê, só em ele em fazê isso aqui, onde levantou a vida de muitos brasileiros, isso aqui, quer dizê que realmente ele fez alguma coisa, né. Trouxe essas fábricas de carro que num tinha no Brasil. Antigamente o cara se quisesse um carro, tinha que ir lá no exterior, comprava lá, né, com tanto sacrifício, já hoje não, se a pessoa quer um carro, é só ir aí na agência e tem tudo pra tudo quanto é lado, né. Então quer dizê, ele trouxe, fez asfalto, aí pra tudo quanto foi canto, estradas, né. Então quer dizê que pra mim foi um bom governo, era uma pessoa popular, era uma pessoa assim ligada ao operário, né? (6)

Mas Brasília foi também a revelação de que as mudanças de mentalidades não se realizariam instantaneamente e apenas por uma imposição estatal. Ao novo símbolo que se erguia, a "realidade antiga" teimava em infiltrar-se. E a cara do Brasil ainda era a cara de um país "atrasado", "subdesenvolvido", provinciano. O novo invade o antigo, que teima em permanecer. São essas as impressões de outro arquiteto da época, Jayme Zettel:

"E ela [Brasília] se organizou dentro de Goiás, né? Isso é um fato que a gente começou a aprender que ela

era uma cidade goiana (...) não era uma cidade do litoral  
 (...)
   
 O erro foi a gente imaginar que você tava fazendo uma cidade (...) como se fosse Londres, né? Uma coisa bonita, no desenho...
   
 (...)
   
 A verdade é essa, né? Quer dizer, esse Goiás, esse Nordeste que desceu para fazer Brasília, a gente não tinha idéia..." (7)

Em suma, o arquiteto quer dizer que Brasília, apesar de seu plano urbanístico, da sua arquitetura, assumiu a cara do País que queria esquecer, eliminar da memória. Tinha a cara do Brasil Central, do Brasil nordestino. Mesmo com a maioria dos operários expulsos do Plano Piloto, Brasília assimilava as características do Brasil "atrasado".

# # #

Marshal Berman ao abordar a construção da cidade de São Petersburgo, capital imperial da Rússia dos Czares, coloca-a como uma experiência de modernidade em países subdesenvolvidos. Essa experiência seria, para Beramn, o "exemplo mais dramático, na história mundial, de modernização draconiana concebida e imposta" (8). Petersburgo seria uma "janela para a Europa" e instauraria um novo símbolo do poder de Pedro, o Grande. Seu planejamento, absolutamente racional, contrastando com as demais cidades da Rússia, "aglomerações sem qualquer planejamento, de ruas medievais, tortas e sinuosas". Berman vê essa experiência de modernidade sob duas perspectivas. Uma, a do Estado russo, que pretendia implantar a ferro e fogo um modelo de desenvolvimento, que encontrou na edificação da cidade o seu símbolo máximo. Outra, a experiência "literária e política" que a cidade propiciou. Berman extrai dessa experiência uma das formas de resistência dos moradores da cidade à imposição imperial. Através



da análise de romances e poemas, cujo tema central é Petersburgo, Berman vai reconstruindo as diferentes impressões que escritores têm da cidade. Da fusão e do choque da modernidade, expressos na experiência de Petersburgo, Berman sugere novas leituras das "aventuras modernas" em países do Terceiro Mundo. Entre eles, o Brasil, através de Brasília.

Berman sugere que também nos países subdesenvolvidos o sonho de modernidade pode ser realizado pela sociedade à revelia dos governantes, que querem implantar um modelo único de modernidade.

A sociedade pode e deve criar a sua própria modernidade que passa, necessariamente, pelo reconhecimento de sua condição de homens e de cidadãos, "desafiando os poderes que a todos controlam".

A vontade de ser "moderno", no caso específico do Brasil e, particularmente no período JK, estava aliada à busca (antiga) de uma identidade nacional. **Moderno e nacional**, como faces de um mesmo projeto. É nessa direção que aponta Renato Ortiz, ao colocar a experiência de modernidade brasileira no quadro da experiência de países subdesenvolvidos, como a Rússia do século XIX. É ele quem lembra também que Brasília, sua racionalidade arquitetônica, é o espelho de um desejo de modernidade. Desejo este que, a partir do período JK, encontra suas "condições de possibilidade", quando vários discursos convergem para o "modernismo-meta". (9)

A modernidade que deveria ser simbolizada por Brasília, seria uma antecipação, ao nível simbólico, de um desenvolvimento do País, que de fato, não existia. E, como bem o lembrou Renato Ortiz, é por isso que se falava tanto da necessidade de se criar uma "ideologia do desenvolvimento", sem a

qual não existiria o "desenvolvimento". A construção da capital do País, com sua arquitetura e plano urbanístico "revolucionários" deu, momentaneamente, essa ilusão da modernidade, como fruto de um desejo, de uma vontade conduzida por um governo "iluminado". É assim que, cada qual, à sua moda - povo, intelectuais, governo, etc - uniram-se na concretização desse desejo. Como disse o pequeno panificador de Boa Viagem, Brasília poderia ser a chance de realização do progresso para quem "gosta" do progresso, mas que sempre viveu em "lugares sem progresso".

Mas uma modernidade que também causava espanto, nos seus contrastes. É assim que Anna Maria Niemeyer relata as impressões de um operário, quando viu pela primeira vez um elevador, durante a construção de Brasília. Ela conta que o elevador em que estava, com mais duas pessoas, parou entre um andar e outro de um prédio ainda em construção. Ela ficou nervosa e começou a pedir socorro para alguns operários que olhavam a cena. "Eles riam loucamente", e ela perguntou o motivo do riso, ao invés do socorro. Um deles respondeu:

"ah dona, gaiola mais engraçada essa que pega três de uma vez só" (10)

A modernização, como o caminho para a nacionalidade, encontrava exemplos deste tipo. Mas, também entre os próprios idealizadores dessa modernização, permanecia as raízes do Brasil que se pretendia esquecer. É ainda Anna Maria Niemeyer, filha de Oscar Niemeyer, e responsável pela decoração dos prédios públicos em Brasília, que diria, em depoimento à revista **Módulo**, em 1959, sobre o mobiliário que usaria no Palácio da Alvorada:

"Acrescentei ao conjunto alguns exemplares do **mobiliário colonial** - não tantos nem tão ricos como desejava - procurando com isso dar-lhe um certo

caráter de coisa nossa, brasileira" (grifos nossos) (11)

As declarações de Anna Niemeyer parecem sugerir um certo desconforto, ainda, com a nova identidade "moderna". Em meio a tão "moderna" arquitetura, era preciso incluir as "raízes brasileiras" que ainda estavam na época colonial. A nova arquitetura ainda não era capaz de revelar uma identidade, a "moderna", que ainda não tinha raízes. Daí a necessidade de nela incluir "coisa nossa, brasileira".

Era o Brasil vivendo a experiência contraditória entre o que de fato era e o desejo do devir. Uma experiência que, nas palavras de Renato Ortiz, lançou o país numa visão "acrítica do mundo moderno".

De todo modo, no que se refere a Brasília, "os moradores do símbolo", conforme expressão de Tereza Negrão de Mello (12), tentam fazer desse moderno "altar", aquilo que não estava previsto no roteiro inicial: mobilizaram-se como cidadãos pelas "diretas-já", descaracterizam os espaços impostos, levando favelas para áreas "nobres"; obrigam a aceitação de sua permanência, como foi o caso da Vila Planalto, núcleo pioneiro, localizada em região cobiçada pela especulação imobiliária que foi tombada, depois de pressão de seus moradores.

## NOTAS

- (1) As cartas citadas encontram-se no Fundo NOV.B-03-ArPDF
- (2) LUSTOSA, Isabel. **Histórias de Presidentes.** Petrópolis, Vozes, 1989, p. 135
- (3) Não são poucos os discursos em que ele demonstra o seu anticomunismo. No contexto da "guerra fria" a sua opção foi clara pela civilização ocidental cristã, isto é, os Estados Unidos. Durante o seu governo os sindicatos sofreram trinta e seis intervenções. O Partido Comunista permaneceu na ilegalidade, apesar de o advogado de Prestes destacar que Juscelino não perseguiu o líder comunista quando este foi libertado em seu governo. Cf. Depoimento em "Os Anos JK"
- (4) DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. 2.ed., Petrópolis, Vozes, 1981
- (5) Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Luís Carlos Lopes, Rio de Janeiro, em 21 de setembro de 1989. PMCB-ArPDF
- (6) Transcrito de SOUSA, Nair Bicalho de. Op. cit. p. 175
- (7) Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Luís Carlos Lopes, Rio de Janeiro, em 28 de abril de 1989. PMCB-ArPDF
- (8) BERMAN, Marshal. **Tudo que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. Trad. Carlos Felipe Moisés, Ana Maria Ioriatti. São Paulo, Companhia das Letras, 1986
- (9) ORTIZ, Renato. **A moderna Tradição Brasileira - cultura Brasileira e indústria cultural.** São Paulo, Brasiliense, 1988
- (10) Depoimento a Georgete Medleg Rodrigues e Luís Carlos Lopes, Rio de Janeiro, em 20 de setembro 1989. PMCB-ArPDF
- (11) Cf. **Módulo** nº 12, fevereiro de 1959
- (12) MELLO, Maria T. F. Negrão de. **O espetáculo dos moradores do símbolo** (a mobilização por "diretas já" da perspectiva de Brasília/1984). Tese de doutorado, São Paulo, USP, 1987

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que vimos ao longo deste trabalho, gostaríamos de reter para reflexão, duas questões. Uma é sobre a eficiência do discurso ideológico e a outra diz respeito às relações entre os indivíduos e o poder.

A ideologia nacional-desenvolvimentista disseminou na sociedade brasileira uma série de concepções acerca dessa mesma sociedade, dos seus valores e crenças. Ao mesmo tempo que recolocava valores caros ao imaginário social brasileiro, essa ideologia desqualificava o passado, ao qualurgia ultrapassar. A alternativa apresentada, então, era a modernização acelerada do País, cujo emblema seria a transferência da capital para o interior, construída em tempo recorde. Por que esse discurso foi vitorioso em seus objetivos mais imediatos e também a longo prazo? Grande parte da resposta foi dada pelas cartas que apresentamos. O discurso nacional-desenvolvimentista soube articular imagens presentes no imaginário popular, assim como também alimentou, com a construção de Brasília, uma série de sonhos e esperanças. Mostrou que era possível sonhar, sonhos coletivos ou individuais.

Ao contrário do que afirmou Marcelo Coelho, Brasília foi capaz de mobilizar positivamente grande parte da sociedade, e atingiu as pessoas individualmente, talvez muito mais do que apontamos no nosso trabalho (1). As cartas que registramos podem ser apenas um dos indicadores de um movimento maior de identificação da sociedade com o projeto de modernidade representado por Brasília. O nosso trabalho, pelo menos é o que esperamos, abre campo de investigação extremamente rico nessa direção. Ou pode, também, suscitar idéias em sentido contrário, ou seja, investigações sobre as resistências específicas a esse projeto.

O governo soube demarcar em seus discursos sobre Brasília toda uma história mitológica que reforçaria o seu ato, politicamente arbitrário: a transferência da capital. O uso dos meios de comunicação, como método eficaz de difundir as principais justificativas de Brasília, foi a forma de popularizar o que seria uma idéia abstrata do desenvolvimento. Foi essa propaganda de Brasília que veiculou todos os temas caros ao nacional-desenvolvimentismo, tornando-os necessidade imperativa de toda a sociedade. As cartas oriundas de quase todo o País demonstram como as notícias chegavam a todos os locais. Provavelmente, quando for localizado todo o acervo do ex-presidente Juscelino Kubitschek, apareçam muito mais cartas do que as que localizamos nos acervos da NOVACAP em poder do Arquivo Público do Distrito Federal. (2)

Em suma, o discurso nacional-desenvolvimentista foi dominante porque para ele convergiram outros discursos e porque soube interpelar os diferentes sujeitos sociais com mensagens que esses mesmos sujeitos queriam ouvir. Porque encontrou sedimentadas na sociedade uma variedade de concepções políticas que previam, entre outras coisas, a figura de um presidente messiânico.

O que vimos a partir do confronto entre os discursos oficiais sobre Brasília e as cartas populares foi aquilo que Carlo Ginzburg chamou de "circularidade" entre a cultura das classes dominantes e das classes subalternas (3). Ou seja, ao mesmo tempo que os discursos das cartas reproduzem os conceitos e concepções oriundas da classe dominante, eles recriam esses conceitos a partir do seu universo cultural e de forma a que eles atendam aos seus interesses.

Os missivistas demonstraram que a apropriação dos

conceitos era também seletiva. À massiva propaganda da nova capital empreendida pelo governo, a população respondia com a cobrança da satisfação de seus interesses pessoais, seja em busca de uma mudança de vida, seja para atender a seus anseios nacionalistas.

A vitória dessa ideologia pode ser medida pelas lembranças que ficaram de Juscelino e da construção de Brasília, como vimos no último capítulo.

Finalmente, a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições de 1989, reforçam a nossa convicção de que devemos estar atentos para as manifestações individuais, para aquela parte da população que não está engajada em movimentos associativos, presa fácil dos discursos autoritários. Nesse sentido a análise de Gilberto Velho sobre o resultado destas eleições vem ao encontro das nossas preocupações.(4)

O autor mostra como o discurso de Collor ativou no imaginário popular representações antigas, sintetizadas na figura de um novo "salvador da Pátria". Os "marajás" de Collor poderiam ser identificados no imaginário popular com os "mouros", aqueles da "guerra santa", os inimigos, na tradição luso-brasileira. Assim como Juscelino, guardando-se as devidas particularidades de um e de outro, Collor anunciava um Brasil "novo". A mídia anunciava Collor como síntese do binômio "juventude-modernidade". O programa de Collor era a promessa de um Brasil no Primeiro Mundo, numa relação de igual para igual, com os países credores, etc. Assim como os opositores do desenvolvimento e de Brasília eram acusados por Juscelino de "infiéis", "pessimistas", "retrógrados", etc, também Collor lançava seus adversários no limbo dos velhos políticos, da velha política superada.

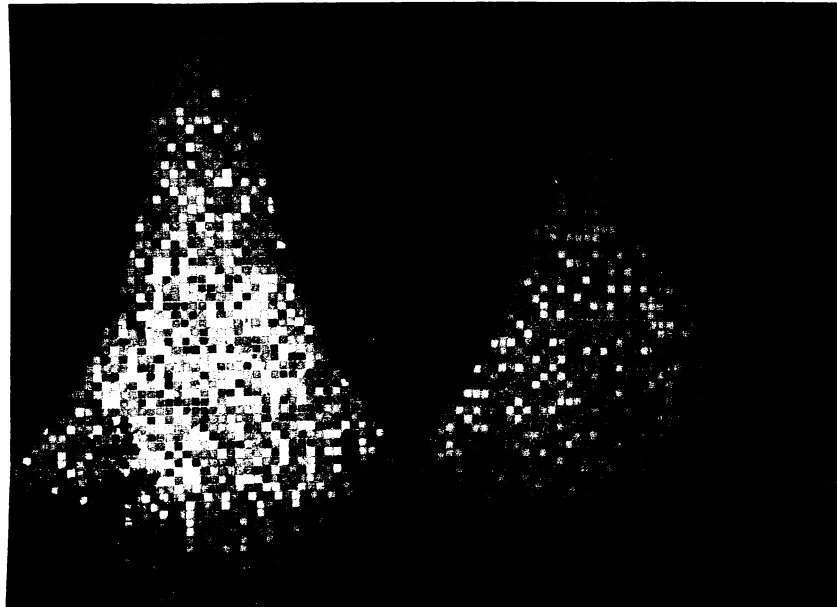
Interessa reter da análise de Gilberto Velho uma

reflexão essencial. A de que o Brasil dito "atrasado", "retrógrado", enfim o Brasil "arcaico", é sempre mobilizado para legitimar os projetos "modernos". A capacidade de permanência de um sistema de crenças dessa ordem, facilmente mobilizável em momentos de tensão social, é um ponto ao qual devemos estar atentos. Não basta rotulá-los de atrasado, alienado etc. "São percepções e visões de mundo densas e complexas", especificidades culturais que não podemos ignorar.



## NOTAS

- (1) Marcelo Coelho afirma, logo na introdução de sua tese de mestrado, que "embora seja apontada como início de uma 'nova era', como fator decisivo para o impulso do desenvolvimento, a transferência da capital teve um impacto para a sociedade brasileira como um todo, menor do que faziam crer os seus entusiastas". Cf. COELHO, Marcelo. **Brasília e a Ideologia do Desenvolvimento**. Tese de Mestrado, USP, 1988
- (2) Recentemente o Arquivo Nacional publicou um levantamento sobre a atuação dos acervos de ex-presidentes da República. Ficamos sabendo que os arquivos de Juscelino estão divididos entre duas instituições: O **Memorial JK** e a **Casa de Juscelino**, em Diamantina. Outra informação dá conta que grande parte do arquivo de JK teria sido doado pelo próprio ao **Museu da República**, no Rio de Janeiro, e que após o golpe de 64, os militares teriam apreendido as "quase quatro toneladas de documentos que o integravam". Cf. SILVA, Suely Braga da (Coord). **Os presidentes da República**. Guia dos Acervos Públicos. RJ, CPDOC, 1989
- (3) GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987
- (4) VELHO, Gilberto. "A vitória de Collor: uma análise antropológica" in **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, nº 26, março de 1990



Fachada de uma casa em Penápolis, interior de São Paulo, construída entre 1965 e 1966

Fotógrafo: Orlando Gomes, 1990

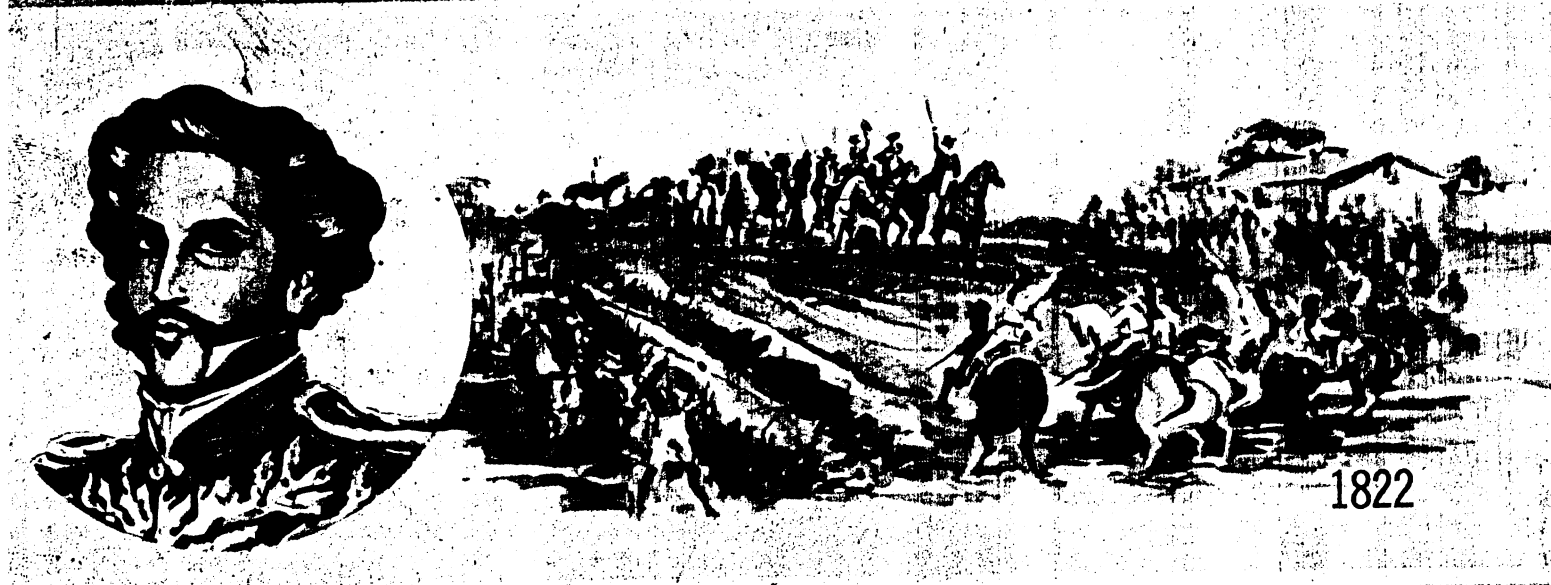
A N E X O S

# A HISTÓRIA DE

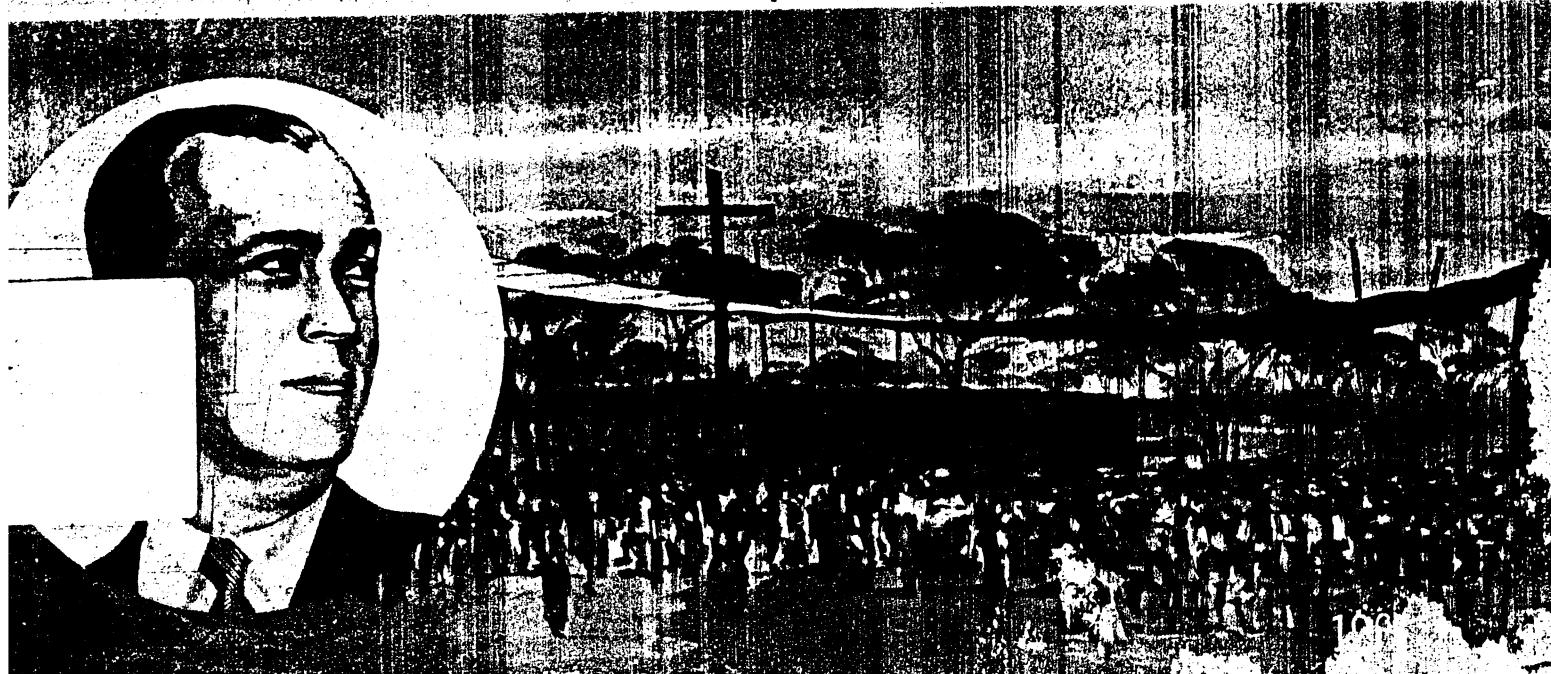
# Brasil



1500



1822



1888

## ANEXO II

## VISITANTES BRASILEIROS DURANTE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

DATA	VISITANTES
1956	Niomar Muniz Sodré, diretora do MAM - RJ
1957	15/02: Senadores
	19/02: Deputados que integram a Comissão de Mudança da Capital
	08/03: Paulo Bittencourt, diretor do <b>Correio da Manhã</b> , do RJ e Niomar Muniz Sodré
	17/03: Estudantes que participaram da I Semana Nacional Mudancista em SP
	22/06: José Maria Alkmin, ministro da Fazenda
	30/08: 300 representantes da Indústria, do Comércio e da Agricultura
	20/10: Alunos do ISEB, acompanhados de Roland Corbisier
	14/12: Jornalistas de S.Paulo
	Engenheiros de Curitiba
	Prefeitos Municipais
	Vereadores
	Jornalistas paranaenses
	17/12: médicos, amigos de Juscelino
1958	03/02: Dom Fernando Gomes, Arcebispo de Goiânia
	22/03: Membros do Sindicato de Corretores de Imóveis do RJ
	11/05: Membros da Conferência Nacional de Polícia

DATA	VISITANTES
1958	
01/06	Integrantes do Instituto Brasileiro de Aeronáutica
08/06	Conselho Diretor do Clube de Engenharia
29/06	Membros da Conferência Internacional de Investimentos
07/07	Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil
11/07	Participantes da XV Reunião de Dermatologistas Brasileiros
12/07	Membros do Conselho Superior e Administrativo da CEF
22/07	15 oficiais da Escola Técnica do Exército
10/08	15 membros do Instituto Pestalozzi do RJ
10/09	Diretoria da Petrobrás
12/09	Estagiários da ESG
13/05	Comissão do Senado Federal encarregada dos assuntos de transferência do Senado para Brasília
05/10	Alunos da ESG
10/10	Membros do Seminário Internacional de Arquitetura
16/10	"Senhoras da Sociedade Carioca"
19/10	Brasílio Machado Neto, presidente da Confederação Nacional do Comércio
07/11	Professores e oficiais da Escola Preparatória de Cadetes, de Barbacena
15/11	Delegação de industriais
	Caravana de prefeitos e vereadores de Municípios da região Nordeste de SP
19/11	Membros da Associação Brasileira de Municípios
06/12	Deputados mineiros
15/12	Membros do IAB de SP

DATA	VISITANTES
1959	
17/01	Deputados, membros da Comissão de Transportes da Câmara dos Deputados Diretores e altos funcionários do IBC
25/01	Participantes da VII Reunião de Penitenciaistas do Brasil
30/01	100 jornalistas do Norte e do Nordeste
20/02	Campeões brasileiros do III Campeonato Mundial de Basquete
21/02	Membros da Associação de Engenheiros Públicos Civis  Governadores da Paraíba e do Ceará
26/02	Diplomatas do Instituto Rio Branco e funcionários do Itamaraty  Engenheiros da Usiminas
07/03	Magistrados, promotores e serventuários da Justiça de S. Paulo
09/04	Oficiais do Instituto Militar de Tecnologia
16/04	Deputados
18/04	Membros da Associação Paulista de Medicina
25/04	Deputados mineiros acompanhados de jornalistas
27/04	Comissão mista encarregada do estudo da organização administrativa e judiciária do DF
08/05	Membros da Magistratura do Estado de Santa Catarina
24/05	Magistrados de diversos Tribunais de Justiça
31/05	Membros da Confederação Rural Brasileira
20/06	Carvalho Pinto, governador de SP
19/07	Chefe do Estado Maior da Aeronáutica
21/07	Equipe da ESG, encarregada do setor de estudos sobre a nova capital

DATA	VISITANTES
1959	
17/08	Oficiais e professores da Academia Militar de Agulhas Negras
26/09	Deputados federais
07/11	Gilberto Freyre, sociólogo
11/11	Sérgio Bernardes, arquiteto
12/11	Ministro da Guerra, Teixeira Lott
23/11	Estagiários da ESG
1960	
04/01	J.J. de Sá Freire Alvim, prefeito do DF

Fonte: Diário de Brasília, 1956 a 1960



## ANEXO III

## VISITANTES ESTRANGEIROS DURANTE A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA

DATA	PAÍS	VISITANTES
1957		
14/03	.Estados Unidos	Ellis O. Brigs, Embaixador no Brasil
02/04	. França	Embaixador
02/04	. Portugal	Embaixador
02/05	. Paraguai	Alfredo Stroessner, presidente do País
20/06	. Portugal	Craveiro Lopes, presidente do País
	. Inglaterra	Harold Champion, jornalista do <b>Daily Telegraph</b> , de Londres
17/11	.Estados Unidos	Robert Wagner, prefeito de Nova York
27/12	.Estados Unidos	Coronel Peter Townsend
1958		
28/01	.Estados Unidos	William Burden, presidente do Museu de Arte Moderna de Nova York
18/03	.Estados Unidos	equipe de jornalistas da revista <b>Reader's Digest</b>
29/03	.Estados Unidos	William Irving, vice-presidente da Companhia Hoteleira internacional Hilton Corporation
31/03	. Inglaterra	Membros de Expedição Científica da Universidade de Oxford e Cambridge
10/04	. Inglaterra	Equipe de jornalistas do <b>The Observer</b> e do <b>Daily Express</b> ; Rosemary Claire Peter, bisneta de Hipólito José da Costa
26/04	. Inglaterra	George Bilainkin, diretor das revistas <b>Contemporary Review</b> , <b>Time Educational</b> e <b>Irish Independent</b>
02/05	. Paraguai	Alfredo Stroessner, presidente do País

DATA	PAÍS	VISITANTES
1958		
21/05	Alemanha	Felix von Schmachen da <b>Revue Munich</b>
09/06	Honduras	Ramon Viededa, presidente do País
14/06	Japão	Príncipe Mikasa
22/06	Argentina	Engenheiros e estudantes da Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e Natural da Universidade Nacional de Córdoba
26/06	Vários Países	Adidos militares junto à Embaixadas no Rio
08/07	República Dominicana	Roberto Arios, embaixador do país em Londres e Margot Fouteyn, sua mulher
26/07	Estados Unidos	John dos Passos, escritor e jornalista
01/08	Estados Unidos	Senadores e deputados
02/08	Vários Países	Membros da Conferência Interparlamentar, que se realizava no RJ
06/08	Estados Unidos	John Foster Dulles, secretário de Estado
10/08	Japão	Senadores e deputados
19/08	Inglaterra	Aldous Huxley, escritor
23/08	França	Louis Jacquinet, ministro de Estado
29/08	Vários Países	Embaixatrizes
08/09	Itália	Giovanni Gronchi, presidente do País
10/10	Japão	Jornalistas
16/10	Peru	Manuel P. Garcia, ministro da Aero-náutica
25/10	Japão	paisagista
28/10	Estados Unidos	Thomas Grasslein, arquiteto

DATA	PAÍS	VISITANTES
1958		
31/10	.Estados Unidos	Delegação da Associação Nacional norte-americana de Construtores Civis
07/11	.Portugal	Mário Chicó, da Universidade de Lisboa
08/11	.Estados Unidos	Claw Bedford, vice-presidente do consórcio norte americano <b>Kaiser</b>
12/11	.Estados Unidos	Inez Robb, jornalista norte-ameri- cana
13/11	.Estados Unidos	John Christian, prefeito de Batou Rouge, cidade da Louziania
18/11	. Espanha	Sola Bolivar, prefeito de Granada Molina Brandão, urbanista e pre- feito de La Coruña
	. Porto Rico	Felisa Rincón de Gautia, prefeita de San Juan de Porto Rico
24/11	. Canadá	Sidney Earle Smith, ministro do Exterior
17/11	. Inglaterra	Vera Jane Gilbert, decoradora, jor- nalista e radialista da BBC
08/12	. Alemanha	Othmar Schulze, gerente da Stahlumi- nion Export GMBH, organização Side- rúrgica de Dusseldorf
10/12	. OEA	Alunos e professores do Centro Pana- americano de Recursos Naturais
	.Estados Unidos	Jornalistas da NBC, de NY
11/12	.Alemanha	Peter von Zahn, cinegrafista
	.Estados Unidos	Coronel Peter Townsend com sua equi- pe de cinegrafistas, fotógrafos e jornalistas Richard C Hotellet, comentarista político da CBS
	. Venezuela	Noel Uchos, do Jornal <b>El Indepen- dent</b> de Caracas
13/12	. Inglaterra	Pedro Hatheya, jornalista

DATA	PAÍS	VISITANTES
1958		
17/12	Paraguai	Benito Pereira, ministro da marinha do Paraguai
18/12	Austrália	Albster Maxwell Mc Múelin, presidente do senado australiano
1959		
22/01	Estados Unidos	Roy Rogers, ator
26/01	Paraguai	Raul Pena, ministro da saúde
01/02	Argentina	Estudantes e professores das Faculdades de Tucuman e de Buenos Aires
04/02	Estados Unidos	General Curtis Emerson Lemay, sub-chefe do Estado Maior da Força Aérea norte-americana
09/02	Argentina	Estudantes e professores da Faculdade de Arquitetura de Rosário
20/02	Holanda	Príncipe Bernard
01/03	Noruega	Anne Skang, ministro do Comércio
13/03	Inglaterra	Duquesa de Kent
28/03	Bolívia	Quiroga Galdo, presidente da Câmara dos Deputados
19/04	Luxemburgo	Duque de Luxemburgo
30/04	Cuba	Fidel Castro, primeiro-ministro
01/05	Paraguai	Estudantes de Arquitetura
	Peru	Felise Alejandro B. de Avilez, pintor
09/05	Vários Países	Cônsules de Belo Horizonte
19/09	Indonésia	Ahmed Sukarno
26/06	Israel	Golda Meir, ministra do Exterior de Israel
18/07	Vário Países	Adidos militares
21/07	Estados Unidos	Irvine H. Page, médico do presidente dos EUA

DATA	PAÍS	VISITANTES
1959		
26/07	Japão	Nobosike Kishi, primeiro-ministro
25/08	França	André Malraux, Ministro da Cultura
	Estados Unidos	Frank Capra, cineasta
04/09	França	James Coquet, jornalista de <b>Le Figaro</b>
05/09	ONU	Dag Hammarsk Joeld, Secretário Ge- ral das Nações Unidas
10/10	França	Anatoine Pinay, ministro das Finan- ças
	Portugal	Ferreira de Castro, escritor
27/10	Argentina	Arturo Zanichelli, governador de Córdoba
17/11	França	George Mathieu, pintor
1960		
21/01	México	Adolfo López Mateos, presidente do País
		Luiz Gonzales Aparício, presidente da Associação de Arquitetos Mexi- icanos e do Colégio Nacional de Arquitetos do México
08/02	Japão	Diplomatas
09/02	Vários Países	80 jornalistas, entre eles o magnata da imprensa Randolph Heast Jr.
23/02	Estados Unidos	Dwight Eisenhower, presidente do País
10/03	Polônia	Fracizek Morsewsky, chefe da missão Comercial polonesa

Fonte: **Diário de Brasília**, 1956 a 1960

## ANEXO IV

## EXPOSIÇÕES SOBRE BRASÍLIA NO EXTERIOR

DATA	NOME	LOCAL	OBSERVAÇÕES
1957	24/05 "Mostra de Brasília"	Nova York	A NBC reserva 30 minutos de sua programação para fazer o evento
	11/09 Pavilhão Brasileiro na Exposição Internacional de Arquitetura - Stand especial sobre Brasília	Berlim	Posteriormente seria produzido um álbum sobre a exposição intitulado <b>Brasilien baut Brasília</b> , sendo um exemplares doado JK em 15 de outubro do mesmo ano
	10/10 "Exposição sobre Brasília"	Buenos Aires	
	14/11 Exposição de Arquitetura Brasileira, focalizando principalmente as obras de Brasília	Estocolmo	
1958	20/01 Mostra dedicada às obras de construção de Brasília na Galeria de Arte Moderna	Milão	Presentes o embaixador do Brasil, Roma, autoridades italianas, corpo consular, arquitetos e "numeroso público"
	11/06 Exposição de Fotografias das maquetes de Brasília, no Instituto de Artes Contemporâneas	Londres	
	22/02 Exposição sobre Brasília, mostrando o Plano Piloto e fotos das maquetes dos principais edifícios públicos	Zurique	
	03/11 Exposição dos Planos de Brasília, no Palácio da UNESCO	Paris	

DATA	NOME	LOCAL	OBSERVAÇÕES
1958 17/11	Exposição na Agência da Panair do Brasil	Lisboa	A divulgação do vento: "através fotografias, pro tos e gráficos, futura capital, está sendo mostr aos europeus. A posição precede início da venda terrenos em Bras lia, do que se i cumbirá na Europ a Panair, com o jetivo exclusivo colaborar com o verno no empreen mento"

Fonte: Diário de Brasília e revista Módulo

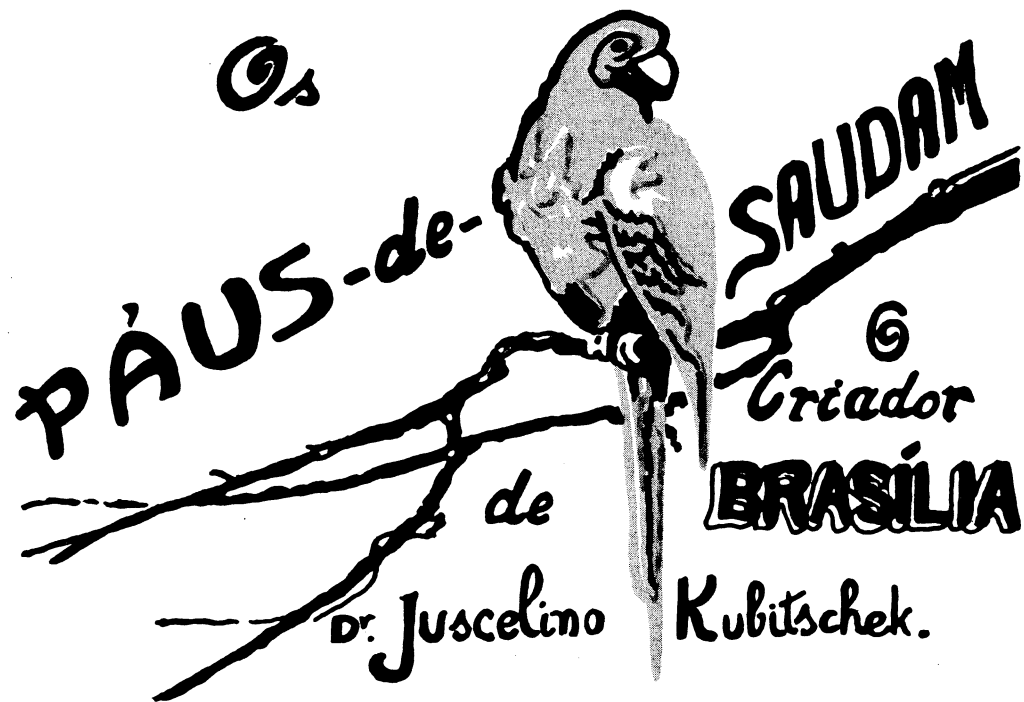
## ANEXO V

## EXPOSIÇÕES SOBRE BRASÍLIA NO BRASIL

DATA	NOME	LOCAL	OBSERVAÇÕES
1957 28/07	Exposição do Plano Piloto de Brasília	Recife	Durante o V Congresso Brasileiro de Arquitetos
13/10	IV Bienal de Arte - especial sobre Brasília	S. Paulo	
1958 21/01	Exposição Permanente de Planos, Projetos e Maquetes de Brasília	Rio de Janeiro	
1960	Exposição de móveis para Residências em Brasília	Rio de Janeiro	

Fonte: Diário de Brasília e revista Módulo





Estampa de uma bandeja oferecida pelos candangos a JK em 1959, na inauguração do restaurante SAPS.

## COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL

LUZIANIA - GOIÁS

ESCRITÓRIO NO RIO: AV. ALMIRANTE BARROSO, 54-18.º ANDAR



RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DA EXCURSÃO CURITIBA-BRASILIA, ORGANIZADA PARA O DIA 1-3-59 PELO ESCRITÓRIO DA COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL (NOVACAP), EM CURITIBA:

1	Conrado Bonn Filho.....	Comerciante
2	Conrado Bonn.....	Comerciante
3	Celso do Amaral.....	Funcionário Público
4	Irineu Scavazza.....	Securitário
5	Eluar Merhi.....	Funcionário Público
6	Pedro Scucato.....	Industrial
7	Luiz Renato Polidoro.....	Comerciário
8	Major Alberto Momot Roma.....	Militar
9	Maria Roma.....	Doméstica
10	José Adriano Todeschini.....	Industrial
11	Arair Todeschini.....	Doméstica
12	Abigail Todeschini.....	Doméstica
13	Herculano de Souza Mugnaini.....	Comerciante
14	João Schneider.....	Mecânico
15	Renato da Luz Alves.....	Comerciário
16	Dr. Célio Pereira Oliveira.....	Advogado
17	Dr. Bento Pereira Oliveira.....	Advogado
18	Florival Burgardt.....	Militar
19	Clédea Burgardt.....	Funcionária Pública
20	Irany Fonseca.....	Militar
21	General Carlos Falcão.....	Militar
22	Max S. Aichner.....	Contador
23	José Esperidiano dos Santos.....	Funcionário Público
24	Capitão Euclides Ribas.....	Militar
25	Salvador Oliva.....	Comerciante
26	Gezélia Oliva.....	Dentista
27	Dr. Eduardo Zelak.....	Advogado
28	Danusia Thereza Zelak.....	Doméstica
29	Tenente Eduardo Silva Ramos.....	Militar
30	Dr. Oswaldo Seeling Filho.....	Médico
31	Carlos Polucha.....	Contador
32	Rogério Amalio Nunes.....	Contador
33	Aurea Seeling.....	Doméstica
34	Joaquim Vieira Guimarães.....	Comerciante
35	Wellington Saraiva.....	Bancário
36	Mauro Melo.....	Bancário
37	Heli Ferrari.....	Contador
38	Dulcindo Saldanha Muniz.....	Engenheiro Civil
39	Saul Muncio Compagnoni.....	Industrial
40	Ari Rolim Costa.....	Advogado
41	Edith Passos.....	Doméstica
42	Bruno Schokal.....	Topógrafo
43	Arthur Ganzert Junior.....	Estudante
44	Oswaldo Pinto da Fonseca.....	Funcionário da NOVACAP

Curitiba, 28 de fevereiro de 1959.

NOVACAP  
ESCRITÓRIO CURITIBA

## ANEXO VIII

ANÚNCIO DA EXCURSÃO DE CURITIBA A BRASÍLIA  
PATROCINADA PELA NOVACAP

**EXCURSÃO A BRASÍLIA**

**Preço Especial — Tudo Incluído**  
**Cr\$ 6.500,00**

Patrocinado pela «NOVACAP»

Visita ao Palácio da Alvorada e todas as obras do Plano  
Piloto.

Saída — sábado às 14 horas.  
Refeições e pernoite no Brasília Palace Hotel.  
Regresso — Domingo às 15 horas.  
Serviço de luxo a bordo do Super Convair.

Inscrições — «NOVACAP» — Praça Gen. Osório 888 —  
8º andar — salas 804 a 806 — Fone: 4-7727.

Nota — Reservas de passagens somente até o dia 27.

CONTADORIA GERAL  
FIS  
NOVACAP

VIDE VERSO

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

### I - DOCUMENTOS DE ARQUIVO

#### . Arquivo Público do Distrito Federal

##### . Fundo NOVACAP:

- Série Presidência/Correspondência, 1956 a 1960
- Série Finanças/Processos de pagamento
- Série Administrativa/Divulgação
- Cinejornais sobre a construção de Brasília (reproduzidos em vídeos)
- Coletânea de recortes (Série Administrativa/Divulgação)

##### . Fundo Arquivo Público do Distrito Federal:

- Depoimentos orais para o projeto "Memória da Construção de Brasília"

- . Kleber Farias Pinto - engenheiro
- . Jayme Zettel - arquiteto
- . Lúcio Arantes - Juiz
- . Juca Chaves - engenheiro e empresário
- . Nauro Esteves - Arquiteto
- . Ernesto Silva - ex-diretor da NOVACAP
- . Hermano Montenegro - arquiteto
- . Philomena Leporoni - comerciante e parteira
- . Giorgio Veneziani - empresário
- . Maria de Lurdes Junqueira Edreira - comerciante
- . Augusto Guimarães Filho - arquiteto
- . Anna Maria de Niemeyer Soares - decoradora
- . Geraldo Campos
- . Cláudio Santana - engenheiro e empresário
- . Gladson da Rocha Pimentel - arquiteto
- . Athaulpa da Silva Prego - engenheiro
- . Sabino Barroso - arquiteto

#### . Memorial JK

- Documentos particulares, envelopes nos. 3, 7, 10, 12, 18 e 52
- Coleção de recortes de jornais

#### . Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea - CPDOC, Rio de Janeiro

- Entrevistas de Juscelino Kubitschek a Maria Victória Benevides, realizadas em março de 1974 e julho de 1976

### II - PERIÓDICOS

- **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, referente aos anos de 1956 a 1958 (coleção microfilmada da Biblioteca da Câmara dos Deputados)

- **O Estado de São Paulo**, São Paulo, referente aos anos de 1956 e 1957 (Coleção encadernada da Biblioteca Municipal de São Paulo)
- **Revista Brasília**, Rio de Janeiro, referente aos anos de 1957 a 1960 (Coleção do Arquivo Público do DF)
- **Revista Módulo**, Rio de Janeiro, NOVACAP, referente aos anos de 1955 a 1958 (Coleção da Biblioteca Central da Universidade de Brasília)

### III - ARTIGOS

- **AUGUSTO, Sérgio**, "Tesouros do Cinema não se salvam do tempo". **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1 de outubro de 1989, "Ilustrada", p. F-16
- **CARVALHO, Bernardo**. "Arquiteto francês revê conceito de urbanismo". (entrevista com o arquiteto Jean Nouvel). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de junho de 1990, "Cidades", p. C-7
- **CHAUÍ, Marilena**. "Arcaísmos do Brasil Novo". **Folha de São Paulo**, SP, 29 de maio de 1990, p. A-3
- **CARDOSO, Ruth Corrêa Leite**. "Participação Política e Democracia". **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, nº 26, março de 1990, p. 15 a 24
- **COMPARATO, Fábio Konder**. "Resistir". **Folha de São Paulo**, S. Paulo, 11 de maio de 1990, p. A-3
- **FERNANDES, Bob**. "O Poder segundo Very Well" (entrevista com José Henrique Nazareth). **ISTO É/SENHOR**, São Paulo, 21 de março de 1990, p. 5 a 10
- **FOUCAULT, Michel**. "Omnes et singulatim: Por uma crítica da Razão Política". **Novos Estudos**, São Paulo, CEBRAP, nº 26, março de 1990, p. 77 a 99
- **MASSI, Augusto**. "Machado é o romancista da desfaçatez das elites brasileiras" (entrevista com Roberto Schwarz). **Folha de São Paulo**, São Paulo, "Letras", 11 de agosto de 1990, p. F-4
- **MONTEIRO, Tânia**. "As cartas do Presidente". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 de maio de 1990, p. 2
- **NEUMANNE, José**. "O Sacrifício nas urnas". **O Estado de São Paulo**, 28/03/90
- **SANTOS, Afonso Carlos Marques**. "Memória, história, nação: propondo questões". **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 87:5/13, out. dez., 1986
- **SOARES, Luiz Eduardo**. "Os dois corpos do Presidente". **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, "Idéias", 6 de maio de 1990
- **VIDIGAL, Luís Eulálio Bueno**. "O Sacrifício Necessário". **O Estado de São Paulo**, 25/03/1990

- VELHO, Gilberto. "A vitória de Collor: Uma análise antropológica". *Novos Estudos*, São Paulo, CEBRAP, nº 26, março de 1990, p. 15 a 24

#### IV - FILME

- "Os anos JK - uma trajetória política", documentário dirigido por Sílvio Tendler, 1980

#### V - FONTES PRIMÁRIAS IMPRESSAS

- ANTECEDENTES históricos. Rio de Janeiro, Presidência da República. Serviço de Documentação, 1960. 3. v. (Coleção Brasília)
- BRASIL. Presidência da República. *Diário de Brasília*. Rio de Janeiro, 1960. 4 v.
- BRASÍLIA e a opinião estrangeira. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1960 (Coleção Brasília, 10)
- BRASÍLIA, história de uma idéia. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1960 (Coleção Brasília)
- BUENO, Vera Americano. *Os cine-jornais sobre o período da construção de Brasília*. 2. ed., Brasília, Fundação Nacional Pró-Memória, 1988.
- CODEPLAN - PLANALTINA - 1859-1973 -Brasília, Ed. Gráfica Uberaba, 1973
- COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL. *Censo experimental de Brasília: população, habitação*. Rio de Janeiro, IBGE, 1959
- CORBISIER, Roland. *Brasília e o desenvolvimento nacional*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1960 (textos sobre a nova capital)
- KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Rio de Janeiro, Bloch, 1975
- -----, *Uma Campanha Democrática*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, s.d.
- -----, *Discursos (1956 a 1960)*. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1957 - 1960
- MAGALHÃES, Paulo de. *Brasília caçulinha do Brasil: alegoria infantil*. Rio de Janeiro, Campanha Nacional de Teatro, 1959
- NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961
- ORICO, Oswaldo. *Brasil, capital Brasília*. Rio de Janeiro, IBGE, 1958

- PROGRAMA DAS SOLENIDADES DE INSTALAÇÃO DO GOVERNO FEDERAL EM BRASÍLIA, 21 de abril de 1960. Brasília, Presidência da República
- Serviço de Documentação. **Brasília e a opinião mundial**. Rio de Janeiro, Presidência da República, 1958, 3 v

#### VI - LIVROS E TESES

- ADORNO, Theodor W. "O Fetichismo na música e a regressão da audição" in **Os Pensadores**, São Paulo, Abril Cultural, 1980
- ADORNO, Theodor e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento** Fragmentos Filosóficos. Trad. Guido A. de Almeida, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985
- AMARAL, Aracy A. **Arte para quê? - a preocupação social na arte brasileira 1930-1950: subsídios para uma história social da arte no Brasil - 2. ed. rev. - São Paulo, Nobel, 1987**
- ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro - 2ª edição - São Paulo, Perspectiva, 1988**
- -----, **As origens do totalitarismo: totalitarismo, o paroxismo do poder**. Rio de Janeiro, Ed. Documentário, 1979
- ARTIGAS, Vilanova. **Caminhos da Arquitetura - 2. ed - São Paulo, Pini/Fundação Vilanova Artigas, 1986**
- AUGUSTO, Sérgio. **Este mundo é um pandeiro: a chanchada de Getúlio a JK**. São Paulo. Cinemateca Brasileira/Companhia das Letras, 1989
- BARTHES, Roland. **Mitologias, 7. ed. - São Paulo, Ed. Bertrand Brasil/DIFEL, 1987**
- BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República (de 1930 a 1960), v. 3, 5. ed., São Paulo, Alfa-Omega, 1985**
- BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social" in **Enciclopédia Einaudi**, v 5, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d.
- BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961. 3. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979**
- BENEVOLO, Leonardo. **A cidade e o arquiteto - método e história na arquitetura**. São Paulo, Perspectiva, 1984
- BERNADET, Jean-Claude e RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e história do Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto, 1988
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar. 7. reimpres. Trad. Carla F. Moisés. e Ana Ma. L. Ioratti. São Paulo, Companhia das Letras, 1989**
- BERTRAN, Paulo. **Uma introdução à história econômica do Centro-Oeste**. Brasília, CODEPLAN, Goiás, UCG, 1988

- BOLLEME, Geneviève. **O povo por escrito.** São Paulo, Martins Fontes, 1988
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** 2. ed. São Paulo, T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro, Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989
- BRUNA, Paulo J. V. **Arquitetura, industrialização e desenvolvimento.** São Paulo, Perspectiva, 1976
- CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo, Contexto/EDUSP, 1988
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK-JQ.** 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
- CARONE, Edgar. **O P.C.B. (1943-1964).** V. 2. São Paulo, DIFEL, 1982
- CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados - O Rio de Janeiro e a república que não foi.** São Paulo, Companhia das Letras, 1987
- -----. **A formação das almas - o imaginário da república no Brasil.** São Paulo, Companhia das Letras, 1990
- CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade.** 2. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História.** Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1982
- CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas.** 4. ed. rev e ampl. São Paulo, Cortez, 1989
- -----. **Conformismo e resistência.** 3 ed. São Paulo, Brasiliense, 1989
- CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. **Ideologia e Mobilização Popular.** 2.ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra/CEDEC, 1978
- CHEVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos.** 2. ed. rev e aumentada, Rio de Janeiro, José Olympio, 1989
- COELHO, Marcelo P. **Brasília e a ideologia do desenvolvimento.** Tese de Mestrado, São Paulo, USP, 1988
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis, R.J., Vozes, 1981
- DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade.** 3. ed. São Paulo, Perspectiva, 1984
- FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo III, v. 4. São Paulo, DIFEL, 1984



- ----- . **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, v. 3., 2.ed., São Paulo, DIFEL, 1983
- FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964 - discurso e ideologia**. São Paulo, Atual, 1988
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luis F.B. Neves. Rio de Janeiro, Forense-universitária, 1987
- FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica Ontem e Hoje**. 2.ed., São Paulo, Brasiliense, 1988
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 2.ed., Tomo 2, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962
- FURTADO, Celso. **A economia latino-americana**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1976
- **GUIA PRELIMINAR DE FONTES PARA A HISTÓRIA DE BRASÍLIA**. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 1988
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Companhia das Letras, 1987
- GOLDFEDER, Mirian. **Por trás das ondas da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980 (Coleção Estudos Brasileiros, V. 47)
- GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. São Paulo, Vértice / Editora Revista dos Tribunais; Rio de Janeiro, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988
- GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial - ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo, Marco Zero / Programa Nacional do Centenário da República e Bicentenário da Inconfidência Mineira, 1990
- HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma: a modernidade na selva**. São Paulo, Companhia das Letras, 1988
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil - 12. ed.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1978
- IANNI, Octávio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968
- ----- . **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. 3.ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979
- KRANTZ, Frederick (org.). **A outra história**. Rio de Janeiro, Zahar, 1990
- LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 2.ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975
- LE GOFF, Jacques. "Memória" in **Enciclopédia Einaudi**. v. 1, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984
- ----- . "Progresso/Reação" in **Enciclopédia Einaudi**. v. 1, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984

- LE GOFF, Jacques et alli. **A nova história.** Trad. Ana Maria Bessa. Lisboa, Edições 70, s.d.
- LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. **História: novos objetos.** Trad. Terezinha Marinho, 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988
- -----, **História: novas abordagens.** Trad. Henrique Mesquita. 3. ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988
- -----, **História: novos problemas.** 2. ed., Rio de Janeiro, F.Alves, 1979
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política.** Campinas, Papiros, 1986
- LOWY, Michael. **Ideologia e ciência social.** elementos para uma análise marxista. 3 ed., São Paulo, Cortez, 1985
- LUSTOSA, Isabel. **Histórias de Presidentes - a república no Catete.** Petrópolis, Vozes/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989
- MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso.** Campinas, Pontes/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989
- MAYRINK, Geraldo. **Juscelino.** São Paulo. Ed. Nova Cultural, 1988 (Coleção Os Grandes Líderes)
- MARTIN, Marcel. **A linguagem cinematográfica.** São Paulo, Brasiliense, 1990
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe - escritos políticos.** 4. ed. São Paulo, Nova Cultural, 1987 (Os Pensadores)
- MARX, Karl. **O Capital.** livro primeiro, volume I. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975
- MELLO, Maria T. F. Negrão. **O Espetáculo dos moradores do símbolo.** (a mobilização por "diretas já" da perspectiva de Brasília / 1984). Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1987
- METZ, Christian. **A significação no cinema.** São Paulo, Perspectiva, 1972.
- MIRANDA, Antonio. **Brasília, Capital da Utopia (visão e revisão).** Brasília, Thesaurus, 1985
- MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974).** 5. ed., São Paulo, Ática, 1985
- NASCIMENTO, Milton Meira do. **Opinião pública e revolução: aspectos do discurso político da França revolucionária.** São Paulo, Nova Stella/Editora da Universidade de São Paulo, 1989
- NEVES, Luiz Felipe Baêta. **As máscaras da totalidade totalitária.** Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1988
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi et alli. **Estado Novo, Ideologia e Poder.** Rio de Janeiro, Zahar, 1982

- OLIVEN, Ruben George. **Urbanização e mudança social no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1984
- ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** 3.ed., São Paulo, Brasiliense, s.d.
- -----, **A moderna tradição brasileira.** São Paulo, Brasiliense, 1988
- PARANHOS, Adalberto. **Dialética da dominação: dominação ideológica e consciência de classe.** Campinas, Papyrus, 1984
- PASTORE, José. **Brasília, a cidade e o homem: uma investigação sociológica sobre os processos de imigração, adaptação e planejamento urbano.** São Paulo, Cia. Editora Nacional/USP, 1969
- PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade. Espaço Urbano em questão.** São Paulo, Projeto, 1985
- PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** Trad. Maria Júlia Goldwasser, São Paulo, Ática, 1990
- PEDROSA, Mário. **Dos murais de Portinari aos espaços de Brasília.** São Paulo, Perspectiva, 1981
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o senhor presidente José Sarney - o discurso do Plano Cruzado.** São Paulo, Hucitec, 1989
- RANCIERE, Jacques. **A noite dos proletários.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988
- RETRATO DO BRASIL. Col. 4 v., São Paulo, Política Editora, s.d.
- RIBEIRO, Gustavo S. Lins. **O Capital da Esperança - Brasília: estudo sobre uma grande obra da construção civil.** Tese Mestrado, UnB, 1980
- RIEDINGER, Edward Anthony. **Como se faz um presidente: a campanha de JK.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1988
- RODRIGO, Lidia Maria. **O nacionalismo no pensamento filosófico: aventuras e desventuras da filosofia no Brasil.** Petrópolis, Vozes, 1988
- SCHORSKE, Carl E. **Viena fin-de-siècle: política e cultura.** São Paulo, Companhia das Letras, 1988
- SENNETT, Richard. **O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.** Trad. Lygia Araujo Watanorbe. São Paulo, Companhia das Letras, 1988
- SILVA, Suely Braga da. (coord.) **Os presidentes da República - Guia dos Acervos Públicos.** Rio de Janeiro, CPDOC, 1989
- SILVA, Eduardo. **As queixas do povo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988

- SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo.** Trad. coord. por Ismênia Iunes Dantas. 7. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A verdade sobre o ISEB.** Rio de Janeiro, Avenir Editora Ltda, 1978
- -----, **Do Estado Novo à ditadura militar: memórias de um soldado.** Petrópolis, Vozes, 1988
- SOUSA, Nair H. Bicalho. **Os Construtores de Brasília: estudo de operários e sua participação política.** Petrópolis, Vozes, 1983
- STAROBINSKI, Jean. **1789: os emblemas da razão.** Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo, Companhia das Letras, 1988
- TEIXEIRA, Hermes Aquino. **Brasília: o outro lado da utopia.** Tese Mestrado, Brasília, UnB, 1982
- TOLEDO, Caio Navarro de. **ISEB: Fábrica de ideologias.** São Paulo, Ática, 1982
- TREVISAN, Maria José. **50 anos em 5...A FIESP e o desenvolvimentismo.** Petrópolis, Vozes, 1986
- VESENTINI, José William. **A capital da geopolítica.** 2. ed., São Paulo, Ática, 1987
- VIANY, Alex. **Introdução ao Cinema Brasileiro.** Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1959
- VEYNE, Paul et alli. **Indivíduo e Poder.** Trad. Isabel Dias Braga. Lisboa, Edições 70, 1987
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Trad. Antonio José da Silva Moreira. Lisboa, Edições 70, s.d.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades.** São Paulo, Brasiliense, 1987
- WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter.** org. e edit. Augusto Nunes. 2.ed. Rio de Janeiro, Record, 1988
- WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura.** Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo, Companhia das Letras, 1989
- XAVIER, Alberto (org.). **Arquitetura moderna brasileira: depoimento de uma geração.** São Paulo, Pini/Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura/Fundação Vilanova Artigas, 1987